

Rogéria de Souza Vieira

PATRIMÓNIO CULTURAL COMO RECURSO TURÍSTICO: ESTUDO DE CASO EM DELMIRO GOUVEIA – ALAGOAS (BRASIL)

Dissertação de Mestrado em Geografia Humana – Ordenamento do Território e Desenvolvimento, orientada pelo Doutor Paulo Manuel de Carvalho Tomás, apresentada ao Departamento de Geografia e Turismo da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2016



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Faculdade de Letras

**PATRIMÓNIO CULTURAL COMO
RECURSO TURÍSTICO: ESTUDO DE
CASO EM DELMIRO GOUVEIA –
ALAGOAS (BRASIL)**

Ficha Técnica:

Tipo de trabalho	Dissertação de Mestrado
Título	PATRIMÓNIO CULTURAL COMO RECURSO TURÍSTICO: ESTUDO DE CASO EM DELMIRO GOUVEIA – ALAGOAS (BRASIL)
Autor/a	Rogéria de Souza Vieira
Orientador/a	Paulo Manuel de Carvalho Tomás
Júri	Presidente: Doutor Rui Jorge Gama Fernandes Vogais: 1. Doutor João Luís Jesus Fernandes 2. Doutor Paulo Manuel de Carvalho Tomás
Identificação do Curso	2º Ciclo em História
Área científica	Geografia Humana
Especialidade/Ramo	Ordenamento do Território e Desenvolvimento
Data da defesa	21-7-2016
Classificação	17 valores



AGRADECIMENTOS

No final de mais uma etapa de estudos concluída, não poderia deixar de agradecer o apoio e incentivo de todos aqueles que me ajudaram na concretização desta dissertação de mestrado.

Em primeiro lugar agradeço a Deus, fonte de nossas vidas. Aos meus pais José Renato Nunes Vieira e Joselita de Souza Vieira, que mesmo afastados geograficamente, contribuíram para que eu tivesse força e coragem para seguir em frente na busca da realização dos meus sonhos.

Agradeço também as melhores irmãs que existem no mundo: Renalda, Rosememe e Ronilma, e ao meu irmão Ricardo; que nunca mediram esforços para me ajudar. Muito obrigada pela amizade e companheirismo de sempre.

Ao Professor Doutor Paulo Manuel de Carvalho Tomás, do Departamento de Geografia e Turismo da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, meus sinceros agradecimentos pela disponibilidade, confiança, dedicação e empenho em me orientar. Sua contribuição foi muito importante para o sucesso da pesquisa.

Ao programa de bolsas de estudo Academic Mobility for Inclusive Development In Latin America – AMIDILA, pela oportunidade da realização do estudo de Mestrado em Geografia na Universidade de Coimbra.

A Divisão de Relações Internacionais – DRI da Universidade de Coimbra, na pessoa de Rita Maia e Silvia Silva, pelo acolhimento e disponibilidade em ajudar no que fosse preciso para a realização dos estudos.

Agradeço ao Professor Mestre Kleber Costa da Silva, da Universidade Federal de Alagoas – UFAL Campus do Sertão, que me acompanha desde os estudos da Licenciatura em Geografia. Sua contribuição sempre é bem-vinda. Muito obrigada pelo apoio e disposição em me orientar. Serás meu eterno orientador e amigo.

Meus agradecimentos a todos que contribuíram de alguma forma na realização dessa pesquisa. Ao pessoal do Sítio Histórico de Angiquinho, da Fábrica da Pedra e da Câmara Municipal de Delmiro Gouveia, por me receber bem e contribuir com dados. Aos responsáveis do Museu Regional Delmiro Gouveia, na pessoa de Clécio Lopes, por disponibilizar informações que foram fundamentais para a pesquisa; aos integrantes da Casa da Arte Telma Neiva de Oliveira, na pessoa de seu Elias e Ronaldo Nunes, pelo acolhimento e pela disponibilização de dados. Ao Ricardo Cebola, pelo companheirismo, apoio e pela ajuda na construção da dissertação.

Aos amigos Olavo Fagundes da Silva, Deive Fabian e Heitor Grillo, meus agradecimentos pelo apoio de sempre, vocês são muito especiais para mim.

Agradeço aos Professores Doutores Fátima Velez de Castro e Lúcio Cunha, do curso de Geografia da Universidade de Coimbra, pela amizade e carinho de sempre.

Aos professores e alunos do curso de Mestrado em Geografia Humana da Universidade de Coimbra, pelo acolhimento, a troca de conhecimento e pela amizade.

Muito Obrigada!

RESUMO

O património cultural representa a história de vida da sociedade. Ele é fruto das heranças que marcam os lugares, e seu reconhecimento é fundamental para a preservação da narrativa da humanidade.

A pesquisa sobre o Património Cultural como Recurso Turístico: estudo de caso em Delmiro Gouveia – Alagoas (Brasil); pretendeu revalorizar o património cultural presente em Delmiro Gouveia, com apresentação dos bens existentes e afirmação do turismo como forma de reconhecer, proteger e valorizar o património.

A metodologia utilizada considerou três momentos. No primeiro, realizou-se recolha e leitura das bibliografias e documentos relacionados ao património, espaço e turismo. No segundo, efetuou-se a pesquisa em campo, com coleta de informações sobre o património e turismo em Delmiro. No terceiro, foi realizado o tratamento dos dados através de técnicas estatísticas e das ferramentas SIG.

A investigação é constituída em duas partes. Na primeira, são apresentados os dois primeiros capítulos que abordam o património no contexto internacional e no Brasil, as definições do conceito de património cultural (material, imaterial e natural), a relação existente entre património cultural e os lugares, a noção de espaço e imagem, e o turismo como forma de valorização do património. Na segunda parte, são apresentados os dois capítulos que tratam do estudo de caso. O primeiro apresenta informações acerca do património e turismo existente no território ao qual o município de Delmiro está inserido. O segundo disserta sobre o património e turismo presentes em Delmiro, e considera as influências que os territórios circunvizinhos proporcionam.

Os resultados apresentam os dados recolhidos sobre o património cultural e turismo em Delmiro, e a forma como esses bens são valorizados através do turismo.

Contudo, esta investigação busca revalorizar o património cultural do município de Delmiro Gouveia, esse que representa a história do lugar e oferece potencial para o desenvolvimento económico e social através do turismo.

Palavras-chave: Património Cultural, Turismo, Desenvolvimento, Alagoas, Delmiro Gouveia.

ABSTRACT

Cultural heritage is the story of the life of society. It is the result of inheritances that mark the places, and its recognition is fundamental to preservation of humanity's narrative.

Research on the Cultural Heritage as Tourist Resource: case study in Delmiro Gouveia - Alagoas (Brazil); intended to revalue the present cultural heritage in Delmiro Gouveia, with presentation of existing assets and tourism as a form of affirmation recognize, protect and enhance the heritage.

The methodology considered three stages. The first was held collection and reading of bibliographies and documents related to heritage, space and tourism. In the second, he was executed research in the field, gathering information about the heritage and tourism Delmiro. The third was performed using data processing techniques statistics and GIS tools.

The investigation is made in two parts. At first, the first two chapters that cover heritage are presented in internationally and in Brazil, cultural heritage concept settings (material, immaterial and natural), the relationship between cultural heritage and places, the notion of space and image, and tourism as a form of appreciation patrimony. In the second part, the two chapters are presented that deal with case study. The first displays information about the heritage and tourism on the territory of which the city of Delmiro is inserted. The second talks about the heritage and tourism present in Delmiro, and considers the influences the surrounding territories provide.

The results are the data on the cultural heritage and tourism in Delmiro, and the form as these goods are valued through tourism.

However, this research search revalue the cultural heritage of the city of Delmiro Gouveia, the one it is the history of the place and offers the potential for economic development and social through tourism.

Keywords: Cultural Heritage, Tourism, Development, Alagoas, Delmiro Gouveia.

ÍNDICE GERAL

ÍNDICE DE FIGURAS	7
ÍNDICE DE QUADROS	11
ÍNDICE DE ANEXOS	13
INTRODUÇÃO	14
PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL	16
CAPÍTULO 1 – O PATRIMÓNIO E SEUS DIVERSOS CONTEXTOS.....	17
1.1 Histórico e evolução do conceito de património.....	17
1.1.1 A internacionalização do património	21
1.1.2 Património no Brasil	30
1.2 O património cultural e os lugares	40
1.3. O património natural.....	48
CAPÍTULO 2 – ESPAÇO, IMAGEM E TURISMO	52
2.1 Espaço e imagem: análise e representação simbólica dos lugares.....	52
2.2 O turismo como valorização do património	56
PARTE II – ESTUDO DE CASO: PATRIMÓNIO E TURISMO NO MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA – ALAGOAS.....	68
CAPÍTULO 3 – O PATRIMÓNIO E O TURISMO ESTADUAL, REGIONAL E LOCAL	69
3.1 Património e turismo no Estado de Alagoas	69
3.2 Património e turismo na região do Baixo Rio São Francisco no Estado de Alagoas	80

3.3 Patrimônio e turismo na região do Alto Sertão Alagoano	87
CAPÍTULO 4 – PATRIMÔNIO E TURISMO NO MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA	93
4.1 Caracterização da área de investigação.....	93
4.2 Análise do patrimônio cultural e paisagístico delmirenses.....	96
4.2.1 O patrimônio cultural no município de Delmiro Gouveia	96
4.2.2 O patrimônio natural no município de Delmiro Gouveia	109
4.3 Análise documental do patrimônio e turismo delmirenses.....	110
4.4 O turismo em Delmiro Gouveia e região	119
4.4.1 Visita turística aos patrimônios	127
4.4.2 Região de influência turística para o município de Delmiro Gouveia.....	135
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	141
REFERÊNCIAS	149
ANEXOS	159

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Alguns exemplos de questões antigas e novas do património	20
Figura 2: Mapas da quantidade de bens tombados pelo IPHAN no Brasil por Estado e tipologia dos bens	33
Figura 3: Evolução do património tombado pelo IPHAN no Brasil por décadas	35
Figura 4: As principais demandas que envolvem a gestão do património cultural	43
Figura 5: Revisão de pesquisas anteriores sobre os tipos de turismo cultural	60
Figura 6: Abordagens conceptuais da criatividade nas cidades	64
Figura 7: Modelo conceptual de desenvolvimento da relação turismo e a criatividade em experiências urbanas	65
Figura 8: Mapa de localização do Estado de Alagoas	69
Figura 9: Sítio Arqueológico do Talhado, município de Olho D'Água do Casado	73
Figuras 10 e 11: Registos rupestres. Sítio Arqueológico do Talhado, município de Olho D'Água do Casado	74
Figura 12: Municípios Alagoanos com sítios paleontológicos identificados: mamíferos pleistocénicos	74
Figura 13: Serra da Barriga, município de União dos Palmares, AL	75
Figura 14: Homenagens a Zumbi, Serra da Barriga	76
Figura 15: Mapa turístico de Alagoas	78
Figura 16: Mapa da Bacia hidrográfica do Rio São Francisco	80
Figura 17: Centro Histórico de Penedo	82
Figura 18: Antiga Estação Ferroviária, Porto Real do Colégio	82
Figura 19: Centro Histórico de Piranhas	82
Figura 20: Centro Histórico de Água Branca	82
Figura 21: Canyon do São Francisco	82
Figura 22: Pôr do sol no Rio São Francisco. Pão de Açúcar	82
Figura 23: Paredões do Canyon. Olho D'Água do Casado	82
Figura 24: Dunas da Foz do Rio São Francisco. Piaçabuçu	82
Figura 25: SUP no Cânion. Olho D'Água do Casado	83
Figura 26: Trilhas do Mirante do Talhado. Delmiro Gouveia	83
Figura 27: Rapel nos paredões do Talhado. Delmiro Gouveia	83
Figura 28: Sandboard nas dunas da Foz. Piaçabuçu	83

Figura 29: Utensílios em Palha de Buriti – Comunidade Quilombola da Serra das Viúvas. Água Branca	83
Figura 30: Artesanato em madeira – Ilha do Ferro. Pão de Açúcar/AL	83
Figura 31: Bordado Redendê. Traipu	83
Figura 32: Ponto de Cultura. Penedo	83
Figura 33: Carne de sol com macaxeira – Prato típico em toda a região	84
Figura 34: Tilápia – Prato típico de toda a região	84
Figura 35: Famoso sorvete de rapadura do Engenho São Lourenço. Água Branca	84
Figura 36: Peixada ao molho de côco – Região da Foz	84
Figura 37: Ceia regional	84
Figura 38: Motivo da viagem ao Baixo São Francisco (%)	86
Figura 39: Tipos de atividades realizadas no Baixo São Francisco (%)	86
Figura 40: Mapa da região do Alto Sertão Alagoano	87
Figura 41: Igreja Matriz de Água Branca	89
Figura 42: Centro Histórico de Água Branca – AL	89
Figura 43: Antiga Cadeia de Mata Grande	89
Figura 44: Canyons do Rio São Francisco, Olho D’Água do Casado – AL	91
Figura 45: Museu do Sertão, Piranhas – AL	92
Figura 46: Mapa de localização do município de Delmiro Gouveia	94
Figura 47: Segunda usina em Angiquinho	95
Figura 48: Furna do Morcego	95
Figuras 49 e 50: Sítio Histórico de Angiquinho	97
Figuras 51 e 52: Fábrica da Pedra	98
Figuras 53 e 54: Produção de linhas. Fábrica da Pedra	98
Figuras 55 e 56: Produção de tecidos. Fábrica da Pedra	98
Figuras 57 e 58: Capela de Nossa Senhora do Rosário	99
Figuras 59 e 60: Museu Regional Delmiro Gouveia	99
Figuras 61 e 62: Locomotiva. Museu Regional Delmiro Gouveia	100
Figuras 63 e 64: Acervo. Museu Regional Delmiro Gouveia	100
Figura 65: Escola Delmiro Gouveia	101
Figura 66: Antiga Vila Operária	102
Figuras 67 e 68: Rua José de Alencar. Antiga Vila Operária	102
Figura 69: Busto de Delmiro Gouveia	103
Figura 70: Cruzeiro. Praça Delmiro Gouveia	103

Figura 71: Antigo armazém de couro	103
Figura 72: Estação ferroviária do Sinimbu em 2009	104
Figura 73: Estação ferroviária do Talhado	104
Figura 74: Casa do Povoado Cruz	104
Figura 75: Casa na Comunidade Quilombola do Povoado Cruz	104
Figura 76: Roda de Côco	105
Figura 77: Festa da Padroeira Nossa Senhora do Rosário	105
Figuras 78 e 79: Casa da Arte Telma Neiva de Oliveira	106
Figuras 80 a 83: Artesanato. Casa da Arte Telma Neiva de Oliveira	107
Figuras 84 e 85: Arte do tear. Povoado Salgado	107
Figuras 86 e 87: Sítio arqueológico no Assentamento Lameirão	108
Figuras 88 a 91: Paisagens naturais: Caatinga e Rio São Francisco	109
Figuras 92 e 93: Riacho do Talhado	110
Figura 94: Rota do Imperador	116
Figuras 95 e 96: Trilha da Ponte Vermelha	122
Figuras 97 e 98: Catamarã Menestrel das Alagoas	124
Figuras 99 a 103: Restaurante Ecológico Castanho	124
Figuras 104 a 110: Informativos. Restaurante Ecológico Castanho	125
Figuras 111 e 112: Passeios da agência O Pioneiro	125
Figuras 113 a 118: Mirante do Talhado, Delmiro Gouveia	126
Figura 119: Tirolesa	126
Figura 120: Rapel	126
Figura 121: Passeio de Charrete	126
Figura 122: Caiaque	126
Figura 123: Escalada	126
Figura 124: Trilhas Ecológicas	126
Figuras 125 a 129: Novela Velho Chico	127
Figura 130: Mapa da quantidade de visitantes brasileiros por Estado ao Sítio Histórico de Angiquinho: fev. 2015 a fev. 2016	129
Figura 131: Mapa da quantidade de visitantes por países ao Sítio Histórico de Angiquinho: fev. 2015 a fev. 2016	129
Figura 132: Evolução do número de visitantes à Fábrica da Pedra, 2006-2015	131
Figura 133: Gráfico comparativo do número de visitantes à Casa da Arte Telma Neiva de Oliveira	135

Figura 134: Mapa de localização dos Estados e Municípios que influenciam as atividades turísticas em Delmiro Gouveia	136
Figuras 135 a 138: Trilha da Pedra Montada (Água Branca)	137
Figura 139: Mapa turístico dos municípios de Delmiro Gouveia, Olho D'Água do Casado e Piranhas	138
Figuras 140 a 144: Turismo em Canindé de São Francisco	139
Figura 145: Mapa turístico da região dos Lagos do São Francisco, com destaque ao município de Paulo Afonso	140

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Integração e valorização do património na contemporaneidade.....	25
Quadro 2: Definições do património cultural e natural pela UNESCO em 1972	26
Quadro 3: Definições do património cultural e imaterial pela UNESCO em 2003	29
Quadro 4: Quantidade de bens tombados pelo IPHAN no Brasil até março 2016	32
Quadro 5: Quantidade de bens tombados pelo IPHAN no Brasil por décadas.....	34
Quadro 6: Património Mundial no Brasil pela UNESCO	36
Quadro 7: Classificação tipológica das legislações do património cultural.....	42
Quadro 8: Representação da paisagem na Convenção Europeia da Paisagem	50
Quadro 9: Turismo cultural no Brasil	60
Quadro 10: Bens tombados pelo IPHAN em Alagoas	71
Quadro 11: Referências culturais imateriais no Estado de Alagoas	77
Quadro 12: Principais atrativos turísticos em Maceió	79
Quadro 13: Municípios e locais que foram aplicados os questionários	85
Quadro 14: Sítios Arqueológicos na região do Alto Sertão Alagoano (2011)	88
Quadro 15: Demografia no município de Delmiro Gouveia.....	93
Quadro 16: Associação dos Artesãos de Delmiro Gouveia Limitada – ARTDEL.....	106
Quadro 17: Plano de ação 2009: Departamento de Cultura.....	113
Quadro 18: Plano de ação 2009: Departamento de Turismo	114
Quadro 19: Unidades Especiais de Preservação Cultural e Zonas Especiais do Património Cultural	116
Quadro 20: Governança Turística no município de Delmiro Gouveia	118
Quadro 21: Potencial turístico em Delmiro Gouveia: área urbana	120
Quadro 22: Potencial turístico em Delmiro Gouveia: Povoado Porto da Barra	120
Quadro 23: Potencial turístico em Delmiro Gouveia: Sítio Histórico de Angiquinho	121
Quadro 24: Potencial turístico em Delmiro Gouveia: Povoado Salgado.....	121
Quadro 25: Potencial turístico em Delmiro Gouveia: Comunidade Olho D’Águinha (Mirante do Talhado).....	121
Quadro 26: Hospedagem em Delmiro Gouveia	123
Quadro 27: Origem e número de visitantes: Sítio Histórico de Angiquinho	128
Quadro 28: Número de visitantes: Fábrica da Pedra (2006-2015)	130
Quadro 29: Origem e número de visitantes: Museu Regional Delmiro Gouveia	133

Quadro 30: Origem e número de visitantes: Casa da Arte Telma Neiva de Oliveira.....	134
Quadro 31: Serviços turísticos oferecidos pelos municípios que influenciam as atividades turísticas em Delmiro Gouveia.....	136

ÍNDICE DE ANEXOS

ANEXO I – Trecho da carta enviada pelo Conde das Galveias em 5 de abril de 1742	
.....	160
ANEXO II – Quadros com informações do património e turismo do estudo de caso	
.....	161
ANEXO III – Hino municipal de Delmiro Gouveia	174
ANEXO IV – Divulgação do património e turismo em Delmiro Gouveia	175
ANEXO V – Mapas de localização do património cultural em Delmiro Gouveia	179

INTRODUÇÃO

O estudo acerca do patrimônio contribui no reconhecimento da herança cultural e histórica da sociedade. Ele apresenta as transformações e ações que ocorreram no passado e que atualmente se manifestam como símbolo da cultura histórica da nação. A preservação e valorização dos bens são desafios que tem levado muitos pesquisadores a refletirem e estudarem essa temática, a fim de contribuir para a sua permanência.

Ao considerar a importância do patrimônio, as ações de proteção são essenciais para a sua conservação. O processo de defesa ocorre principalmente através de órgãos oficiais destinados a realizarem autenticação dos bens, com elaboração de decretos e leis, esses que garantem juridicamente sua permanência. Diante disso, muitos gestores dos territórios têm investido em instrumentos de identificação dos bens com a finalidade de manter esse tesouro.

O turismo tem contribuído na proteção e valorização dos bens culturais. Ele proporciona investimentos na melhoria da infraestrutura do lugar e leva a sociedade a ter conhecimento do acervo histórico-cultural. Essas ações são importantes no processo de salvaguarda do patrimônio, além de colaborarem para a economia local e regional.

Nessa perspectiva, pensou-se numa pesquisa que estudasse o patrimônio cultural e seu reconhecimento por meio do turismo. A proposta do tema “Patrimônio Cultural como Recurso Turístico: estudo de caso em Delmiro Gouveia – Alagoas (Brasil)” tem como objetivo revalorizar o patrimônio cultural presente no município de Delmiro Gouveia, Alagoas, através do conhecimento dos bens patrimoniais e das atividades turísticas existentes nesse território. Assim, questionamo-nos as ações presentes no reconhecimento dos bens. O que é valorizado atualmente? Como podemos pensar a revalorização do patrimônio cultural? Essas são algumas indagações usadas nesta investigação.

A metodologia utilizada baseou-se em três fases. Na primeira, realizou-se a recolha e leitura das bibliografias de referências acerca dos diversos tipos de patrimônio, as entidades que tratam desse tema, da noção de espaço e sua relação imagem-símbolo dos lugares, e a ideia de turismo. Na segunda etapa, efetuou-se pesquisa de campo no território investigado para coleta de informações do patrimônio e turismo, com visitas aos órgãos públicos e nos locais que são realizadas as atividades turísticas. Na terceira fase, realizou-se o tratamento dos dados recolhidos com aplicação de técnicas estatísticas e elaboração de cartografia com recurso às ferramentas SIG, e utilização do *software* ArcGis 10.3.1.

Para melhor entendimento acerca da temática estudada, a dissertação é estruturada em duas partes. Na primeira, são apresentados os dois primeiros capítulos que contemplam o

enquadramento teórico e conceptual, com objetivo de conhecer os debates existentes do patrimônio, e com análise da bibliografia e das entidades que cuidam do patrimônio e turismo.

O primeiro capítulo reflete a respeito do patrimônio, e analisa seus diversos contextos. Ele considera o histórico e a evolução do conceito nos âmbitos internacional e brasileiro; apresenta a relação existente entre patrimônio cultural e os lugares, e discorre acerca dos bens naturais. O segundo capítulo reflete acerca da noção de espaço, imagem e turismo; observa a relação presente entre espaço e imagem que resulta na representação simbólica dos lugares; apresenta o turismo como valorização do patrimônio.

A segunda parte da pesquisa é composta pelos capítulos três e quatro que tratam do estudo de caso. Ela tem como objetivo apresentar o patrimônio e turismo existente em Delmiro Gouveia, com informações importantes para a revalorização dos bens patrimoniais. O terceiro capítulo trata do patrimônio e turismo a nível estadual, regional e local; com uma análise dos bens e das atividades turísticas no Estado de Alagoas, na região do Baixo Rio São Francisco em Alagoas e na região do Alto Sertão Alagoano. O quarto capítulo apresenta o patrimônio e turismo no município de Delmiro Gouveia, e a influência dos territórios circunvizinhos nas suas atividades turísticas.

Contudo, a investigação suporta-se num conjunto de informações que apresentam os diversos contextos do patrimônio e turismo, com análise acerca desses temas no município de Delmiro Gouveia. Os resultados apontam para importância das informações históricas, essas que fazem desse município um atrativo turístico na região do semiárido alagoano.

PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL

CAPÍTULO 1 – O PATRIMÓNIO E SEUS DIVERSOS CONTEXTOS

1.1 Histórico e evolução do conceito de património

A palavra património na sua origem está conectada, segundo Choay (2015: 11) “às estruturas familiares, económicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo”. Ela é assinalada como património histórico, definida como a associação dos objetos do passado que contribui na acumulação de riquezas que vão representar os conhecimentos da sociedade, essa que está em constante transformação (Choay, 2015). Apresenta assim, o património como herança do passado, sendo a representação do valor existente construído pela sociedade.

Ao olhar o património como herança são abordados os factos ocorridos no passado que deram origem mais tarde na preservação dos bens patrimoniais. Como exemplo de fundações e organizações para proteção de construções antigas, tem-se a “Society for the Protection of Ancient Buildings – SPAB” e a “National Trust”, heranças britânicas que, segundo Harvey (2001: 5) “however viable and laudable the heritage ideals associated with this movement are, they constitute a partial spectrum of the wider potential of the heritage field”.

A noção de património aparece na década de 70, com suas raízes na reestruturação da economia mundial. Nesse sentido, ele é apresentado de três formas: na primeira o património está conectado ao mercado comercial; na segunda ele é exposto como um aspeto da indústria do lazer em expansão; na terceira ocorre o encerramento do debate conceptual com objetivo de acelerar a economia (Harvey, 2001). Essas formas resultaram no processo apenas de identificação dos bens, sendo a análise histórica aprofundada do património deixada em segundo plano, por essa requerer mais tempo.

O debate sobre espaço urbano está presente no processo de investigação e definição do património histórico, surgindo após as transformações ocorridas pela revolução industrial. Para Choay (2015: 193) “a noção de património urbano histórico constitui-se na contracorrente do processo de urbanização dominante. Ela é o culminar de uma dialética da história e da historicidade que se joga entre três figuras [...] da cidade antiga”; sendo essas: “*memorial, histórica e historial*”.

A figura memorial é representada, de acordo com Choay (2015: 194) pelas descobertas de Ruskin que, “ao longo dos séculos e das civilizações, sem que aqueles que a edificavam ou a habitavam tivessem essa intenção ou disso estivessem conscientes, a cidade representou o papel memorial de monumento”. Nas cidades encontram-se imensas construções com

arquitetura que representa a sociedade que ali habitava. Sobre a definição de memória, Ghirardello e Spisso (2008: 13) escrevem que ela “é a imagem viva de tempos passados ou presentes. Os bens, que constituem os elementos formadores do património, são ícones repositórios da memória, permitindo que o passado interaja com o presente, transmitindo conhecimento e formando a identidade de um povo”. A memória está simbolizada na paisagem, essa que se transforma com as ações da comunidade ao longo do tempo.

A memória cultural contribui para o entendimento do contexto social e histórico do passado. Nesse sentido, o património pode ser entendido como um “(...) prospective memory, as tokens that represent a desired future – reflecting both future pasts and past futures. The act of conferring the label ‘heritage’ onto something – whether physical or otherwise – provides a sense of purpose” (Harvey, 2008: 21). Ele apresenta informações do ocorrido e contribui para o planeamento das ações futuras.

A figura histórica é dividida, de acordo com Choay (2015) em dois papéis: propedêutico, e museológico. No papel propedêutico, “a cidade pré-industrial surgia então como um objecto pertencente ao passado e a historicidade do processo de urbanização que transforma a cidade contemporânea é assumida na sua dimensão e positividade” (Choay, 2015: 196). Já no papel museológico, “a cidade antiga, ameaçada de desaparecimento, é concebida como um objeto raro, frágil, precioso para a arte e para a história (...). Ao tornar-se histórica, ela perde a sua historicidade” (Choay, 2015: 204). A figura historial para Choay (2015: 207) “constitui a base de qualquer interrogação actual, não apenas sobre o destino dos antigos tecidos urbanos, mas sobre a própria natureza dos estabelecimentos a que se continua hoje a chamar cidades”.

A noção de património ocorre na época do surgimento do Estado-nação. Nessa ocasião, segundo Claval (2007: 88) “initially the emphasis was placed on its non-material components, such as language, popular poetry, popular music. However by the mid-nineteenth century, the material bases of daily life, such as, tools, artefacts and houses, began to be incorporated into the idea of heritage”. Os bens materiais foram sendo reconhecidos como instrumentos de interpretação do modo de vida de um povo, e simboliza os costumes e as crenças de cada civilização.

A concepção de património engloba diferentes contextos presentes no espaço, pois seu conceito é “[...] amplo e inclui tanto o ambiente natural como o ambiente cultural. Abrange paisagens, locais históricos, sítios e ambientes construídos, bem como a biodiversidade, colecções, práticas culturais passadas e continuadas, conhecimentos e experiências vividas” (Araújo, 2007: 02). Para Ghirardello e Spisso (2008: 13) património “são todos os bens, materiais e imateriais, naturais ou construídos, que uma pessoa ou um povo possui ou consegue

acumular”. Os bens culturais (material e imaterial) e os naturais ganharam espaço e hoje estão presentes nos processos de reconhecimento, proteção e valorização¹ do património.

O debate sobre o património no contexto internacional abrange discussões que deram origem as primeiras apreciações do que poderia ser considerado como património, a exemplo dos monumentos. Segundo Corrêa (2012: 79) “os debates internacionais ocorrem em encontros de especialistas, realizados por diversas entidades, e resultam em documentos que comumente são chamados Cartas, Convenções e Recomendações”. Entidades como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, Organização das Nações Unidas – ONU, Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura – OEI, o Conselho da Europa – COE, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, entre outras, contribuem na gestão do património através da realização de seu reconhecimento, preservação e valorização.

No Brasil, o tema património está presente em todo o território nacional e o IPHAN é a entidade responsável pela proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. A mesma entidade é encarregada de realizar o tombamento² dos bens patrimoniais e tem a missão de “promover e coordenar o processo de preservação do patrimônio cultural brasileiro para fortalecer identidades, garantir o direito à memória e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país” (IPHAN, 2016b).

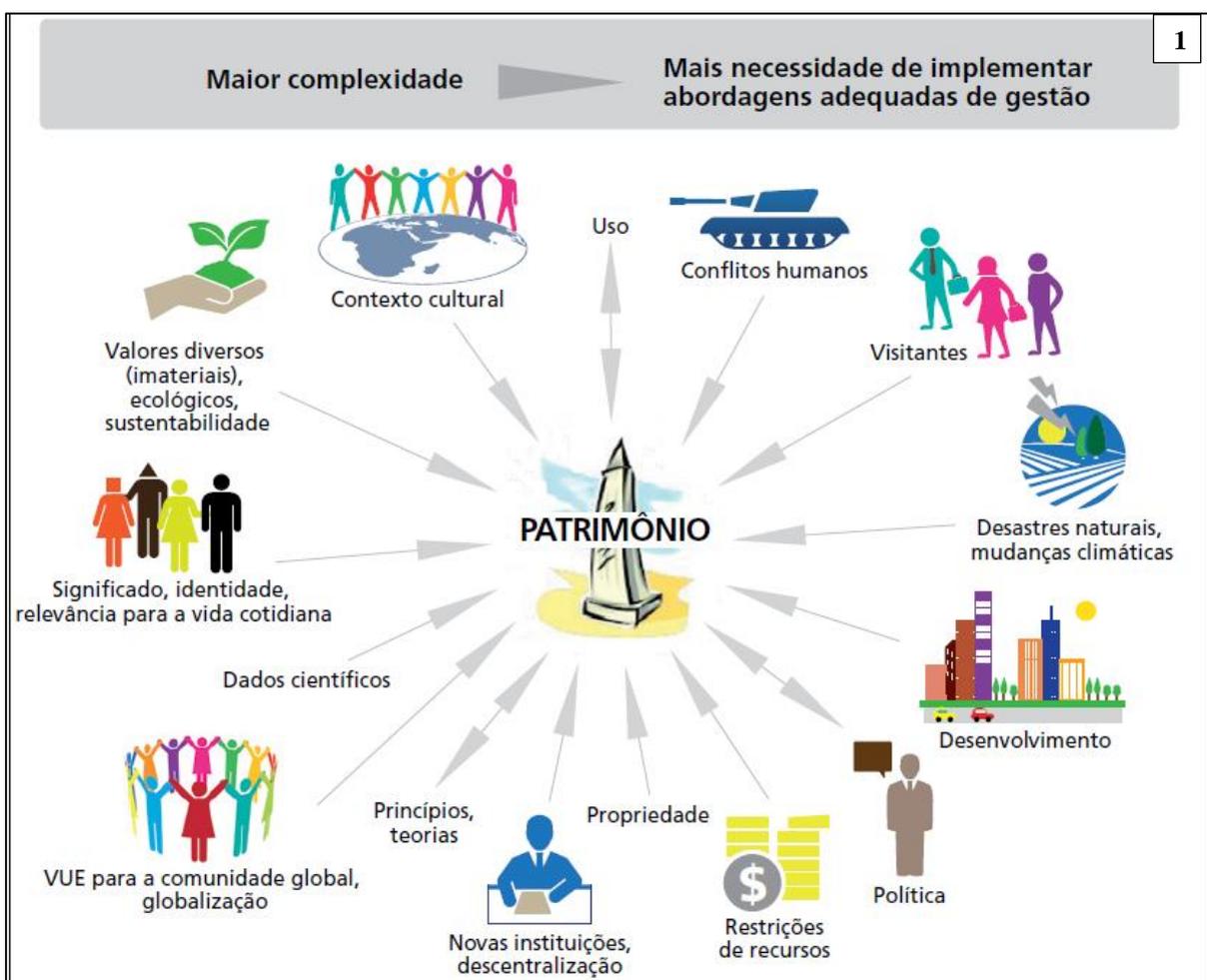
O entendimento do que é património foi definido cronologicamente em todo o mundo, e no último meio século sua definição ganhou uma ampliação significativa. Inicialmente, os monumentos individuais e os edifícios eram vistos isoladamente. Atualmente, esses bens são considerados patrimónios a partir da sua interação com o ambiente e a sociedade (UNESCO Brasil, 2016). O património envolve diferentes contextos de vida e resulta em diversas paisagens culturais, pois segundo Harvey (2001: 15) “(...) heritage is a present-centred cultural practice and an instrument of cultural power”. Ele é gerido por entidades públicas e privadas, com objetivo de promover sua permanência.

¹ Valorização no contexto do património é entendido, de acordo com Vieira (2008: 479) como “(...) um processo de interação que assenta em três pilares fundamentais: Conhecimento; Salvaguarda e Gestão/Dinamização”. A mesma autora ainda defende que valorizar é “(...) criar uma plataforma de comunicação entre diferentes agentes sociais (Especialistas; Estado e Comunidade) cujo objetivo primordial é a fruição e partilha do Patrimônio Cultural”.

² De acordo com o IPHAN (2015) “tombamento é o instrumento de reconhecimento e proteção do patrimônio nacional mais tradicional [...], os bens tombados se subdividem em bens móveis e imóveis, sendo que entre esses estão incluídos equipamentos urbanos e de infraestrutura, paisagens naturais, ruínas, jardins e parques históricos, terreiros e sítios arqueológicos”. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>>. Acesso: 11 de dezembro 2015.

Com isso, a gestão do patrimônio ganhou uma nova perspectiva em relação a sua proteção. Segundo a UNESCO Brasil (2016: 16) “os locais considerados patrimônio não podem ser protegidos de maneira isolada ou como peças de museu, resguardados de desastres (naturais ou provocados pela humanidade) ou excluídos do planejamento do uso da terra. Também não podem ser separados das atividades de desenvolvimento, isolados de mudanças sociais ou desvinculados das preocupações das comunidades”. Os bens quando protegidos isoladamente acabam por se desvalorizar, pois o patrimônio para ser reconhecido e valorizado precisa estar inserido na conjuntura ao qual faz parte. As ações a serem tomadas precisam levar em consideração todo o contexto no qual o patrimônio se encontra inserido para que ele seja preservado.

A figura 1 expõe alguns exemplos de questões antigas e novas do patrimônio, e alerta para a necessidade de uma gestão que considere diversos fatores, a exemplo dos naturais e sociais, que envolvem o patrimônio.



Fonte: UNESCO Brasil, 2016: 18.

Figura 1: Alguns exemplos de questões antigas e novas do patrimônio

Atualmente são os grupos e comunidades que determinam a escolha do que venha a ser patrimônio. Através da leitura feita por eles, são apresentados os bens, esses que são reflexos da memória da sociedade, que têm o seu valor atribuído pelos profissionais/especialistas por meio dos inventários patrimoniais (Vieira, 2008). De acordo com Deacon e Smeets (2013: 132) “community involvement in identification and management of both tangible and intangible heritage is widely thought to encourage the use, practice, and transmission of this heritage, and reinforce local commitment to present and future investment in its safeguarding or conservation”. A contribuição da sociedade na salvaguarda do patrimônio é fundamental para a sua permanência, pois é ela quem está em contato direto com os bens e que têm capacidade de levar aos órgãos responsáveis o conhecimento do patrimônio existente em cada lugar.

Portanto, a definição do que pode ser considerado patrimônio apresenta-se em diversos contextos temporais e em diversas escalas. É necessário o seu conhecimento nos estudos que pretendem realizar uma análise do que venha a ser patrimônio, por ser norteador na contribuição do reconhecimento jurídico, esse essencial para a implementação de políticas de valorização e preservação da memória de um povo.

1.1.1 A internacionalização do patrimônio

As práticas patrimoniais inicialmente eram representadas pelos monumentos e monumentos históricos, com evidência nesta ocasião, o patrimônio edificado. O entendimento do termo monumento no seu sentido original, segundo Choay (2015: 17) “é o latim *monumentum*, ele próprio derivado de *monere* (advertir, recordar), o que interpela a memória”. Riegl (2014: 31) afirma que “por monumento [...] entende-se uma obra criada pela mão do homem e elaborada com o objetivo determinante de manter sempre presente na consciência das gerações futuras algumas ações humanas ou destinos (ou a combinação de ambos)”. Ambas colocações apresentam o monumento como lembrança material produzida pela sociedade.

Ao diferenciar o termo monumento dos monumentos históricos, Choay (2015: 25) escreve que “o monumento tem por finalidade fazer reviver no presente um passado engolido pelo tempo. O monumento histórico mantém uma relação diferente com a memória viva e com a duração”. Assim sendo, eles fazem parte do patrimônio construído cronologicamente.

A expressão monumentos históricos apareceu pela primeira vez em 1790, no período da Revolução Francesa (Choay, 2015). Sua conceção era entendida por meio dos edifícios medievais, esses considerados como obras de arte e heranças históricas. Nesse sentido, segundo

Sant’Anna (2009: 50) “os saberes e as práticas que os rodeiam institucionalizaram-se e, com a criação dos primeiros instrumentos de preservação – museus e inventários –, surgiu e consolidou-se a ideia de património nacional”. Esses instrumentos de proteção que contribuíram na permanência dos patrimónios da época da Revolução Francesa ainda são bastante utilizados na atualidade, por serem ferramentas eficientes na conservação dos bens.

No século XX, os monumentos históricos são apresentados como herança, e no final da Segunda Guerra Mundial tem-se o aumento dos bens com a adesão de bens de origem arqueológica e da arquitetura erudita e popular. As categorias de edifícios ganharam novas denominações em relação a arquitetura: menor, vernacular e industrial, apresentando o património nesse momento “conjuntos edificados e o tecido urbano” (Choay, 2015: 12-13).

Ainda no século XX, o património monumental ganha o sentido de valor. Esse processo de estima é apresentado por quatro valores: nacional, cognitivo, económico e artístico (Choay, 2015), que contribuem na busca da conservação e preservação dos monumentos, além da consideração simbolizada nesses monumentos históricos.

O valor nacional do património monumental é considerado o mais importante. De acordo com Choay (2015:119) “é ele que, do princípio ao fim, inspirou as medidas conservatórias tomadas pelo Comité de Instrução Pública, foi ele que justificou o inventário e a verificação de todas as categorias heterogêneas da «sucessão»”. Apresentado esse quadro em França, o valor nacional foi essencial para a tomada de preservação do património nessa nação, sendo mais tarde adotada por outros países.

O valor cognitivo e o valor económico dado ao património monumental são diferenciados. O primeiro está conectado ao saber, com os diversos conhecimentos e formações educativas, e o segundo oferece modelos para serem utilizados pela indústria e na promoção turística (Choay, 2015).

O valor artístico dado ao património monumental considera a beleza, a estética apresentada pela arte (Choay, 2015). O valor de arte do monumento segundo Riegl (2014: 35) “(...) é medido pelo modo como ele atende às exigências do querer moderno da arte, exigências essas que não foram formuladas claramente e que, a rigor, nunca o serão, pois mudam constantemente de sujeito para sujeito e de momento para momento”. Ele é atribuído de acordo com o olhar de quem o observa.

A princípio, o debate sobre a noção de monumentos históricos estava presente até então no território europeu, e ao longo dos anos foi expandido para outros continentes, a exemplo da Ásia em 1870. Nesse período, os Estados Unidos inicia o processo de proteção do património

natural, porém a conservação do patrimônio edificado ainda não era do interesse desse país. Em 1970, a China começa a valorizar seus monumentos históricos (Choay, 2015).

Foi em França, no dia 31 de dezembro de 1913, que foi criada a Lei 1.913. Essa é a primeira lei europeia de proteção do patrimônio nacional, e apresenta diretrizes que estabelecem regras de impedimento de alterações dos monumentos históricos, servindo como base para a criação de novas leis. Ela também foi referência nas políticas de conservação do patrimônio em todo o mundo (Sant’Anna, 2009).

Um marco importante para as questões do patrimônio mundial é a criação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, em 1945. Segundo Corrêa (2012: 79) sua criação teve como objetivo “[...] fomentar uma cultura de paz e solidariedade entre a humanidade, buscando-se prevenir a eclosão de uma nova guerra mundial”. A UNESCO é a maior organização internacional no campo de ação da ciência, educação e cultura. Ela promove as Convenções Internacionais para a proteção do patrimônio mundial cultural e natural.

Em 1949, foi criado o Conselho da Europa com o propósito de “promover a defesa do Direitos Humanos e concluir acordos à escala europeia para alcançar uma harmonização das práticas sociais e jurídicas em território europeu” (DGPIJ, 2008). Composto pelos órgãos principais: Comité de Ministros, Assembleia Parlamentar, Congresso dos Poderes Locais e Regionais e Secretariado-Geral, atualmente o COE integra 47 países membros, além de outros países considerados Estados Observadores, sendo a “mais antiga organização política do continente europeu”, com realização de convenções necessárias para preservação do patrimônio cultural (GEPAC, 2016).

Outra organização importante na defesa do patrimônio é a Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura – OIE. Criada em 1949, a OEI atua na “cooperação entre os países ibero-americanos no campo da educação, da ciência, da tecnologia e da cultura no contexto do desenvolvimento integral, da democracia e da integração nacional” (OEI Brasil, 2016). Ela realiza anualmente a Conferência Ibero-americana de Cultura, onde são firmados compromissos no domínio da cultura. Fazem parte dessa organização os seguintes Estados-membros: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Chile, República Dominicana, Equador, El Salvador, Espanha, Guatemala, Guiné Equatorial, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, Uruguai e Venezuela (OEI Brasil, 2016).

As conferências internacionais são fontes importantes no debate sobre o patrimônio em todo mundo. Entre as décadas de 30 e 60, foram realizadas duas Conferências Internacionais para a conservação dos Monumentos Históricos. A primeira ocorreu na cidade de Atenas em

1931 (contou apenas com representantes europeus), e a segunda aconteceu na cidade de Veneza em 1964 (contou com a participação de três países não europeus: Perú, Tunísia e México). Porém, só quinze anos depois da segunda conferência é que ocorreu a assinatura da Convenção do Patrimônio Mundial, que na ocasião contou com oitenta países distribuídos nos cinco continentes (Choay, 2015).

Como resultado das duas primeiras conferências citadas, tem-se a Carta de Atenas (1931) e a Carta de Veneza (1964). A Carta de Atenas de acordo com Dias (2008:10) “frisa a necessidade de conservação de um monumento através da manutenção permanente do mesmo e dos elementos que o constituem e que a ele estarão associados”. Ela ainda é conhecida, segundo Corrêa (2012: 79) como o “primeiro documento internacional relacionado à preservação do patrimônio cultural [...] e registra princípios gerais para restauração, com especial atenção para a condenação das reconstruções integrais de monumentos e a defesa da conservação como princípio fundamental”. A segurança da conservação dos bens é fundamental para sua continuidade, sendo a Carta de Atenas representação dessa necessidade.

No que se refere à Carta de Veneza, Dias (2008: 10) escreve que ela “surge como uma das mais importantes referências no domínio da recuperação e valorização, registrando-se, através deste documento, uma noção de monumento histórico extensiva a unidades comunitárias inevitavelmente associadas num conjunto patrimonial comum”. A Carta de Veneza simboliza a fase da consagração do monumento histórico (Choay, 2015). Ela reforçou a abrangência do conceito de patrimônio e alterou a noção de monumento histórico.

Sobre a definição da noção de monumento histórico, a Carta de Veneza (1964) coloca em seu artigo 1º que “a noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural” (IPHAN, 1964: 01-02). Assim, afirma que os monumentos históricos englobam todos os bens que representam a história do lugar.

Na inserção dos monumentos históricos na contemporaneidade, a prática de reutilização apresenta-se como uma solução por proporcionar o uso do espaço para fins que contribuem na preservação do lugar, sendo possível assim, manter e valorizar o patrimônio antigo. Segundo Choay (2015: 236-237) “a prática da reutilização deveria ser objecto de uma pedagogia particular. Ela depende do bom senso, mas também de uma sensibilidade inscrita na longa duração das tradições urbanas e dos comportamentos patrimoniais”. Por exemplo, uma estação

ferroviária desativada pode ser transformada em museu histórico, o que valoriza assim esse bem cultural.

As cidades históricas são exemplos de transformação/reutilização. Seus conjuntos de edifícios antigos ganham valorização por meio de adaptações que trazem novas funcionalidades. Nesse sentido, Choay (2015: 238-239) escreve que “a cidade histórica tanto é, como o monumento individual, transformada em produto de consumo cultural [...] como pode ser reinvestida com fins económicos, que beneficiam simbolicamente do seu estatuto histórico e patrimonial, mas sem lhe estar subordinados”. No processo de reutilização do bem, é fundamental que seu uso contribua para sua preservação.

Nessa expectativa, reutilizar é manter um símbolo do passado em transformação/adaptação no presente, com o encontro do antes e depois de uma dinâmica que, no antes simbolizava um modo de vida, que por meio das transformações espaciais, ganha nova forma, novas funcionalidades.

Os monumentos históricos passaram por diversas contextualizações de integração e valorização que contribuiram para as definições do património atual. O quadro 1 apresenta as múltiplas formas de valorização e integração do património na vida contemporânea.

Quadro 1: Integração e valorização do património na contemporaneidade

Património			
Múltiplas formas de valorização	Características	Integração na vida contemporânea (reutilização)	Características
Conservação e restauro	- Fundamentos de qualquer valorização.	Património industrial	- Valor afetivo de memória, e documental.
Encenação	- Fundamento da arte urbana. Apresenta o monumento como um espetáculo, de o dar a ver da forma mais favorecida.	Edifícios pré-industriais	- Reutilização, encontro de destinação aos edifícios antigos. Rentabilidade e funcionalidade.
Animação	- Presente no interior do edifício, a fim de o tornar melhor e mais facilmente consumível. Tendo como método a mediação, esse que busca facilitar o acesso às obras por meio de intermediários.	Cidades e conjuntos antigos	- Os centros e bairros históricos antigos manifestam uma imagem privilegiada e sintética.
Modernização	- Procedimento novo, que coloca no corpo das velhas construções um implante regenerador.		
Rentabilização	- Denominador comum de todas as modalidades da valorização. Vai do aluguer dos monumentos à sua utilização enquanto suporte publicitário.		
Entrega	- Rentabilização e fácil acessibilidade.		

Fonte: Choay (2015). Adaptado pela autora.

A integração do património na contemporaneidade, como apresentado no quadro 1, engloba as diferentes atividades culturais. Ela valoriza os bens culturais materiais e imateriais, através da concretização de diversas atividades de promoção do património. A realização de eventos e o aproveitamento dos edifícios históricos na promoção das manifestações culturais são exemplos de reutilização dos bens.

Em 1972, ocorreu a Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural realizada pela UNESCO. Essa Convenção apresentou as definições do património cultural e natural (quadro 2), e “(...) introduziu na legislação internacional a ideia de que uma parte do patrimônio do mundo era tão importante que tinha valor para toda a humanidade, e a responsabilidade por sua gestão ia além da esfera nacional, ainda que a responsabilidade primária coubesse à nação que abrigasse o bem” (UNESCO Brasil, 2016: 33).

Quadro 2: Definições do património cultural e natural pela UNESCO em 1972

Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural	
Património Cultural	
Os monumentos	- Obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência.
Os conjuntos	- Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência.
Os locais de interesse	- Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.
Património Natural	
	<ul style="list-style-type: none">• Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico.• As formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação.• Os locais de interesse naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excepcional do ponto de vista a ciência, conservação ou beleza natural.

Fonte: UNESCO (1972). Adaptado pela autora.

Através das definições dos patrimónios culturais e naturais apresentadas pela UNESCO, é possível concluir que esses bens englobam todos os símbolos que representam a especificidade da natureza e a história do lugar, sendo a formação da cultura de cada localidade importante para a sociedade global.

Em 1986 é elaborada a Carta de Washington, documento importante que organizou diretrizes para a preservação das cidades históricas. Essa Carta teve como finalidade definir

“(…) os princípios e os objetivos, os métodos e os instrumentos de ação apropriados a salvaguarda a qualidade das cidades históricas, a favorecer a harmonia da vida individual e social e a perpetuar o conjunto de bens que, mesmo modestos, constituem a memória da humanidade” (IPHAN, 1986). Ela evidenciou a importância da participação da população local no sistema de preservação do patrimônio (César; Stigliano, 2010).

No processo de reconhecimento do que pode ser considerado patrimônio, a autenticidade se apresenta como fundamental na identificação dos bens. Um exemplo da presença do debate sobre a autenticidade dos bens patrimoniais são as Diretrizes Operacionais, essas que são base de todas as decisões relacionadas a aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial, e que pode ser revista a qualquer momento pelo Comité do Patrimônio Mundial.

A autenticação é utilizada como critério de qualificação fundamental para inclusão de sítios³ na Lista do Patrimônio Mundial (Labadi, 2010). No período de 1977-1994 foram apresentados segundo Labadi (2010: 70) “ (...) four degrees of authenticity, in particular those related to authenticity of materials, do not take into account non-European approaches that do not consider the authenticity of a property as lying essentially in its original materials. Hence the importance of the 1994 Nara Conference”. Esses valores de autenticidade dizem respeito as manifestações artísticas e históricas, de natureza material que expressam a cultura da sociedade.

A Conferência de Nara (Japão) em 1994 contribuiu para definição de autenticidade, que resultou no Documento de Nara sobre a Autenticidade, esse que foi “conceived in the spirit of the Charter of Venice, 1963, and builds on it and extends it in response to the expanding scope of cultural heritage concerns and interests in our contemporary world” (UNESCO, 1994). Esse documento é importante por apresentar as preocupações referentes ao patrimônio cultural em todo o mundo.

O entendimento de autenticidade apresentado no Documento de Nara busca reconhecer que os valores dados aos bens que estão sendo conservados fornecem base para a avaliação da sua legitimidade. A autenticidade “appears as the essential qualifying factor concerning values. The understanding of authenticity plays a fundamental role in all scientific studies of the cultural heritage, in conservation and restoration planning, as well as within the inscription procedures used for the World Heritage Convention and other cultural heritage inventories” (UNESCO, 1994). A consideração do valor do patrimônio é fundamental no processo de

³ São considerados sítios, de acordo com a Carta de Burra (DRCN, 2016): “(...) lugar, área, terreno, paisaje, edifício u outra obra, grupo de edificios u otras obras, y puede incluir componentes, contenidos, espacios y visuales”.

autenticidade, pois o reconhecimento dos bens ocorre através da importância que é atribuída a história de vida da comunidade.

Em 1999, foi publicada a atualização da Carta de Burra (sua primeira versão foi aprovada em 1979 pelo Comité Nacional Australiano do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS, na Austrália), que oferece orientações importantes para a conservação e gestão dos sítios com significado cultural (DRCN, 2016). Essa carta é conhecida como símbolo importante no reconhecimento do valor social na questão do património, pois ela “(...) se aplica a todo tipo de sitios de significación cultural, incluyendo los naturales, indígenas e históricos que contengan valores culturales” (DRCN, 2016).

Ao identificar o património é necessário também realizar ações para a sua conservação e valorização, e o turismo aparece como recurso de promoção dessas práticas. Nesse sentido, é estabelecida em 1999, a Carta Internacional de Turismo Cultural em que, segundo César e Stigliano (2010: 82), “[...] são propostos princípios a respeito do turismo e do patrimônio. Reforça-se o valor da atividade turística na conservação e como situação econômica, de educação e de conscientização. Esse documento ressalta, ainda, a necessidade de inserção das comunidades locais como beneficiárias da atividade”.

A Carta Internacional do Turismo Cultural (1999) apresenta, de acordo com Araújo (2007: 03), os seguintes objetivos:

- “Facilitar e encorajar as pessoas envolvidas na conservação e na gestão do património a tornarem o significado desse património acessível à comunidade residente e aos visitantes;
- Facilitar e encorajar a indústria do turismo a promover e a gerir o turismo sob formas que respeitem e que valorizem o património e as culturas vivas das comunidades residentes;
- Facilitar e encorajar o diálogo entre os interesses da conservação e a indústria do turismo sobre a importância e a natureza frágil dos sítios património, das coleções e das culturas vivas, incluindo a necessidade de se lhes conseguir um futuro sustentável;
- Encorajar a formulação de planos e de políticas para o desenvolvimento de objetivos pormenorizados e mensuráveis, e de estratégias relacionadas com a apresentação e a interpretação dos sítios património e das atividades culturais, no contexto da sua preservação e conservação”.

Além dos benefícios proporcionado ao património cultural e natural, o turismo também contribui na questão económica e social, pois “el Turismo puede captar los aspectos económicos del Patrimonio y aprovecharlos para su conservación generando fondos, educando a la comunidad e influyendo en su política. Es un factor esencial para muchas economías nacionales y regionales y puede ser un importante factor de desarrollo cuando se gestiona adecuadamente” (ICOMOS, 1999). A atividade turística dinamiza o lugar e abre portas para investimentos de diversos serviços, o que resulta na melhoria económica e social.

Em 2003, a UNESCO realizou na cidade de Paris a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, essa que veio regular o tema da convenção de 1972 (que cuida dos bens tangíveis), e contempla com a nova convenção toda a herança cultural da humanidade (UNESCO, 2015). Essa convenção teve como finalidade, de acordo com o IPHAN (2003: 02), “a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial; o respeito ao patrimônio cultural imaterial das comunidades, grupos e indivíduos envolvidos”. Além da “conscientização no plano local, nacional e internacional da importância do patrimônio cultural imaterial e de seu reconhecimento recíproco; a cooperação e a assistência internacional” (IPHAN, 2003: 02). O quadro 3 apresenta a definição do património cultural imaterial encaminhado na convenção citada.

Quadro 3: Definições do património cultural e imaterial pela UNESCO em 2003

Património cultural imaterial	
Definição	Práticas, representações, expressões, conhecimentos e competências – bem como os instrumentos, objetos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, grupos e, eventualmente, indivíduos reconhecem como fazendo parte do seu património cultural.
Manifesta-se	<ul style="list-style-type: none">- Tradições e expressões orais, incluindo a língua como vetor do património cultural imaterial;- Artes do espetáculo;- Práticas sociais, rituais e atos festivos;- Conhecimentos e usos relacionados com a natureza e o universo;- Técnicas artesanais tradicionais.

Fonte: UNESCO (2003). Adaptado pela autora.

Através da definição de património cultural imaterial apresentada pela UNESCO em 2003, é possível observar que são contemplados todas as formas de manifestações culturais. Ela destaca a importância do reconhecimento do património cultural pela sociedade na definição dos bens.

A questão do património cultural imaterial aparece também em outros documentos apresentados pela UNESCO. Ele está presente na “Recomendação da UNESCO sobre a

salvaguarda da cultura tradicional e popular, de 1989, bem como a Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural de 2001, e na Declaração de Istambul, de 2002 [...]” (IPHAN, 2003: 01).

Em 2005 é publicada a Convenção Quadro do Conselho da Europa Relativa ao Valor do Património Cultural para a Sociedade. Ela teve como objetivo (dentre outros): adotar medidas apresentadas na mencionada convenção no que se refere “ao papel do património cultural na edificação de uma sociedade pacífica e democrática, bem como no processo de desenvolvimento sustentável e de promoção da diversidade cultural” (Diário da República, 2008: 6648). Nela, o património cultural é definida como sendo a constituição de “(...) um conjunto de recursos herdados do passado que as pessoas identificam, independentemente do regime de propriedade dos bens, como um reflexo e expressão dos seus valores, crenças, saberes e tradições em permanente evolução” (Diário da República, 2008: 6648-6649). O património cultural envolve a história de vida da sociedade.

Como exposto, a preocupação sobre a preservação do património está presente em todo o mundo. Ao longo dos anos foram realizadas diversas discussões na busca de melhor entendimento para realizações de ações de preservação, conservação e valorização do património. Presente nas diversas manifestações culturais materiais e imateriais, e nas riquezas naturais, o património é recurso essencial na preservação da história dos lugares. Sua conservação e valorização são importantes para que a memória dos lugares permaneçam durante muitos séculos.

1.1.2 Património no Brasil

Ao analisar o património no contexto do Brasil observa-se, de acordo com os registros, que em meados do século XVIII a questão da proteção dos monumentos históricos fazia parte das preocupações das autoridades. Por meio de uma carta enviada pelo Conde das Galveias em 5 de abril de 1742 (anexo I), para o Governador de Pernambuco Luís Pereira Freire de Andrade, é possível identificar a preocupação do Conde com a ação que iria transformar as construções deixadas pelos holandeses em um quartel (Pró-Memória, 1980). Nesse sentido, outras tentativas de defesa do património ocorreram ao longo dos anos.

Em 1924, os Estados passaram a adotar iniciativas para proteção do património cultural. Como exemplo, tem-se o Estado de Minas Gerais que foi o primeiro a organizar medidas que protegessem o património histórico e artístico das velhas cidades mineiras, que resultou em um esboço de anteprojeto de Lei Federal que ganhou grande importância, pois serviu como base

para dar origem a algumas disposições que mais tarde ganharam vigência. Outro exemplo de ações para proteção do património é o Decreto nº 22.928 de 12 de julho de 1933, que estabelece a cidade de Ouro Preto como Monumento Nacional (Pró-Memória, 1980).

É por meio da Constituição de 1934, que pela primeira vez o Património Histórico e Artístico Nacional são reconhecidos como princípio constitucional, como indicado no artigo 10 desse quadro legal (Tomaz, 2010). De acordo com a Constituição de 1934: “Art. 10. Compete concorrentemente á União e aos Estados: [...] III - proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico, podendo impedir a evasão de obras de arte”. Por intermédio dessa lei, os estados eram responsabilizados em preservar o património existente no país.

Através do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, é organizado a proteção do Património Histórico e Artístico Nacional. Esse decreto define no Capítulo I, artigo 1º o património como “o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a factos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”. O mesmo decreto ainda apresenta informações sobre tombamento e seus efeitos, o direito a preferência e outras disposições gerais.

O tombamento é importante por ser o instrumento de reconhecimento e proteção do património. Nesse sentido, Ghirardello e Spisso (2008: 19) referem que os tipos de bens tombados são:

- “Internacional: bens de interesse da humanidade, de excepcional valor, inscritos na Lista do Património Universal pela UNESCO;
- Federal: bens de interesse nacional. No Brasil, tombados pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;
- Estadual: bens de interesse estadual, tombados pelo CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico; Arqueológico; Artístico e Turístico (São Paulo);
- Municipal: bens de interesse local, tombados por órgãos de defesa do património existentes nas cidades”.

No Brasil, qualquer cidadão ou instituição pública pode solicitar o tombamento, sendo o pedido submetido a uma avaliação técnica e deliberado pelo órgão responsável pela preservação. Em caso de aprovação, o bem passa a ser inscrito em um dos livros do tomo:

livro do tombo arqueológico, etnográfico e paisagístico; livro do tombo histórico; livro do tombo das belas artes; livro do tombo das artes aplicadas (MT, 2010). O quadro 4 e a figura 2 apresentam a quantidade de bens tombados no Brasil pelo IPHAN por Estado até o mês de março 2016.

Quadro 4: Quantidade de bens tombados pelo IPHAN no Brasil até março 2016

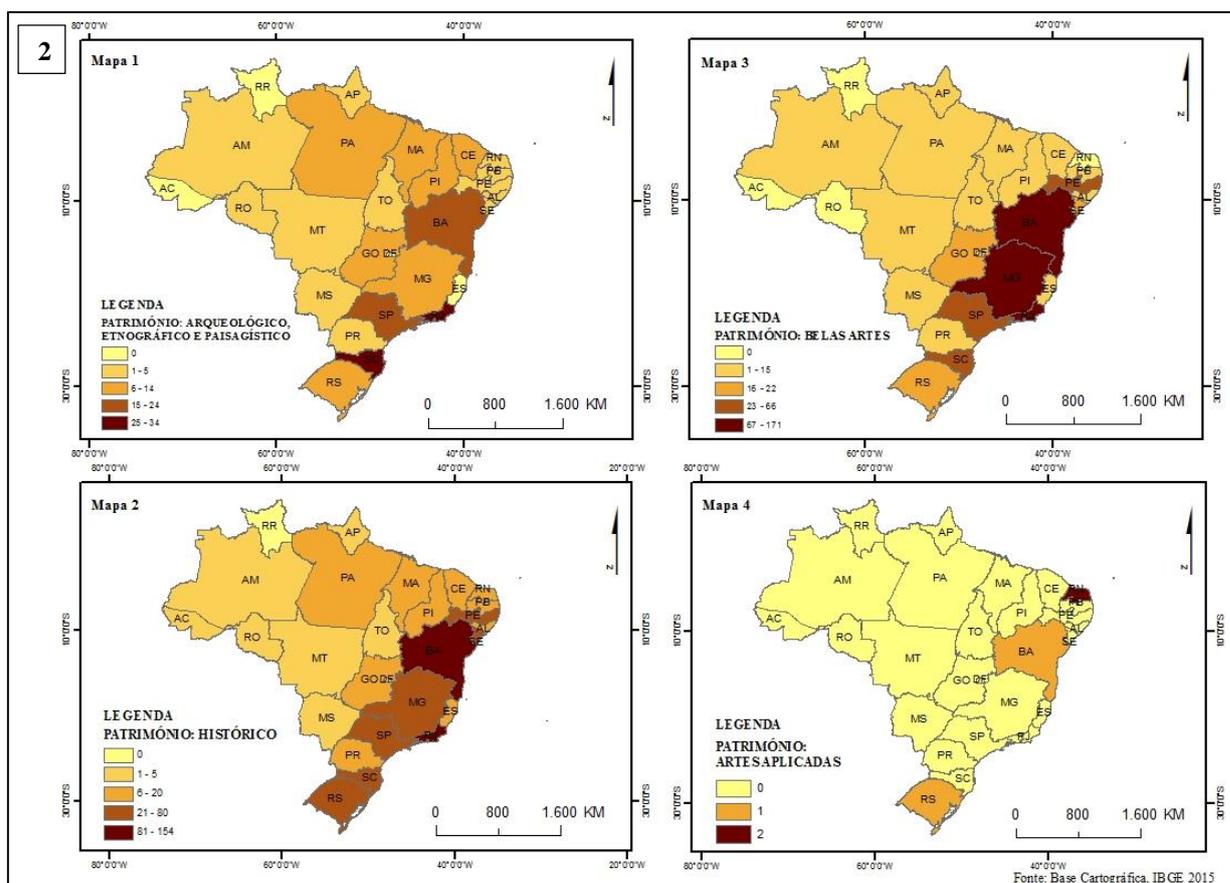
Brasil: bens tombados por Estado					
Estado	Tipologia dos bens: inscrições nos livros do tombo				Total de bens por Estado
	Arqueológico, etnográfico e paisagístico	Histórico	Belas Artes	Artes Aplicadas	
Acre (AC)	0	1	0	0	1
Alagoas (AL)	5	9	1	0	15
Amazonas (AM)	1	3	3	0	7
Amapá (AP)	1	1	1	0	3
Bahia (BA)	24	106	125	1	256
Ceará (CE)	8	11	11	0	30
Distrito Federal (DF)	0	3	1	0	4
Espírito Santo (ES)	0	11	6	0	17
Goiás (GO)	6	9	20	0	35
Maranhão (MA)	7	7	12	0	26
Minas Gerais (MG)	14	56	171	0	241
Mato Grosso do Sul (MS)	5	4	2	0	11
Mato Grosso (MT)	2	5	4	0	11
Pará (PA)	6	19	11	0	36
Paraíba (PB)	1	12	15	0	28
Pernambuco (PE)	3	41	63	0	107
Piauí (PI)	6	11	7	0	24
Paraná (PR)	4	11	12	0	27
Rio de Janeiro (RJ)	34	154	141	0	329
Rio Grande do Norte (RN)	1	13	0	2	16
Rondônia (RO)	1	2	0	0	3
Roraima (RR)	0	0	0	0	0
Rio Grande do Sul (RS)	10	26	20	1	57
Santa Catarina (SC)	32	79	66	0	177
Sergipe (SE)	3	26	22	0	51
São Paulo (SP)	20	72	57	0	149
Tocantins (TO)	1	1	1	0	3
Total	195	693	772	4	Total de Bens no Brasil 1.664

Fonte: IPHAN (2016a). Adaptado pela autora.

Das quatro tipologias de bens de inscrições nos livros de tombo, o patrimônio belas artes foi o que mais obteve a categorização de bens reconhecidos pelo IPHAN, com 772 (46,39 % do total de bens). O Rio de Janeiro com um total de 329 (19,77 % do total de bens) é o Estado com mais bens tombados; também é o que tem a maior quantidade de bens de tipologia

arqueológico, etnográfico e paisagístico com 34 (17,43 % do total dessa tipologia), e da tipologia histórico com 154 (22,22 % do total dessa tipologia).

Minas Gerais é o Estado que tem a maior quantidade de bens da tipologia belas artes 171 (22,15 % do total dessa tipologia) e o Rio Grande do Norte é o que tem mais bens classificados como artes aplicadas com um total de 2 (50 % do total dessa tipologia). O Estado de Roraima não possui nenhum patrimônio reconhecido na lista dos bens tombados pelo IPHAN até o mês de março de 2016.



Fonte: IPHAN, 2016a. Elaborada pela autora.

Figura 2: Mapas da quantidade de bens tombados pelo IPHAN no Brasil por Estado e tipologia dos bens

O reconhecimento dos patrimônios pelo IPHAN é importante para a implementação de políticas públicas para a preservação dos bens. Através da figura 2, são apresentados quatro mapas que representam a quantidade de bens reconhecidos por tipologias em todo o território nacional. O mapa 1 mostra que os Estados Rio de Janeiro e Santa Catarina são os que mais possuem patrimônios classificados como arqueológico, etnográfico e paisagístico, estando entre

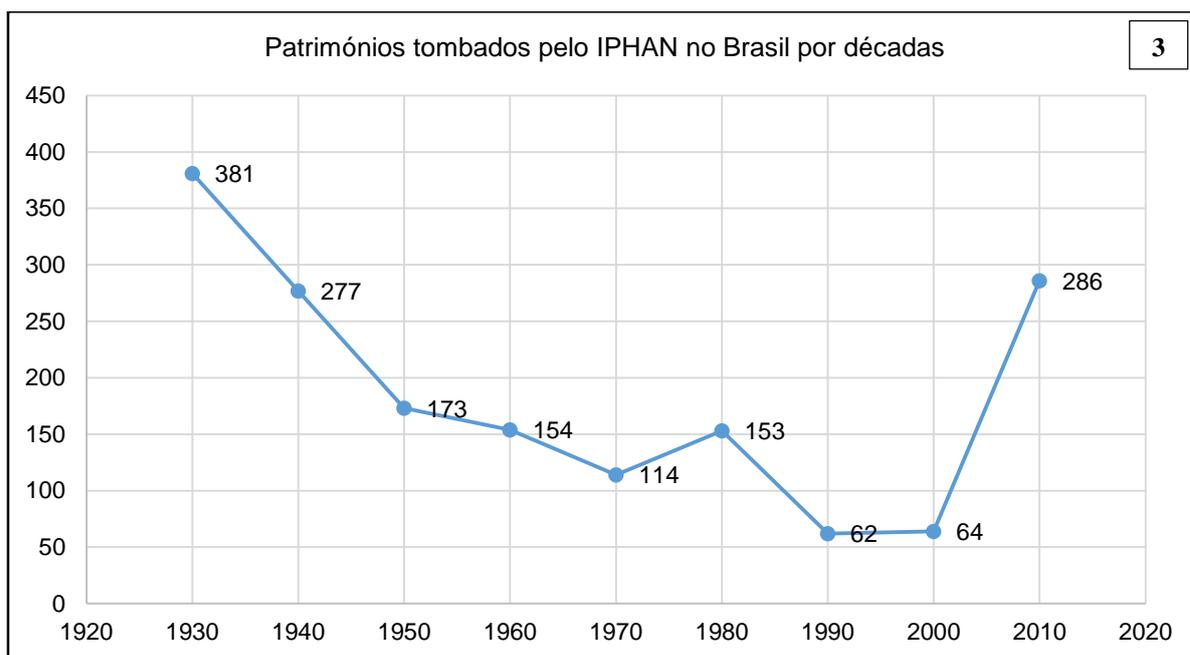
25-34 bens (33,84 % do total dessa tipologia). O mapa 2 indica que os Estados Bahia e Rio de Janeiro são os que mais têm patrimônios históricos reconhecidos, estando entre 81-154 bens (37,51 % do total dessa tipologia). O mapa 3 apresenta que os Estados Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro foram os que mais tiveram patrimônios da tipologia belas artes reconhecidos, entre 67-171 bens (56,60 % do total dessa tipologia). O mapa 4 mostra que apenas os Estados Rio Grande do Norte, Bahia e Rio Grande do Sul possuem de 1-2 bens reconhecidos.

O Brasil apresenta bens tombados pelo IPHAN desde a década de 30. O quadro 5 e a figura 3 apresentam a quantidade de bens tombados no período que vai da década de 1930 a 2010 (considerando o valor até o mês de março 2016).

Quadro 5: Quantidade de bens tombados pelo IPHAN no Brasil por décadas

Brasil: bens tombados por Estado									
Estado	Décadas								
	1930	1940	1950	1960	1970	1980	1990	2000	2010
AC	0	0	0	0	0	0	0	0	1
AL	0	2	1	4	0	2	2	4	0
AM	0	0	0	1	0	6	0	0	0
AP	0	0	0	0	0	0	0	0	3
BA	72	91	12	15	11	23	2	12	18
CE	0	1	1	2	6	8	2	7	3
DF	0	0	1	1	0	1	0	0	1
ES	0	10	4	2	1	0	0	0	0
GO	0	1	16	2	5	2	2	4	3
MA	0	4	4	3	4	3	1	2	5
MG	58	46	62	24	8	21	10	6	6
MS	0	0	0	0	3	0	3	0	5
MT	0	0	1	0	4	1	3	0	2
PA	0	10	5	7	5	5	2	0	2
PB	13	6	3	1	1	1	0	3	0
PE	52	7	9	16	7	15	1	0	0
PI	8	2	0	0	0	0	1	0	13
PR	8	7	0	2	0	4	3	0	3
RJ	146	21	30	31	43	22	11	14	11
RN	0	1	0	13	0	0	0	0	2
RO	0	0	1	0	0	0	0	2	0
RR	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RS	8	5	5	2	9	12	3	3	10
SC	8	0	2	5	2	10	1	2	147
SE	0	41	0	2	0	0	3	0	5
SP	8	22	16	21	5	14	12	5	46
TO	0	0	0	0	0	3	0	0	0
Total	381	277	173	154	114	153	62	64	286

Fonte: IPHAN (2016a). Adaptado pela autora.



Fonte: IPHAN, 2016a. Elaborada pela autora.

Figura 3: Evolução do patrimônio tombado pelo IPHAN no Brasil por décadas

Através dos dados de bens tombados por décadas, é possível observar que as décadas de 1930 e 2010 foram as que mais tiveram bens reconhecidos no Brasil pelo IPHAN. A gestão do país teve grande influência no processo de reconhecimento dos bens, pois nota-se que no período do Governo Militar (décadas de 1960, 1970 e 1980) se teve uma quantidade razoável de bens tombados, com uma quantidade de 421 (25,30 % do total de bens), e que o período do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (década de 1990 e 2000) foi o que apresentou a mais baixa quantidade de bens reconhecidos, com apenas 126 (7,57 % do total de bens tombados). Na década de 2010, nos Governos dos Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff o reconhecimento de bens voltou a subir, atingindo um total de 286 (17,18 % do total de bens tombados).

Foi no primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945) que foram realizadas as primeiras ações de preservação dos bens patrimoniais por meio do poder público brasileiro. Em 1934, foi criada a Inspeção de Monumentos Nacionais, essa que tinha como responsabilidade catalogar os edifícios que tinham valor e interesse histórico e artístico para serem considerados por meio de decretos, monumentos nacionais (Tomaz, 2010).

Também foi criado no período do governo Vargas, o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN, que começou a funcionar em 1936, porém só foi consolidado a

partir do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 (Tomaz, 2010). Atualmente, o SPHAN designa-se Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

Em 1970, foi realizado o “Encontro de Governadores sobre a Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Brasil” (Corrêa, 2012: 101), que resultou no livro intitulado “Compromisso de Brasília”. Nesse encontro, de acordo com César e Stigliano (2010: 84) reuniram-se governadores, prefeitos, e autoridades ligados a área da cultura com objetivo de reforçar “[...] o papel do Estado na proteção dos bens culturais e atribuir às universidades a pesquisa histórica e a elaboração de inventário dos bens regionais”. No final de 1970, a “preservação do acervo cultural e paisagístico do país”, ficou sobre responsabilidade da secretaria do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN (Pró-Memória, 1980:28).

Em 1972, a UNESCO desenvolve no Brasil atividades de proteção e conservação do patrimônio cultural e natural nesse território, o que resulta no reconhecimento desses patrimônios como patrimônio mundial. O quadro 6 apresenta a lista do patrimônio mundial no Brasil pela UNESCO.

Quadro 6: Patrimônio Mundial no Brasil pela UNESCO

Patrimônio Mundial no Brasil pela UNESCO			
Ano	Sítios do Patrimônio Cultural	Ano	Sítios do Patrimônio Natural
1980	A Cidade Histórica de Ouro Preto, Minas Gerais.	1986	Parque Nacional de Iguaçu, em Foz do Iguaçu, Paraná e Argentina.
1982	O Centro Histórico de Olinda, Pernambuco	1999	Mata Atlântica – Reserva do Sudeste, São Paulo e Paraná. Costa do Descobrimento - Reservas da Mata Atlântica, Bahia e Espírito Santo.
1983	As Missões Jesuíticas Guarani, Ruínas de São Miguel das Missões, Rio Grande do Sul e Argentina.	2000	Complexo de Áreas Protegidas da Amazônia Central. Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul
1985	O Centro Histórico de Salvador, Bahia. O Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas do Campo, Minas Gerais.	2001	Áreas protegidas do Cerrado: Chapada dos Veadeiros e Parque Nacional das Emas, Goiás. Ilhas Atlânticas Brasileiras: Reservas de Fernando de Noronha e Atol das Rocas
1987	O Centro Histórico da Cidade de Diamantina, Minas Gerais.		
2001	Centro Histórico da Cidade de Goiás.		
2010	Praça de São Francisco, na cidade de São Cristóvão, Sergipe.		
2012	Rio de Janeiro, paisagens cariocas entre a montanha e o mar.		

Fonte: UNESCO (2016). Adaptado pela autora.

Através das informações sobre o patrimônio mundial no Brasil, é possível observar que esses em sua maioria contemplam os bens naturais e centros históricos, o que demonstra a necessidade de investimentos na área do reconhecimento do patrimônio no Brasil por parte dos órgãos nacionais para que os demais bens existentes sejam levados ao reconhecimento mundial por meio da UNESCO.

Em 1971, foi realizado o Compromisso de Salvador que resultou em leis importantes para a proteção do patrimônio. De acordo com César e Stigliano (2010: 84) esse evento “[...] recomenda a criação de leis para ampliar as ações e usos dos bens tombados, reformulando o conceito de ambiência, pela proteção eficaz paisagística, arquitetônica e cultural. Nele, aborda-se o turismo e destaca-se a necessidade de planejar a condição ideal de utilização e divulgação”.

Como iniciativa de recuperar o patrimônio cultural urbano no Brasil, foi criado o Programa de Cidades Históricas – PCH (1973-1987), primeiro programa Federal para o desenvolvimento socioeconômico das cidades históricas. Esse programa, segundo Corrêa (2012: 121) “(...) dialogava com outros assuntos em pauta na década de 1970: o desenvolvimento urbano, regional e econômico, em um contexto de reconhecimento das consequências do crescimento urbano acelerado e concentrado, que espelhava territorialmente a má distribuição de renda existente no país”. Ele ainda contribuiu para “à revitalização dos núcleos históricos urbanos – contribuição traduzida em substanciais aportes financeiros – como no estímulo a uma sólida sistemática de descentralização e atendimento às necessidades regionais” (Pró-Memória, 1980: 27).

Em 1973, foi constituído um Grupo Interministerial com o objetivo de realizar estudos sobre a situação do patrimônio histórico no Nordeste do Brasil. O grupo buscou proteger os valores culturais existentes nesse território, com constatação que para preservar era necessário a utilização dos bens (Pró-Memória, 1980).

No dia 21 de maio de 1973, foi criado o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste por meio da assinatura da Exposição de Motivos 076-B, com previsão de duração até 1977. Esse programa considerava a utilização dos bens para fins turísticos, sendo contemplados pelo programa os Estados de Sergipe, Alagoas, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba, Ceará, Maranhão e Piauí, tendo a cidade de Recife como sede de apoio na Delegacia Regional da Secretaria de Planejamento (Corrêa, 2012; Pró-Memória, 1980). Ele ainda incentivou a elaboração do Programa de Reconstrução das Cidades Barrocas do Nordeste, motivado pela “(...) necessidade de recuperar cidades coloniais de relevante interesse histórico e artístico, e a possibilidade dessas cidades, integradas em roteiros turísticos, atraírem investimentos à região Nordeste” (Corrêa, 2012: 123).

A criação do Centro Nacional de Referência Cultural – CNRC, que iniciou seus trabalhos em 1975, sinaliza um trabalho de marcos monumentais e suas trajetórias, com análise da dinâmica cultural brasileira. O CNRC tem como características essenciais (Pró-Memória, 1980: 24):

- “Adequação às condições específicas do contexto cultural do país;
- Abrangência e flexibilidade na descrição dos fenômenos que se processam em tal contexto, e na vinculação dos mesmos às raízes culturais do Brasil;
- Explicitação do vínculo entre o embasamento cultural brasileiro e a prática das diferentes artes, ciências e tecnologias, objetivando a percepção e o estímulo, nessas áreas, de adequadas alternativas regionais”.

O CNRC desenvolveu alguns projetos que envolve as diferentes culturas. Os projetos tomaram como base “quatro Programas de Estudos: o do Artesanato, os dos Levantamentos Sócio-Culturais; o da História da Ciência e da Tecnologia no Brasil e os dos Levantamentos de Documentação sobre o Brasil” (Pró-Memória, 1980: 25). Esses programas abrangeram diversas manifestações culturais brasileiras, a exemplo do Artesanato Indígena no Centro-Oeste, e o Levantamento Ecológico e Cultural das Lagoas Mundaí e Manguaba (Pró-Memória, 1980).

A Constituição Federal de 1988 rege o patrimônio material e imaterial, com as questões do patrimônio inseridos na cultura. De acordo com a Constituição Federal de 1988, seção II da Cultura, no artigo 216, o patrimônio cultural brasileiro constitui “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico”.

A presença do tema patrimônio cultural na Constituição Federal de 1988 é essencial por essa lei ser base na tomada de decisões no Brasil.

No debate acerca da realidade apresentada pelos países da América do Sul, foram realizados alguns encontros, conhecido como Cone Sul, que resultaram em Cartas importantes sobre a questão do patrimônio. A Carta de Brasília de 1995 é um dos documentos originado do Cone Sul sobre a autenticidade da realidade regional, que representa dentre outras coisas, a “configuração de uma cultura sincretista e a de uma cultura de resistência” (IPHAN, 1995: 01).

A questão da autenticidade apresentada na Carta de Brasília aparece como um meio de alertar para a conservação e valorização do patrimônio, estando a identidade presente no reconhecimento dos bens patrimoniais. Nesse sentido, “o tema da autenticidade passa então pelo da identidade, que é mutável e dinâmica e que pode adaptar, valorizar, desvalorizar e revalorizar os aspectos formais e os conteúdos simbólicos de nossos patrimônios” (IPHAN, 1995: 02). Essa carta compreende a identidade “[...] como uma forma de pertencer e participar. É por isso que somos capazes de encontrar nosso lugar, nosso nome ou nossa personalidade, não por oposição, mas porque descobrimos vínculos verdadeiros que nos ligam ao destino das pessoas com as quais compartilhamos da mesma cultura” (IPHAN, 1995: 02).

O patrimônio cultural imaterial no Brasil está presente nos diversos documentos que marcam a trajetória da salvaguarda dessa riqueza. O período que vai de 1922 a 2006 apresenta alguns eventos que marcaram a história do patrimônio cultural imaterial no Brasil, sendo alguns deles: a realização da Semana da Arte Moderna (1922), criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN (1937), criação da Comissão Nacional de Folclore (1947), criação da Fundação Nacional Pró-Memória (1979), a Constituição Federal (1988), realização do Seminário Patrimônio Imaterial, em Fortaleza – CE (1997), instalação, na UNESCO, do primeiro Comitê Intergovernamental do Patrimônio Imaterial, do qual o Brasil é membro (2006), (Cavalcanti; Fonseca, 2008).

Em 1997 foi realizado na cidade de Fortaleza – CE, o Seminário Patrimônio Imaterial: estratégias e formas de proteção, que resultou na Carta de Fortaleza. Por meio dessa carta, foi elaborado o Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, que cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, considerado marco legal desse tipo de bens no Brasil (Cavalcanti; Fonseca 2008). Esse programa segundo Cavalcanti e Fonseca (2008: 12) “[...] compreende o Patrimônio Cultural Imaterial brasileiro como os saberes, os ofícios, as festas, os rituais, as expressões artísticas e lúdicas, que, integrados à vida dos diferentes grupos sociais, configuram-se como referências identitárias na visão dos próprios grupos que as praticam”.

Em relação às políticas culturais para o patrimônio cultural imaterial no Brasil, foi criado o Departamento do Patrimônio Imaterial pelo Decreto nº 5.040, de 6 de abril de 2004. Esse departamento é considerado como a principal estrutura governamental direcionada para a

preservação do património cultural imaterial. Pertencente ao IPHAN, é vinculado ao DPI o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP e as secretarias regionais do IPHAN (Cavalcanti; Fonseca 2008).

Os principais instrumentos das políticas para o património cultural imaterial no Brasil são: “[...] “o Registro, o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI) e os Planos de Salvaguarda” (Cavalcanti; Fonseca, 2008: 18). Eles são essenciais para à concretização das políticas de proteção dos bens.

O turismo é uma atividade que tem contribuído para a proteção do património. Assim, no que se refere a legislação turística no Brasil, a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que foi regulamentada pelo Decreto nº 7.381, de 02 de dezembro de 2010, encarrega o Ministério do Turismo de atuar na preservação das comunidades, populações tradicionais e da identidade cultural onde ocorrem as atividade turística, além de definir as políticas de integração entre a esfera pública e privada na preservação do património cultural (MT, 2010).

Considerar o património cultural imaterial nos estudos sobre o património é de suma importância, pois contribui na preservação da identidade da nação. É necessário que ocorra políticas de reconhecimento, valorização e preservação para que o património permaneça na memória da sociedade, pois segundo Cavalcanti e Fonseca (2008: 12) “o conceito de património cultural imaterial é, portanto, amplo, dotado de forte viés antropológico, e abarca potencialmente expressões de todos os grupos e camadas sociais”.

Como apresentado, a questão do património no Brasil tem sido debatida ao longo dos anos com o objetivo de reconhecer para preservar. Por ser um território de grande extensão, as políticas de preservação abarcam as diversas esferas de gestão pública: nacional, estadual e municipal, para que seja possível realizar ações que contribuam na preservação de todo o património cultural e natural.

1.2 O património cultural e os lugares

O património cultural é resultante da construção social, e por meio da sua valorização é possível preservar a memória e a identidade de uma sociedade, os valores e tradições transmitidos através da história (Fernandes e Carvalho, 2003). De acordo com Pereira (2006: 25) “o património cultural é uma expressão da cultura dos grupos humanos que recupera memórias, ritualiza sociabilidades, seleciona bens culturais e transmite legados para o futuro”.

Ele é resultado das ações exercidas pela sociedade que com o tempo ganhou valores, e que hoje representa o passado e o futuro.

O conceito de património cultural nasce no período da Revolução Francesa, e redefiniu o conceito de “folclore, cultura popular e cultura tradicional”. Ele é a representação das identidades dos grupos humanos, no sentido público comunitário e de identificação coletiva ampla, e mantêm uma “relação metafórica e metonímica com a cultura”, sendo a representação simbólica da cultura (Pereiro, 2006: 23-24).

Portanto, o património cultural é definido, segundo Ghirardello e Spisso (2008: 13) como sendo “o conjunto de bens, de natureza material e/ou imaterial, que guarda em si referências à identidade, a ação e a memória dos diferentes grupos sociais. É um elemento importante para o desenvolvimento sustentado, a promoção do bem-estar social, a participação e a cidadania”. Ele abrange as diversas demonstrações culturais e contribui para a interação da população através das trocas de saberes.

A diversidade cultural é um bem que requer sensibilização de toda a sociedade para que seja possível manter as diferentes tradições. A presença das crenças e dos valores construídos pela população são riquezas culturais que precisam ser respeitadas e estão presente nas diretrizes a serem tomadas para a preservação do património cultural. Nesse sentido, segundo Turner e Tomer (2013: 192) “cultural heritage diversity exists in time and space and demands respect for other cultures and all aspects of their belief systems. In cases where cultural values appear to be in conflict, respect for cultural diversity demands acknowledgment of the legitimacy of the cultural values of all parties”. O reconhecimento do bem cultural é uma maneira de respeitar as diferenças.

O património cultural é identificado e classificado na lista de bens tombados por instituições que promovem sua proteção. Essas organizações realizam atividades com objetivo de debater a respeito dos bens culturais na busca de os identificar e proteger.

O bem cultural engloba todas as manifestações culturais. Ele pode ser: histórico, artístico, documental, bibliográfico, arqueológico, paleontológico, científico e técnico, etnográfico. No ponto de vista político territorial: património cultural local, regional, autonómico, nacional, mundial (Pereiro, 2006). Assim sendo, o património cultural está presente nas diferentes escalas territoriais.

As legislações sobre o património cultural definem os bens de acordo com sua tipologia: materialista e culturalista. O quadro 7 apresenta a classificação tipológica de acordo com a legislação do património cultural, proposta por Pereiro (2006).

Quadro 7: Classificação tipológica das legislações do património cultural

MATERIALISTA	CULTURALISTA
<ul style="list-style-type: none"> • Bens móveis: obras de pintura, escultura, desenho, têxteis, livros, publicações, filmes, registos sonoros, etc. • Bens imóveis: monumentos, conjuntos e sítios. <p style="text-align: center;">↓</p> <ul style="list-style-type: none"> • Convenção de Paris para a Proteção do Património Mundial e Natural (1972): só refere os bens imóveis. • “Ley del Patrimonio Histórico Español” (1985). • “Ley del Patrimonio Histórico de Castilla La Mancha” (1990). <p style="text-align: center;">↓</p> <p>Esta tipologia esquece os bens culturais imateriais, e valoriza as criações estéticas extraordinárias, idolatradas pelas elites e ao serviço do Estado Nacional. Sofre portanto de um historicismo que salienta e integra o património herdado do passado, mas não tem em conta que o património também está integrado por elementos do presente que se utilizam no presente e se transmitem ao futuro.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Bens culturais móveis. • Bens culturais imóveis. • Bens culturais imateriais (saberes, conhecimentos, crenças, etc.). <p style="text-align: center;">↓</p> <ul style="list-style-type: none"> • Leis do Património Cultural de Galiza (1995), Andaluzia (1991), Catalunha (1993), Cantabria (1998), etc. • Lei do Património Cultural Português (1985). • Lei de bases do Património Cultural Português (2001). <p style="text-align: center;">↓</p> <p>Esta classificação abrange também os elementos da denominada “cultura imaterial” para converter-se em “bens culturais imateriais”.</p>

Fonte: Pereiro (2006). Adaptado pela autora.

A classificação tipológica do património cultural proposta por Pereiro (2006) entende os bens culturais em duas perspetiva. Na primeira, os bens são classificados como sendo materialista, por esses valorizarem as criações estéticas e desprezarem o património imaterial. Esse tipo de bem está ligado somente ao passado. A segunda perspetiva aborda a tipologia culturalista, essa que valoriza a cultura imaterial. Diante disso, “o património material é constituído por bens culturais móveis e imóveis”, sendo os “bens móveis: coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos”, e os “bens imóveis: núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais” (MT, 2010: 48).

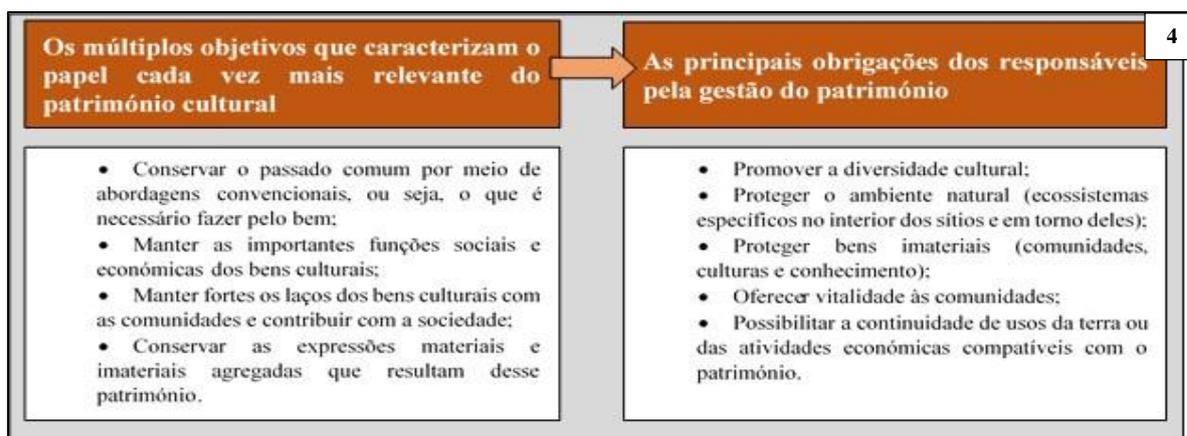
Sobre a tipologia do património cultural imaterial, Ghirardello e Spisso (2008: 13-14) dividem esses bens em três categorias:

- 1 – “Formas de expressão: literatura, música, dança, rituais, teatro, vestuário, pinturas corporais, etc.;
- 2 – Os modos de criar, fazer e viver: a culinária, o artesanato, as telhas coloniais modeladas pelas escravas nas próprias coxas, etc.;
- 3 – Criações científicas, artísticas, tecnológicas e documentais”.

As três categorias apresentadas por Ghirardello e Spisso (2008) apresentam as várias demonstrações culturais da sociedade. Elas expressam a cultura através dos costumes e crenças, da forma como a população cria algo, tanto no campo do senso comum, como no campo científico. Todas as formas de criação quando são reconhecidas pela sociedade são consideradas património cultural.

A gestão do património cultural é central no processo de reconhecimento, proteção, conservação e valorização dos bens patrimoniais. Ela pode ser realizada pela sociedade e pelos gestores dos órgãos públicos e privados, que através de ações podem salvaguardar os bens. Nesse sentido, tem-se o sistema de gestão para o património cultural que segundo a UNESCO Brasil (2016: 27), “(...) ajuda a conservar e gerir determinado bem ou grupo de bens a fim de proteger os valores do patrimônio (...), sempre que possível, expande os benefícios sociais, econômicos e ambientais desse bem. Esse engajamento amplo impede práticas prejudiciais ao patrimônio cultural e facilita a identificação e a promoção dos valores desse bem”. Ela envolve gestores, empresários e toda sociedade em geral para que sejam tomadas decisões que favoreçam a todos.

Na gestão do património é preciso considerar alguns objetivos para que as ações a serem tomadas apresentem resultados satisfatórios. A figura 4 apresenta um resumo com as principais demandas que envolvem a gestão do património cultural. Essas demandas vão desde ações de conservação dos bens, a manutenção da afetividade da comunidade com o património. Os gestores são responsáveis na promoção das atividades de proteção do património.



Fonte: UNESCO Brasil, 2016: 27. Adaptada pela autora.

Figura 4: As principais demandas que envolvem a gestão do património cultural

A presença de profissionais na área do património é fundamental no debate da gestão dos bens. Eles são mediadores e articulam “o conhecimento do ‘Passado’ com a Comunidade do ‘Presente’”, além de atribuir um estatuto de valor que tem como resultado infraestruturas, dinamização e divulgação do património (Vieira, 2008: 478). A articulação das propostas apresentadas por esses profissionais somados ao conhecimento da comunidade contribui para que a gestão dos bens culturais e naturais aconteçam.

O tema desenvolvimento sustentável tem aparecido no debate sobre a gestão do património cultural nas últimas décadas. Com o processo de globalização, o crescimento demográfico e o grande processo de crescimento urbano, a discussão sobre a preservação do património de forma sustentável tem ganho força. Nesse sentido, o entendimento do desenvolvimento sustentável em relação ao património cultural assume, de acordo com a UNESCO Brasil (2016: 23) duas formas:

“1 – Como a preocupação de sustentar o patrimônio, considerado um fim em si mesmo e parte dos recursos ambientais/culturais que devem ser protegidos e transmitidos às futuras gerações para garantir seu desenvolvimento (intrínseca).

2 – Como a possível contribuição que o patrimônio e sua conservação podem trazer para o desenvolvimento sustentável nas dimensões ambientais, sociais e econômicas (instrumental)”.

Os entendimentos apresentados pela UNESCO Brasil (2016) mostram que o património é um grande aliado na proteção dos três pilares do desenvolvimento sustentável: ambiente, social e económico, pois no processo de proteção do património são realizadas ações que contribuem para a sustentabilidade, a exemplo das políticas culturais.

As políticas culturais são importantes na preservação do património, pois abrange diversos conjuntos de manifestações culturais. Assim, segundo Pizarro e Costa (2006: 272) “se debe pensar que el Patrimonio Cultural de los pueblos se conforma de bienes tangibles e intangibles como lo son sus manifestaciones artísticas, sus restos arqueológicos, sus costumbres, sus mitos, sus creencias”. Ele envolve os modos de vida da população.

No que se refere às políticas culturais em território urbano e rural, é importante destacar que são utilizadas estratégias diferenciadas para a valorização desses territórios. No território urbano, as políticas culturais estão voltadas para a preservação do património edificado, sendo realizadas estratégias de desenvolvimento voltadas para a valorização e projeção da imagem, no plano local, regional, nacional e internacional. Nos territórios rurais, as políticas culturais

visam resgatar os elementos e encontrar estratégias para a valorização desses territórios, buscando colocá-los em novas funcionalidades de utilização por meio de estímulos, no processo de ativação patrimonial (Carvalho, 2012).

A ação de proteção do património presente nas comunidades tradicionais é fundamental para que seja evitado conflitos entre sociedade e governo. Nessa aceção, segundo Logan (2012: 238) “the notion of cultural heritage of course covers traditional indigenous practices such as language, art, music, dance and song, as well as claims to ancestral human remains; however, for indigenous peoples, the preservation of heritage is also deeply embedded in, and requires the protection of, traditional territory and its sacred sites”. A cultura tradicional está marcada pelas manifestações culturais presentes nessa comunidade.

Ao enfatizar a proteção do património, é necessário levar em consideração os componentes de transformação presente ao redor do património. Nesse sentido, Marchesan (2013) alerta para a necessidade de considerar o entorno⁴ do património cultural, pois esse contribui no processo de preservação. Segundo Marchesan (2013: 47) “a preservação de um entorno coerente com o bem cultural (...) ajuda a manter a memória dos habitantes do local onde esse bem se situa, favorecendo os sentidos de identidade e pertencimento, os quais contribuem ao equilíbrio emocional da população e melhor qualidade de vida”.

A cultura tradicional está muito conectada a identidade do lugar. Segundo Pizarro e Costa (2006: 275) “la identidad cultural existe a partir del reconocimiento de una sociedad, de su historia, del valor de un objeto, un bien cultural o sus tradiciones”. Nessa perspectiva, Consciência (2009: 68) considera a identidade do lugar como sendo o “(...) resultado complexo e evolutivo de uma multiplicidade de factores e componentes interactivos e, como tal, a conservação da Identidade não se pode limitar à simples conservação física de algum destes componentes”. Reconhece assim, as manifestações imateriais presentes nos territórios.

A questão da identidade está presente no processo de reconhecimento do património mundial. Segundo Consciência (2009: 63) “a consagração de um conjunto urbano histórico como Património Mundial da Humanidade é sinónimo de que esse lugar tem uma Identidade consolidada, ou seja, valores a transmitir, cuja manutenção depende da valorização da sua cultura, da sua economia e dos seus modos e condições de vida dos seus habitantes”. Apresenta assim, a identidade como fator primordial no reconhecimento dos bens.

O património cultural é um bem social que reflete um conjunto de vivências presentes no cotidiano da sociedade que constitui, assim, simbolismos na paisagem. Nesse seguimento,

⁴ Entorno significa, de acordo com a Carta de Burra (DRCN, 2016): “(...) área alrededor de un sitio que puede incluir la captación de visuales”.

segundo Pereiro (2006: 30) “patrimônio cultural é uma construção política na qual o seu criador obtém legitimidade ao aparecer associado publicamente a representações de grande valor simbólico”. Essa legitimação apresenta-se como reconhecimento do valor do bem.

A sociedade constrói modos de vida que ao longo do tempo deixam marcas de representação na paisagem. As várias tradições das comunidades permanecem no tempo e no espaço, e se transformam em simbolismos representantes da cultura vivida e construída, que resulta em ricos patrimônios culturais. O processo de imaginação contribui para a reflexão dos símbolos na paisagem, pois o olhar a paisagem nos remete a construção das vivências no território. Segundo Brusadin (2015: 72) “as imaginações simbólicas se interagem com a memória humana e compõem os sentidos tidos como reais da vida social”.

O simbólico está muito ligado a cultura dos lugares. A esse respeito, Monastirsky (2006: 32) escreve que “a importância do patrimônio cultural para a sociedade está diretamente relacionada com a carga simbólica que este patrimônio representa e com o poder de pertencimento que ele proporciona”. Portanto, as vivências por vezes são refletidas na paisagem, sendo uma herança das relações sociais presentes no espaço.

A valorização do patrimônio cultural é fundamental para a permanência dos bens, pois o reconhecimento desses por si só não é suficiente para sua permanência. Para que seja possível realizar ações de valorização do patrimônio, é necessário considerar três pilares: conhecimento, salvaguarda e gestão/dinamização. Esses pilares irão contribuir para que o patrimônio permaneça no tempo e espaço (Vieira, 2008). A realização de ações que contribuam para que o patrimônio permaneça é fundamental por esse requerer conservação.

Ao considerar o processo de valorização do patrimônio, é importante que toda a sociedade esteja inserida na tomada de decisões para que os objetivos traçados sejam alcançados. Nesse sentido, é necessário considerar algumas iniciativas importantes para o seu alcance, a exemplo da construção de mecanismo que estabeleçam diálogos entre a comunidade científica, o poder central/local e a sociedade. Todos esses sujeitos são “responsáveis pela proteção dos bens culturais, sendo o patrimônio uma questão de cidadania” (Vieira, 2008: 480).

É importante que a questão patrimonial passe sempre pelo engrandecimento das próprias populações, pois essas estão diariamente em contato com o patrimônio. Segundo Pizarro e Costa (2006: 272) “el Patrimonio Cultural es la forma de apropiación de los valores culturales de una sociedad, el sentido de propiedad de una comunidad como objeto colectivo de un grupo social que le da pertenencia y lo lleva al reconocimiento de sus tradiciones”. O processo de valorização do patrimônio cultural passa ao mesmo tempo pela valorização da sociedade.

Na busca em conquistar à proteção e valorização do patrimônio é fundamental que toda a sociedade tenha conhecimento sobre a importância dos bens culturais. Os desafios são diversos e a participação de toda a população é essencial para essa conquista. Nessa perspectiva, Turner e Tomer (2013: 192) escrevem que “the protection and enhancement of cultural and heritage diversity in our world should be actively promoted as an essential aspect of human development which can be achieved through participatory processes”. A cultura é à essência da humanidade e sua valorização progride com a participação de todos.

Nos estudos sobre o patrimônio cultural imaterial, são apresentados os diversos desafios no que se refere a proteção e conservação desse bem cultural. Segundo Aykan (2015: 953) “as immaterial expressions of culture that are usually shared beyond national borders, intangible forms of heritage are particularly vulnerable to the conflicts of ownership among countries. Unlike most material forms of cultural heritage (...) that are fixed in a particular place, intangible heritage is not necessarily tied to territory”. Demonstra assim, a necessidade de políticas entre os países que contribuam para que o patrimônio imaterial presente nos territórios em conflito seja conservado.

O patrimônio cultural imaterial está muito relacionado ao modo de vida da população. De acordo com Deacon (2004: 310) “‘intangible heritage’ is a term used to describe aesthetic, spiritual, symbolic or other social values that people may associate with a site, as well as rituals, music, language, know-how, oral traditions and the cultural spaces in which these ‘living heritage’ traditions are played out”. Ele compreende as demonstrações de vida e de tradições que as comunidades, grupos e indivíduos (em toda parte do mundo) “recebem de seus ancestrais e passam seus conhecimentos a seus descendentes” (UNESCO, 2015).

Os estudos do patrimônio imaterial é um grande desafio pela dinâmica existente nas relações sociais, essas que se transformam ao longo do tempo. Assim, Freeman (2010: 364) escreve que o “intangible Heritage challenges traditional conceptions of material heritage because of its dynamic and discursive nature. Heritage as a practice has grown out of notions of patrimony, where material artefacts from the past were safeguarded for future generations”. Requer assim, um planejamento de preservação bem estruturado para que esse tipo de patrimônio não se perca no tempo e espaço.

A compreensão sobre o que é patrimônio cultural imaterial abrange um conjunto de costumes que revelam os modos de vida da população. Nesse sentido, segundo IPHAN (2003: 02-03) “entende-se por ‘patrimônio cultural imaterial’ as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são

associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural”.

Ao conceituar o patrimônio imaterial é necessário considerar um conjunto de práticas que consolide esse bem. Assim, de acordo com Freeman (2010: 356) “intangible heritage therefore takes place through practices in which people participate, their individual and collective expressions and the representations resulting from these activities” (Freeman, 2010: 356). Ele é a expressão cultural da população.

Como apresentado, o patrimônio cultural material e imaterial está presente nos diversos lugares. Ele é a construção do modo de vida que cronologicamente resulta em especificidades, essas que fazem com que determinada característica do lugar seja reconhecida como um bem patrimonial.

A identidade do lugar é uma forte característica de identificação dos artefactos, pois as expressões e o conjunto de objetos presentes em determinado território resultam na representação do lugar, no patrimônio cultural da comunidade. Seu reconhecimento é fundamental para que os bens culturais patrimoniais permaneçam e a memória da população seja reconhecida mundialmente. É importante que a cultura da sociedade não se perca no tempo e espaço.

1.3. O patrimônio natural

Os bens naturais são representações dos “diferentes períodos da história da Terra”, incluindo as formas terrestres (UNESCO, 2015). São exemplos de patrimônio natural os processos ecológicos e biológicos, esses significativos na evolução de ecossistemas terrestres, que contêm habitats naturais representativos e importantes para a conservação *in loco* da diversidade biológica, com destaque as espécies ameaçadas, sendo importante também a proteção a integridade do lugar (UNESCO, 2015).

Assim, o patrimônio natural conforme Ghirardello e Spisso (2008: 13) “é constituído por bens cuja criação não recebeu interferência humana. Ex.: grutas, montanhas, rios, ecossistemas, jazidas, animais silvestres, etc.”. Esses bens necessitam de serem preservados, pois são diversas as modificações que ocorrem na paisagem, sendo necessário uma gestão consciente da existência desse patrimônio natural.

O patrimônio natural está inserido na Fundação do Patrimônio Mundial, criado em Washington em 1965. Essa fundação teve como objetivo, proteger as “áreas naturais e

paisagísticas do mundo e os sítios históricos para o presente e para o futuro de toda a humanidade” (UNESCO, 2015).

As ações que visam a proteção dos bens naturais são debatidas em todo mundo. A Carta de Atenas (1931) e a Carta de Veneza (1964), já apresentavam a importância de preservar a natureza, e a Convenção de Paris (1972) estabeleceu a definição de patrimônio natural como a constituição “por formações físicas e biológicas; as formações geológicas e fisiográficas e os locais de interesse naturais ou zonas naturais” (Loureiro, 2013: 07).

Em 1971, foi lançado o Programa Homem e Biosfera – *Man and the Biosphere*-MaB. Esse programa teve como objetivo “promover o conhecimento, a prática e os valores humanos para implementar as boas relações entre as populações e o meio ambiente em todo o planeta” (RBMA, 2016). O MaB possui duas linhas de ações (RBMA, 2016):

- “O aprofundamento direcionado das pesquisas científicas para o melhor conhecimento das causas da tendência de um aumento progressivo da degradação ambiental do planeta;
- A concepção de um inovador instrumental de planejamento, as Reservas da Biosfera, para combater os efeitos dos citados processos de degradação, promovendo a conservação da natureza e o desenvolvimento sustentável”.

As ações do MaB são essenciais na promoção da proteção do patrimônio natural a nível mundial. Suas diretrizes são resultantes da Conferência sobre a Biosfera, ocorrida em Paris em 1968, realizada pela UNESCO (RBMA, 2016).

A Declaração da Conferência das Nações Unidas de 1972, realizada em Estocolmo que versa sobre o Meio Ambiente Humano, é um documento que busca guiar para a preservação e melhoria do ambiente. Ela expressa alguns princípios, a exemplo do princípio 2 que dispõe: “os recursos naturais da terra incluídos o ar, a água, a terra, a flora e a fauna e especialmente amostras representativas dos ecossistemas naturais devem ser preservados em benefício das gerações presentes e futuras, mediante uma cuidadosa planificação ou ordenamento” (Apambiente, 1972: 03).

Em 2000, ocorre em Florença a Convenção Europeia da Paisagem, que versa sobre as questões do desenvolvimento sustentável. Ela buscou estabelecer uma relação de harmonia entre as “necessidades sociais, as actividades económicas e o ambiente” (COE, 2016: 01). Essa convenção define as representações da paisagem, como apresentado no quadro 8.

Quadro 8: Representação da paisagem na Convenção Europeia da Paisagem

Representação da Paisagem na Convenção Europeia da Paisagem	
Política da paisagem	- Designa a formulação pelas autoridades públicas competentes de princípios gerais, estratégias e linhas orientadoras que permitam a adoção de medidas específicas tendo em vista a proteção, gestão e ordenamento da paisagem.
Objetivo de qualidade paisagística	- Designa a formulação pelas autoridades públicas competentes, para uma paisagem específica, das aspirações das populações relativamente às características paisagísticas do seu quadro de vida.
Proteção da paisagem	- Designa as ações de conservação ou manutenção dos traços significativos ou característicos de uma paisagem, justificadas pelo seu valor patrimonial resultante da sua configuração natural e/ou da intervenção humana.
Gestão da paisagem	- Designa a ação visando assegurar a manutenção de uma paisagem, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável, no sentido de orientar e harmonizar as alterações resultantes dos processos sociais, económicos e ambientais.
Ordenamento da paisagem	- Designa as ações com forte carácter prospetivo visando, a valorização, a recuperação ou a criação de paisagens.

Fonte: COE (2016). Adaptado pela autora.

É na paisagem que o património natural ganha significados, com suas belezas incluídas na cultura. Sobre a definição de paisagem, a Convenção Europeia da Paisagem (2000) refere que, “‘Paisagem’ designa uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da acção e da inter-acção de factores naturais e/ou humanos” (COE, 2016: 02).

A Carta de Bruxelas e a Declaração de Viena, ambas de 2009, atentam para a discussão da sustentabilidade. Esses documentos apresentam a importância do património no que se refere ao desenvolvimento económico sustentável nas atividades voltadas para o património cultural (Loureiro, 2013).

Proteger o património natural é fundamental pelo seu valor natural e social. Segundo Loureiro (2013: 09) “o valor natural reflete-se nos ecossistemas e habitat existentes, valiosos para a conservação da biodiversidade e na utilização de técnicas sustentáveis do uso da terra, que têm em conta os limites do meio natural”.

Os bens naturais, de acordo com a UNESCO (2015), devem:

- “Ser exemplos excepcionais representativos dos diferentes períodos da história da Terra, incluindo o registo da evolução, dos processos geológicos significativos em curso, do desenvolvimento das formas terrestres ou de elementos geomórficos e fisiográficos significativos, ou;
- Ser exemplos excepcionais que representem processos ecológicos e biológicos significativos para a evolução e o desenvolvimento de ecossistemas terrestres, costeiros, marítimos e de água doce e de comunidades de plantas e animais, ou conter fenómenos naturais extraordinários ou áreas de uma beleza natural e uma importância estética excepcionais, ou;

- Conter os habitats naturais mais importantes e mais representativos para a conservação *in situ* da diversidade biológica, incluindo aqueles que abrigam espécies ameaçadas que possuam um valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação”.

Para a UNESCO (2015) “nosso patrimônio cultural e natural é fonte insubstituível de vida e inspiração, nossa pedra de toque, nosso ponto de referência, nossa identidade”. Nesse sentido, o patrimônio paisagístico apresenta-se como o somatório dos valores patrimoniais naturais e culturais. Esses valores refletem a “memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade” (de acordo com a Lei Portuguesa nº 107, 2001: 5808). Conforme a UNESCO (2015) “os sítios mistos têm, ao mesmo tempo, excepcional valor natural e cultural. Desde 1992, interações significativas entre o homem e o meio natural têm sido reconhecidas como paisagens culturais”.

O patrimônio paisagístico é a representação da herança histórica, cultural e natural. Representa valores e significados que precisam ser valorizados e preservados, pois faz parte da história de vida do mundo, coberto de uma diversidade e de uma beleza enorme, importante para as vivências dos seres. Segundo Araripe (2004: 115) “o patrimônio, pelo seu teor simbólico e sua significação, funciona como chave de entrada para a compreensão de uma época, de uma sociedade, ou de um momento da vida social”.

CAPÍTULO 2 – ESPAÇO, IMAGEM E TURISMO

2.1 Espaço e imagem: análise e representação simbólica dos lugares

É no espaço que se encontram as relações entre a sociedade e natureza, essa que é visível através da percepção e representação do vivido e construído ao longo do tempo. A valorização da concepção do real é transmitida por meio da atividade complexa de simbolização do real, e as relações entre grupos e pessoas são representadas no espaço de vida (Santos, 2003).

Ao considerar a leitura do espaço na Geografia, é possível observar ao longo da história dessa disciplina as diversas discussões relacionada a essa categoria. Para a análise aqui proposta, é ponderada a leitura do conceito de espaço na corrente do pensamento da Geografia Humanista e Cultural, sendo o espaço vivido compreendido na leitura do patrimônio cultural e no turismo. São considerados os valores que dão sentido aos lugares, sendo as relações entre o sujeito e o espaço geográfico refletidos por meio da representação simbólica (Henriques, 2001).

O espaço é o local das vivências, essas que se transformam em representações. Segundo Tuan (1983: 14) “[...] o espaço pode ser experienciado de várias maneiras: como a localização relativa de objetos ou lugares, como as distâncias e extensões que separam ou ligam os lugares, e – mais abstratamente – como a área definida por uma rede de lugares”. Essas ligações se transformam em redes, e no contexto do turismo isso fica mais evidente pela conexão que as rotas, por exemplo, proporcionam.

Nesse contexto, é importante pensar na dinâmica proporcionada por meio das ligações entre os lugares. A ocorrência de investimentos na preservação do patrimônio contribui na representação do vivido e na memória de um povo, e essa é valiosa.

As vivências nos espaços de memória simbolizam sentimentos. É no espaço vivido que, de acordo com Corrêa (2000: 33) “a afetividade manifesta-se tanto no que diz respeito ao gostar dos lugares como à movimentação espacial. Lugares e áreas longínquas tornam-se próximos em função da afetividade por eles, como se exemplifica com os lugares sagrados, objetivamente distantes”. O sentimento de pertencimento a determinado local é o que caracteriza o lugar.

A subjetividade está muito conectada à vivência no espaço. Nesse sentido, Tuan (1983: 134) escreve que “o espaço adquire formas subjetivas e objetivas. O espaço subjetivo pertence ao mundo mental: significa o coração das coisas, o aspecto ‘interno’ da experiência, e é simbolizado pelo eixo vertical apontando para o zênite e mundo inferior. O espaço objetivo se irradia de cada eixo subjetivo e é essencialmente um plano horizontal orientado nas quatro

dimensões cardeais”. Essas formas são apresentadas pela mentalização do indivíduo em relação ao lugar.

O espaço integra a representação das relações concebidas cronologicamente. Assim, segundo Monastirsky (2006: 16) “a constituição do espaço, que é historicamente produzida, também pode ser entendida a partir da funcionalidade e dos vários significados que o patrimônio cultural revela ao longo da sua história – da sua origem ao tempo presente”. São esses significados que vão dando vida ao patrimônio, pois a experienciação do contato com os aspetos culturais e naturais são prazerosas, proporcionam aos indivíduos momentos únicos.

As vivências realizadas no espaço fazem com que a população forme laços de afetividade, transformando o espaço em lugar. O espaço conforme Tuan (1983: 151) “[...] transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado”. O lugar é configurado pelo sentimento de pertença, de afetividade, pois “quando o espaço nos é inteiramente familiar, torna-se lugar” (Tuan, 1983: 83). Para Costa e Rocha (2010: 52) “o lugar é o espaço vivido, dotado de significados próprios e particulares que são transmitidos culturalmente. São considerados nos estudos a percepção do indivíduo, os símbolos, a religiosidade, os valores e as identidades coletivas”.

As particularidades do lugar formam o patrimônio. Seu reconhecimento se dá a partir dos valores atribuídos e do significado que eles têm para a sociedade, sendo sua interpretação importante na consideração dos bens. Assim, segundo Monastirsky (2006: 32) “considerar a interpretação subjetiva (memória, simbologia, sentimentos, etc.) é permitir associar diferentes planos de percepção sobre a apropriação do espaço e do patrimônio”. Nesse contexto, as imagens aparecem como representações simbólicas que são conservadas por meio da preservação do patrimônio.

As ações que ocorreram e ocorrem no espaço resultam em bens que representam o vivido e construído cronologicamente, sendo esses símbolos imagens/representação dos lugares. O patrimônio cultural e natural transformam-se em imagens dos lugares, e por meio desses é possível identificar os aspetos históricos, culturais e naturais, esses que são símbolos essenciais por contribuir na preservação da identidade e resultarem em uma rica fonte de desenvolvimento económico e social através de diferentes investimentos, a exemplo do turismo.

É na paisagem que identificamos os símbolos resultantes das ações do passado e do presente, sendo importantes na representação social. Segundo Luchiari (2001: 13/14): “a paisagem é a materialidade, mas é ela que permite à sociedade a concretude de suas representações simbólicas”. Nesse contexto, Corrêa (2003: 179) vem reforçar a importância da paisagem escrevendo que “a paisagem urbana permite múltiplas leituras a partir de diversos

contextos histórico-culturais, envolvendo diferenças sociais, poder, crenças e valores”. É na paisagem que vemos o visível e o invisível, sendo ela um bem da humanidade.

As simbologias transmitem novos significados que contribuem para conservação da memória do lugar. Nesse sentido, Consciência (2009: 60) defende que “a imagem da cidade pode condicionar fortemente a procura dos investidores e visitantes, e como tal, as atenções são actualmente desviadas para as condições paisagísticas dos locais e acontecimentos de índole cultural, o património natural e construído, dando lugar a novas formas de satisfação do lazer e a novos produtos que investem na Identidade do lugar”. Por isso, é importante investimento em manutenção e divulgação da paisagem cultural do lugar.

O património construído reflete a cultura vivida pelos grupos sociais que fazem parte do lugar. Como exemplos dos patrimónios culturais construídos tem-se: as igrejas, palácios, algumas construções relacionadas com obras públicas, dentre outros; sendo essas estruturas simbólicas marcantes na paisagem, configurando-se em elementos primordiais na estruturação da imagem e identidade (Fernandes; Carvalho, 2003).

Nas cidades, o património arquitetónico é mais visível devida às grandes estruturas construídas que representam formas urbanísticas, e concentram das principais atividades culturais. Nesse sentido, Araripe (2004: 115-116) escreve que “a cidade é, portanto, lugar de memória, que abrange desde o seu traçado até a sua nomenclatura, bem como todos os textos escritos sobre ela: são as obras arquitetônicas e urbanísticas, assim como tudo o que fala da sua cultura, da literatura, das artes plásticas, da música, e tantos outros aspectos que revelem uma cidade”.

Ao considerar o território rural, sua paisagem apresenta um património natural rico em bens tangíveis e intangíveis, além das vivências da população que reside nesses lugares. Ele apresenta símbolos que necessitam de serem preservados e valorizados, sendo as ações para proteção do património, a exemplo do turismo ecológico, uma forma de preservação desses bens (Fernandes; Carvalho, 2003).

O património cultural como representação das expressões das vivências da sociedade, demonstra a importância da memória e da dimensão simbólica, essas que possibilitam a permanência da história dos indivíduos. As histórias de vida, os valores, crenças, sentimentos, relações sociais, estão presentes nos lugares, apresentando-se como símbolos espaciais através dos sentidos – do real e imaginário, do valor concreto e abstrato, dos objetos palpáveis; que são refletidos na paisagem (Vieira, 2014). Segundo Cosgrove (2011: 129) “a paisagem estrutura e é estruturada pelo poder simbólico”.

A imagem do lugar representa a memória de um povo. Conforme Monastirsky (2006: 21) “a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, neste sentido, em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações”. Assim, Araripe (2004: 121) defende que “é na memória acumulada que os indivíduos se reconhecem enquanto ser social e sujeitos partícipes na construção de uma identidade local, que apresente passado e presente numa sucessão de interligações. Sem memória é impossível ao homem situar-se no tempo da história e, portanto, sentir-se sujeito dessa história”.

No tocante ao patrimônio cultural, esse apresenta signos individuais e coletivos, sendo a construção simbólica da memória de uma sociedade. Portanto, é preciso que a sociedade tenha consciência da importância que é manter viva a memória coletiva, pois segundo Monastirsky (2006: 25) “com a consciência coletiva uma sociedade mantém viva a memória coletiva, promove a disseminação da sua cultura e conserva o seu patrimônio, e é com a memória individual que o cidadão reconhece a si mesmo neste contexto, pois através do reconhecimento individual, cada cidadão sentir-se-á legitimado a lutar pelo direito à cidade – direito que não é dado e sim conquistado, num campo aberto aos vários interesses da sociedade capitalista”.

Resultado da construção simbólica da vivência de um povo, o patrimônio cultural representa a memória individual e coletiva. Segundo Consciência (2009: 61) “a História e a memória de uma civilização conferem Identidade aos lugares, imprimindo-lhes o valor de autenticidade”. Essa identidade é preservada por meio do reconhecimento das manifestações culturais e naturais. Nesse sentido, Monastirsky (2006: 18) escreve que “a percepção da carga simbólica contida em cada patrimônio auxilia a desvendar o significado histórico-social deste patrimônio”. Sendo o reconhecimento da identidade importante para a preservação da história do lugar.

Esses valores presentes na paisagem dos lugares exprimem significados que são mostrados por meio das imagens que são reconhecidas e consideradas patrimônio. De acordo com Consciência (2009: 62) “é na minúcia do exemplar histórico e monumental da cidade, na exemplaridade histórico-temporal da sua arquitectura, que se vislumbram hoje os traços da sua singularidade. Portanto, o seu significado histórico funciona não só como cartão de identidade, mas também como um símbolo de prestígio para a cidade”. Esses símbolos são os bens que precisam ser preservados e através do turismo eles ganham difusão e valorização.

2.2 O turismo como valorização do patrimônio

O reconhecimento dos lugares frequentados, a valorização do itinerário, as rotinas, familiaridades, o distanciamento e o desconhecido fazem parte do espaço de vida que, por meio do turismo é colocado em evidência (Santos, 2003). É na busca de novos lugares, novos olhares, e de vivências passadas que o turismo ganha forma, sendo o espaço local de vivência dessa transformação simbólica na paisagem.

Ao conceituar o que é turismo, são apresentadas diversas vertentes que sinalizam tanto a questão do lugar e sua oferta turística, como as dinâmicas que o espaço ganha devido ao fluxo turístico, sendo a oferta e a procura elementos essenciais na definição do turismo.

Ao definir o turismo como motivador das transformações no lugar, são observadas as obras de adaptação para que o local esteja apto a receber os turistas. Nesse sentido, Ventura (2010: 33) escreve que “o turismo é um fenômeno geográfico, provocando a transformação da fisionomia dos espaços, gerando mobilidades espaciais, reabilitando lugares e patrimônios e, em alguns casos, uniformizando costumes”. Ele gere assim, alterações nas relações do recurso com a comunidade.

São diversos os resultados que o turismo proporciona nos territórios. Eles vão desde obras realizadas a investimentos individuais em formação/capacitação para receber bem os turistas. Nesse sentido, Moreira (2016: 142) escreve que “o turismo permite criar empregos; aumentar a qualificação profissional da população residente; atrair investimentos públicos e privados; aumentar os rendimentos dos residentes; melhorar a qualidade de vida da população local, estimular a cooperação e a colaboração, a criação de parcerias e de redes, entre agentes e grupos de interesse, públicos e privados, locais, sub-regionais, nacionais e internacionais”.

O deslocamento de pessoas para prática turística se dá por diversas motivações. De acordo com Ventura (2010: 33) “o turismo pressupõe uma deslocação voluntária e temporária de um indivíduo ou de grupos de pessoas fora da residência habitual, normalmente, com motivações de lazer, descanso, culturais, saúde, negócio, estudo, religiosas, desportivas, entre outras”. Essas atividades contribuem para a melhoria dos lugares turísticos, além de valorizar o patrimônio existente.

Os lugares ganham novas dinâmicas com as atividades turística. O comércio e serviço, por exemplo, são adaptados a essa nova realidade e faz com que ocorram investimentos por parte do poder público e privado. Nesse sentido, Pereira (2005: 30) escreve que “[...] o turismo

tem uma característica ainda maior, que é o desenvolvimento do local que está sendo visitado, através de geração de renda por parte dos turistas com contrapartida de investimentos do setor público e privado, e, por consequência, a melhoria dos serviços e dos produtos oferecidos no local”. Seguramente, a atividade turística é um instrumento que contribui para melhoria socioeconómica do lugar.

Fatores económicos, ambientais e sociais são temas fortemente discutidos ao se planejar o território para se transformar em lugar turístico. Diante disso, Timothy e Nyaupane (2009: 34), apresentam algumas questões importantes no planejamento e gestão para o desenvolvimento económico e preservação social:

- “Information for potential tourists.
- Quality (authenticity) of tourism products and sites (interpretation).
- Conservation and management of sites with respect for a site’s carrying capacity. This will require the tourism industry to cooperate with and work under the guidance of professional conservators.
- Financing, so that the increased needs of the sites in terms of maintenance and presentation, which tourism demands, are able to be met from the profit revenues of the tourism industry, not from dwindling public funds.
- Endogenous planning, indigenous management, and profit sharing by the affected local community”.

O turismo é fator de articulação económica e territorial que faz com que o património seja valorizado por meio de estratégias de requalificação e revitalização dos tecidos urbanos, com as novas formas de turismo e novos segmentos da procura turística (Carvalho, 2012). Dessa forma, de acordo com Fernandes e Carvalho (2003: 199) o turismo “[...] entende-se como uma estratégia para garantir a valorização e preservação do património, na medida em que através dele se poderiam incentivar na população atitudes a favor do seu conhecimento e preservação”. As atividades turísticas contribuem na conscientização da comunidade para proteção do património.

A consciencialização junto à população sobre a importância da preservação do património é fundamental, e nesse sentido, a promoção do turismo aparece como um contributo para esse objetivo, pois as atividades turísticas valorizam os lugares, além de contribuir economicamente e socialmente. Assim, Araújo (2007: 02) defende que “o turismo pode

capturar as características económicas do património e dedica-la à conservação, gerando fundos, educando a comunidade e influenciando a política”.

No processo de conservação do património em território turístico, é importante pensar em planos que considere parcerias entre o público e o privado, na busca de garantir o desenvolvimento sustentável na prática do turismo. Segundo Timothy e Nyaupane (2009: 34) “(...) zoning and carrying capacity have to be implemented to protect fragile ruins, archeological remains, monuments, and buildings”.

A parceria turismo e património contribuem na preservação e valorização do património cultural material e imaterial, pois o turismo atrai investimentos que contribuem na proteção dos bens patrimoniais. De acordo com Timothy e Nyaupane (2009: 20) “cultural heritage is seen in many places as an economic savior upon which tourism should always be based”.

Ao pensar nas estratégias de valorização do património através do turismo, é importante que seja levado em consideração a população que vive no local. Segundo Araújo (2007: 03) “o turismo deve trazer benefícios às comunidades residentes e proporcionar-lhes meios importantes e motivação para cuidarem e manterem o seu património e as suas práticas culturais”. A participação da população é fundamental para que o turismo seja consolidado.

No debate sobre o turismo, são consideradas algumas formas de realização dessa atividade que envolve diversas estruturas. São exemplos de atividade turística: o turismo interno – realizado no próprio país; o turismo externo ou internacional – realizado em outros países; turismo de lazer – viagem sem compromisso de trabalho, para qualquer lugar; turismo de eventos – participação em congressos, feiras, etc.; turismo de negócios – viagem a negócios (Pereira, 2005).

No estudo sobre património e turismo são considerados as diversidades existentes no território. Por exemplo, os tipos de turismo são debatidos conforme a realidade de cada área, e ao estudar os territórios considerados em processo de desenvolvimento, Timothy e Nyaupane (2009) citam o turismo religioso, a cultura viva, as cidades históricas e património construído, como exemplos de tipo de turismo existentes nesses territórios.

Timothy e Nyaupane (2009: 8) consideram que o turismo religioso é “(...) one of the most prevalent forms of heritage tourism in the developing world today and is among the earliest precursors of modernday tourism”. A procura pela cura através da fé faz com que muitos indivíduos frequentem santuários, resultando em um grande fluxo de pessoas, de peregrinos.

A peregrinação faz com que o turismo religioso aconteça, pois esses territórios passam a oferecer paisagens atrativas aos turistas. Assim, a peregrinação segundo Timothy e Nyaupane (2009: 8) é considerado uma forma de turismo de património ao considerar três concepções:

“first, the sites visited are heritage places, including churches, mosques, temples, synagogues, shrines, sacred mountains, and caves/ grottos. Second, pilgrimage routes have become heritage resources based on their historical role in the practice of pilgrimage. Finally, the forms of worship and the religious rites undertaken at venerated places have become part of an intangible heritage, or a set of socio-cultural practices that demonstrate inwardly and outwardly the weightiness of the journey”.

O turismo fundamentado na cultura viva considera principalmente os modos de vida dos habitantes, sendo uma forte atração para os territórios em desenvolvimento. Segundo Timothy e Nyaupane (2009: 9) “agricultural landscapes, agrarian lifestyles, arts and handicrafts, villages, languages, musical traditions, spiritual and religious practices, and other elements of the cultural landscape provide much of the appeal for tourism in LDCs”. A culinária também é um grande atrativo turístico nesses lugares.

As cidades históricas e o patrimônio construído como recurso de atração turística nos países em desenvolvimento atraem turistas de todo o mundo, pelo seu significado histórico e suas peculiaridades. Segundo Timothy e Nyaupane, (2009: 10) esses lugares podem ser classificados como “indigenous/native or colonial. Many great and ancient cities have become world-class destinations in Asia, Latin America, Africa, the Middle East, and Eastern Europe”.

O turismo realizado com o objetivo de conhecer os lugares, os costumes, as crenças, os valores, os modos de vida, as diversas manifestações culturais proporciona o turismo cultural. Esse que “(...) compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura” (MT, 2010: 15). A cultura envolve os vários patrimônios e representa a vida da sociedade.

O turismo cultural apresenta diversos tipos de turismo. A figura 5 ilustra uma pesquisa realizada sobre os tipos de turismo cultural existente, de acordo com os estudiosos que pesquisam sobre o tema. Ela apresenta os autores, o ano da publicação, as variáveis e os tipos de turismo cultural.

Autor(es)	Ano de publicação	Variáveis de segmentação	Tipos de turismo cultural				
Ashworth and Tunbridge Prentice	1990	Intenção	Incidental	Intencional			
	1993	Sócio demográficos	Nostalgia seekers	Crianças em idade escolar	Famílias ou grupos	Profissionais	Visitantes educadas
Silberberg	1995	Motivação	Acidental	Adjacente	Parcialmente motivado	Muito motivado	
Richards	1996	Motivação	Cultura geral e turistas	Os turistas culturais específicos			
Stebbins	1996	Interesse e motivação	Cultura geral e turistas	Os turistas culturais especializados			
Timothy	1997	Níveis de património e turismo de experiência	Património mundial e turismo de experiência	Nacional	Local	Privado	
Hughes	2002	Interesse	Acidental	Incidental	Multicultural primária	Primária cultural	
Garcia	2003	Experiência	Turistas em massa	Os turistas culturais elitistas			
Santana	2003	Motivação	Consumidores de tempos livres da cultura	Os turistas culturais reais			
McKercher and du Cros	2003	Centralidade da motivação cultural e profundidade da experiência	Incidental	Casual	Sightseeing	Serendipitous	Intencional
Gali and Donaire	2006	Comportamento	Acidental	Ritualista	Interessado	Erudito	

Fonte: Vong, 2013. Adaptada pela autora.

Figura 5: Revisão de pesquisas anteriores sobre os tipos de turismo cultural

No Brasil, o turismo cultural é reconhecido como fonte de preservação do património. A entidade que representa as ações que versam sobre o turismo no território brasileiro é o Ministério do Turismo – Mtur. O quadro 9 apresenta os principais atrativos e as contribuições do turismo cultural no Brasil.

Quadro 9: Turismo cultural no Brasil

Turismo cultural no Brasil
Principais atrativos do turismo cultural
<ul style="list-style-type: none"> • Sítios históricos – centros históricos, quilombos; • Edificações especiais – arquitetura, ruínas; • Obras de arte – pintura, escultura; • Espaços e instituições culturais – museus, casas de cultura; • Festas, festivais e celebrações locais; • Gastronomia típica – pratos da culinária local; • Artesanato e produtos típicos; • Música, dança, teatro, cinema; • Feiras e mercados tradicionais; • Saberes e fazeres – contos, trabalhos manuais; • Realizações artísticas – exposições, ateliês; • Eventos programados – feiras e outras realizações artísticas, culturais, gastronómicas; • Outros que se enquadrem na temática cultural.
Contribuição do turismo cultural
<ul style="list-style-type: none"> - Na preservação e a reabilitação de monumentos, edifícios e lugares históricos; - Na revitalização dos costumes locais: artesanato, folclore, festivais, gastronomia etc.; - Melhorar a qualidade de vida e fomentar os valores ligados à igualdade; - Oferecer intercâmbio cultural entre moradores das regiões receptoras e visitantes.

Fonte: MT (2010). Adaptado pela autora.

No que se refere aos tipos de turismo cultural existentes no Brasil, são considerados alguns segmentos com possíveis potenciais na promoção do turismo (MT, 2010), designadamente:

- “Turismo Cívico: motivados pela participação em eventos promovidos pela sociedade civil, visitas aos monumentos, ações ligadas a memória e história do lugar;
- Turismo Religioso: resultantes da prática religiosa e busca espiritual e, locais de realização de eventos ligados as instituições religiosas. Exemplos: peregrinações, romarias, retiros espirituais, visitação a espaços e edificações religiosas, festa religiosa tradicional, dentre outros;
- Turismo Místico e Esotérico: busca da espiritualidade e do autoconhecimento, rituais considerados alternativos;
- Turismo Étnico: atividades turísticas que envolvem o contato direto com os modos de vida e com a identidade de grupos étnicos;
- Turismo Cinematográfico: motivador de visitação aos locais que apareceram no cinema ou na TV;
- Turismo Arqueológico: motivado pelo interesse de conhecer as culturas do passado;
- Turismo Gastronómico: experiência local da gastronomia do lugar;
- Enoturismo: contato direto com os processos de produção de vinho;
- Turismo Ferroviário: transporte por meio de trens, contribuindo na preservação da memória ferroviária”.

Motivado por proporcionar contacto com ambientes naturais, o ecoturismo é um novo segmento de atividade turística comprometida com a conservação e educação ambiental. Essa modalidade de turismo apresenta a preocupação com o património natural, sendo a proteção desses bens o foco nesse segmento turístico. Nesse sentido, segundo Ventura (2010: 34) “O turismo de natureza contempla vários vectores como a conservação da Natureza, o desenvolvimento local e regional, a diversificação da oferta turística e a qualidade turística”.

Na promoção do turismo é preciso estabelecer algumas diretrizes de atração para que os turistas escolham seu destino de visitação. Nesse contexto, tem-se o “plano de interpretação turística”, esse que vai apresentar o património e seu contexto geográfico, permitindo: “traçar um mapa emotivo para a visita e utilizar linguagem apropriada para a orientação do fluxo de visitantes; escolher a mídia apropriada ao contexto, com mensagens eficazes e adequadas aos usuários”. O plano interpretativo tem como estrutura: inventário e registo dos recursos, temas

e mercados; desenho e montagem – escolha de meios e técnicas; gestão e promoção (MT, 2010: 68).

Existem várias iniciativas de promoção do turismo. Como exemplo tem-se os roteiros turísticos, esses que possuem “[...] um papel estratégico para o desenvolvimento regional, porque descentraliza o fluxo turístico, estimula a visita entre vários pontos e, desta forma, gera negócios para o comércio (bares, restaurantes, pousadas), com impactos positivos na economia” (MT, 2010: 75). A esse respeito, Beckman (2008: 12) escreve que “o turismo pode contribuir para, a geração de empregos produtivos, que pode ser considerado tanto um fator econômico quanto social, pois gera desenvolvimento das empresas turísticas em toda sua gama e modalidades, fortalecendo as unidades produtoras do ‘setor’”.

Na busca pelo desenvolvimento turístico através do património cultural, são consideradas três estratégias, a saber: “1. Preservação e protecção absoluta de espaços e saberes para o futuro e ao serviço da ciência; 2. Conservar e compatibilizar o património cultural com um uso recreacional orientado ao turismo de massas, democratizando o seu consumo; 3. Conservar o património cultural e aceitar um turismo minoritário e de elite” (Santana 2003 *apud* Pereira, 2006: 37). Essas estratégias refletem a respeito da oferta de um turismo não excludente; um turismo que conserve o património e receba toda a sociedade. Assim, “o Turismo Cultural implica em experiências positivas do visitante com o património histórico e cultural e determinados eventos culturais, de modo a favorecer a percepção de seus sentidos e contribuir para sua preservação” (MT, 2010: 16).

Com o avanço tecnológico, o turismo tem ganho novas formas de atuação. Ele tem dinamizado a oferta e a procura dos destinos turísticos com as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) que é um grande aliado na promoção do turismo. Nesse sentido, Ramos, Rodrigues e Perna (2008: 04) defendem que “as TIC têm contribuído para o crescimento massivo do turismo e para o aumento do volume da procura e da oferta turística, o que as torna um dos parceiros mais poderosos da indústria turística”. Através das TIC o turista pode escolher o melhor destino a visitar.

Ao considerar o acesso à informação e a contribuição que as TIC proporcionam, foi criado o chamado “Turismo electrónico ou eturismo”. Segundo Ramos *et al.* (2008: 08), “o eturismo apresenta implicações estratégicas para os futuros clientes: os clientes terão mais conhecimento/informação sobre os produtos/serviços e destinos, isto permite aos consumidores terem um envolvimento muito maior no planeamento das suas viagens e na construção dos seus próprios itinerários”. Os meios digitais têm contribuído na divulgação de informações, e essa

ferramenta pode ser um mecanismo para a promoção do turismo, contribuindo assim, para a preservação do património.

Nesse sentido, Ramos *et al.* (2008: 04), referem que “as TIC podem introduzir grandes benefícios na eficiência, diferenciação, redução de custos e tempos de reposta por parte das organizações turísticas. Consequentemente, podem estimular mudanças radicais na operação, distribuição e estruturação da indústria turística”. Ela é uma ferramenta que melhora a gestão do turismo.

O turismo conectado às TICs contribui para que a *branding* tenha surgido como ferramenta de divulgação dos territórios. Segundo Ventura (2010: 44) “uma marca é um símbolo, um logótipo que caracteriza e distingue um destino, que promove promessas de emoções e experiências distintas”. Ela é a identidade do destino a ser visitado.

A imagem é ferramenta fundamental na divulgação turística. A promoção do turismo por meio da imagem tem ganho destaque em todo mundo, principalmente devido aos meios tecnológicos que possibilitam a difusão da informação com mais rapidez. Assim, segundo Ventura (2010: 41) “o conceito de turismo é indissociável do conceito de imagem. A imagem funciona como uma motivação do turista em conhecer determinado lugar”.

Ao considerar a importância na divulgação do património por meio do turismo, ferramentas eletrónicas como o *YouTube* tem sido utilizado para fins de divulgação dos lugares. Nesse contexto, Pietrobruno (2014: 743) escreve que “as YouTube is in large part produced by user-generated content, it has the potential to continuously store performance as it occurs in lived circumstances, to a certain extent capturing the shifting nature of embodied practice”. Deste modo, é um grande aliado na divulgação do património cultural pela população local.

O *site YouTube* tem facilitado o armazenamento de imagens das manifestações culturais, possibilitando observar as diversas formas de interpretação do património imaterial ao longo do tempo. De acordo com Pietrobruno (2014: 747) “videos of intangible heritage on this website often transmit information through cinematic techniques that generally tell a story or produce a narrative. The narratives contained in the videos are contextualised and shaped through metadata, including titles, tags and textual descriptions as well as posted comments. At the same time, these videos that are uploaded and downloaded by users circulate and are accessed in a space that is mathematically determined by algorithmic processes”. Essa ferramenta contribui na divulgação do lugar e serve como banco de dados do registo patrimonial.

Nesse contexto, Richards (2014: 129) defende que “the website offers a broad range of creative experiences including visual and performing arts, crafts, music, photography, cinema,

culinary arts, fashion, design, writing and philosophy”. Trata-se de uma ferramenta importante na promoção do turismo e na divulgação do património.

Os turistas divulgam o património cultural e natural através do olhar capturado pelos mesmos. Segundo Ventura (2010: 41) “o turismo explora a imagem cognitiva, relacionada com o conceito de percepção e conhecimento do indivíduo sobre um objecto ou destino, e a imagem afectiva, relacionada com os sentimentos e as emoções do indivíduo sobre esse objecto e destino”. Cada pessoa apresenta sua percepção do lugar, esse que pode ser demonstrado através da imagem capturada por meio das TIC.

Outro conceito que tem ganho notoriedade é o turismo criativo. Essa atividade aparece com o objetivo de responder “[...] aos anseios do novo turista e que surge como alternativa à reprodução em série dos modelos de desenvolvimento turístico-cultural [...]” (Filipe, 2009: 19). As interações do turista com a cultura visitada e a experiência de realizar as atividades culturais fazem com que o turista passe de observador para ator, sendo essas algumas características do turismo criativo (Filipe, 2009).

No processo de definição do turismo criativo, são consideradas três abordagens conceptuais para a criatividade nas cidades: indústria criativa, cidade criativa e classe criativa. A figura 6 apresenta de forma resumida, abordagens conceptuais da criatividade.

	<u>Indústrias criativas</u>	<u>Cidades criativas</u>	<u>Classe criativa</u>	6
Foco	Produção criativa	Ambiente criativo	Consumo criativo	
Forma de capital	Económico	Social e cultural	Criativo	
Conteúdo Criativo	Artes, mídia, cinema, design, arquitetura, etc.	Lugares de criação, produção artística	Atmosfera e 'legal'	
Principais fontes	DCMS (1998)	Landry e Bianchini (1995)	Florida (2002)	

Fonte: Richards, 2014. Adaptada pela autora.

Figura 6: Abordagens conceptuais da criatividade nas cidades

A criatividade tem sido utilizada em várias formas de turismo. Diante disso, Richards (2014: 120) lista alguns exemplos de utilização da criatividade no turismo:

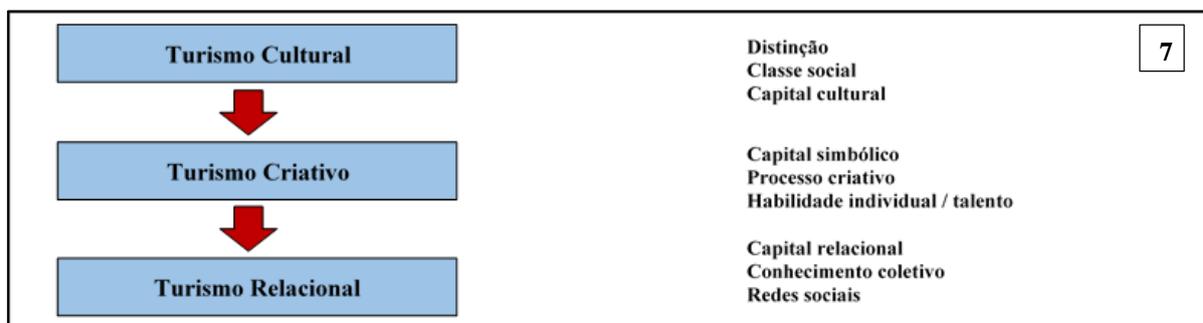
- “Developing tourism products and experiences;
- Revitalisation of existing products;
- Valorising cultural and creative assets;
- Providing economic spin-offs for creative development;
- Using creative techniques to enhance the tourism experience;
- Adding buzz and atmosphere to places”.

A aplicação da criatividade no turismo apresenta-se como um grande desafio porque cada território requer uma metodologia específica devido cada lugar possuir sua especificidade. Nesse sentido, Richards (2014: 126) escreve que “one of the biggest challenges for creative development is to anchor and embed creativity and creative value in specific places. Creativity tends to be relatively footloose, and there are major challenges in making sure that the creative value stimulated by a city also remains there”. É preciso dinâmicas que despertem a criatividade no turista para que esse consiga interagir com o patrimônio específico do lugar.

Assim, defini-se o turismo criativo como sendo “(...) uma nova geração de turismo, que implica a participação dos turistas em atividades criativas, com a população local” (Creative Tourism Network, 2014). Nele, o turista é convidado a atuar, a ser integrante das atividades oferecidas.

O turismo criativo está relacionado com o turismo cultural, pois ele envolve o patrimônio material e imaterial. Ele convida o turista a aprender a fazer determinada atividade através da prática no local. Segundo Hung, Lee e Huang (2014: 1) “examples of creative activities include traditional crafts and handicrafts, gastronomy and cooking courses, porcelain painting, drawing, and sculpture”.

Richards (2014: 135) apresenta um modelo conceptual de desenvolvimento da relação entre o turismo e a criatividade em experiências urbanas (Figura 7).



Fonte: Richards, 2014. Adaptada pela autora.

Figura 7: Modelo conceptual de desenvolvimento da relação turismo e a criatividade em experiências urbanas

Existe uma crescente relação entre o turismo e a criatividade. Cada vez mais a promoção turística faz uso de mecanismos criativos que envolvem o turista nas atividades realizadas no seu destino turístico. Como exemplo disso, tem-se a participação do turista na confecção de peças de cerâmica.

O turista que realiza turismo criativo exige que cada destino turístico tenha uma particularidade, que esse lugar proporcione sensações e emoções únicas, que só poderia ser encontrado nesse local. Nesse contexto, segundo Tan, Tan, Luh e Kung (2015: 5) “tourists have their very subjective opinions regarding creativity in creative tourism. Hence, in order to attract these different tourists, practitioners should think of their target customers and focus on the important factors about which they are concerned”. Conhecer as expectativas dos turistas que visitam determinado destino turístico é fundamental para o planeamento das atividades oferecidas no turismo criativo.

O turismo criativo apresenta vantagens diferenciadas dos demais segmentos de turismo. Como exemplo, tem-se os seguintes benefícios: “a oportunidade de diversificar a oferta turística de um destino (...)”; “influência positivamente a autoestima da população local (...)”; “a dissociação das estações do ano. Pode realizar-se em qualquer estação do ano, o que possibilita aos locais de destino manter a atividade turística durante todo o ano”; “a deslocalização geográfica. O interesse menor dos turistas criativos pelas ‘atrações turísticas’ contribui para uma distribuição populacional mais equilibrada do espaço geográfico de destino”; “a sua capacidade de se entusiar perfeitamente com outros segmentos turísticos como o turismo gastronómico, o idiomático, o enoturismo, o *slow tourism* e tantos outros” (Creative Tourism Network, 2014).

Na tentativa de reconhecer quem seria o turista criativo, de acordo com o Creative Tourism Network (2014) pode-se considerar:

- “Os turistas que viajam sozinhos, com um companheiro, em família ou em grupo;
- Quem viaja a título individual ou através de operadores especializados;
- As atividades criativas, que representam o principal motivo da sua viagem, possibilitam a aprendizagem, a criação (residência artística, co-criação com artistas locais) ou a representação (interpretação de concertos, obras teatrais, bailes ou exposições)”.

O turismo criativo atrai pessoas criativas. O turista que busca esse tipo de turismo gosta de se envolver com a comunidade, com as atividades que as pessoas realizam. Assim, segundo Richards (2014: 121) “(...) creative people can be attracted as ‘creative tourists’, creative products such as theatre, films or architecture function as tourist attractions, people visit cities to sample the atmosphere developed through creative processes and ‘scenes’ and cities themselves can form creative environments that attract visitors as well as residents”.

A promoção do turismo criativo requer também pessoas criativas, com capacidade de criar e recriar, para que seja possível satisfazer os turistas criativos. Nesse sentido, Tan *et al.* (2015: 2) referem que “the creative tourism businesses are mostly operated by creative people, such as artists and lifestyle entrepreneurs and, therefore, the concepts and the development of creative tourism are always seen from the supply-led perspective”.

O turismo criativo tem atraído novas formas de pensar as dinâmicas de representação do patrimônio. São oferecidos eventos com atrações criativas, o que faz com que a cada evento compareçam mais turistas. Segundo Richards (2014: 128) “the role of events as creative elements in cities has therefore become a major focus of attention in recent years”. Os eventos têm apresentado novas formas de demonstrar o valor do patrimônio cultural, a exemplo da inclusão do turista na realização das atividades.

De acordo com Beckman (2008: 09) “as tendências internacionais, regionais e locais do turismo, resultam do processo de reestruturação econômica e social da sociedade contemporânea que refletem sobre a procura e a oferta dos produtos associados ao Patrimônio Cultural pelo turismo”. Essa tendência tem contribuído para uma maior adesão de investimentos na preservação do patrimônio, pois “a utilização turística dos bens culturais pressupõe sua valorização, promoção e a manutenção de sua dinâmica e permanência no tempo como símbolos de memória e de identidade. Valorizar e promover significam difundir o conhecimento sobre esses bens, facilitar seu acesso e usufruto a moradores e turistas” (MT, 2010: 17).

Contudo, por meio do turismo é possível desenvolver economicamente e socialmente os lugares, com o patrimônio cultural valorizado pelas ações de promoção turística. Segundo Araújo (2007: 02) “o próprio turismo tornou-se num fenômeno crescentemente complexo, com dimensões políticas, econômicas, sociais, culturais, educacionais, biofísicas, ecológicas e estéticas. A obtenção de uma interação benéfica entre as potencialmente conflituosas expectativas e aspirações dos visitantes e dos residentes, ou das comunidades locais, apresenta quer desafios, quer oportunidades”. As oportunidades que as atividades turísticas proporcionam precisam serem consideradas como importantes para que essas contribuam na preservação da memória dos lugares.

**PARTE II – ESTUDO DE CASO: PATRIMÔNIO E TURISMO NO MUNICÍPIO DE
DELMIRO GOUVEIA – ALAGOAS**

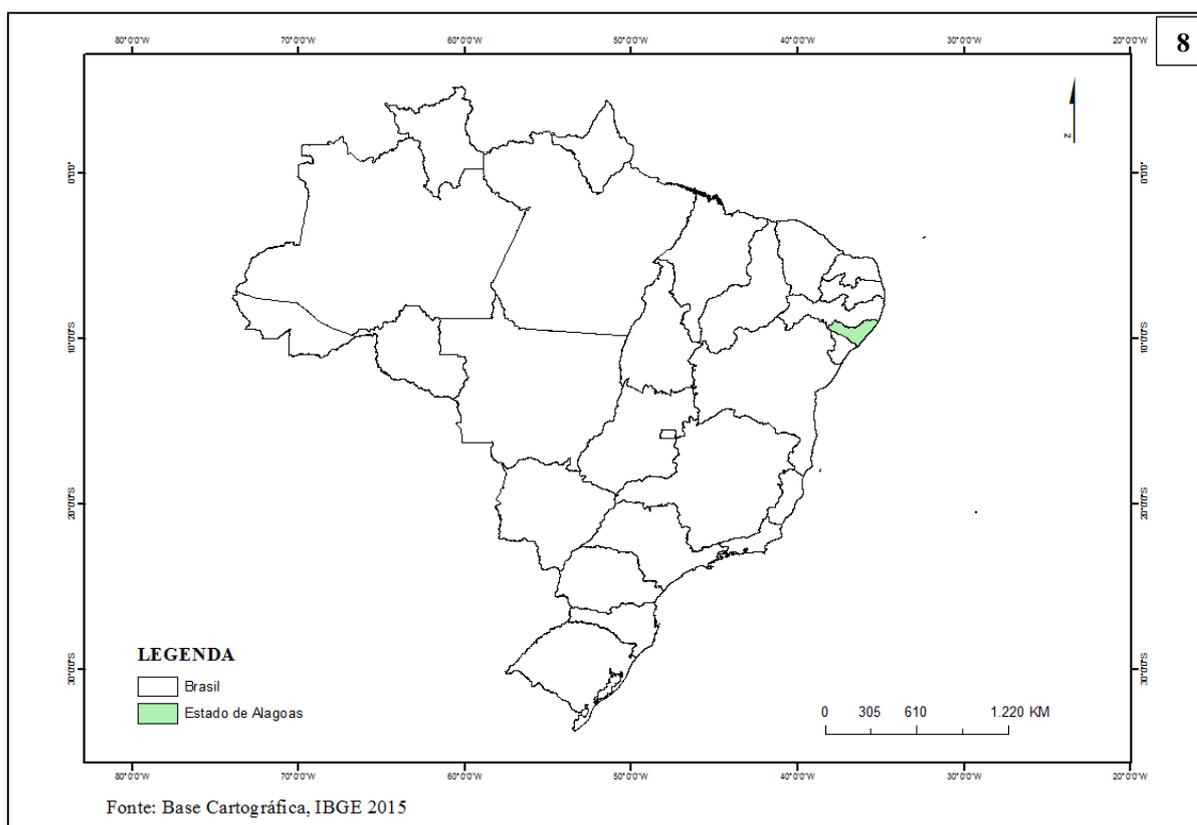


CAPÍTULO 3 – O PATRIMÔNIO E O TURISMO ESTADUAL, REGIONAL E LOCAL

3.1 Patrimônio e turismo no Estado de Alagoas

O Estado de Alagoas possui uma diversidade cultural marcada pela sua história, sendo essa segundo Simões (2011: 31) “uma herança variada e rica, fruto do encontro de europeus, índios e negros, ainda hoje presente em todas as instâncias de nossa vida diária. Um patrimônio a ser lembrado, uma identidade a ser preservada”.

Alagoas fica na região Nordeste do Brasil (figura 8) e conta com 102 municípios. Com uma população estimada de 3.340.932 em 2015, esse território possui uma área de 27.848,003 Km² (IBGE, 2016b).



Fonte: Elaborada pela autora.

Figura 8: Mapa de localização do Estado de Alagoas

Com muitas riquezas patrimoniais, o Estado de Alagoas apresenta ao longo do tempo iniciativas que visam preservar seus patrimônios. Por meio do “I Encontro de Governadores”, realizado em Brasília em 1970, foram discutidas medidas de preservação do patrimônio que

considera o turismo como fonte de proteção. Esse encontro resultou, para o Estado de Alagoas, na criação dos órgãos: Empresa Alagoana de Turismo (EMATUR), e no Diretório da Liga de Defesa Nacional (Corrêa, 2012).

Em 1973, foi criado o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, com sua utilização para Fins Turísticos. Esse teve como objetivo principal a “preservação através do uso dos monumentos históricos, artísticos e expressões culturais do Nordeste, tornando-os economicamente viáveis, atendendo à geração de renda no Nordeste, advinda do despertar da atividade turística” (Corrêa, 2012: 144). O programa indica quais são as cidades contempladas, sendo no caso do Estado de Alagoas as cidades de Penedo, Marechal Deodoro, Maceió e Porto Calvo (Corrêa, 2012):

Em 1985, é criada a Lei nº 4.741, de 17 de dezembro, a qual versa sobre a Proteção ao Património Histórico e Cultural do Estado de Alagoas. Ela dispõe sobre o tombamento de bens para integração do património histórico artístico e natural, sendo os bens considerados no seu artigo 1º como “bens de interesse cultural e consequentemente suscetíveis da proteção e vigilância do Poder Público estadual todos aqueles, móveis ou imóveis, atuais ou futuros, existentes no território alagoano, por seu valor histórico, artístico, arqueológico, etnográfico, paisagístico, folclórico ou bibliográfico, mereçam ser preservados de destruição ou de utilização inadequada, entre os quais se incluem”:

- I – As construções e objetos de arte de notável qualidade estética ou particularmente representativos de determinada época ou estilo;
- II – Os edifícios, monumentos e objetos intimamente ligados a facto histórico memorável ou a pessoa de excepcional notoriedade;
- III – Os monumentos naturais, sítios e paisagens, inclusive os agenciados pelo trabalho humano, que possuam especial atrativo ou sirvam de “habitat” a espécimes interessantes da flora e da fauna locais;
- IV – As bibliotecas e arquivos de acentuado valor cultural;
- V – Os sítios arqueológicos;
- VI – Os conjuntos urbanos, cidades, vilas e povoados formados com edificações típicas ou representativos de excepcional arquitetura, ou, ainda, ligados a factos históricos”.

O Governo Federal realizou algumas iniciativas em relação ao património do Estado de Alagoas. Até 2008, foram executadas as seguintes atividades: 01 inventário (Paisagem Cultural Caeté), 02 projetos do PNPI (2005/2006): modos de construir, modos de alimentar, memória

da paisagem nas Alagoas – 2005, e Mapeamento do Patrimônio Cultural Imaterial de Alagoas – 2006, (Cavalcanti; Fonseca 2008).

Em 2009, foi criada a Superintendência do IPHAN em Alagoas. Sua atuação “(...) converge para as ações de preservação com o envolvimento da população neste processo, e pelo aperfeiçoamento da gestão dos conjuntos históricos, contribuindo para a inserção econômica, cultural e social no esforço de desenvolvimento local” (IPHAN, 2014). O quadro 10 apresenta os bens tombados pelo IPHAN em Alagoas até março 2016.

Quadro 10: Bens tombados pelo IPHAN em Alagoas

Bens tombados em Alagoas						
Informações sobre o patrimônio			Tipologia dos bens: inscrições nos livros do tombo			
Município	Classificação	Nome atribuído	Arqueológico, etnográfico e paisagístico	Histórico	Belas Artes	Artes Aplicadas
Marechal Deodoro	Edificação	Casa natal do Marechal Deodoro da Fonseca	-	ago-64	-	-
	Conjunto Urbano	Conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Marechal Deodoro	jun-09	jun-09	-	-
Palmeira dos Índios	Edificação	Casa à avenida General Gabino Bezouro, nº 12, "Casa de Graciliano Ramos"	-	jun-65	-	-
Penedo	Edificação e Acervo	Convento e Igreja Santa Maria dos Anjos	-	dez-41	dez-41	-
	Edificação e Acervo	Igreja de Nossa Senhora da Corrente	-	jul-64	-	-
	Edificação e Acervo	Igreja de São Gonçalo Garcia	-	jul-64	-	-
	Conjunto Urbano	Penedo, AL: conjunto arquitetônico, paisagístico e urbanístico	out-96	out-96	-	-
Piranhas	Conjunto Urbano	Piranhas, AL: Sítio Histórico e Paisagístico	jun-06	jun-06	-	-
Porto Calvo	Edificação e Acervo	Vila colonial de Porto Calvo, AL: remanescentes	jan-55		-	-
União dos Palmares	Patrimônio Natural	Serra da Barriga, parte mais acantilada, conforme descrição constante na Informação nº123/85, às fls 146 a 148 e do mapa.	fev-86	fev-86	-	-

Fonte: IPHAN (2016a). Adaptado pela autora.

O Estado de Alagoas no que se refere ao patrimônio material possui bens tombados em âmbito Federal em seis cidades. Esses bens são: “as casas de Graciliano Ramos e do Marechal Deodoro, os remanescentes da Vila de Porto Calvo, a Serra da Barriga (Quilombo Palmares),

quatro igrejas e conventos” (IPHAN, 2014). Os conjuntos urbanos também ganham destaque no que se refere ao património material, sendo os principais (IPHAN, 2014):

- “A cidade de Penedo: o centro histórico, formado por conjuntos de logradouros públicos e edificações, inclui alguns dos mais importantes bens da arquitetura religiosa do Nordeste - o Convento e Igreja Santa Maria dos Anjos e as igrejas de Nossa Senhora da Corrente e de São Gonçalo Garcia;
- O município de Piranhas: O acervo arquitetónico de Piranhas remonta ao período colonial, mas com maior número de edificações do século XIX e início do século XX;
- Marechal Deodoro: com casario de pequenas dimensões e rico trabalho de caixilharia, além de um conjunto de oito importantes igrejas com elementos do barroco, do rococó e do neoclássico. Seu tombamento abrange três áreas separadas: o centro histórico, o Povoado de Taperaguá e o Conjunto do Carmo”.

No âmbito estadual, Alagoas possui um total de 45 bens imóveis tombados por meio de decretos e leis. O quadro I (anexo II) apresenta os bens imóveis tombados pelo Governo do Estado de Alagoas no período que vai de 1982 a 2014.

O património arqueológico e paleontológico marca o território do Estado de Alagoas. Do litoral ao Sertão do Estado é possível encontrar esse rico património. Segundo Teixeira, Pozzi e Silva (2012: 15) “o território alagoano está repleto de sítios arqueológicos onde predominam suas evidências materiais, cujos locais, na linguagem popular, são chamados, desde há muito tempo ‘Chã de Cacos’”. Assim, segundo o IPHAN (2014) “Alagoas possui um rico acervo arqueológico com vestígios de ocupação humana de mais de 8 mil anos”.

Os registos rupestres representam os modos de vida do passado. Os que estão presentes no território alagoano vão desde representações das manifestações das “Tradições Nordeste, Agreste, São Francisco e Geométrica”, até às representações de pessoas, plantas, animais e de “grafismos puros” (Teixeira *et al.*, 2012: 26). Nesse sentido, segundo o IPHAN (2014) “(...) destacam-se os grafismos rupestres da região ribeirinha do rio São Francisco. Nos matacões e abrigos sob rocha do São Francisco são encontrados painéis que intercalam elementos gráficos de diferentes tradições rupestres. Também se distinguem os diversos cemitérios indígenas, especialmente na região Agreste”.

No sertão alagoano, existem centenas de registos rupestres. Segundo Alfonso (2012: 171) “os sítios rupestres da região apresentam uma das maiores concentrações de grafismos (pintados e gravados) do Nordeste (...)”. Eles estão presentes à margem esquerda do rio São

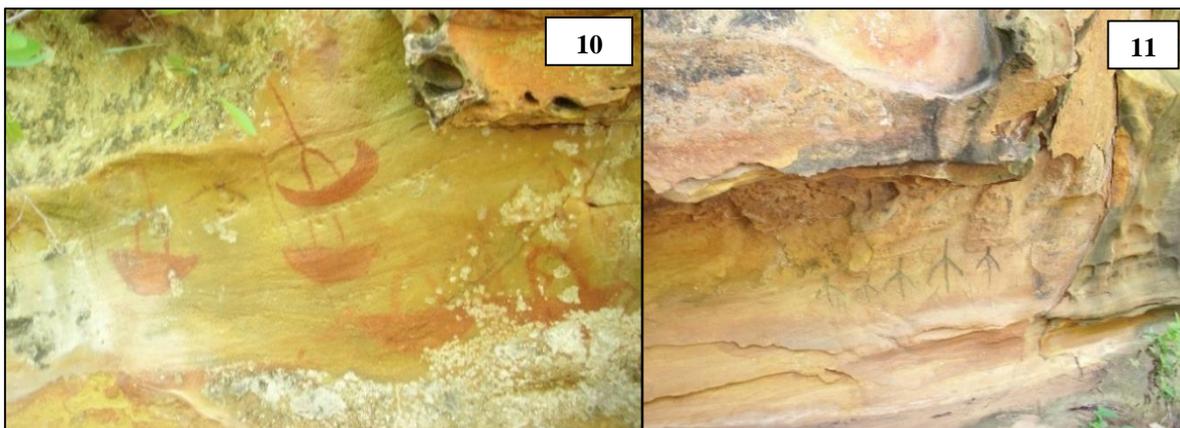
Francisco, nos municípios de Delmiro Gouveia, Olho D'Água do Casado, Piranhas e Pão de Açúcar. A figura 9 apresenta a placa que indica o Sítio Arqueológico do Talhado.



Fonte: Rogéria de Souza Vieira, 2010.

Figura 9: Sítio Arqueológico do Talhado, município de Olho D'Água do Casado

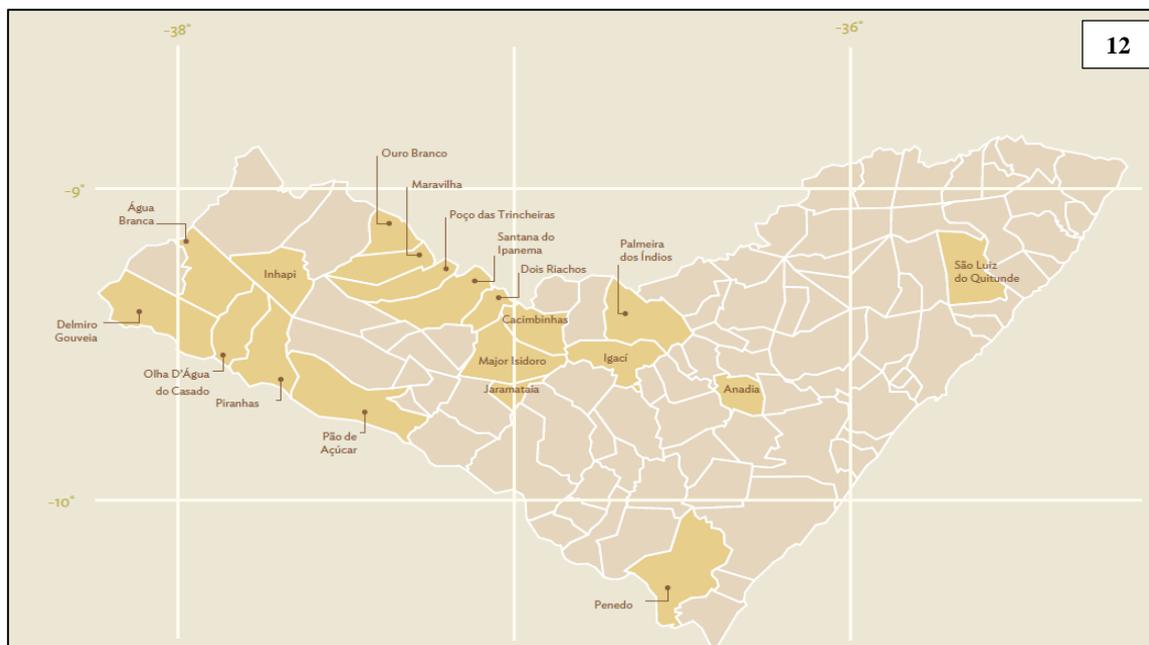
Em 2007, foi realizado um projeto direcionado para análise da degradação dos sítios arqueológicos nos municípios de Delmiro Gouveia e Olho D'Água do Casado. O estudo teve como título: “Programa de Diagnóstico e Ações Emergenciais em Sítios Rupestres, municípios de Olho D'Água do Casado e Delmiro Gouveia, Alagoas”. Esse teve como objetivo realizar “(...) o levantamento dos sítios arqueológicos rupestres na região do Talhado e envolveu os seguintes aspectos: a elaboração de metodologia de diagnóstico para o monitoramento contínuo do patrimônio; a identificação de fatores de degradação dos sítios e registros rupestres; a intervenção necessária para redução e/ou eliminação de elementos de degradação biológicos e físico-químicos; a criação de um prognóstico para a conservação dos sítios rupestres em curto, médio e longo prazo; a realização de ações-piloto de Educação Patrimonial e proposições para o uso público dos sítios identificados” (Alfonso, 2012: 173). As figuras 10 e 11 expõem alguns registros rupestres presentes no Sítio Arqueológico do Talhado.



Fonte: Rogéria de Souza Vieira, 2010.

Figuras 10 e 11: Registos rupestres. Sítio Arqueológico do Talhado, município de Olho D'Água do Casado

Os sítios paleontológicos em Alagoas apresentam fósseis que marcam a vida passada dos animais que existiam nesse território. Nesse sentido, Teixeira *et al.* (2012: 38) escrevem que estes sítios “[...] estão concentrados principalmente na região semiárida, onde os fósseis são encontrados em depósitos chamados de ‘Tanques’. Tanques são depressões, na maioria das vezes de forma ocelar, ovalada ou circular, encontradas nas rochas do embasamento cristalino, preenchidas por sedimentos, podendo conter em seu interior restos de mamíferos pleistocénicos”. A figura 12 representa a localização de sítios paleontológicos no Estado de Alagoas.



Fonte: Teixeira *et al.*, 2012.

Figura 12: Municípios Alagoanos com sítios paleontológicos identificados: mamíferos pleistocénicos

Através da figura 12, é possível observar que a maioria dos sítios paleontológicos se encontra nos municípios localizados nas regiões do sertão e do agreste do Estado.

O património cultural e natural no Estado de Alagoas é rico em diversidade. Sua história apresenta um legado marcante na narrativa da sociedade que vive nesse território. Um exemplo de património cultural presente nesse Estado é a cultura popular aos cultos afro-brasileiros em Alagoas. A Serra da Barriga (principal representação dos cultos afro-brasileiros no Estado) foi palco de luta pela liberdade, sendo o quilombo Zumbi referência dessa luta. Devido a importância histórica, cultural e sua beleza natural, o IPHAN em 1985, tombou a Serra da Barriga como património natural (Cavalcanti; Fonseca, 2008), (figuras 13 e 14). Em 1986, a Serra da Barriga foi inscrita no livro do tomo arqueológico, etnográfico e histórico (IPHAN, 2014).

Em 2007 a Serra da Barriga torna-se o Parque Memorial Quilombo dos Palmares, único parque temático sobre a cultura afro no Brasil. Assim, “nesta espécie de maquete viva, em tamanho natural, foram reconstituídas algumas das mais significativas edificações do Quilombo dos Palmares. Com paredes de pau-a-pique, cobertura vegetal e inscrição em banto e youbá, avista-se o Onjó de farinha (Casa de farinha), Onjó Cruzambê (Casa do Campo Santo), Oxile das ervas (Terreiros das ervas), Ocas indígenas e Muxima de Palmares (Coração de Palmares)” (Palmares, 2016).



Fonte: Fundação Cultural Palmares, 2013.

Figura 13: Serra da Barriga, município de União dos Palmares, AL



Fonte: Fundação Cultural Palmares, 2011.

Figura 14: Homenagens a Zumbi, Serra da Barriga

O Estado de Alagoas apresenta um rico acervo património imaterial. Devido a diversidade cultural que é bastante intensa nesse território, foi realizado pelo IPHAN, os seguintes inventários: “Referências Culturais de Penedo, Mapeamento do Patrimônio Cultural Imaterial de Alagoas, Documentação Audiovisual das Referências Culturais da Mandioca e Taipa, e o inventário de Marechal Deodoro” (IPHAN, 2014).

Ao considerar a questão da legislação estadual do património cultural imaterial no Estado de Alagoas, a Secretaria Executiva de Cultura é o órgão gestor responsável pelas ações nesse sector. Assim, no âmbito da administração Pública Estadual foi instituída a Lei nº 6.513, de 22 de setembro de 2004, essa que apresenta as diretrizes para o Registro do Património Vivo do Estado de Alagoas – RPV-AL (Cavalcanti; Fonseca 2008). Em 2010, a lei do RPV-AL de 2004, sofre alterações por meio da Lei nº 7.172, de 30 de junho de 2010, no que se refere às habilitações e requisitos para pedido de inscrição no RPV-AL.

A Lei nº 7.285, de 30 de novembro de 2011, institui o registo de bens culturais de natureza imaterial no livro de registo. Ela apresenta as categorias e as partes legítimas que podem provocar a instauração do processo de registo, dentre outras diretrizes para o registo como bem cultural imaterial. Esses livros são classificados como: “registro dos saberes”; “registro das celebrações”; “registro das formas de expressão”; “registro dos lugares” (Brasil, 2010: 51).

As categorias do patrimônio cultural imaterial presentes no território alagoano foi recurso de pesquisa por diversos órgãos. Por meio de estudos em diversas fontes de registro realizadas pelos pesquisadores do IPHAN, Universidade Federal de Alagoas – UFAL e a Fundação Universitária de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa – FUNDEPES, identificou-se 519 referências culturais. O quadro 11 apresenta as referências culturais identificadas no Estado de Alagoas em relação ao patrimônio imaterial (Stroh, Cavalcante, Brandão, Ramalho & Barros, 2008).

Quadro 11: Referências culturais imateriais no Estado de Alagoas

Referências culturais imateriais no Estado de Alagoas		
Categorias	Nº. de registros	Descrições
Ofícios e modos de fazer	229	Práticas gastronômicas, atividade da pesca, manualidade, prática agrícola, universo mágico religioso, o lúdico e criação de animais
Formas de expressão	145	Folguedos, lendas, danças e cortejos, brincadeiras, cantos e cantigas, contos, trovas, poesias e estórias, representações teatrais, torneios, cultos religiosos
Lugares	67	-
Celebrações	54	Religiosas, festividades profana, festividades ligadas às populações indígenas, universo religioso afro-brasileiro, celebrações associadas às atividades agrícolas
Edificações	24	Museus e capelas

Fonte: Stroh, Cavalcante, Brandão, Ramalho & Barros (2008). Adaptado pela autora.

Através do quadro 11 é possível observar que o patrimônio cultural imaterial da categoria ofícios e modos de fazer são os que estão mais presentes no território alagoano. Esse bem envolve diversas atividades praticadas em todo o Estado, contabilizando um total de 229 registros.

O turismo apresenta-se como forma de reconhecimento, preservação e valorização do patrimônio no Estado de Alagoas. As práticas turísticas nesse território são planejadas levando em consideração a seguinte divisão regional: Maceió, Lagoas e Mares do Sul, Costa dos Corais, Quilombos e Rio São Francisco (Sedetur, 2016).

A figura 15 apresenta o mapa turístico de Alagoas com as principais atrações turísticas. É possível destacar a grande oferta turística apresentada no litoral do Estado, com as diversas praias e a região que é banhada pelo rio São Francisco.



Fonte: Alagoas-turismo, 2016.

Figura 15: Mapa turístico de Alagoas

Maceió, capital do Estado de Alagoas, possui diversos patrimônios culturais e naturais. Com suas belíssimas praias em tonalidade azul e verde, piscinas naturais, museus, igrejas, teatros, artesanatos, centros históricos e uma gastronomia diversificada, atrai turistas de diversos lugares do mundo (Sedetur, 2016). O quadro 12 apresenta os principais pontos turísticos em Maceió, com destaque à grande presença do patrimônio material presente no centro da capital.

A região das Lagoas e Mares do Sul possui belezas naturais e culturais. Ela tem um patrimônio natural marcado pelas praias paradisíacas, vastos coqueirais, lagoas, rios que se encontram com o mar, e seu patrimônio cultural é marcada pelas tradições populares, o artesanato, a musicalidade e a gastronomia. Os municípios que fazem parte dessa região são: Pilar, Marechal Deodoro, Barra de São Miguel, Roteiro, Jequiá da Praia, Coruripe e Feliz Deserto (Sedetur, 2016).

A região turística Quilombo é rica pela história de luta e pela cultura afro. Ela possui um roteiro chamado de “Caminho da Liberdade” que envolve “etnia, cultura, natureza, ecologia, aventura e a observação de aves”; fazem parte desse itinerário os municípios de “São José da Laje, Murici, Ibateguara e União dos Palmares” (Sedetur, 2016).

Quadro 12: Principais atrativos turísticos em Maceió

Principais atrativos turísticos em Maceió	
Dicas	
<ul style="list-style-type: none">• Navegar nas Jangadas com velas coloridas até as piscinas naturais, formadas pelos recifes de corais da Praia de Pajuçara.• Passear de barco na Lagoa Mundaú e Manguaba, entre ilhas e canais ao encontro do rio com o mar.• Pontal da Barra, bucólico bairro à margem da Lagoa Mundaú, onde as rendeiras tecem o filé, renda de origem portuguesa tipicamente alagoana.• Mirante São Gonçalo que oferece uma visão panorâmica da enseada de Jaraguá até o Pontal.• Degustar as deliciosas tapiocas, comercializadas nas praias de Pajuçara, Ponta Verde e Jatiúca.• Sentir o prazer da gula em um restaurante que serve a culinária regional, nacional ou Internacional.• Mercado do Artesanato, considerado uma vitrine da arte popular. Os produtos comercializados representam a cultura dos alagoanos.• Passear pela orla, tomar água de coco e apreciar a criatividade dos trabalhos confeccionados em coco, madeira, palha, bordados, cerâmica, renda, que são expostos na Feirinha da Pajuçara.• Reconhecer o talento dos artesãos numa visita ao Pavilhão do Artesanato. Várias lojas exibem peças que são verdadeiras obras de arte.	
Centro da cidade	
<ul style="list-style-type: none">• Museu Theo Brandão de Antropologia e Folclore, cuja construção do início do século 20 reúne as mais expressivas coleções sobre a cultura e a arte popular alagoana.• Catedral Metropolitana de Maceió, estilo neoclássico, foi inaugurada em 1859, com a presença do Imperador Dom Pedro II.• Biblioteca Pública Estadual: palacete erguido em 1840. Abriga um importante acervo arquitetônico histórico de Alagoas.• Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, construída em 1853, apresenta um estilo eclético com detalhes barroco e neoclássico.• Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, inaugurado em 1869. Possui biblioteca e pinacoteca - uma contribuição inestimável à história e à cultura de Alagoas.• Igreja Bom Jesus dos Martírios. Estilo eclético e possui ligeiros traços orientais, inaugurada em 1881.• Museu Histórico Palácio Marechal Floriano Peixoto, inaugurado em 1902, prédio de estilo neoclássico, foi sede do Governo do Estado até 2005, conhecido como Palácio dos Martírios.• Museu de Arte Sacra Pierre Chalita, construído no início do século 20, guarda um dos maiores acervos de imagens e pinturas de arte-sacra do Brasil dos séculos XVII a XX.• Teatro Marechal Deodoro da Fonseca, cuja fachada apresenta frontões triangulares decorados ao gosto da época de sua construção em 1905. Possui estátuas de musas que representam uma alegoria às artes.	
Atrativos históricos do Bairro de Jaraguá	
<ul style="list-style-type: none">• Igreja Nossa Senhora Mãe do Povo. Construída em Jaraguá em 1888.• Museu da Imagem e do Som, construída em 1869. Guarda um expressivo acervo da história de Maceió.• Associação Comercial é um suntuoso prédio de estilo neoclássico inaugurado em 1928.• Memorial à República, construído em 2005, é uma homenagem aos dois primeiros presidentes do Brasil, os marechais alagoanos Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto.	

Fonte: Sedetur (2016). Adaptado pela autora.

A região turística Quilombo é rica pela história de luta e pela cultura afro. Ela possui um roteiro chamado de “Caminho da Liberdade” que envolve “etnia, cultura, natureza, ecologia, aventura e a observação de aves”; fazem parte desse itinerário os municípios de “São José da Laje, Murici, Ibateguara e União dos Palmares” (Sedetur, 2016).

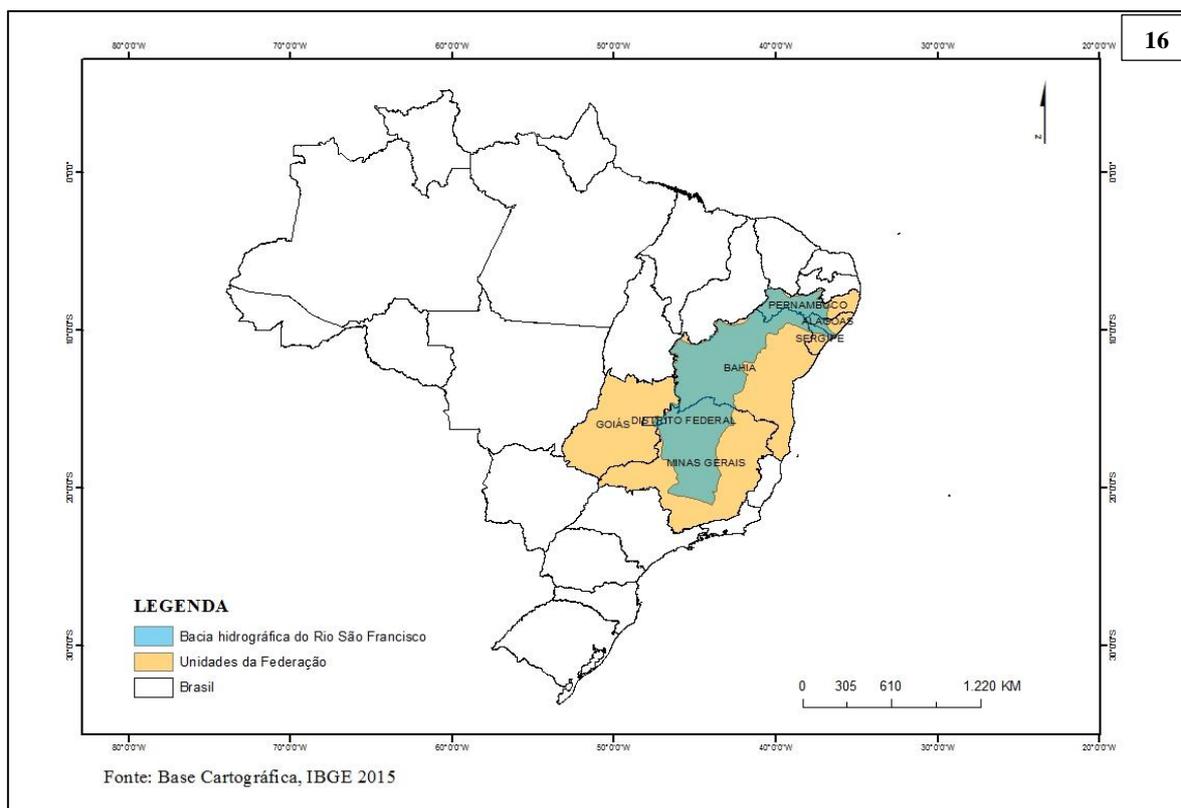
A região do São Francisco é cheia de encantos com suas belezas naturais e culturais. As cidades banhadas pelo Rio São Francisco apresentam um rico acervo histórico, contemplando no Estado de Alagoas os municípios de Piaçabuçu, Penedo, Pão de Açúcar, Piranhas, Delmiro Gouveia e Água Branca (Sedetur, 2016).

O Estado de Alagoas apresenta uma rica diversidade de atrativos turísticos. Nesse sentido, o quadro II (anexo II) apresenta o património cultural no Estado de Alagoas com suas cidades históricas, cultura, folclore e artesanato.

Contudo, o Estado de Alagoas apresenta um legado repleto de cultura e tradição. Palco de diversos factos históricos, esse território apresenta um património diversificado e atrativo, com valores e significados que revelam a identidade da sociedade.

3.2 Património e turismo na região do Baixo Rio São Francisco no Estado de Alagoas

O rio São Francisco é uma das principais riquezas naturais do território brasileiro. Com 638.323km² (8% do território nacional), ele abrange 503 municípios e sete Unidades da Federação: Alagoas, Bahia, Goiás, Minas Gerais, Pernambuco, Sergipe e o Distrito Federal. Essa área hidrográfica está dividida em quatro regiões: São Francisco Alto, São Francisco Médio, São Francisco Sub-Médio, e São Francisco Baixo (MMA, 2006). A figura 16 representa a Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.



Fonte: Elaborada pela autora.

Figura 16: Mapa da Bacia hidrográfica do Rio São Francisco

A região do Baixo Rio São Francisco abrange os Estados de Alagoas e Sergipe. A análise aqui proposta considera 12 municípios do Estado de Alagoas que fazem parte dos estudos do turismo no Baixo São Francisco: Água Branca, Belo Monte, Delmiro Gouveia, Igreja Nova, Olho D'Água do Casado, Pão de Açúcar, Penedo, Piaçabuçu, Piranhas, Porto Real do Colégio, São Brás e Traipu (Matteo; Matricardi; Pires; Matamala, 2013).

Os municípios alagoanos pertencentes à região do Baixo São Francisco apresentam um rico patrimônio cultural e natural. Eles possuem conjuntos arquitetônicos que revelam o seu passado histórico, comunidades tradicionais, manifestações artístico-culturais, sítios arqueológicos e paleontológico, paisagens naturais com belezas únicas de uma região ribeirinha marcada pela diversidade cultural e natural.

Com o objetivo de desenvolver economicamente a região do Baixo São Francisco, em 2007 o Governo do Estado de Alagoas iniciou o “Projeto de Dinamização e Sustentabilidade do Turismo no Baixo São Francisco de Alagoas e Sergipe” (Matteo *et al.*, 2013). Esse projeto utilizou o turismo sustentável como ferramenta de desenvolvimento socioeconômico das populações que vivem nessa região. Para isso, foi fomentado “(...) o desenvolvimento do turismo por meio do planejamento do destino, no apoio à sua promoção e comercialização, além da capacitação da comunidade local de modo que seja inserida na cadeia produtiva do Turismo” (Caminhos do São Francisco, 2016).

Em 2011, foi dado início ao Zonamento Turístico na região do Baixo São Francisco com objetivo de promover o ordenamento territorial com enfoque no turismo. Ele envolveu três eixos temáticos no seu processo de dinamização: 1 – processos naturais, 2 – processos sociais, 3 – turismo na região. Por meio desse estudo foi realizado um levantamento sobre o potencial turístico na região, considerando as “(...) áreas naturais, conjuntos arquitetônicos, Povoados rurais, populações tradicionais (quilombolas e indígenas), organizações de produtores familiares (associações e cooperativas), entre outros (...)” (Matteo *et al.*, 2013).

Conhecer os atrativos turísticos de cada município é importante no estudo do patrimônio, pois esses podem ser valorizados através do turismo. O quadro III (anexo II) apresenta a classificação dos atrativos turísticos nos municípios do Baixo Rio São Francisco em Alagoas, ganhando destaque os conjuntos arquitetônicos e a paisagem natural que essa região oferece.

A região do Baixo Rio São Francisco possui diversos patrimônios de símbolo histórico, cultural e natural. As figuras de 17 a 20 apresentam os Caminhos da História, as figuras de 21 a 24 os Caminhos da Natureza, as figuras de 25 a 28 os Caminhos da Aventura, as figuras de 29 a 32 os Caminhos do Artesanato, e as figuras de 33 a 37 os Caminhos da Gastronomia.



Fonte: Caminhos do São Francisco, 2016.

Fonte: Caminhos do São Francisco, 2016.

Figura 17: Centro Histórico de Penedo
Figura 18: Antiga Estação Ferroviária,
Porto Real do Colégio

Figura 19: Centro Histórico de Piranhas
Figura 20: Centro Histórico de Água Branca

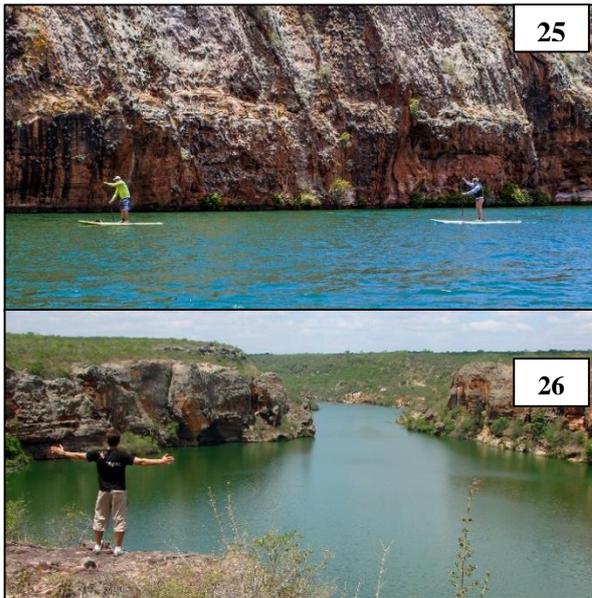


Fonte: Caminhos do São Francisco, 2016.

Fonte: Caminhos do São Francisco, 2016.

Figura 21: *Canyon* do São Francisco
Figura 22: Pôr do sol no Rio São
Francisco. Pão de Açúcar

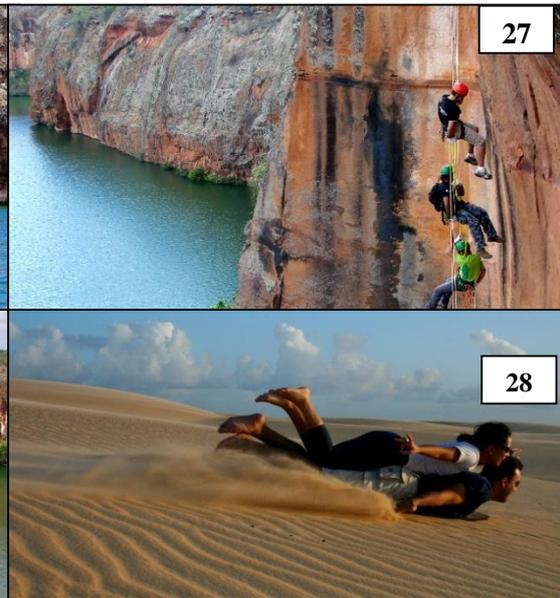
Figura 23: Paredões do *Canyon*. Olho
D'Água do Casado
Figura 24: Dunas da Foz do Rio São
Francisco. Piacabucu



Fonte: Caminhos do São Francisco, 2016.

Figura 25: SUP no Cânion. Olho D'Água do Casado

Figura 26: Trilhas do Mirante do Talhado. Delmiro Gouveia



Fonte: Caminhos do São Francisco, 2016.

Figura 27: Rapel nos paredões do Talhado. Delmiro Gouveia

Figura 28: Sandboard nas dunas da Foz. Piaçabuçu



Fonte: Caminhos do São Francisco, 2016.

Figura 29: Utensílios em Palha de Buriti – Comunidade Quilombola da Serra das Viúvas. Água Branca

Figura 30: Artesanato em madeira – Ilha do Ferro. Pão de Açúcar/AL



Fonte: Caminhos do São Francisco, 2016.

Figura 31: Bordado Redendê. Traipu

Figura 32: Ponto de Cultura. Penedo



Fonte: Caminhos do São Francisco, 2016.

Fonte: Caminhos do São Francisco, 2016.

Figura 33: Carne de sol com macaxeira
– Prato típico em toda a região

Figura 34: Tilápia – Prato típico de toda
a região

Figura 35: Famoso sorvete de rapadura
do Engenho São Lourenço. Água Branca

Figura 36: Peixada ao molho de côco –
Região da Foz

Figura 37: Ceia regional

Através das figuras apresentadas é possível observar que essa região contempla um patrimônio bastante típico de áreas ribeirinhas. Como exemplo tem-se a vegetação e o rio que exibem paisagens únicas e propícias para a prática de desporto. Além da vista natural, tem-se também a oferta de uma paisagem histórica simbolizada nos casarios e os modos de fazer, a exemplo do artesanato e da culinária.

A demanda turística na região do Baixo São Francisco apresenta um cenário bastante significativo. Entre 2012 e 2013, o Projeto de Dinamização e Sustentabilidade do Turismo no Baixo São Francisco, realizou um levantamento com objetivo de identificar as necessidades e expectativas dos turistas. Nesse sentido, foram aplicados 1.034 questionários “(...) nos municípios que contam com melhores estruturas e maiores fluxos turísticos, em períodos de Alta e Baixa temporada” (Turismo no Baixo São Francisco, 2013: 37). O quadro 13 apresenta os municípios e os locais onde foram aplicados os questionários.

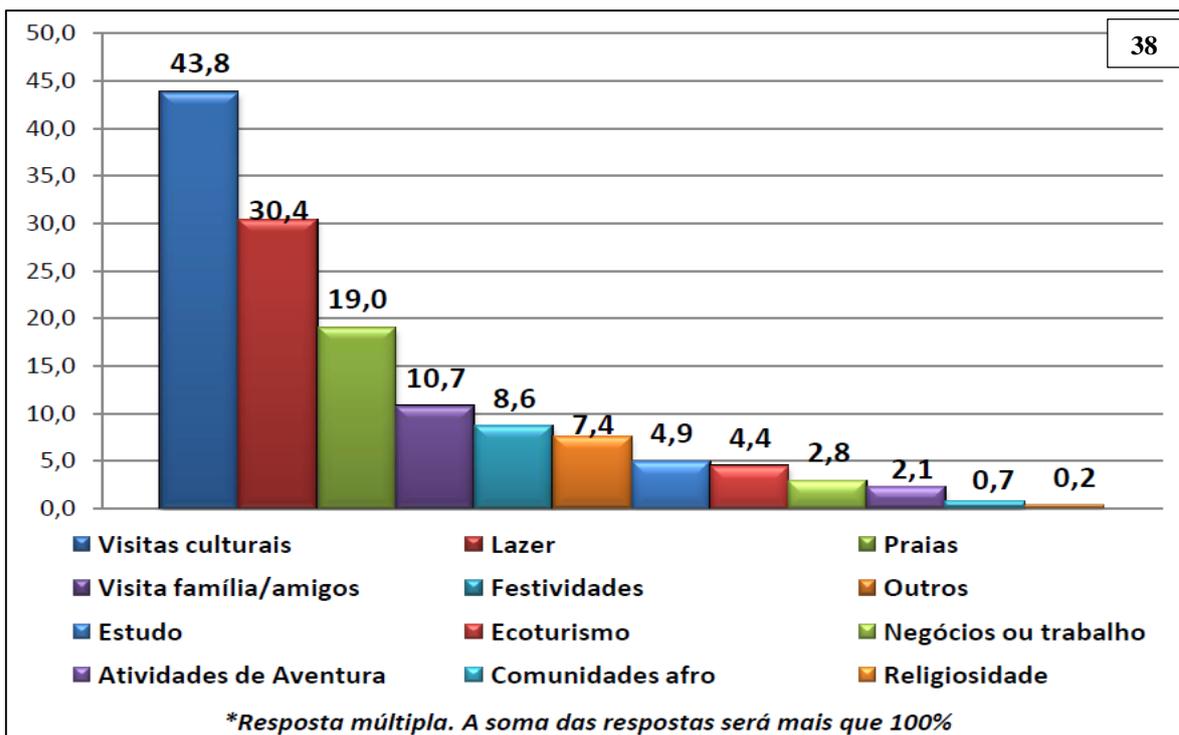
Quadro 13: Municípios e locais que foram aplicados os questionários

Municípios e locais que foram aplicados os questionários	
Piaçabuçu	<ul style="list-style-type: none"> - Porto de embarque no centro da cidade (Para a Foz do Rio São Francisco); - Foz do Rio São Francisco); - Praia do Peba; - Centro.
Penedo	<ul style="list-style-type: none"> - Centro Histórico; - Museu do Paço Imperial; - Pousada Colonial; - Igreja da Corrente; - Casa da Aposentadoria.
Piranhas	<ul style="list-style-type: none"> - Restaurante Carrancas (Embarque de grupos para os <i>canyons</i> do Rio São Francisco, localizado no município de Canindé de São Francisco); - Centro histórico; - Bares da Orla turística do Centro histórico; - Mercado de Artesanato; - Restaurante Flor de Cactus; - Restaurante Caboclo D' água.
Delmiro Gouveia	<ul style="list-style-type: none"> - Angiquinho; - Centro comercial; - Mirante do Talhado (Pousada); - Restaurante Castanho; - Museu Delmiro Gouveia.

Fonte: Turismo no Baixo São Francisco (2013). Adaptado pela autora.

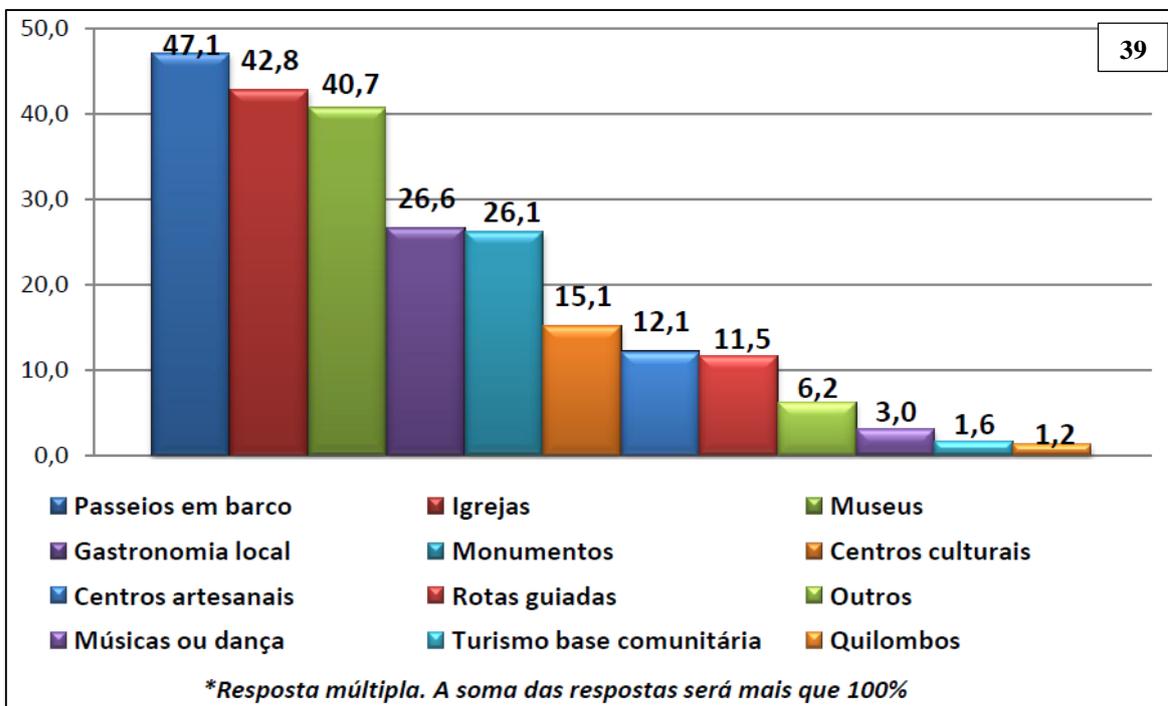
Por meio do levantamento realizado da demanda turística na região do Baixo São Francisco, foi diagnosticado que o município de Delmiro Gouveia não apresenta dados estatísticos oficiais do número de turistas que visitam esse território. Devido à dificuldade de coletar dados em Delmiro Gouveia, a pesquisa nesse território só foi realizada em 2012 e início de 2013, e teve apenas 22 questionários respondidos (Turismo no Baixo São Francisco, 2013). Nesse sentido, é visível a necessidade de políticas de incentivo ao patrimônio e turismo nesse território, pois o fluxo turístico em Delmiro Gouveia ainda apresenta um número muito baixo.

As motivações e as atividades realizadas pelos turistas que visitam a região do Baixo São Francisco são importantes no estudo e análise do patrimônio. Nesse sentido, as figuras 38 e 39 apresentam dados que revelam o patrimônio cultural e natural como motivação para o fluxo turístico. Mais de 40% dos turistas que visitam essa região realiza visitas culturais, estando o lazer com 30,4%, e o ecoturismo com apenas 4,4% das motivações.



Fonte: Turismo no Baixo São Francisco, 2013.

Figura 38: Motivo da viagem ao Baixo São Francisco (%)



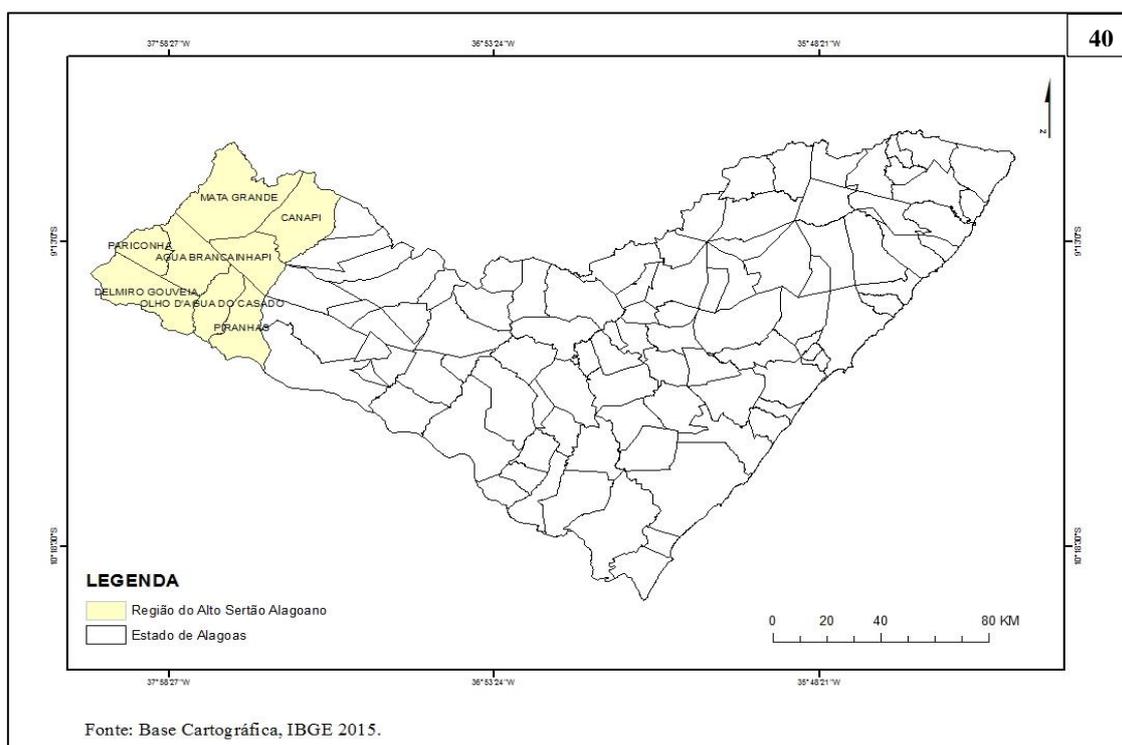
Fonte: Turismo no Baixo São Francisco, 2013.

Figura 39: Tipos de atividades realizadas no Baixo São Francisco (%)

Como apresentado, a região do Baixo Rio São Francisco exibe um patrimônio cultural e natural atrativo, e o turismo tem contribuído para o reconhecimento, preservação e valorização dessas riquezas ribeirinhas.

3.3 Patrimônio e turismo na região do Alto Sertão Alagoano

A região do Alto Sertão Alagoano apresenta paisagens naturais e culturais marcantes que simbolizam a história de vida da sociedade, sendo um rico acervo histórico-cultural. Ela é composta por 08 municípios (figura 40): Água Branca, Canapi, Delmiro Gouveia, Inhapi, Mata Grande, Olho d'Água do Casado, Pariconha e Piranhas, e abrange uma área de 3.935,20 Km² (SIT, 2016). É uma região repleta de belezas culturais e naturais, com presença de herança indígena, quilombola e europeia.



Fonte: Elaborada pela autora.

Figura 40: Mapa da região do Alto Sertão Alagoano

As belezas naturais na região sertaneja alagoana são representadas principalmente pela vegetação Caatinga e o rio São Francisco. Nesse sentido, segundo Carneiro, Piccolo, Zancheti e Pontual (2009: 03) “no Sertão alagoano, existem como recortes dessas diferentes paisagens de caráter natural: a paisagem do rio São Francisco, com a cachoeira de Paulo Afonso e os

paredões de rochas, a paisagem da caatinga e das serras e matas. Na Cachoeira de Paulo Afonso surge a Usina de Angiquinho, inserida na cidade de Delmiro Gouveia; nas serras e matas serranas estão assentadas as cidades de Água Branca, sendo presente a vegetação da caatinga em toda a extensão que une esses quatro lugares”. Apresenta assim, um rico patrimônio cultural e natural.

A região do Alto Sertão Alagoano ainda exhibe um rico acervo patrimonial arqueológico. São exemplos desses bens as pinturas rupestre em Olho D’Água do Casado. O quadro 14 apresenta as ocorrências e as categorias desse rico patrimônio:

Quadro 14: Sítios Arqueológicos na região do Alto Sertão Alagoano (2011)

Município	Ocorrências	Categoria
Água Branca	02	Rupestre
Delmiro Gouveia	14	07 Pré-colonial, 02 Pré-colonial/Histórico, 05 Rupestre.
Olho d’Água do Casado	30	24 Rupestre, 03 Rupestre e Histórico, 03 Pré-colonial
Olho d’Água do Casado Delmiro Gouveia	25	Rupestre
Pariconha	01	Pré-colonial/Histórico
Piranhas	30	04 Rupestre, 16 Pré-colonial, 08 Histórico, 02 Pré-colonial/Histórico

Fonte: Teixeira *et al.* (2012). Adaptado pela autora.

Em 2011, o Movimento Pró-Desenvolvimento Comunitário realizou o mapeamento cultural dos pontos de cultura. Esse movimento teve como objetivo registrar “[...] informações sobre as experiências, as atividades literárias realizadas, o contexto sociocultural das comunidades e, em especial, as manifestações populares, sua importância e influência na trajetória das comunidades” (Oreste, 2012: 03).

Dos municípios pertencentes à região do Alto Sertão Alagoano, três foram contemplados com os pontos de cultura: Delmiro Gouveia, Inhapi e Água Branca. Em Delmiro Gouveia, a Fundação Delmiro Gouveia – fundada em 1997, é responsável pelo Ponto de Cultura Arte e Ação, esse que busca “resgatar e preservar os valores culturais” por meio de projetos que englobam o patrimônio cultural imaterial do município (Oreste, 2012: 05).

O ponto de cultura no município do Inhapi é o PDA Mandacaru. Ele visa apoiar “grupos com vulnerabilidade social e econômica”, com promoção de ações que versam sobre agropecuária e incentivo a leitura por meio do Baú de Leitura (Oreste, 2012: 06).

No município de Água Branca encontra-se o Ponto de Cultura Engenho da Serra. Esse ponto de cultura desenvolve atividades na zona rural e urbana no resgate as manifestações culturais, com promoção de “oficinas de teatro, cinema e artes cênicas” (Oreste, 2012: 07).

A região do Alto Sertão Alagoano possui patrimônio vivo. Até 2005, foi registrado como Patrimônio Vivo do Estado de Alagoas José Ricardo dos Santos Neto, com a dança de São Gonçalo no município de Água Branca (Cavalcanti; Fonseca 2008).

O município de Água Branca apresenta um patrimônio cultural e natural ligado à história. Nele é possível encontrar um centro histórico que revela na paisagem símbolos do passado e do presente (figuras 41 e 42). Os principais patrimônios culturais e naturais nesse território são o seu conjunto arquitetônico, Fazenda Cobra, Casario do Coronel Ulisses Luna, as terras indígenas Kalankó (festas e rituais – toré, e artesanato – sementes e utensílios), Pedra do Vento (trilhas ecológicas, inscrições rupestres), Cachoeira Quebra-cabeça no Povoado Várzea do Pico, Cachoeira do Vai-e-vem, Serra das Viúvas (comunidade quilombola e artesanato – palha de ouricuri), (Matteo *et al.*, 2013).



Fonte: Rogéria de Souza Vieira, 2011.

Fonte: Rogéria de Souza Vieira, 2011.

Figura 41: Igreja Matriz de Água Branca

Figura 42: Centro Histórico de Água Branca – AL

O território de Água Branca possui políticas municipais de cultura. Os principais objetivos dessas políticas, segundo o IBGE são: “tornar a cultura em um dos componentes básicos para a qualidade de vida da população, ampliar o grau de participação social nos projetos culturais, dinamizar as atividades culturais do município, e integrar a cultura ao desenvolvimento local”. Ele ainda possui legislação de proteção ao patrimônio cultural no âmbito municipal criada em 2001, que contemplam os seguintes bens: patrimônio material, histórico, paisagístico e patrimônio imaterial (IBGE, 2014).

Os municípios de Canapi, Inhapi e Pariconha possuem patrimônio cultural e natural, porém seu conhecimento e difusão ainda é muito precário. Não existe nenhuma iniciativa de reconhecimento do patrimônio existente e a gestão local não possui nenhuma política voltada para a cultura e turismo nesses territórios. Porém, é possível encontrar algumas atividades

artísticas, sendo no município de Canapi: manifestação tradicional popular, banda, coral, capoeira e artesanato (bordado, culinária típica e madeira). Inhapi: dança, musical, capoeira e artesanato (frutas e sementes, material reciclável). Pariconha: teatro, manifestação tradicional popular, banda, coral, bloco carnavalesco, artes visuais, artesanato (frutas e sementes), e comunidades indígenas na área urbana e rural (IBGE, 2016a).

O património cultural e natural no município de Delmiro Gouveia está ligado à história da formação da cidade e ao Rio São Francisco. Dentre os bens patrimoniais existentes, tem-se o Museu Regional Delmiro Gouveia, a Usina Hidroelétrica Angiquinho, a Fábrica da Pedra, o artesanato, os folguedos, os *canyons*, dentre outros.

O território de Delmiro Gouveia possui políticas municipais de cultura. Os principais objetivos dessas políticas, segundo o IBGE são: “tornar a cultura em um dos componentes básicos para a qualidade de vida da população, dinamizar as atividades culturais do município, integrar a cultura ao desenvolvimento local, e preservar o património histórico, artístico e cultural”. Ele não possui legislação de proteção ao património cultural e nem Conselho Municipal de Cultural e de Preservação do Património (IBGE, 2014).

O município de Mata Grande possui um património cultural e natural ligado à história da cidade. O conjunto arquitetónico e as áreas serranas apresentam um património único que necessita de ser reconhecido, preservado e valorizado. Pertencente ao património histórico, a Antiga Cadeia de Mata Grande (figura 43) é reconhecida como património na classificação de edifícios e monumentos isolados, pelo decreto estadual de número 4.188 de 01 de outubro 2009 (Estado de Alagoas, 2014).



Fonte: Rogéria de Souza Vieira, 2013.

Figura 43: Antiga Cadeia de Mata Grande

O território de Mata Grande possui políticas municipais de cultura. Os principais objetivos dessas políticas, segundo o IBGE são: “tornar a cultura em um dos componentes básicos para a qualidade de vida da população, integrar a cultura ao desenvolvimento local, preservar o patrimônio histórico, artístico e cultural, e garantir a sobrevivência das tradições culturais locais”. É possível encontrar algumas atividades artísticas no município, sendo essas: dança, musical, banda, coral, capoeira, bloco carnavalesco e artesanato (material reciclável), (IBGE, 2014).

O município de Olho D’Água do Casado possui um patrimônio cultural e natural relacionado principalmente com o Rio São Francisco. As paisagens dos *Canyons* do Rio São Francisco e os sítios arqueológicos são os patrimônios mais reconhecido nesse território (figura 44). A gestão municipal possui políticas de cultura, essas que tem como principais objetivos, segundo o IBGE: “tornar a cultura em um dos componentes básicos para a qualidade de vida da população, ampliar o grau de participação social nos projetos culturais, integrar a cultura ao desenvolvimento local, e preservar o patrimônio histórico, artístico e cultural”. Os grupos artísticos presentes nessa área são o teatro, manifestação tradicional popular, dança, musical, banda, coral, capoeira, bloco carnavalesco, artes visuais e artesanato (bordado, barro e madeira), (IBGE, 2014).



Fonte: Rogéria de Souza Vieira, 2016.

Figura 44: *Canyons* do Rio São Francisco, Olho D’Água do Casado – AL

O município de Piranhas tem o seu patrimônio cultural e natural ligado à história e ao Rio São Francisco. Devido à construção da Hidroelétrica de Xingó, sobre comando da CHESF

– Companhia Hidroelétrica do São Francisco, a companhia foi levada a realizar ações juntamente com o poder público no que se refere ao patrimônio cultural existente no lugar, sendo realizado de acordo com Ribeiro, Souto e Gomes (2009: 05) “[...] inventariação, tombamento e reconhecimento do patrimônio cultural, nos anos de 1999/2001”. O levantamento se deu por meio da história oral, na busca de preservar a memória da população local e educação patrimonial e ambiental (Ribeiro *et al.*, 2009).

O patrimônio cultural do município de Piranhas é tombado nas esferas Federal, Estadual e Municipal (Ribeiro *et al.*, 2009). Em 2004, o IPHAN tombou o Sítio Histórico e Paisagístico de Piranhas, e no ano seguinte, o Governo do Estado de Alagoas, por meio da Lei nº 6.650, de 19 de dezembro de 2005, determina o tombamento dos bens do Sítio Histórico e Paisagístico de Piranhas, e estabelece as diretrizes e critérios para intervenção urbanísticas e arquitetônicas em áreas integrantes. Dentre os patrimônios tombados, tem-se o Museu do Sertão (figura 45), que “[...] abrigado na Edificação da Estação Ferroviária de Piranhas, guarda aspectos da memória regional, do cotidiano sertanejo e da presença histórica do cangaço naquela porção do sertão” (Stroh *et al.*, 2008: 43). O museu também abriga a loja do artesanato local e regional.



Fonte: Rogéria de Souza Vieira, 2015.

Figura 45: Museu do Sertão, Piranhas – AL

Contudo, o turismo na região do Alto Sertão de Alagoas está presente principalmente nos municípios de Água Branca, Delmiro Gouveia, Olho D’Água do Casado e Piranhas, devido aos investimentos públicos e privados e a difusão da história desses territórios. O reconhecimento pela legislação dos bens patrimoniais também tem sido um fator importante na divulgação do patrimônio nesses lugares.

CAPÍTULO 4 – PATRIMÔNIO E TURISMO NO MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA

4.1 Caracterização da área de investigação

Situada no extremo oeste do Estado de Alagoas, o município de Delmiro Gouveia tem apresentado sua importância histórico-cultural ao longo do tempo através do desenvolvimento proporcionado em toda a região. Esse progresso ocorreu devido aos investimentos que o cidadão Delmiro Gouveia realizou nesse território, a exemplo da geração de empregos através da Usina Hidroelétrica de Angiquinho e a Fábrica de Linhas. Atualmente, o município de Delmiro tem sua economia voltada para o comércio e serviço.

O município de Delmiro Gouveia faz fronteira com três Estados: Bahia, Pernambuco e Sergipe. Limita-se a norte por via terrestre com os municípios de Pariconha (AL) e Água Branca (AL), a sul por via terrestre e hídrica com Paulo Afonso (BA) e por via hídrica com Canindé do São Francisco (SE), a leste por via terrestre e hídrica com Olho D'Água do Casado (AL), e a oeste por via terrestre e hídrica com o município de Jatobá (PE). O acesso por via terrestre ao município se dá pela rodovia Federal BR-423 que liga o município aos estados de Pernambuco e Bahia, e a rodovia Estadual AL-220 e a BR-316 liga o município a outros municípios do Estado de Alagoas e à capital Maceió. A distância de Delmiro Gouveia à capital Maceió pela AL-220 é de 295 km sem trânsito (IBGE, 2016a). A figura 46 apresenta o mapa de localização do município de Delmiro Gouveia.

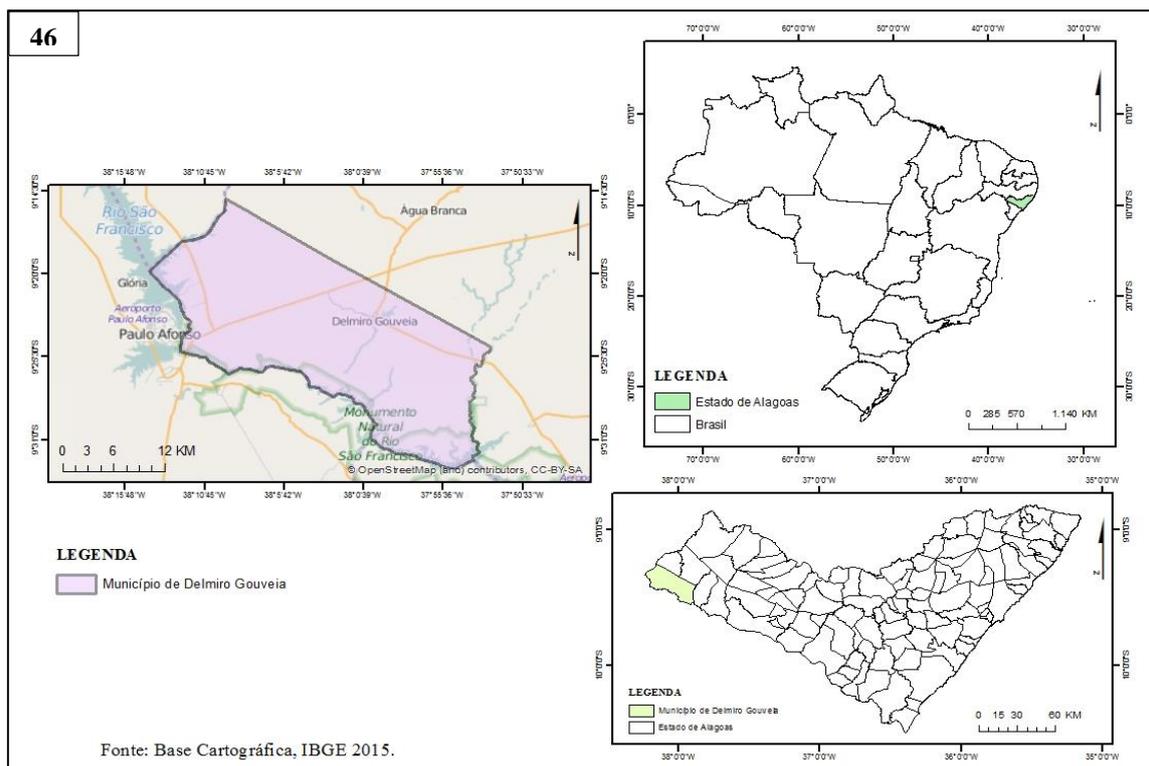
O município de Delmiro Gouveia tem uma área da unidade territorial de 608,491 Km², com altitude de 256m, clima Semiárido e vegetação Caatinga. No que se refere à questão demográfica, o município possui 79,13 hab/Km² (2010), e tem ganho população ao longo dos anos principalmente na área rural, como apresentado no quadro 15 (IBGE, 2016a).

Quadro 15: Demografia no município de Delmiro Gouveia

Localização	População residente		
	2000	2010	2015*
Urbana	33.563	34.853	-
Rural	9.432	13.243	-
Total	42.995	48.096	51.997*

*Estimativa da População.

Fonte: IBGE (2016a). Adaptado pela autora.



Fonte: Elaborada pela autora.

Figura 46: Mapa de localização do município de Delmiro Gouveia

A história do município de Delmiro Gouveia é um recurso importante no seu desenvolvimento. Sua configuração urbana inicial é vinculada a um personagem que contribuiu na narrativa da paisagem: Delmiro Augusto da Cruz Gouveia (1863-1917). Responsável por grande parte da herança cultural existente na paisagem, o cidadão Delmiro realizou diversas ações que deixaram marcas (símbolos) recheados de significados representativos do modo de vida da sociedade local no início do século XX (Vieira, 2014).

O cidadão Delmiro Gouveia é considerado peça fundamental na formação da cidade. Ele é visto com carinho pela população que ali reside. Nesse sentido, a moradora Ermância Maria Pereira relata que “Delmiro teve o dom, teve a grandeza de perceber nas águas do São Francisco, o potencial que isso aqui teria futuramente. Eu costumo dizer que Delmiro Gouveia foi um homem de vanguarda. Ele foi um apaixonado e ele é apaixonante. Quando a gente se depara com a história de uma pessoa que chegou em uma situação talvez complicada, porque ele veio para cá se esconder de uma crise política, e perceber o potencial que esse lugarejo oferecia, esse homem foi um iluminado” (CHESF, 2015).

A cidade de Delmiro Gouveia (antigo Povoado Pedra), constituiu-se a partir de uma estação da estrada de ferro da então *Great-Western*. Com a chegada de Delmiro Gouveia no

Povoado Pedra em 1903, iniciou-se um processo de desenvolvimento económico que resultou em uma configuração histórica-urbana que na atualidade faz parte do património cultural da cidade (IBGE, 2016a).

Em 1911 a partir de um acordo firmado entre Delmiro Gouveia e o Governo do Estado de Alagoas, foi iniciada as obras de construção da usina hidroelétrica de Angiquinho. Inaugurada em 1913, ela gerou energia suficiente para abastecer a fábrica de linhas e todo o povoamento em seu entorno (Bonelli, 2009). Em virtude da demanda o empreendedor ambicionava construir uma segunda usina em Angiquinho, localizada à esquerda da Furna do Morcego” (figuras 47 e 48). Atualmente, a antiga usina hidroelétrica de Angiquinho, desativada em 1960, é tombada como património histórico-cultural pelo Estado de Alagoas.



Fonte: Rogéria de Souza Vieira, 2011.

Fonte: Rogéria de Souza Vieira, 2011.

Figura 47: Segunda usina em Angiquinho

Figura 48: Furna do Morcego

Em 1914, Delmiro Gouveia inaugurou a fábrica de linha denominada de Companhia Agro Fabril Mercantil, que gerou emprego e renda para a população que residia nas proximidades do Povoado Pedra. A fábrica ao longo dos anos foi adquirida por diversas empresas. Em 1992 foi comprada pelo Grupo Carlos Lyra, sendo na atualidade denominada de Fábrica da Pedra S/A – Fiação e Tecelagem (Sant’Ana, 1996). A Fábrica da Pedra é um património importante, sendo possível realizar visitas turísticas.

Delmiro mandou construir uma Vila Operária com água encanada, energia elétrica, escola e cinema. Segundo Silva e Lima (2013: 91) “determinado, trouxe novas perspectivas para as terras áridas e pedregosas, transformando a paisagem sertaneja em um magnífico pólo industrial, fato inimaginável para os catingueiros e catingueiras destas belas terras do Brasil”. Hoje, com o processo de globalização essa vila foi transformada, sendo possível encontrar poucas casas com a arquitetura da época.

Em 1938, o Povoado Pedra torna-se distrito Pedra pelo Decreto-Lei 846 de novembro, e em 1943 mudou-se de distrito para Vila Delmiro Gouveia pelo Decreto-Lei 2.902 de dezembro. A Vila Delmiro Gouveia tornou-se município Delmiro Gouveia pela Lei 1.623 de 16 de junho de 1952, porém essa lei só foi instalada em 14 de fevereiro de 1954, sendo desmembrada do município de Água Branca (IBGE, 2016a).

O património do município de Delmiro Gouveia apresenta uma forte relação com a história, que ao longo do tempo, deixou marcas simbólicas na paisagem. Essas marcas apresentam uma rica fonte económica para o município e região. De acordo com o turismólogo Adriano Pereira Silva “falar do património histórico de Delmiro Gouveia sem sombra de dúvidas é uma das maiores dádivas que qualquer delmirenses pode ter ou pode se orgulhar. Porque ao falar em Delmiro Gouveia, você está falando do maior empreendedor que esse sertão já teve” (CHESF, 2015).

4.2 Análise do património cultural e paisagístico delmirenses

4.2.1 O património cultural no município de Delmiro Gouveia

Com paisagens que refletem a historicidade de um lugar cheio de vida e tradição, o município de Delmiro Gouveia, conhecida como a “Princesa do Sertão” apresenta um património cultural diversificado. Com sua arquitetura, seu artesanato e a história do cidadão Delmiro Gouveia, o município apresenta suas belezas simbolizadas na paisagem vivida e contruída ao longo do tempo (anexo V).

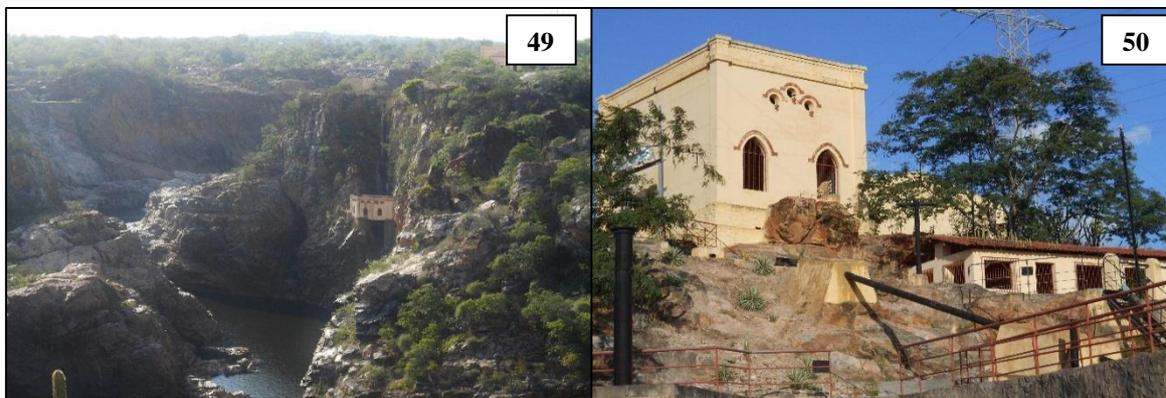
O património histórico no município de Delmiro Gouveia simboliza a narrativa de formação da cidade. Sendo o cidadão Delmiro Gouveia o protagonista da criação da cidade, a moradora Ermância Maria Pereira reconhece que Delmiro “antes de morrer deixou construído todo o património histórico de Delmiro. Uma Vila Operária com 257 casas, cinema, casa de saúde, escola, igreja. Então, Delmiro trouxe para cá o avanço. Se ele tem vivido mais 20 anos, talvez hoje nós fôssemos a segunda cidade do Estado” (CHESF, 2015). Com o grande crescimento urbano que o município tem apresentando ao longo dos anos, esses bens foram se perdendo, restando apenas algumas dessas construções.

Nesse sentido, Bonelli (2009) por meio do Ministério da Cultura e IPHAN, realizou um levantamento sobre os tipos de bens culturais materiais no território de Delmiro. A pesquisa considerou em especial parte do centro da cidade, por esse ser o local onde se encontrava os edifícios mais antigos da cidade. Como resultado, têm-se os edifícios e conjuntos de interesse

histórico, esses que se encontram dispersos pela cidade, sendo a área central local mais marcante por se encontrar os seguintes patrimônios: antiga Vila Operária (com algumas casas com arquitetura da época), a Capela de Nossa Senhora do Rosário (Igreja da Vila) e a antiga Fábrica de Linhas Estrela (atual Fábrica da Pedra).

A usina hidroelétrica de Angiquinho é um dos patrimônios mais importante do legado histórico do município de Delmiro Gouveia. Não sendo mais usado para gerar energia, a hidroelétrica atualmente faz parte do acervo do Patrimônio Histórico Artístico e Natural do Estado de Alagoas, sendo tombado por força do Decreto de 30 de novembro de 2006, apresenta em seu artigo 1º: “fica tombado e integrado ao Patrimônio Histórico Artístico e Natural do Estado de Alagoas, de que trata a Lei nº 4.741, de 17 de dezembro de 1985, as edificações com o acervo interno e externo e toda área do Complexo de Angiquinho, localizada no município de Delmiro Gouveia”.

O Sítio Histórico de Angiquinho (figuras 49 e 50) atualmente está sob a responsabilidade da Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF. Ele tem uma equipa de pessoal responsável pela manutenção e visitação, com guias para receber os turistas que buscam conhecer a usina e sua história.



Fonte: Rogéria de Souza Vieira, 2016.

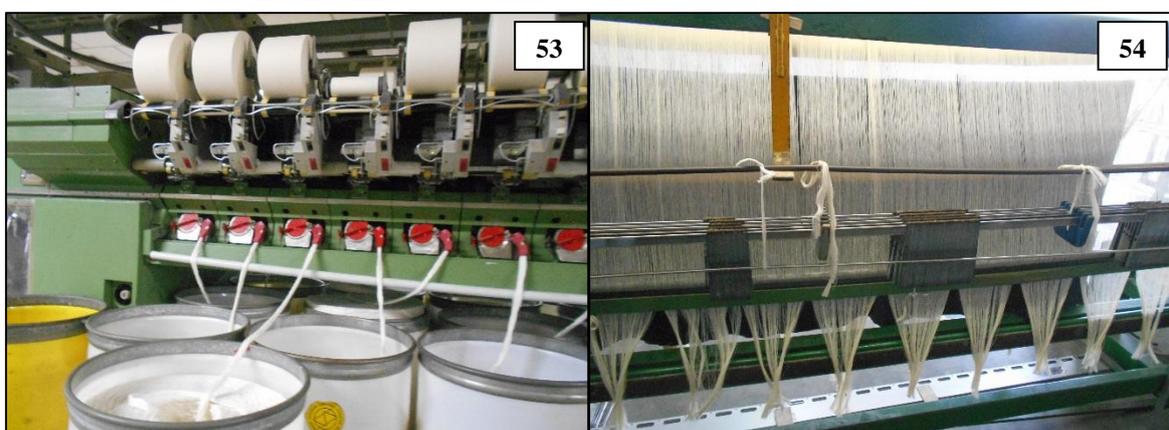
Figuras 49 e 50: Sítio Histórico de Angiquinho

Com 102 anos de existência em 2016, a Fábrica da Pedra é referência na história e na vida da sociedade sertaneja alagoana. Localizada na área central da cidade de Delmiro Gouveia, a fábrica chama atenção pela sua extensão territorial e sua beleza na paisagem, formando um “cinturão verde” em pleno centro da cidade. Devido à sua historicidade na formação da cidade e na vida da população que ali habita, a fábrica é um patrimônio cultural, que pode ser visitada pelos turistas. As figuras 51 a 56 apresentam a Fábrica da Pedra e sua produção.



Fonte: Rogéria de Souza Vieira, 2016.

Figuras 51 e 52: Fábrica da Pedra



Fonte: Rogéria de Souza Vieira, 2016.

Figuras 53 e 54: Produção de linhas. Fábrica da Pedra



Fonte: Rogéria de Souza Vieira, 2016.

Figuras 55 e 56: Produção de tecidos. Fábrica da Pedra

A Capela de Nossa Senhora do Rosário (figuras 57 e 58) representa na paisagem da cidade de Delmiro, a religiosidade e a história da formação da urbe. Localizada ao lado da Fábrica da Pedra, a capela foi construída em 1918, um ano após o falecimento do cidadão Delmiro Gouveia. Ela apresenta características de estilo moderno combinadas com arcos ogivais e ornamentos, e atualmente encontra-se em bom estado de conservação (Bonelli, 2009). Um facto curioso é que a frente da capela fica virada para à Fábrica da Pedra, pois na época acreditava-se que a cidade iria crescer na direção fábrica-bairro Pedra Velha (sentido leste do município). Porém, a cidade acabou por crescer em todas as suas direções, e apresenta um maior crescimento a norte e sul.



Fonte: Rogéria de Souza Vieira, 2016.

Figuras 57 e 58: Capela de Nossa Senhora do Rosário

Um património histórico-cultural presente também no centro da cidade de Delmiro é a Estação da Pedra, inaugurada em 1882 e encerrada em 1964. Em 20 de fevereiro de 1989 a estação transformou-se no Museu Regional Delmiro Gouveia (figuras 59 a 64). Seu acervo traz artefactos e fotos da antiga ferrovia, como a locomotiva a vapor C.W.B.R, livros e registos fotográficos da vida de Delmiro Gouveia (Bonelli, 2009). Segundo a moradora da cidade de Delmiro Ermância Maria Pereira, esse museu é o “quintal sagrado que viu a cidade nascer, foi aqui que Gouveia chegou, foi aqui que ele percebeu o potencial que essa terra ofereceu. Que na verdade aqui não existia nada, além de seis casas dos funcionários da estação” (CHESF, 2015).

A inauguração do Museu Regional Delmiro Gouveia foi realizada pelo Dr. Ivan Muller Botelho, presidente da Fundação Ormeo Junqueira Botelho, com um discurso que retrata a história do museu. Em seu discurso, Botelho fala da compra da Fábrica da Pedra, Multifábrica Nordeste na época, e na missão em transformar a fábrica em algo rentável e no resgate da memória do cidadão Delmiro (Botelho, 1989). Sobre o museu, Botelho (1989) discursou que

“aqui, as gerações de hoje e de amanhã, viajantes e turistas, de perto ou de longe, encontrarão nos painéis, nas narrativas, no espetáculo de som-luz e vídeo os passos de Delmiro, sua vida e sua obra”. O museu após a sua inauguração esteve fechado por alguns anos. Atualmente está sob a administração da Secretaria de Cultura do município de Delmiro, aberto à visitação diariamente das 09 às 17 horas.



Fonte: Rogéria de Souza Vieira, 2016.

Figuras 59 e 60: Museu Regional Delmiro Gouveia



Fonte: Rogéria de Souza Vieira, 2016.

Figuras 61 e 62: Locomotiva. Museu Regional Delmiro Gouveia



Fonte: Rogéria de Souza Vieira, 2015.

Figuras 63 e 64: Acervo. Museu Regional Delmiro Gouveia

Herança dos benefícios proporcionados pelo cidadão Delmiro Gouveia, a Escola Delmiro Gouveia (figura 65) é uma das poucas construções que mantém sua arquitetura original. Presente no centro da cidade, a escola é um símbolo da história e representa o patrimônio cultural da cidade.



Fonte: Renato Nunes, 2014.

Figura 65: Escola Delmiro Gouveia

A Vila Operária construída por Delmiro, atualmente apresenta poucas casas com sua arquitetura de origem. Segundo Gonçalves (2010, p. 271) “as casas eram de alvenaria, revestidas de reboco, permanentemente caiadas de branco, cobertas de telhas de barro e com pisos de tijolos. Um amplo alpendre seguia acompanhando o quarteirão, interligando todas as moradias e formando um imenso corredor”. Hoje, essas casas apresentam uma estrutura mais moderna, perdendo sua estrutura original.

Com o intenso processo de transformação e crescimento urbano, a cidade de Delmiro tem perdido o seu centro histórico. De acordo com a moradora Ermância Maria Pereira “Delmiro Gouveia é uma cidade muito interessante. Ela passou do estado de uma Vila Operária 200 e poucas casas e algumas outras construções, para uma cidade hoje de quase 55.000 habitantes. A gente tem uma estrutura que é pouco vista em cidades do interior”. A mesma ainda acrescenta que “com essa explosão imobiliária, a expansão do comércio, a chegada de grandes lojas, a expansão da própria fábrica; o que lamenta muito é que nesse momento que essas ações foram feitas, não se preservou o patrimônio histórico que a Vila Operária

representava. Lamento muito isso, que as pessoas que compraram as casas não preservaram a sua estrutura” (CHESF, 2015).

A Vila Operária faz parte do patrimônio cultural do município de Delmiro, porém devido à falta de leis e decretos que preservem sua arquitetura original, esse centro histórico está se perdendo devido às novas técnicas utilizadas nas construções e reformas. As figuras 66 a 68 retratam algumas poucas casas que mantêm sua arquitetura original.



Fonte: Renato Nunes, 2014.

Figura 66: Antiga Vila Operária



Fonte: Renato Nunes, 2014.

Figuras 67 e 68: Rua José de Alencar. Antiga Vila Operária

Marcada pela ocorrência da morte de Delmiro, a atual Praça Delmiro Gouveia (antiga Praça do Cruzeiro) faz parte do patrimônio cultural do município. Ela passou por diversas modificações em sua estrutura, e hoje é possível encontrar um pequeno jardim, com duas simbologias que marcam a história da cidade: o busto de Delmiro e um cruzeiro que representa

o local onde Delmiro foi assassinado (figuras 69 e 70). Nela se encontrava a casa do fundador da cidade.



Fonte: Rogéria de Souza Vieira, 2016.

Figura 69: Busto de Delmiro Gouveia



Fonte: Rogéria de Souza Vieira, 2016.

Figura 70: Cruzeiro. Praça Delmiro Gouveia

O antigo armazém de couro (figura 71) do cidadão Delmiro Gouveia representa mais um património histórico-cultural da cidade. Em estado de abandono, o antigo armazém de couro hoje se encontra em ruínas, sendo necessário ações de restauro, preservação e valorização do bem.



Fonte: Rogéria de Souza Vieira, 2014.

Figura 71: Antigo armazém de couro

Nos Povoados do município de Delmiro Gouveia é possível encontrar um rico patrimônio histórico-cultural. As estações ferroviárias dos Povoados Sinimbu e Talhado, e as casas da comunidade quilombola do Povoado Cruz, representam a cultura e a história do lugar.

As estações do Sinimbu e do Talhado foram inauguradas em 1882, e são símbolos importantes na história da formação da cidade. A estação do Sinimbu era a última estação da ferrovia em território alagoano e em 1950 contava com 80 prédios e 400 habitantes. Atualmente essa estação se encontra em estado de degradação, porém serve de moradia para três famílias (Rocha, 2015). Na estação do Talhado só encontramos hoje as paredes, pois ela está totalmente abandonada. As duas estações se encontram desprotegidas, sendo necessária ações de preservação e valorização das mesmas (figuras 72 e 73).



Fonte: Rocha, 2015.

Fonte: Rogéria de Souza Vieira, 2016.

Figura 72: Estação ferroviária do Sinimbu em 2009

Figura 73: Estação ferroviária do Talhado

No Povoado Cruz é possível encontrar uma arquitetura que representa a história quilombola. As casas da cruz (figuras 74 e 75) são consideradas patrimônio cultural pelo valor histórico que essas representam.



Fonte: Arquivo do Departamento de Turismo, Delmiro Gouveia, 2009.

Fonte: Typepad, 2006.

Figura 74: Casa do Povoado Cruz

Figura 75: Casa na Comunidade Quilombola do Povoado Cruz

A Comunidade Quilombola do Povoado Cruz faz parte do patrimônio imaterial. Nessa comunidade encontram-se 72 famílias reconhecidas pela certificação da Fundação Palmares (CPISP, 2013).

O patrimônio imaterial no município de Delmiro é bastante diversificado. Nele, é possível encontrar diversas manifestações culturais que revelam os costumes e tradições da população do lugar. Nesse território encontramos as cavalcadas, bandas de pífano que são bastante tradicionais e se fazem presente nas festas dos padroeiros nos Povoados do município, roda de coco (figura 76), maculelê, pastoril, quadrilha, reisado, casa da arte (com produtos utilitários), culinária local, e alguns eventos culturais, a exemplo da festa da Padroeira Nossa Senhora do Rosário (figura 77). Tem-se também a vaquejada que simboliza o sertanejo, as quadrilhas juninas e o artesanato de tecelão, madeira e pintura em tela (Alfonso, 2012).



Fonte: Rogéria de Souza Vieira, 2010.

Figura 76: Roda de Côco



Fonte: Rogéria de Souza Vieira, 2009.

Figura 77: Festa da Padroeira Nossa Senhora do Rosário

A casa da arte é o local de encontro do artesanato na cidade de Delmiro Gouveia. Denominada de Casa da Arte Telma Neiva de Oliveira, ela abriga a Associação dos Artesãos de Delmiro Gouveia Limitada – ARTDEL (figuras 78 a 83). Com diversas peças fabricadas a mão, a associação conta atualmente com um total de 23 artesãos (quadro 16). A maioria das peças feitas retrata a vida do sertanejo, as paisagens da vegetação Caatinga e o Rio São Francisco, os animais, a cultura local e regional.



Fonte: Rogéria de Souza Vieira, 2016.

Figuras 78 e 79: Casa da Arte Telma Neiva de Oliveira

Quadro 16: Associação dos Artesãos de Delmiro Gouveia Limitada – ARTDEL

ARTESÃOS		
Sequência	Nome	Seguimento de artesanato
01	Cícera Maria de Jesus	Bordado e Redendê.
02	José Cícero Vieira	Artista Plástico.
03	José Conrado Gomes	Madeira, Argila e Reciclagem.
04	José da Silva	Pássaros em Madeira, Durepoxi e Argila.
05	Jociel da Silva	Trabalho com Argila.
06	Josefa Izidio de França Silva	Crochê, Vagonite, Chaveiros.
07	Maria Lúcia Gomes Sobreira Santana	Pintura, Crochê, Biscuit e Outros.
08	Maria do Socorro Costa Silva	Boneca de Lã, Jornal e Outros.
09	Maria das Neves Nascimento Gomes	Biscuit, Bijuteria e Outros.
10	Anirolbaldo Silva Pinto	Argila.
11	Olivaldo da Silva	Doces Caseiros.
12	Maria Lúcia da Silva Torres	Crochê, Bonecas.
13	Samira Kelly da Silva Torres	Biscuit.
14	Maria do Rosário de Jesus	Adesivos para unhas.
15	Maria do Socorro Vieira	Decoração em Garrafas, Roupas em Tecido para bebês
16	Martinha Maria da Silva	Crochê.
17	Josivânia Maria da Silva	Crochê.
18	Ronaldo Nunes Vieira	Artista Plástico.
19	Izabel Cristina Gomes de Lima	Decoração para quarto de criança.
20	Daniel Emídio de Sales	Trabalho em madeira, abajur e chaveiros.
21	Izabel Cristina da Silva Santos	Artista plástica, abajur.
22	Eraldo Martins de Souza	Conjunto de sala para criança.
23	Marina Moraes de Oliveira	Bonecas de pano, peso de porta, “papai Noel”, decoração para quarto de criança.

Fonte: Arquivos da ARTDEL (2016). Elaborado pela autora.



Fonte: Rogéria de Souza Vieira, 2016.

Figuras 80 a 83: Artesanato. Casa da Arte Telma Neiva de Oliveira

Classificado como “modos do fazer”, no Povoado Salgado é possível encontrar a arte do tear. A tecelagem manual é uma tradição presente no Povoado. Por isso, foi formado a Associação Tecelagem Descanso de Rei (figuras 83 e 84) que conta com cerca de 12 artesãs. Assim, “em um galpão cedido pela Associação Rural estão instalados seus teares de pedal de diferentes tamanhos (o que permite a confecção de uma diversificada linha de produtos) e cada artesã realiza uma etapa do processo de produção. Algumas dominam as técnicas de redes e mantas, outras fazem varandas, outras produzem passadeiras e jogos americanos entre outros produtos” (Artesol, 2016).

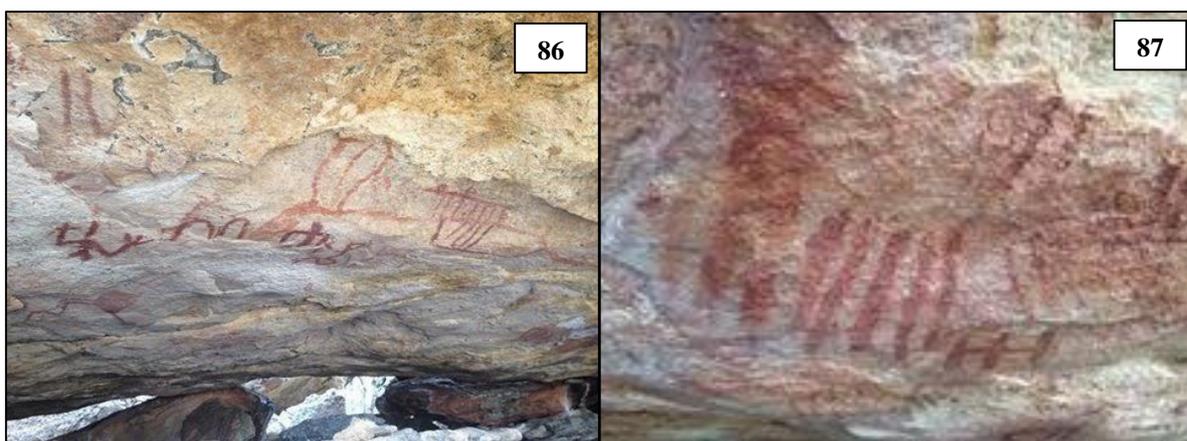
A Associação Descanso de Rei dos Artesãos do Povoado Salgado foi considerada de Utilidade Pública do Estado de Alagoas, com a Lei nº. 7.711, de 29 de julho de 2015.



Fonte: Tecelagem Descanso de Rei dos Artesãos, 2015.

Figuras 84 e 85: Arte do tear. Povoado Salgado

No município de Delmiro Gouveia é possível observar a forte presença do património arqueológico e paleontológico (figuras 86 e 87). Os registos rupestres ainda não foram reconhecidos pelo IPHAN, porém a Secretaria de Meio Ambiente do município tem realizado ações na tentativa de preservar esse património por meio de conscientização da comunidade e na promoção de trilhas com objetivo de promover educação ambiental, a exemplo da trilha do Povoado Lameirão. Segundo Teixeira *et al.* (2012: 14), “até este momento, o registro mais antigo da presença humana em Alagoas vem do sítio ‘São José 2’, em Delmiro Gouveia. Esse sítio foi pesquisado pela equipe do Museu de Arqueologia de Xingó entre 1993 e 1994. Nele, foram escavados 29 esqueletos humanos, além de outros materiais como peças líticas (feitas de pedra) e cerâmicas”.



Fonte: Meio Ambiente, 2015.

Figuras 86 e 87: Sítio arqueológico no Assentamento Lameirão

Como apresentado, o património cultural no município de Delmiro Gouveia está relacionado a história. Boa parte do património cultural material está ligado ao cidadão Delmiro Gouveia, que com as suas obras transformou um pequeno Povoado no Sertão de Alagoas em um polo industrial, com energia elétrica gerada por uma das obras mais interessantes já realizada no Nordeste brasileiro, transformando a vida da população que ali vivia. O património cultural imaterial apresenta a herança das vivências da população, com manifestações indígenas, quilombola, religiosas, que permanecem por meio da força e coragem da população que tenta manter viva as origens dos seus ascendentes.

4.2.2 O patrimônio natural no município de Delmiro Gouveia

O patrimônio natural no município de Delmiro Gouveia está principalmente relacionado as paisagens da vegetação Caatinga e ao Rio São Francisco. A Caatinga apresenta uma beleza única que unido aos *Canyons* do Rio São Francisco exibe belezas que chamam a atenção da sociedade (figuras 88 a 91).

Na área rural de Delmiro é possível encontrar paisagens com vegetação nativa, preservada pelos moradores. Na região do Talhado, os empresários que possuem e oferecem atividades turísticas tem realizado ações de preservação da fauna e flora local. A Secretaria de Meio Ambiente também tem executado atividades de conscientização e preservação nessas áreas, o que tem sido importante para a manutenção do patrimônio natural.



Fonte: Rogéria de Souza Vieira, 2016.

Figuras 88 a 91: Paisagens naturais: Caatinga e Rio São Francisco

O Riacho do Talhado é um patrimônio natural que apresenta uma beleza única (figuras 92 e 93). Ele está “localizado entre os municípios de Delmiro Gouveia e Olho d'Água do

Casado, na confluência com o Lago de Xingó e está cercado por grandes paredes de granito com uma altura que oscila entre 40 e 80 metros” (Viver Brasil, 2016).



Fonte: Viver Brasil, 2016.

Figuras 92 e 93: Riacho do Talhado

A Funa dos Morcegos é considerada um patrimônio natural no município de Delmiro. Além da sua beleza natural, a funa simboliza a história da usina de Angiquinho e a narrativa do cangaço⁵. Contam que Lampião com o seu bando já repousou na Funa dos Morcegos.

O patrimônio natural em Delmiro Gouveia é preservado principalmente por moradores e alguns empresários que tem empreendimentos as margens do Rio São Francisco.

4.3 Análise documental do patrimônio e turismo delmireense

As leis são importantes fontes de preservação, conservação e valorização patrimonial. Por meio delas, são estabelecidas regras que contribuem para que o patrimônio permaneça. Nesse sentido, foi realizado um levantamento dos documentos existentes sobre o patrimônio cultural e natural em Delmiro Gouveia, sendo leis e decretos de gestão dos bens patrimoniais.

A Lei nº 634/94 cria a Secretaria da Cultural, Esportes e Promoções do município de Delmiro Gouveia. Ela estabelece a criação e o valor financeiro de CR\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros reais) para a implantação da secretaria.

Em 1997, foi decretada e sancionada a Lei nº 738/97, que dispõe sobre a transformação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto em Secretaria Municipal de Educação

⁵ Segundo o IFBA (2009) “Cangaço é a denominação dada ao tipo de luta armada ocorrida no sertão brasileiro, do fim do século XVIII à primeira metade do século XX”.

e Cultura, e promove sua reestruturação. Essa lei estabeleceu as seguintes finalidades para a secretaria no que se refere à cultura:

- “Definir a política Municipal de Educação e Cultura;
- Estimular a ciência e a cultura em geral, bem como o gosto pelos desportos;
- Articular-se com instituições governamentais e não-governamentais, visando a proporcionar os meios de acesso a cultura, a educação e a ciência, inclusive mediante a harmonização de diretrizes e ações, troca de tecnologia e alocação de recursos;
- Fazer cumprir as decisões do Conselho Municipal de Educação e Cultura;
- Promover programas de ações culturais vinculados ao currículo escolar”.

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura por meio da Lei nº 738/97 deixa a desejar no que se refere à preservação das manifestações culturais da comunidade, tendo seu foco principalmente na educação escolar.

Com uma nova gestão municipal, em 2005 foi criada a Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esporte – SETUCE, pela Lei n.º 860/2005. Ela buscou “proporcionar o bem-estar psíquico e físico da comunidade delmirensense, através de incentivo a praticas esportivas, culturais e turísticas” (SETUCE, 2008).

Em 2006, a SETUCE contava com o Departamento de Turismo. Esse departamento criou um plano de ação (quadro IV, anexo II) para o ano de 2007 que teve como objetivo “fomentar o planejamento estratégico que viabiliza o desenvolvimento turístico do município de Delmiro Gouveia, promover a melhoria da infra-estrutura básica e turística do município, efetuar a revitalização dos patrimônios históricos, divulgar os atrativos artificiais e naturais da localidade, incentivar a conscientização turística na rede pública de ensino, e promover o lazer e recreação para a comunidade delmirensense” (Departamento de Turismo, 2006). No mesmo ano, foi realizado o concurso para escolha do hino municipal de Delmiro Gouveia (anexo III). O resultado foi divulgado no dia 05 de junho de 2006 nas festividades comemorativas do nascimento do cidadão Delmiro.

Foi colocado em prática poucas ações do plano de ação do Departamento de Turismo. Praticamente só foram realizadas as festividades, as demais ações ficaram comprometidas devido à instabilidade política que ocorreu no ano de 2007.

Em 2007, a SETUCE com uma nova gestão elaborou um plano de obras e ações para serem colocadas em prática no segundo semestre de 2007 a 2008. Foram elaborados os seguintes projetos (SETUCE, 2008):

- “Plano de Desenvolvimento de Turismo, Esporte e Cultura – PDTEC;
- Oficinas de artes plásticas (programa: Vivenciando Arte);
- Qualidade cidade (programa: Turismo Qualificado);
- Noite em Delmiro (programa: Turismo Qualificado);
- I Encontro de Turismo de Delmiro Gouveia – ENTURDEL (programa: Turismo Qualificado);
- Futebol de campo sub-17 (programa: Esporte nos quatro cantos);
- I Torneio de vôlei 4x4;
- Campeonato de futsal das associações (programa: Esportivo);
- Estruturação de praças esportivas;
- Música para todos;
- Concurso Delmiro em cores (programa: Conscientização turística);
- Recital antologia poética delmireNSE (programa: Antologia poética delmireNSE);
- Revitalização das estações ferroviárias Sinimbu e Talhado;
- Centro de cultura sertaneja – rei das peles;
- Construção do Memorial Delmiro Gouveia;
- Construção do Posto de Informações Turísticas de Delmiro Gouveia;
- Conhecendo Nossa Cidade”.

Os projetos elaborados pela SETUCE não foram colocados em prática, pois no período de 2007 a 2008, o município passou por uma forte instabilidade política, o que prejudicou as ações planejadas.

Em 2008, foi criada a Lei nº 940/08 – GP que dispõe da criação do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR em Delmiro Gouveia. Porém, no ano seguinte teve início uma nova gestão municipal e até o momento não foi formado o referido órgão.

Em 2009, a SETUCE no âmbito do Departamento de Cultura, elaborou um relatório e um Plano de Ação para os Departamentos de Cultura e Turismo. Os planos apresentam as atividades a serem concretizadas em cada mês do ano. Do plano para o Departamento de Cultura, algumas ações foram realizadas, principalmente as relacionadas ao apoio as festividades comemorativas. Já do plano para o Departamento de Turismo poucas ações foram

executadas, sendo concretizadas apenas as festividades comemorativas. Os quadros 17 e 18 apresentam os planos de ação elaborados pela SETUCE.

O Departamento de Turismo do município de Delmiro Gouveia possui um Regimento Interno, criado em 2009. Nele se encontram as diretrizes do departamento, sendo suas competências de acordo com a Lei n.º 860 de 11 de abril de 2005, e o Plano Diretor Participativo do Município de Delmiro Gouveia de 15 de dezembro de 2006. O Regimento Interno tem “por finalidade as atividades relativas à definição de diretrizes, à proposição e à implementação da política de gestão na área do turismo, em todas as suas modalidades de promoção, e ainda, a normatização, a fiscalização e o incentivo ao turismo, como fator de desenvolvimento econômico e social (SETUCE, 2009c).

Quadro 17: Plano de ação 2009: Departamento de Cultura

Plano de ação 2009: Cultura	
Mês	Ações
Fevereiro	Apresentações artísticas – culturais alusivas a Emancipação Política Delmiro Gouveia; Apoio aos Blocos Tradicionais Carnavalescos.
Março	Mapeamento e Catalogação dos bens Materiais e Imateriais do Município; Projeto Mãos Ribeirinhas – Encontro Regional dos Artesãos do Baixo São Francisco; Apoio Cultural aos Festejos de Padroeiro e Vaquejada; Homenagem aos Poetas Populares – Dia da Poesia.
Abril	Lançamento do Projeto Cinema Para Todos; Evento Comemorativo ao dia do Índio; Lançamento do Livro Antologia Poética DelmireNSE; (clube dos poetas); Apoio Cultural aos Festejos de Padroeiro e Vaquejada.
Maio	Comemorações alusivas ao dia do Trabalhador; Exposição de Artes Plásticas; Apoio Cultural aos Festejos de Padroeiro e Vaquejada; Projeto Cinema Para Todos; Projeto Museu Vivo.
Junho	Realização dos Festejos Juninos; Concurso de ornamentação junina de ruas.
Julho	Arte na Praça; Festival de Teatro – Argemiro Batalha;
Agosto	Projeto Revitalizando o Patrimônio; Semana da Cultura Popular; Cinema Para Todos; Encontro Regional de Capoeira.
Setembro	Apoio ao Desfile Cívico - Sete de Setembro.
Outubro	Apoio a Semana Delmiro Gouveia; Apoio ao Encontro de Negócios de Delmiro Gouveia – ENDEL; Apoio aos Festejos da Padroeira – Nossa Senhora do Rosário
Novembro	Projeto Filhos do Quilombo – Semana da Consciência Negra; Festival de Música Tom Leal.
Dezembro	Oficinas de Claw; Projeto Folias de Natal.

Fonte: SETUCE (2009a). Adaptado pela autora.

Quadro 18: Plano de ação 2009: Departamento de Turismo

Plano de ação 2009: Turismo	
Mês	Ações
Janeiro	Levantamento de demandas no aspeto: físico, patrimonial e humano; Realização de planeamento 2009; Elaboração do projeto Carnaval/ 2009 e Emancipação Política de Delmiro Gouveia.
Fevereiro	Execução das atividades alusivas as festividades referentes a Emancipação Política e carnavalescas; Levantamento do fluxo turístico nos meios de hospedagem; Sensibilização do <i>trade</i> turístico; Participação da APL Caminhos do São Francisco (Arranjo Produtivo Local de Turismo).
Março	Levantamento do fluxo turístico nos meios de hospedagem; Atualização do inventário turístico; Atividades alusivas ao Dia do Turismo Ecológico; Execução do Projeto Mãos Ribeirinhas; Mobilização para Criação do Conselho Municipal de Turismo; Implantação do projeto de Educação Patrimonial nas escolas municipais; Elaboração/apresentação do Projeto: Posto Móvel de Informação Turística.
Abril	Levantamento do fluxo turístico nos meios de hospedagem; Atualização do inventário turístico; Mapeamento dos patrimónios arquitetónicos; Implantação do Projeto Conhecendo Nossa Cidade; Lançamento do Concurso de Fotografias - As belezas da nossa cidade Implantação do projeto de Educação Patrimonial nas escolas municipais; Firmação de parceria com poder estadual, SEBRAE, SENAI, SENAC e FASETE.
Maiο	Levantamento do fluxo turístico nos meios de hospedagem; Atualização do inventário turístico; Mapeamento dos patrimónios arquitetónico; Implantação do Projeto Conhecendo Nossa Cidade; Implantação do projeto de Educação Patrimonial nas escolas municipais; Confeção de material promocional do município.
Junho	Levantamento do fluxo turístico nos meios de hospedagem; Realização do Projeto Conhecendo Nossa Cidade. Tema: Delmiro Gouveia; Realização do Concurso de Fotografias – As belezas de nossa cidade / <i>vernissage</i> dos cartões postais; Curso de qualificação profissional para bares, restaurantes, lanchonetes e similares (Projeto Qualidade Cidade); Instalação de um posto móvel de informação turístico nas festividades juninas.
Julho	Levantamento do fluxo turístico nos meios de hospedagem; Realização do Projeto Conhecendo Nossa Cidade; Elaboração do Projeto Sinalização Turística de Delmiro Gouveia.
Agosto	Levantamento do fluxo turístico nos meios de hospedagem; Realização do Projeto Conhecendo Nossa Cidade; Lançamento do Projeto Circuito Turístico-Cultural da Zona Rural (Rabeca, Cruz, Lagoinha e Salgado).
Setembro	Levantamento do fluxo turístico nos meios de hospedagem; Lançamento do Guia Turístico de Delmiro Gouveia; Fórum Municipal de Turismo.
Outubro	Levantamento do fluxo turístico nos meios de hospedagem; Realização do Projeto Conhecendo Nossa Cidade; Lançamento do Livro de Literatura de Cordel: Turismo em Delmiro.
Novembro	Levantamento do fluxo turístico nos meios de hospedagem; Realização do Projeto Conhecendo Nossa Cidade; Realização do I ETRAT de Delmiro Gouveia (Encontro do <i>Trade</i> Turístico).
Dezembro	Levantamento do fluxo turístico nos meios de hospedagem; Realização do Projeto Conhecendo Nossa Cidade; Lançamento do Calendário: As belezas de nossa cidade.

Fonte: SETUCE (2009b). Adaptado pela autora.

O município de Delmiro Gouveia conta com um Plano Diretor Participativo aprovado em 2006. Ele é um “(...) instrumento orientador e normativo dos processos de transformação do município nos aspectos, sócio-econômicos, físico-ambiental e político-administrativo” (Plano Diretor, 2006). A temática cultural está tratada na seção VII, entendendo, em seu artigo 15º, a cultura como sendo:

- “I – a invenção coletiva ou individual de símbolos, valores, ideias e práticas próprias e inerentes à constituição do ser humano;
- II – a expressão das diferenças sociais, sexuais, étnicas, religiosas e políticas;
- III – a descoberta e recuperação de sentidos, identidades, rumos e objetivos indispensáveis ao equilíbrio e aprimoramento da vida social e individual;
- IV – o trabalho de criação inerente à capacidade humana de superar dados da experiência vivida e de dotá-la de sentido novo através da reflexão, escrita, arte, música, imaginação, sensibilidade, fantasia e invenção de formas e conteúdos inéditos;
- V – a constituição da memória individual, social, histórica como trabalho no tempo”.

Ainda sobre a cultura, o Plano Diretor trata das Unidades Especiais de Preservação Cultural – UEPC. Essas que são “(...) as edificações ou espaços urbanos de interesse arquitetônico, histórico e cultural (...)”, que tem como objetivos (Plano Diretor, 2006: 11-12):

- “I – identificar edificações de valor histórico/arquitetônico e os conjuntos de valor urbanístico, para fins de levantamento, recomposição paisagística, recuperação, restauração e tombamento;
- II – criar benefícios e estímulos para a divulgação e conservação dos bens patrimoniais, mediante aplicação de instrumentos da política urbana”.

O Plano Diretor Participativo do município de Delmiro Gouveia apresenta as chamadas Zonas Especiais de Patrimônio Cultural – ZEPC. Essas “compreendem áreas formadas por sítios arqueológicos, ruínas e conjuntos de relevantes expressões arquitetônica, histórica e cultural”, e tem como objetivos (Plano Diretor, 2006):

- “Proteger e preservar o patrimônio histórico-cultural do município;
- Valorizar, recuperar e conservar os bens materiais e imateriais de valor significativo, edificações e manifestações artísticas e culturais;
- Criar benefícios para a conservação do patrimônio cultural e estímulo à instalação de atividades turísticas, mediante aplicação de instrumentos da política urbana e de incentivos fiscais;

- Aproveitar o potencial da história local para fomentar o turismo na cidade e nos povoados”.

As Unidades Especiais de Preservação Cultural – UEPC e as Zonas Especiais de Património Cultural – ZEPC do município de Delmiro estão representadas no quadro 19.

Quadro 19: Unidades Especiais de Preservação Cultural e Zonas Especiais do Património Cultural

Plano Diretor Participativo	
UEPC	ZEPC
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Museu Regional Delmiro Gouveia; ▪ Capela Nossa Senhora do Rosário; ▪ Praça Nossa Senhora do Rosário; ▪ Casas Remanescentes da Vila Operária; ▪ Clube Vicente; ▪ Antigo Mercado de Peles; ▪ Escola Delmiro Gouveia; ▪ Cemitério Antigo; ▪ Memorial Delmiro Gouveia; ▪ Sede da Antiga Fazenda Ponto Chique; ▪ Estação Ferroviária de Sinimbu; ▪ Ponte sobre o rio Talhado. 	<p>I – caracteriza-se por abrigar importante acervo histórico, cultural e arquitetônico ligado à linha férrea, a figura de Delmiro Gouveia, a fábrica da Pedra e a Vila Operária. Encontra-se atualmente bastante descaracterizada do ponto de vista de sua arquitetura, porém mantém características de seu traçado urbano original e algumas unidades preservadas. É também o palco principal das manifestações da cultura tradicional do município;</p> <p>II – situa-se no povoado Cruz e caracteriza-se por ser remanescente quilombola. Possui cruzeiro com mais de 200 anos;</p> <p>III – denominada de Rota do Imperador representa a trajetória de D. Pedro II, em meados do século XIX, em seu percurso com origem no município de Piranhas e com destino a Paulo Afonso (figura 94);</p> <p>IV – é uma faixa de largura irregular, constituída por sítios arqueológicos a céu aberto, na bacia do rio Talhado.</p>

Fonte: Plano Diretor (2006). Adaptado pela autora.



Fonte: Rogéria de Souza Vieira, 2010.

Figura 94: Rota do Imperador

No que se refere ao patrimônio natural, o Plano Diretor Participativo apresenta as Zonas Especiais de Interesse Ambiental e Paisagístico – ZEIAP. Essa tem como objetivos (Plano Diretor, 2006):

- “Proteger e recuperar as características ambientais da vegetação, do solo e dos corpos d’água existentes, onde for possível;
- Proteger o entorno de riachos e açudes, ainda não ocupado com edificações, de forma a resgatar o equilíbrio ambiental e promover um tratamento paisagístico em suas margens;
- Qualificar o potencial paisagístico da cidade;
- Oferecer espaços adequados a contemplação e lazer da população e a pesca artesanal, contribuindo com o equilíbrio ambiental”.

São consideradas ZEIAP no município de Delmiro Gouveia (Plano Diretor, 2006):

“I – áreas verdes com açudes e cursos d’água, de beleza paisagística e utilizadas para pesca artesanal de subsistência. Encontra-se atualmente em estado de degradação em função da contaminação com esgotos sanitários. É constituída entre os bairros Pedra Velha, Bom Sossego e Centro, no entorno da Fábrica da Pedra, onde se situam os açudes da Fábrica e do DNOCS, abrangendo também parte de área rural;

II – área considerada de preservação perante protegida por Lei Federal, compreendendo 30m ao longo dos rios e riachos que cortam a cidade, cujas margens encontram-se atualmente degradadas por ocupações desordenadas e inadequadas com edificações. Os riachos constituem canais de drenagem e recebem todo o esgoto da rede coletora da cidade. É constituída pelos rios Batoque, do Cemitério, do Sossego e do Campo Grande/Eldorado;

III – compreende o lugar de destino final dos resíduos sólidos da área urbana, sem nenhum tipo de tratamento, localizada no bairro Campo Grande”.

O Plano Diretor Participativo de Delmiro Gouveia trata do turismo. Na Seção II, artigo 9º, são apresentadas as diretrizes específicas para o desenvolvimento do turismo sustentável (Plano Diretor, 2006):

“I – apoiar e promover eventos já consolidados e aqueles com potencial turístico;

- II – Compatibilizar os eventos e iniciativas turísticas com as potencialidades culturais, educacionais e naturais do Município e da região;
- III – apoiar e incentivar iniciativas para instalação de infraestrutura de suporte ao turismo;
- IV – apoiar a criação de uma política regional de desenvolvimento do turismo, através do estabelecimento de parcerias com municípios vizinhos de Alagoas, Sergipe, Bahia e Pernambuco;
- V – incentivar o turismo como forma de aproveitamento e divulgação do patrimônio histórico, arquitetônico e ambiental do município;
- VI – incentivar o aproveitamento responsável e sustentável do potencial turístico dos rios São Francisco, Moxotó e Talhado, bem como dos corredores de Caatinga;
- VII – elaborar um projeto municipal de desenvolvimento do turismo no prazo de até 02 (dois) anos, a partir da aprovação desta lei; com avaliações periódicas cada 02 (dois) anos pelo Conselho da Cidade de Delmiro Gouveia (CONCIDEG);
- VIII – propiciar a capacitação e a qualificação profissional contínua de agentes para exercer as atividades e serviços turísticos”.

A governança turística ativa no município de Delmiro Gouveia apresenta uma lacuna. De acordo com o diagnóstico estratégico do Projeto de Dinamização e Sustentabilidade do Turismo no Baixo São Francisco (2012) e pelo estudo de campo realizado para essa pesquisa, faltam políticas públicas voltadas para o turismo no território de Delmiro, com necessidade de instrumentos legais para nortear as atividades. O quadro 20 apresenta os instrumentos existentes e os que fazem parte ou não no município.

Quadro 20: Governança Turística no município de Delmiro Gouveia

Instrumentos de gestão	Delmiro Gouveia
Política Municipal de Turismo	Não
Companhia Municipal de Turismo – COMTUR	Não
Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR	Não
Plano de Turismo	Não
Plano Diretor	Sim
Conselho Estadual de Cultura – CONSEC	Não
Patrimônio Tombado	Sim
Conselho Municipal de Conservação e Defesa do Meio Ambiente – CODEMA	Sim

Fonte: Turismo no Baixo São Francisco (2012). Adaptado pela autora.

Através das leis e dos planos elaborados para o patrimônio cultural e natural em Delmiro, é possível observar que no geral os mesmos contemplam a preservação e valorização

do património. A criação da primeira secretaria que trata das questões culturais foi o primeiro passo para o reconhecimento da cultura.

As ações para a cultura e turismo apresentam propostas interessantes. Porém, a não concretização das mesmas fez com que o património cultural do município perdesse bastante nos últimos anos, pois esse território necessita urgentemente que sejam realizadas ações para que o património permaneça. Vários patrimónios arquitetónicos, por exemplo, foram destruídos devido à falta de ações/leis que proibam essas ações.

Observa-se que falta no município iniciativas e leis mais concretas para que o património seja reconhecido, preservado e valorizado. É preciso que seja formado o Conselho Municipal de Cultura e de Turismo, e que sejam executadas ações que beneficiem os bens patrimoniais. Ao valorizar o património todos são beneficiados, pois a permanência histórico-cultural e o fluxo turístico contribuem para a melhoria económica e social do território.

4.4 O turismo em Delmiro Gouveia e região

O turismo em Delmiro apresenta-se de forma tímida, devido à falta de investimentos públicos nesse ramo de atividade. O órgão público municipal não tem realizado investimentos básicos na promoção do turismo tendo como consequência a falta de preservação do património. Nos últimos anos, o setor privado investiu no turismo com oferta de passeios turísticos e outras atividades. Porém, ainda é necessário mais investimentos para que o turismo no município de Delmiro seja consolidado e o património seja reconhecido, preservado e valorizado.

A implementação de políticas públicas voltadas para a gestão do património e turismo é fundamental na melhoria social e económica do lugar. É necessário que a gestão municipal de Delmiro Gouveia reconheça a importância que o turismo pode proporcionar para a comunidade.

Delmiro Gouveia é uma das maiores cidades do baixo São Francisco e a mais estruturada em termos de urbanismo. Ela possui atrativos turísticos tanto na área central da cidade (património cultural), como na área rural voltada para o estudo da paisagem, das belezas naturais (Turismo no Baixo São Francisco, 2012). O património histórico-cultural são as principais atrações para os que querem conhecer e vivenciar a história do lugar (anexo IV). As praias fluviais, as reservas florestais e as trilhas ecológicas são as principais atrações para os que querem vivenciar a natureza. Os quadros 21 a 25 apresentam o potencial turístico, as fragilidades e as possíveis soluções para o turismo no município de Delmiro, de acordo com Matteo *et al.* (2013).

Quadro 21: Potencial turístico em Delmiro Gouveia: área urbana

Área urbana	
<p>Descrição:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fábrica da Pedra, Praça Nossa Senhora do Rosário, Igrejas, Museu. • Eventos: Festa da Padroeira Nossa Senhora do Rosário, Festas por bairros – Menino Jesus de Praga (bairro Bom Sossego), Festa de São Pedro (bairro Campo Grande), Festa de São Cristóvão (bairro Novo), Festa de Santo Antônio (bairro Pedra Velha), Festa do Padre Cícero (Cohab Velha), Missa do Vaqueiro, Festival de Motocross, Semana Delmiro Gouveia, Festival da Juventude, Festival Evangélico (<i>tour</i> religioso), Festival do Penico, Parada Gay, Corrida de Jegue (Pedra Velha). • Pratos típicos da região: bode, galinha de capoeira, tucunaré, fidalgo, corvina, tilápia. • Folclore: folguedos (Coco de Roda no bairro Pedra Velha), Guerreiros (bairro Caraibeirinhas), Grupo de Capoeira e de Maculelê, Puxada de Rede (folguedo e com redes de pesca). 	
<p>Fragilidades:</p> <ol style="list-style-type: none"> a) Necessidade de ampliação da infraestrutura; b) Inexistência de calendário de eventos; c) Falta de capacitação para atendimento ao turismo, ausência de capacitação para atendimento ao turista estrangeiro; d) Ausência de Programa de Intervenção Turística (PIT); e) Necessidade de atualização do Plano Diretor da Cidade; f) Necessidade de desmembrar a secretaria de cultural, turismo, desporto; g) Gestão turística ausente tanto pública quanto privada; h) Falta de reciclagem do lixo, educação ambiental; i) Ausência de sensibilização da importância do turismo para com o <i>trade</i> turístico; j) Falta de conhecimento dos gestores públicos com relação a atividade turística; k) Infraestrutura viária necessita de melhorias e infraestrutura de comunicação também; l) Falta de integração turística entre os municípios da região do BRSF. 	<p>Soluções:</p> <ol style="list-style-type: none"> a) Investimentos em infraestrutura viária e de comunicação; b) Criação de um calendário de eventos; c) Curso de capacitação em turismo para receptivo, inclusive língua estrangeira; d) Instalação do PIT; e) Atualização do Plano Diretor Municipal; f) Criação da Secretaria de Turismo; g) Implantação do COMTur (nomeação); h) Programa de reciclagem de lixo, programa de educação ambiental; i) Plano Municipal de Turismo; j) Criação de uma Comissão Intermunicipal para implantação de Fórum intermunicipal para discussão e efetivação do Zonamento Turístico (ZT); k) Ampliação do sistema de comunicação em turismo (incluindo os profissionais existentes no município), estabelecimento de parcerias com o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal; l) Criação de um Núcleo para Construção e Monitorização de projetos.

Fonte: Matteo *et al.* (2013). Adaptado pela autora.

Quadro 22: Potencial turístico em Delmiro Gouveia: Povoado Porto da Barra

Povoado Porto da Barra ou Barra do Moxotó	
<p>Descrição: Eventos: Festa da Padroeira Santa Rita de Cássia, Pega de Boi, Pratos típicos (peixes).</p>	
<p>Fragilidades:</p> <ol style="list-style-type: none"> a) Dificuldades de acesso, falta de sinalização turística, necessidade de melhoria da infraestrutura do povoado; b) Ausência de saneamento básico; c) Ausência de promoção turística; d) Necessidade de fortalecimento da identidade local da Prainha. 	<p>Soluções:</p> <ol style="list-style-type: none"> a) Investimento na melhoria de infraestrutura, programa/projetos de valorização da cultura local. Ações de educação ambiental; b) Saneamento básico; c) Promoção turística; d) Fortalecimento da identidade local da Prainha.

Fonte: Matteo *et al.* (2013). Adaptado pela autora.

No Povoado Porto da Barra é possível desfrutar de um belo banho de rio e apreciar as belezas que a natureza tem. Com opção de degustação de peixe, os visitantes desfrutam do conforto que o lugar oferece.

Gerido pela CHESF, o Sítio Histórico de Angiquinho é o único patrimônio reconhecido por lei no município. Localizado na fronteira com o município de Paulo Afonso – BA, esse bem patrimonial não tem sido integrado aos demais patrimônios presentes em Delmiro devido à falta de uma gestão turística que crie conexões entre os patrimônios. Essa falta de relação é visível quando se faz uma análise da população que visita cada bem.

Quadro 23: Potencial turístico em Delmiro Gouveia: Sítio Histórico de Angiquinho

Usina de Angiquinho	
Descrição: Contemplação da paisagem, passeio pelas instalações da usina. Artesanato.	
Fragilidades: <ol style="list-style-type: none"> Ausência de infraestrutura turística no entorno; Lixo; Falta de capacitação em gestão dentro de Angiquinho e de capacitação de guias locais; Resgate da cultura local. 	Soluções: <ol style="list-style-type: none"> Ampliação de infraestrutura turística; Educação Ambiental; Curso de capacitação de guias, gestores e comunidade para qualificação de atendimento; Apresentação de grupos artísticos para valorização da cultura local.

Fonte: Matteo *et al.* (2013). Adaptado pela autora.

Quadro 24: Potencial turístico em Delmiro Gouveia: Povoado Salgado

Povoado Salgado	
Descrição: <ul style="list-style-type: none"> Canyon do Salgado. Artesanato: tear de redes, tapetes, lençóis e mantas. Folclore: folguedos, guerreiro, pastoril, pratos típicos. 	
Fragilidades: <ol style="list-style-type: none"> Dificuldades de acesso, necessidade de melhoria da infraestrutura do povoado; Promoção turística; Sinalização turística; Falta de saneamento básico. 	Soluções: <ol style="list-style-type: none"> Investimento na melhoria de infraestrutura; Programa/projetos de valorização da cultura local; Implantação de sinalização turística; Saneamento básico.

Fonte: Matteo *et al.* (2013). Adaptado pela autora.

Quadro 25: Potencial turístico em Delmiro Gouveia: Comunidade Olho D'Águinha (Mirante do Talhado)

Comunidade Olho D'Águinha (Mirante do Talhado)	
Descrição: Trilhas, Canyon, Caatinga – interpretação da paisagem, banho de rio, caiaque, catamarã, charrete, rapel, tirolesa, escalada/psicobloco, área de camping, vivências na Caatinga. Sistema de reaproveitamento da água e de resíduos para a sustentabilidade da comunidade. Presença do PAZ. Pratos típicos da região (peixes, bode, galinha de capoeira).	
Fragilidades: <ol style="list-style-type: none"> Ausência de sinalização; Necessidade de melhoria da comunicação; Necessidade de investimento em saneamento. 	Solução: <ol style="list-style-type: none"> Projeto de sinalização; Projeto para melhoria da comunicação na comunidade Olho D'Águinha; Complementação do programa PAC de saneamento.

Fonte: Matteo *et al.* (2013). Adaptado pela autora.

O Mirante do Talhado é gerido pelo setor privado. Sua valorização tem sido realizada pelos meios de comunicação, principalmente novelas. Porém, no Talhado é possível encontrar outros patrimônios que fazem parte da história e que se encontram abandonados, a exemplo da Estação do Talhado. Integrado a essa estação, tem-se o caminho-de-ferro que proporciona uma trilha belíssima, reconhecida pelos moradores como Trilha da Ponte Vermelha (figuras 95 e 96), sendo possível ao final da trilha, desfrutar de um bom banho no riacho do Talhado, e se deslumbrar com os registos rupestres presentes nesse local.



Fonte: Rogéria de Souza Vieira, 2016.

Figuras 95 e 96: Trilha da Ponte Vermelha

A infraestrutura turística no território de Delmiro é precária. Esse não possui Centro de Informação Turística, nem sinalização indicativa dos seus atrativos turísticos, e nenhum suporte informativo de promoção do turismo local por parte da gestão municipal (apesar de estar previsto no Plano Diretor), sendo a divulgação do turismo realizada por empresas privadas. A oferta de alimentação ainda necessita de ampliação, principalmente na área central da cidade (Turismo no Baixo São Francisco, 2012).

Em relação à oferta de hospedagem no município de Delmiro, é necessário ampliação e melhoria nos serviços prestados. Até o primeiro semestre de 2016, apenas 6 estabelecimentos estão registrados no Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos do Ministério do Turismo – CADASTUR. Porém, por meio de levantamento em campo e *sites* de oferta de hospedagem na *internet*, foi diagnosticado que existem um total de 13 estabelecimentos entre hotéis e pousadas no município (quadro 26).

Quadro 26: Hospedagem em Delmiro Gouveia

Hospedagem em Delmiro Gouveia		
Hotéis/Pousadas	Leitos	Serviços/Equipamentos
Hotel Nossa Senhora do Rosário	74 Leitos	Wi-fi gratuito, <i>buffet</i> de pequeno-almoço, recepção 24 horas, serviço de engomadoria, serviço de limpeza diário, estacionamento gratuito.
Hotel Sete de Setembro	47 Leitos	Oferece quartos para moradia.
Pousada Recanto da Mada	30 Leitos	Estacionamento, 02 salas de eventos, quartos aconchegantes, ar condicionado, frigobar, TV LCD, interfone, cama box, chuveiro elétrico, <i>wi-fi</i> gratuito e café da manhã regional.
Pousada Atalaia	50 Leitos	TV, frigobar, ar condicionado, banheiro privativo, café da manhã incluso na diária, estacionamento, sala de convivência com TV, internet <i>wi-fi</i> .
Pousada Bezerra	65 Leitos	Restaurante no local, recepção 24 horas, <i>wi-fi</i> gratuito, quartos climatizados e estacionamento gratuito.
Pousada Bom Sossego	-	Estacionamento.
Pousada Castelo Branco	24 Leitos	Espaço para eventos, estacionamento, disponibilização de informações e folhetos turísticos, banheiros sociais em áreas comuns, sala de estar com televisão.
Pousada da Pedra	80 Leitos	Espaço para eventos, estacionamento, área de convivência (<i>lobby</i> , quiosque, etc.), salas com equipamentos de escritório e para reuniões, bar, disponibilização de informações e folhetos turísticos, banheiros sociais em áreas comuns, sala de estar com televisão.
Pousada do Posto Aldo	41 Leitos	Estacionamento, restaurante, bar, banheiros sociais em áreas comuns, sala de estar com televisão.
Residence Pousada	26 Leitos	Banheiros sociais em áreas comuns, sala de estar com televisão.
Mirante do Talhado*	12 Leitos	Espaço para eventos, estacionamento, restaurante, banheiros sociais em áreas comuns, equipamentos de atividades aventura: rapel, tirolesa, <i>aquaride</i> , <i>rafting</i> , arvorismo, <i>trecking</i> , etc., local para pesca, <i>room service</i> (serviço de alimentação no quarto).
Pousada Aline*	20 Leitos	Espaço para eventos, estacionamento, restaurante, disponibilização de informações e folhetos turísticos, banheiros sociais em áreas comuns, sala de estar com televisão, serviços de revitalização e relaxamento (por Exemplo: pedras quentes, banhos aromáticos, etc.).
Churrascaria e Pousada Portal do Angiquinho*	-	Estacionamento e restaurante.

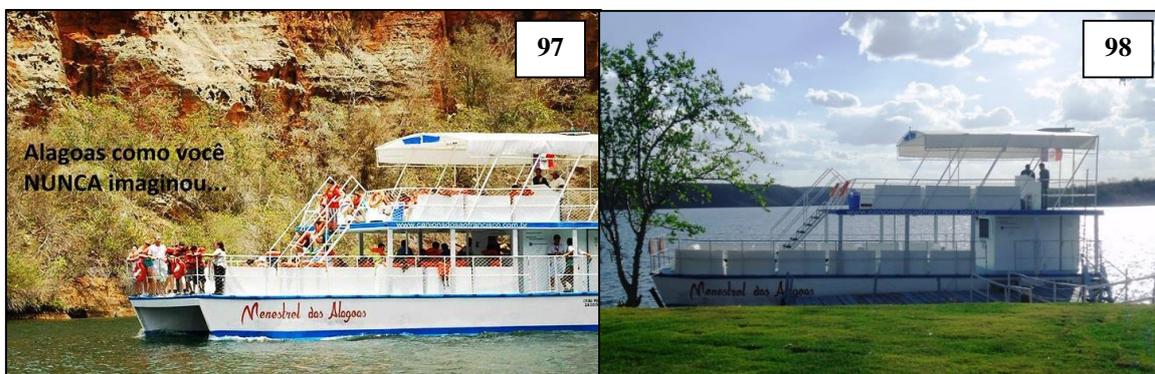
*Localizadas na área rural do município.

Fonte: CADASTUR; Booking.com; contato direto hotéis/pousadas (2016). Elaborado pela autora.

Devido ao elevado nível em potencial turístico, alguns empresários resolveram investir em atividades turísticas no município de Delmiro. Esses investimentos têm contribuído para a valorização do patrimônio cultural e paisagístico, bem como no desenvolvimento econômico local e regional.

O município de Delmiro Gouveia atualmente conta com duas agências de viagens que oferecem passeios turísticos no município e região: Turismo do São Francisco – CSTUR, e O Pioneiro. A agência de Turismo do São Francisco – CSTUR oferece pacotes turísticos, passeio no Catamarã Menestrel das Alagoas (figuras 97 e 98), *transfere*s, reservas de hotéis, dentre outros. O passeio no Catamarã “parte de Olho D’Água do Casado e se estende até o município de Delmiro Gouveia. No percurso o turista além de contemplar um cenário de rara beleza, ainda recebe informações sobre a formação geológica, bioma Caatinga e sobre a fauna local. Há outra

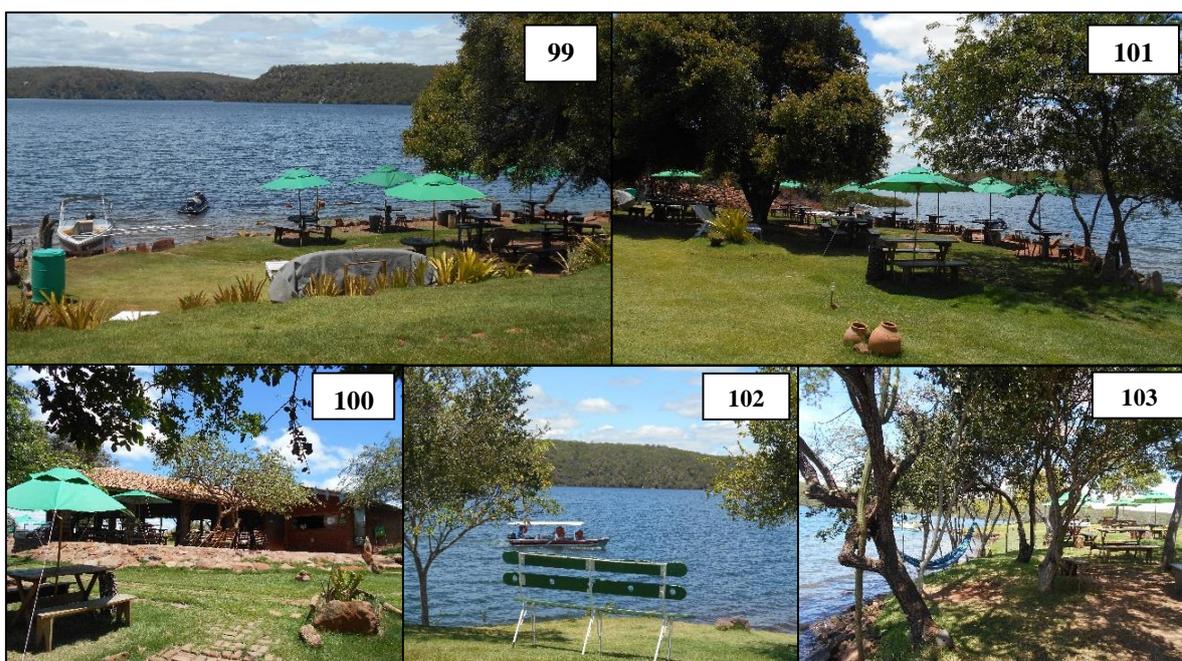
possibilidade de conhecer os Cânions do São Francisco, especificamente o Cânion do Talhado” (Cânions do São Francisco Turismo, 2014).



Fonte: Cânions do São Francisco Turismo, 2014.

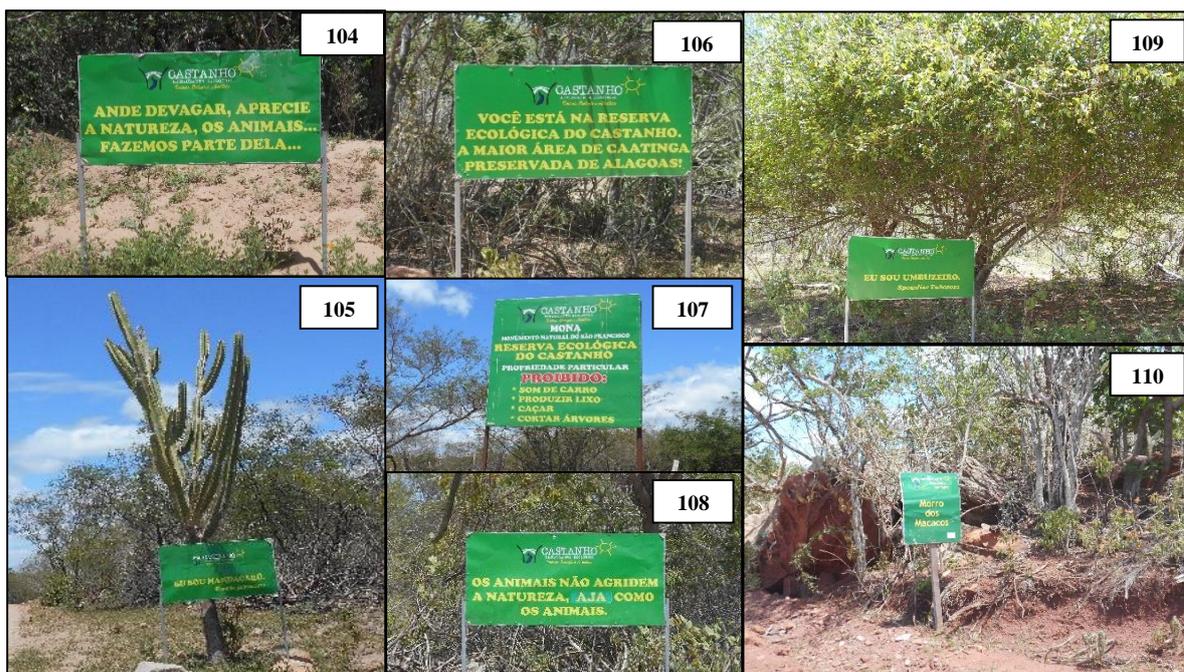
Figuras 97 e 98: Catamarã Menestrel das Alagoas

A agência CSTUR promove a ida ao Restaurante Ecológico Castanho (figuras 99 a 103). Esse se localiza na “maior reserva particular da Caatinga”, recortada por vales com cenários belíssimos abrigando piscinas naturais, grutas e pinturas rupestres, com oferta de cardápio com os sabores do sertão (Cânions do São Francisco Turismo, 2014). Ao realizar o trajeto por terra até o restaurante, o visitante conta com sinalizações que o convida a conhecer e preservar a vegetação Caatinga (figuras 103 a 109).



Fonte: Rogéria de Souza Vieira, 2016.

Figuras 99 a 103: Restaurante Ecológico Castanho



Fonte: Rogéria de Souza Vieira, 2016.

Figuras 104 a 110: Informativos. Restaurante Ecológico Castanho

A agência O Pioneiro (nome dado em homenagem ao pioneiro Delmiro Gouveia) promove divulgação e valorização do patrimônio, contribuindo para o desenvolvimento do turismo local e regional. A mesma pretende oferecer retorno socioeconômico na região do Baixo São Francisco, e visa ser uma empresa líder no setor turístico na valorização da sustentabilidade do patrimônio cultural e natural (O Pioneiro, 2016). Ela oferece passeios para os 12 municípios que fazem parte da Região do Baixo Rio São Francisco em Alagoas, sendo em Delmiro Gouveia ofertado visitação ao Sítio Histórico de Angiquinho, Museu Regional Delmiro Gouveia, *Canyons* do rio São Francisco, restaurante Ecológico Castanho e ao mirante do Talhado (figuras 111 e 112) (O Pioneiro, 2016).



Fonte: O Pioneiro, 2016.

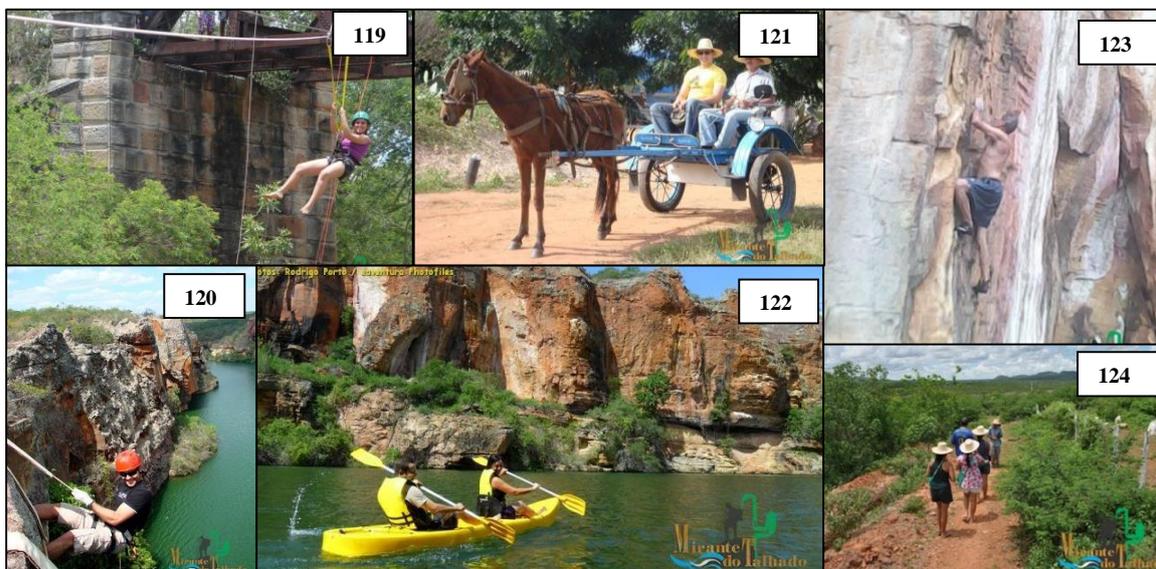
Figuras 111 e 112: Passeios da agência O Pioneiro

O Mirante do Talhado localizado na área rural do município de Delmiro Gouveia tornou-se um potencial turístico importante na região. O local recebeu investimentos do senhor José Francisco, que com sua visão empreendedora montou um restaurante, construiu chalés, e oferece equipamentos para desportos radicais e trilhas ecológicas. Já ocorreram diversas atividades de divulgação do local, a exemplo da gravação da novela global: Cordel Encantado, 2011 (Figuras 113 a 124).



Fonte: Mirante do Talhado, 2016.

Figuras 113 a 118: Mirante do Talhado, Delmiro Gouveia



Fonte: Mirante do Talhado, 2016.

Fonte: Mirante do Talhado, 2016.

Fonte: Mirante do Talhado, 2016.

Figura 119:
Tirolesa
Figura 120: Rapel

Figura 121: Passeio de Charrete
Figura 122: Caiaque

Figura 123: Escalada
Figura 124: Trilhas Ecológicas

No primeiro semestre de 2016, as belezas dos *Canyons* do São Francisco é palco de mais uma novela global: Velho Chico. A novela contribui na divulgação/promoção do lugar (figuras 125 a 129).



Fonte: Velho Chico, 2016.

Figuras 125 a 129: Novela Velho Chico

4.4.1 Visita turística aos patrimónios

Conhecer o número de visitantes e sua origem é importante para planejar a promoção do turismo. Nesse sentido, foi realizado um levantamento *in loco* do número de pessoas e sua origem, que visitaram o Sítio Histórico de Angiquinho, a Fábrica da Pedra, o Museu Regional Delmiro Gouveia e a Casa da Arte Telma Neiva de Oliveira.

Património reconhecido por decreto, o Sítio Histórico de Angiquinho recebe visitantes de diversos lugares do Brasil e do mundo. O quadro 27 apresenta a origem e o número de pessoas que visitaram esse bem entre os meses de fevereiro de 2015 a fevereiro de 2016.

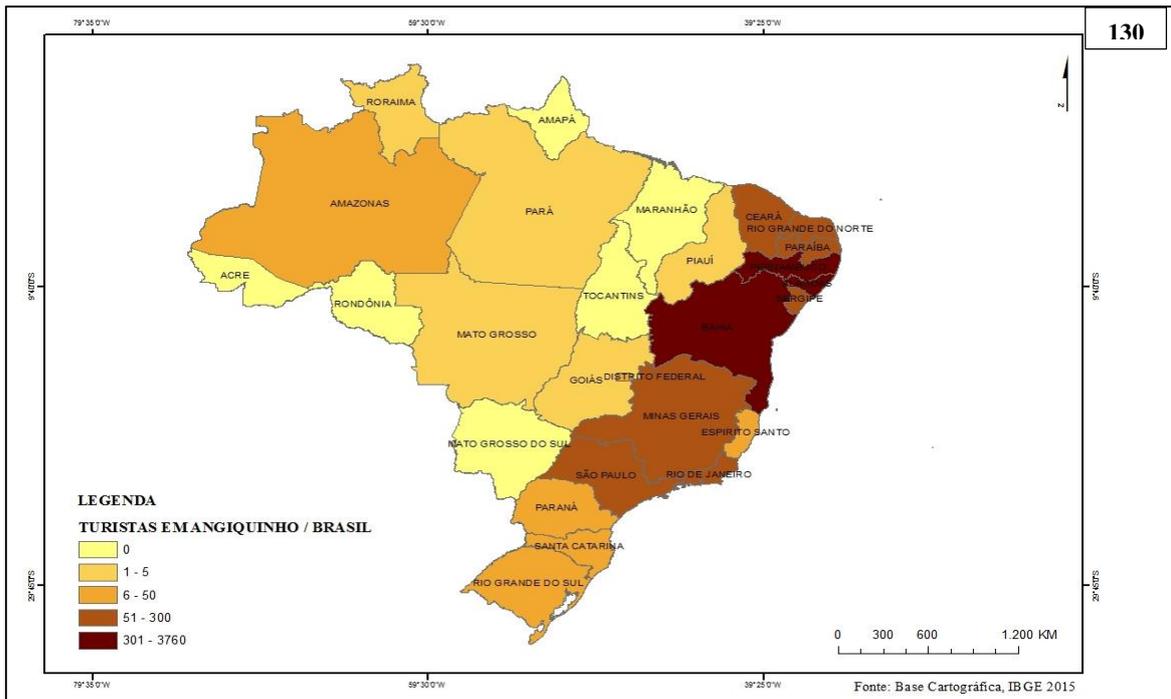
O Sítio Histórico de Angiquinho recebeu no referido período o total de 8.560 visitantes. Através da figura 130, é possível observar que a maioria da população que visitou Angiquinho são residentes das Regiões Nordeste e Sudeste do Brasil (98,53 % do total de visitantes). Os moradores dos Estados da Bahia, Pernambuco e Alagoas, foram os que mais visitaram esse património no período citado (87,64 % do total de visitantes).

Quadro 27: Origem e número de visitantes: Sítio Histórico de Angiquinho

Visitantes brasileiros		
Período	Estado	Quantidade
13/02/2015 a 12/02/2016	Bahia	3.760
	Pernambuco	1.787
	Alagoas	1.955
	Espírito Santo	13
	Rio Grande do Norte	90
	Paraíba	143
	São Paulo	263
	Ceará	89
	Sergipe	222
	Rio de Janeiro	56
	Paraná	25
	Pará	03
	Minas Gerais	54
	Goiás	04
	Distrito Federal	18
	Mato Grosso	05
	Rio Grande do Sul	18
	Santa Catarina	12
Amazonas	10	
Piauí	03	
Roraima	03	
	Total 8.533	
Visitantes de outros países		
Período	Países	Quantidade
13/02/2015 a 12/02/2016	Itália	01
	Índia	03
	Portugal	04
	Argentina	03
	Holanda	01
	Alemanha	05
	Egito	01
	Dinamarca	03
	Suíça	01
	Espanha	02
	México	01
	Inglaterra	01
	Canadá	01
	Total 27	
Total Geral de visitantes: 8.560		

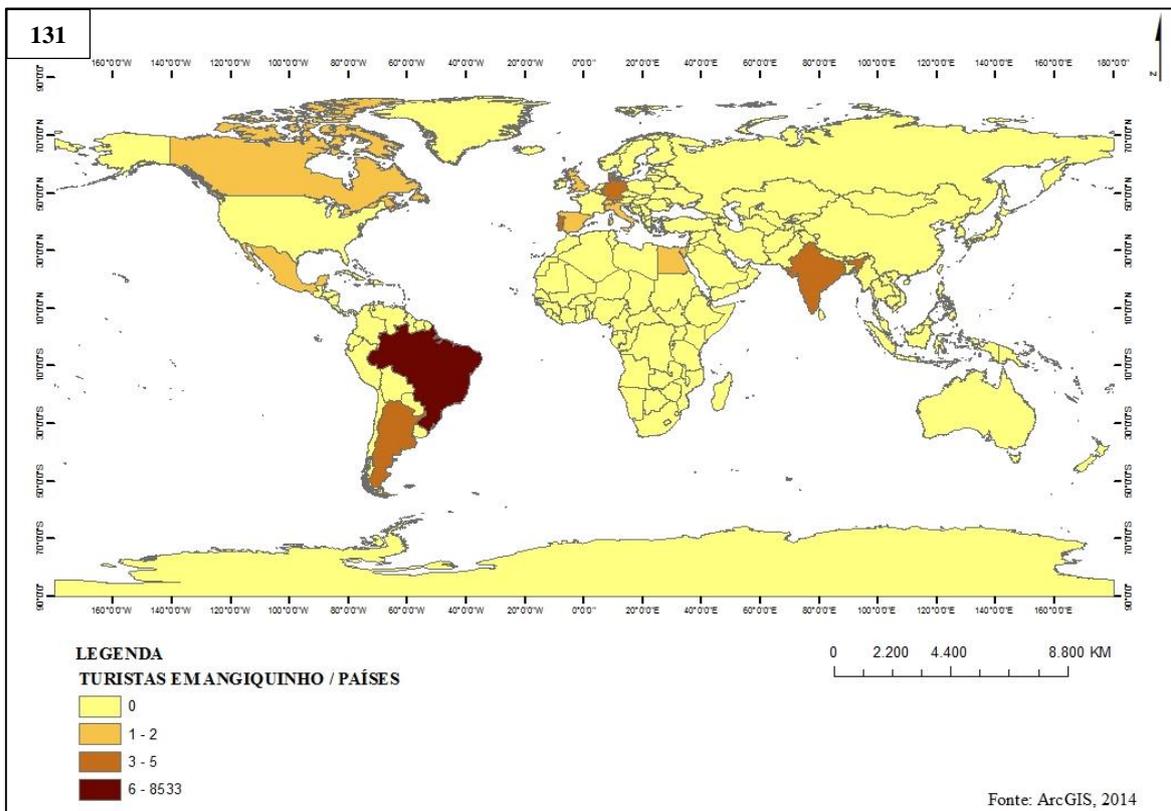
Fonte: Carvalho (2016). Elaborado pela autora.

Além dos turistas nacionais (99,7% do total), o Sítio Histórico de Angiquinho recebeu no período registrado, visitantes de outros países. A figura 131 representa a origem dos turistas que visitaram Angiquinho, com destaque para os países: Alemanha, Portugal, Argentina, Índia e Dinamarca, que tiveram entre 3 a 5 pessoas a visitarem esse patrimônio.



Fonte: Elaborada pela autora.

Figura 130: Mapa da quantidade de visitantes brasileiros por Estado ao Sítio Histórico de Angiquinho: fev. 2015 a fev. 2016



Fonte: Elaborada pela autora.

Figura 131: Mapa da quantidade de visitantes por países ao Sítio Histórico de Angiquinho: fev. 2015 a fev. 2016

A Fábrica da Pedra tem o registo da população que visitou suas instalações desde o ano de 2006. O quadro 28 apresenta a quantidade de pessoas que visitaram à Fábrica da Pedra por mês e ano, no período de 2006-2015.

Quadro 28: Número de visitantes: Fábrica da Pedra (2006-2015)

Visitantes: Fábrica da Pedra								
Ano	Mês	Total Visitantes	Ano	Mês	Total Visitantes	Ano	Mês	Total Visitantes
2006	Janeiro	82	2007	Janeiro	58	2008	Janeiro	72
	Fevereiro	37		Fevereiro	47		Fevereiro	19
	Março	55		Março	124		Março	170
	Abril	82		Abril	82		Abril	59
	Maio	67		Maio	29		Maio	248
	Junho	53		Junho	30		Junho	102
	Julho	43		Julho	49		Julho	73
	Agosto	180		Agosto	89		Agosto	147
	Setembro	96		Setembro	247		Setembro	71
	Outubro	358		Outubro	84		Outubro	54
	Novembro	163		Novembro	107		Novembro	176
	Dezembro	68		Dezembro	71		Dezembro	49
Total 1284			Total 1017			Total 1240		
2009	Janeiro	66	2010	Janeiro	0	2011	Janeiro	15
	Fevereiro	0		Fevereiro	0		Fevereiro	68
	Março	38		Março	116		Março	0
	Abril	140		Abril	205		Abril	25
	Maio	80		Maio	15		Maio	178
	Junho	53		Junho	9		Junho	163
	Julho	59		Julho	83		Julho	75
	Agosto	43		Agosto	35		Agosto	31
	Setembro	57		Setembro	32		Setembro	79
	Outubro	50		Outubro	97		Outubro	79
	Novembro	138		Novembro	117		Novembro	155
	Dezembro	130		Dezembro	14		Dezembro	5
Total 854			Total 723			Total 873		
2012	Janeiro	23	2013	Janeiro	146	2014	Janeiro	29
	Fevereiro	0		Fevereiro	0		Fevereiro	15
	Março	69		Março	115		Março	18
	Abril	49		Abril	75		Abril	64
	Maio	180		Maio	144		Maio	38
	Junho	140		Junho	186		Junho	16
	Julho	94		Julho	69		Julho	64
	Agosto	18		Agosto	133		Agosto	104
	Setembro	65		Setembro	68		Setembro	6
	Outubro	54		Outubro	115		Outubro	70
	Novembro	97		Novembro	159		Novembro	179
	Dezembro	37		Dezembro	165		Dezembro	33
Total 826			Total 1375			Total 636		
2015	Janeiro	14	Julho	0				
	Fevereiro	0	Agosto	28				
	Março	100	Setembro	47				
	Abril	83	Outubro	172				
	Maio	55	Novembro	36				
	Junho	149	Dezembro	60				
					Total 744			

Fonte: Arquivos da Fábrica da Pedra (2016). Elaborado pela autora.

As visitas à Fábrica da Pedra no período de 2006 a 2015 apresentam uma variação na quantidade de pessoas que visitam por mês. Por meio dos dados apresentados no quadro 27, é possível observar que a cada ano, varia o mês que a fábrica recebe mais visitantes. O mês de outubro de 2006 foi o que mais recebeu visitas nos últimos dez anos, 358 pessoas.

Nos últimos dez anos, a Fábrica da Pedra recebeu um total de 9.572 visitantes. Através da figura 132 é possível observar que os anos de 2006 e 2013 foram os que mais tiveram pessoas visitando a fábrica e que entre 2013 e 2014 houve uma queda considerável de visitas. O ano de 2013 foi o que teve mais visitantes, com 1.375, e o ano de 2014 foi o que teve menos visitantes, 636. A média de visitantes entre 2006 e 2015 é de 957 visitantes por ano.



Fonte: Elaborada pela autora.

Figura 132: Evolução do número de visitantes à Fábrica da Pedra, 2006-2015

Ao analisar o caderno de visitas da Fábrica da Pedra, é possível observar que no registro não tem um campo para colocar a origem dos visitantes. Porém, através de alguns escritos, é possível diagnosticar que a maioria da população que visitou a fábrica na última década são estudantes do município e região, e familiares dos colaboradores da mesma.

A realização de visita à Fábrica da Pedra é possível mediante marcação prévia. Para um melhor atendimento, a instituição elaborou um documento com os procedimentos para visitantes que contém as seguintes instruções:

- “Enviar a solicitação da visita em ofício ou correio eletrônico para o setor do Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho – SESMT;

- As visitas são liberadas apenas nas sextas-feiras, no período da tarde, salvo casos excepcionais, com justificativa;
- O limite máximo para visitantes é de 50 pessoas;
- O SESMT acompanhará a visita;
- A vigilância solicitará aos visitantes a assinatura em livro de registo;
- Setores liberados para visita são: fiação, preparação a tecelagem, tecelagem, confeção, beneficiamento;
- Os visitantes devem estar trajados com roupas compostas e calçados fechados (tênis);
- Os visitantes não devem tocar em equipamentos e máquinas;
- Não se distanciar do grupo ou entrar em setores sem autorização;
- É terminantemente proibido o uso de máquinas fotográficas e filmadoras nos setores produtivos, salvo autorização do técnico responsável pelo acompanhamento;
- Menores de 14 anos, terão acesso à indústria após comprovação de acompanhamento do seu responsável;
- Cada visitante deverá doar um quilo de alimento e trazer protetor auditivo “tipo plug”, pelo acesso a ambientes ruidosos”.

A iniciativa que a Fábrica da Pedra tem em receber visitas é importante, pois a mesma é um património que marca a história do município.

O Museu Regional Delmiro Gouveia guarda o acervo da história do município e está aberto a visitação todos os dias. Ele conta com um guia para receber os visitantes e apresentar o museu e sua narrativa. O registo de visitas contém apenas os meses de setembro a novembro de 2015 (quadro 29). Os cadernos anteriores de registo de visitas não se encontram com a gestão atual do museu que é a Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esporte – SETUCE. No momento da pesquisa, o museu encontrava-se sem o caderno de registros de visitas, estando o mesmo guardado na secretaria citada.

Os dados de visitas ao Museu Regional Delmiro Gouveia, demonstram que ele tem um fluxo considerável de visitantes. Os turistas que visitam o museu são em sua maioria dos municípios alagoanos e dos municípios circunvizinhos. Porém, é possível observar que têm muitos visitantes de outros Estados e regiões do Brasil, e alguns estrangeiros.

Quadro 29: Origem e número de visitantes: Museu Regional Delmiro Gouveia

Visitantes: Museu Regional Delmiro Gouveia			
Ano	Mês	Total Visitantes	Origem
2015	Setembro	475	Brasil: Delmiro Gouveia – AL, Maceió – AL, Carneiros – AL, Vila Velha – ES, Santa Maria – RS, Paulo Afonso – BA, Monte Santo – BA, Aracaju – SE, Rio de Janeiro – RJ, Brasília – DF, São Paulo – SP, Rio Largo – AL, Recife – PE, Arapiraca – AL, Guarulhos – SP, Queimadas – BA, Salvador – BA, Olindina – BA, São José da Tapera – AL, Bananeiras – PB, São José dos Campos – SP, Teotônio Vilela – AL, Afogados da Ingazeira – PE, Jequié – BA, Caruaru – PE, João Pessoa – PB, Triunfo – PE, Campo Grande – MS, Diadema – SP. Outros países: Coimbra (Portugal).
2015	Outubro	639	Brasil: Delmiro Gouveia – AL, Recife – PE, Aracaju – SE, Japoatã – SE, Feira de Santana – BA, Paulo Afonso – BA, Jacobina – BA, Santana do Ipanema – AL, Ceará – CE, Piranhas – AL, Goiás – GO, Água Branca – AL, São Paulo – SP, Rio de Janeiro – RJ, Minas Gerais – MG, Piranhas – AL, Petrolina – PE, Senador Rui Palmeira – AL, Carneiros – AL, União dos Palmares – AL, Natal – RN, São Tomé – RN, Maceió – AL, Salvador – BA, Feira de Santana – BA, Malhada – BA, Cabo de Santo Agostinho – PE, Igaci – AL, Palmeira dos Índios – AL, Água Branca – AL, Minas Gerais – MG, Jacareí – SP, Caicó – RN, São Bento – PB, Jucurutu – RN, Parelhas – RN, Alagoinhas – BA.
2015	Novembro	388	Brasil: Delmiro Gouveia – AL, Paulo Afonso – BA, Brasília – DF, João Pessoa – PB, Minas Gerais – MG, Itaíba – PE, Rio Branco – AC, Arapiraca – AL, Boca da Mata – AL, Santana do Ipanema – AL, São Miguel dos Campos – AL, Igreja Nova – AL, Belo Horizonte – MG, Jatobá – PE, Petrolândia – PE, Mata Grande – AL, Atalaia – AL, Maceió – AL, Inhapi – AL, São Paulo – SP, Água Branca – AL, Maragogi – AL, Paraty – RJ. Outros países: Costa Rica.

Fonte: Arquivos do Museu Regional Delmiro Gouveia (2016). Elaborado pela autora.

A Casa da Arte Telma Neiva de Oliveira possui um caderno de registro de visitas. O quadro 30 apresenta a origem e o número de visitantes que compareceram à casa da arte, sendo possível observar que a mesma recebe turistas de diversos lugares do Brasil e também de outros países.

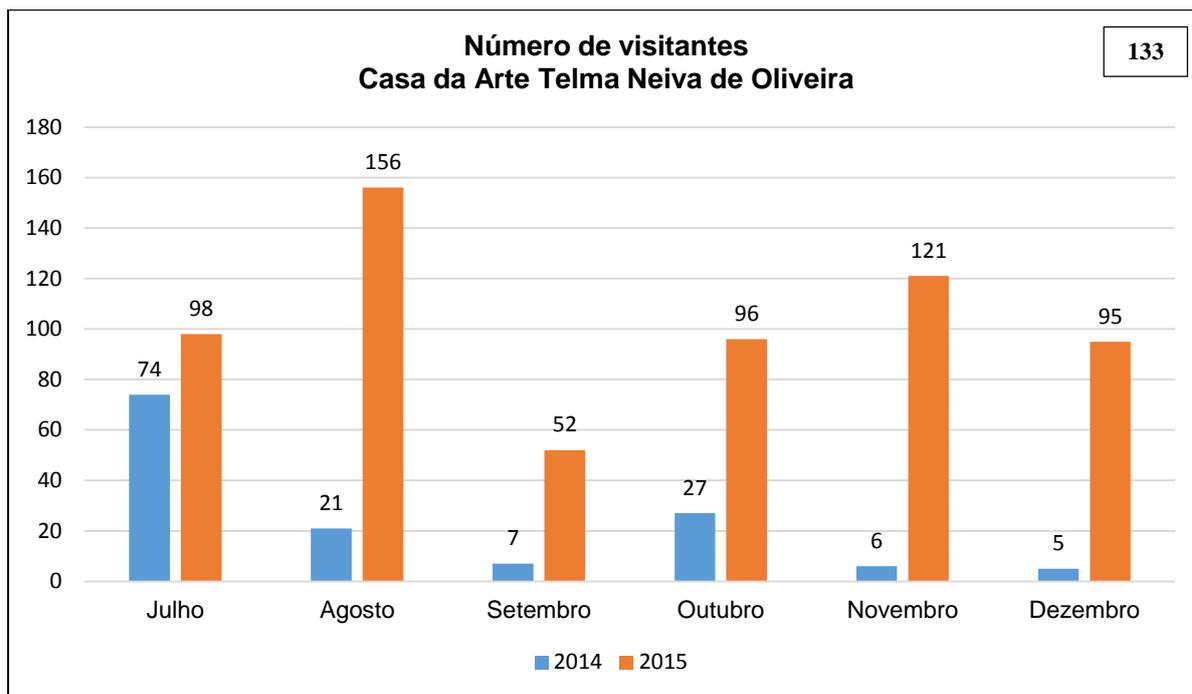
Através dos dados da quantidade de visitantes à casa da arte, é possível comparar o segundo semestre dos anos de 2014 e 2015. Por meio da figura 133 observa-se que houve um aumento de turistas em 2015 em relação ao ano anterior. O mês de julho foi o que teve o número de visitas mais aproximados durante os dois anos, e o mês de agosto de 2015 foi o que obteve mais visitantes, 156 pessoas (17,78 % do total de visitantes no ano 2015).

No ano de 2015, o mês de fevereiro foi o que teve o número menor de visitantes, com 7 (0,79 % do total de visitantes). A média de visitas por mês nesse ano foi de 73 visitantes.

Quadro 30: Origem e número de visitantes: Casa da Arte Telma Neiva de Oliveira

Visitantes: Casa da Arte Telma Neiva de Oliveira			
Ano	Mês	Total de visitantes	Origem
2014	Julho	74	Delmiro Gouveia – AL, Arapiraca – AL, Rio Largo – AL, Santana do Ipanema – AL, Maceió – AL, Paranaíba – PR, São Paulo – SP, Fortaleza – CE, Paulo Afonso-BA, Salvador – BA.
	Agosto	21	Delmiro Gouveia – AL, Pariconha – AL.
	Setembro	07	Taubaté – SP, Delmiro Gouveia – AL, Parnamirim – RN.
	Outubro	27	Indaiatuba – SP, Delmiro Gouveia – AL, Água Branca – AL.
	Novembro	06	Olho D'Água do Casado – AL, Delmiro Gouveia – AL.
	Dezembro	05	João Pessoa – PB, Delmiro Gouveia – AL, Maceió – AL.
Total 140			
2015	Janeiro	27	Delmiro Gouveia – AL, Paulo Afonso- BA, Maceió – AL, São Paulo – SP, Santa Cruz do, Santa Cruz do Capibaribe – PE, Nova Lima – MG, Água Branca – AL, Poço das Trincheiras – AL.
	Fevereiro	07	Delmiro Gouveia – AL, Água Branca – AL, São Paulo – SP, Piranhas – AL.
	Março	33	Recife – PE, Paulo Afonso – BA, Serra – ES, Vitória – ES, Piranhas – AL, Delmiro Gouveia – AL, Maceió – AL.
	Abril	70	Delmiro Gouveia – AL, Piranhas – AL, Carneiros – AL, Senador Rui Palmeira – AL, Paulo Afonso – BA, Camaçari – BA, Olho D'Água do Casado – AL, Atalaia – AL, Serra, Talhada – PE, Pariconha – AL.
	Maiο	67	Delmiro Gouveia – AL, Maceió – AL, Piranhas – AL, Água Branca – AL, Olho D'Água do Casado – AL, São Gabriel – RS, Jeremoabo – BA, Paulo Afonso – BA, Recife – PE.
	Junho	55	Delmiro Gouveia – AL, Olho D'Água do Casado – AL, Paulo Afonso – BA, Igaci – AL, Londrina – PR, Salvador – BA, Jacareí – SP, Aracaju – SE, Piranhas – AL, Maceió – AL, São Paulo – SP, Ceres – GO, Arapiraca – AL, Rio de Janeiro – RJ.
	Julho	98	Delmiro Gouveia – AL, Rio de Janeiro – RJ, Vila Velha – ES, São Paulo – SP, Santana do Ipanema – AL, Salvador – BA, Piranhas – AL, Maranhão (MA), Maceió – AL, Água Branca – AL, Bragança Paulista – SP, Caruaru – PE, Arapiraca – AL, Vitória – ES. Espanha, Buenos Aires – Argentina.
	Agosto	156	Delmiro Gouveia – AL, Maceió – AL, Paulo Afonso – BA, Recife – PE, Santa Brígida – BA, Piranhas – AL.
	Setembro	52	Delmiro Gouveia – AL, Maceió – AL, Paulo Afonso – BA, Arapiraca – AL, Arco Verde – PE, Pariconha – AL, Serra Talhada – PE, Palmeira dos Índios – AL. Alemanha.
	Outubro	96	Delmiro Gouveia – AL, Santana do Ipanema – AL, Brasília – DF, Paulo Afonso – BA, São Sebastião – AL, Cotia – SP, Água Branca – AL, Caruaru – PE, Arapiraca – AL, Pariconha – AL, São Paulo – AL, Palmeira dos Índios – AL, Recife – PE, Taquarana – AL, Campina Grande – PB.
	Novembro	121	Delmiro Gouveia – AL, Rio de Janeiro – RJ, Maceió – AL, Fortaleza – CE, São Paulo – SP, Belo Monte, Paulo Afonso – BA, Brasília – DF, Santana do Ipanema – AL, Olho D'Água do Casado – AL, Arapiraca – AL, Água Branca – AL.
	Dezembro	95	Delmiro Gouveia – AL, Santo André – SP, Rio de Janeiro – RJ, São Paulo – SP, Canapi – AL, Paulo Afonso – BA, Piranhas – AL, Arapiraca – AL, Viçosa – AL, Água Branca – AL, Canindé – SE, Santana do Ipanema – AL, Recife – PE.
Total 877			

Fonte: Arquivos da ARTDEL (2016). Elaborado pela autora.



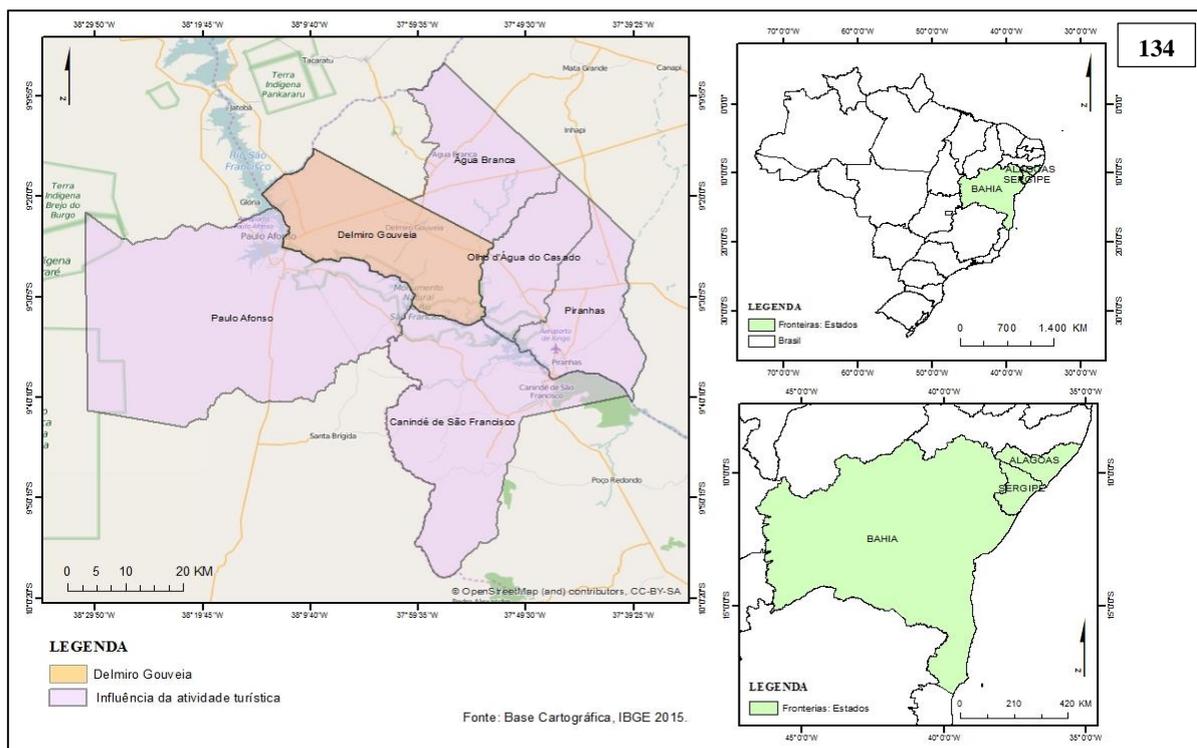
Fonte: Elaborada pela autora.

Figura 133: Gráfico comparativo do número de visitantes à Casa da Arte Telma Neiva de Oliveira

Por meio dos dados dos turistas que visitam os patrimônios em Delmiro é possível observar que é necessário um plano turístico que proporcione conexão entre os lugares a serem visitados. Muitas pessoas que visitam o Sítio Histórico de Angiquinho, por exemplo, não visitam o Museu Regional Delmiro Gouveia, por não haver uma rota que leva os turistas a conhecerem a existência desses bens para irem visitá-los.

4.4.2 Região de influência turística para o município de Delmiro Gouveia

O município de Delmiro Gouveia por se localizar em uma região de fronteiras tem seu turismo privilegiado pelos incentivos turísticos promovido pelos municípios e estados circunvizinhos. Os municípios de Água Branca – AL, Canindé de São Francisco – SE, Olho D'Água do Casado – AL, Paulo Afonso – BA e Piranhas – AL, apresentam incentivos turísticos que contribuem nas atividades turísticas em Delmiro, a exemplo dos serviços turísticos prestados, como infraestrutura para receber turistas. A figura 134 representa a localização dos estados e os municípios que influenciam as atividades turísticas em Delmiro Gouveia.



Fonte: Elaborada pela autora.

Figura 134: Mapa de localização dos Estados e Municípios que influenciam as atividades turísticas em Delmiro Gouveia

Os serviços turísticos são importantes na tomada de decisão do turista em visitar ou não determinado lugar. As vias de acesso, hospedagem e os serviços de alimentação são exemplos de informações decisivas na hora de escolher o território a ser visitado. O quadro 31 apresenta os serviços turísticos oferecidos, de acordo com o CADASTUR, pelos municípios que influenciam as atividades turísticas em Delmiro Gouveia.

Quadro 31: Serviços turísticos oferecidos pelos municípios que influenciam as atividades turísticas em Delmiro Gouveia

Municípios	Serviços Turísticos				
	Agência de turismo	Guia de turismo	Meios de hospedagem	Transportes turísticos	Locadora de Veículos
Água Branca	0	0	1	0	0
Canindé de São Francisco	1	0	2	0	0
Olho D'Água do Casado	2	3	0	1	1
Paulo Afonso	9	12	3	3	0
Piranhas	3	15	4	1	0
Delmiro Gouveia	1	1	6	0	0

Fonte: CADASTUR (2016). Elaborado pela autora.

Através dos dados apresentados no quadro 31 é possível observar que cada município apresenta uma oferta maior ou menor em determinado item, a exemplo do município de Piranhas que apresenta o maior número de guias de turismo, um total de 15 guias.

O município de Água Branca chama atenção por ser um território serrano. Com sua diversidade ele oferece trilhas ecológicas (figuras 135 a 138), visita ao seu centro histórico e às comunidades quilombolas e indígenas. Sua relação com o município de Delmiro Gouveia se dá por sua proximidade, o que leva os turistas a se alojarem em Delmiro. O Festival de Inverno que acontece todos os anos entre os meses de julho e agosto em Água Branca é um evento que atrai muitos turistas e faz com que a região ganhe uma dinâmica diferente, contribuindo para a promoção do turismo em toda a região.



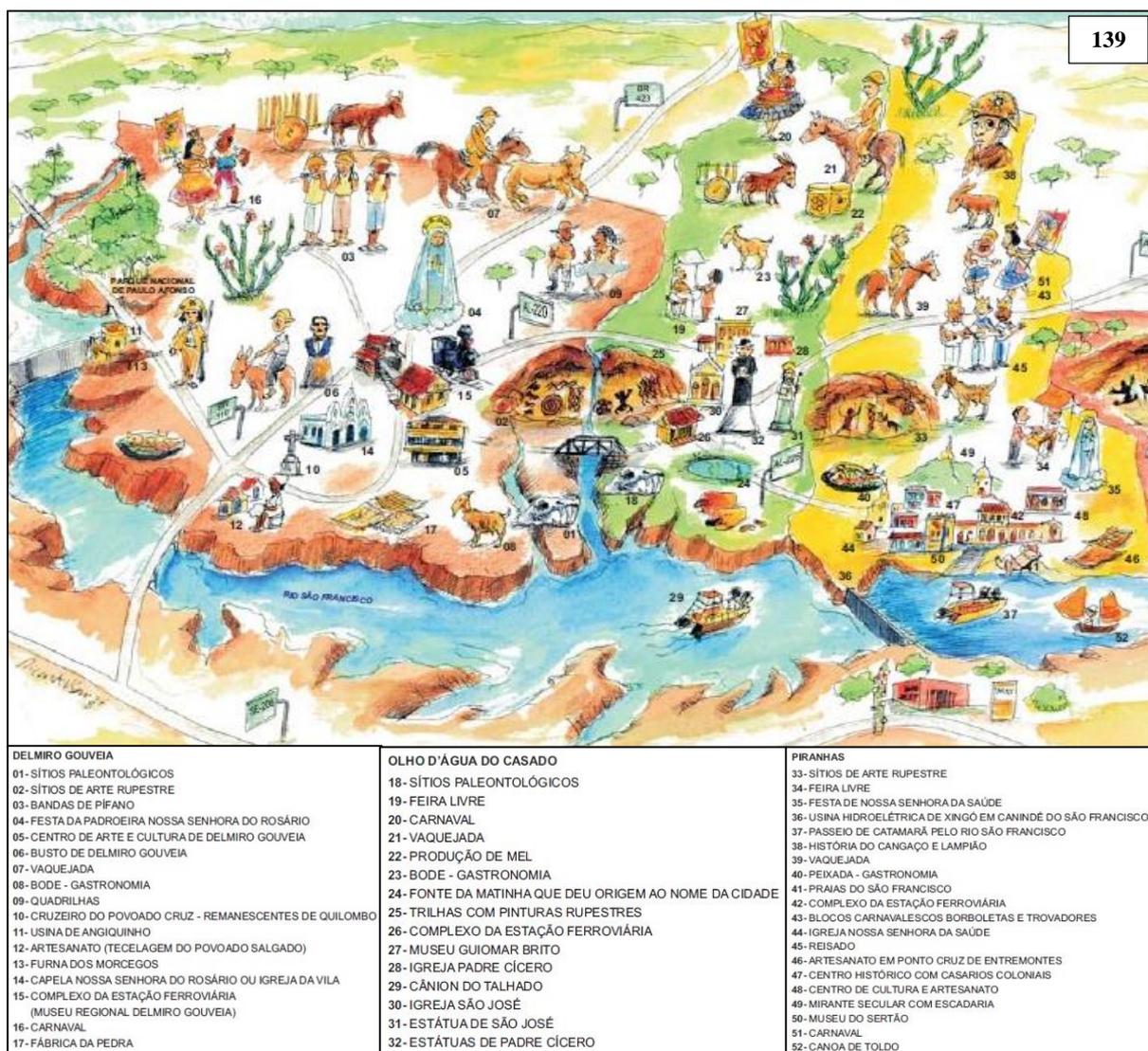
Fonte: Rogéria de Souza Vieira, 2014.

Figuras 135 a 138: Trilha da Pedra Montada (Água Branca)

Olho D'Água do Casado – AL é um município conhecido pelos seus sítios paleontológicos e pelo *Canyons* do Talhado. Sua relação com o município de Delmiro se dá por meio do turismo no rio São Francisco, com diversas rotas que ligam os dois municípios. Os turistas que vão realizar passeios pelos *Canyons* partindo desse município se alojam em Piranhas ou em Delmiro Gouveia.

O município de Piranhas no estado de Alagoas, assim como o município de Canindé de São Francisco – SE tem seu turismo voltado para o rio São Francisco e para a história do Cangaço. Além de ser uma cidade com o seu centro histórico reconhecido por lei como patrimônio, foi e é palco de diversas gravações de filmes e novelas. Sua relação com o município de Delmiro se dá por meio do conhecimento que os turistas têm da história de Delmiro quando vão visitar Piranhas, fazendo com que esses turistas coloquem no seu roteiro o patrimônio de Delmiro. A infraestrutura hoteleira que Piranhas oferece atrai muitos turistas que vão visitar Delmiro, fazendo com que ambos os municípios estejam conectados na promoção turística.

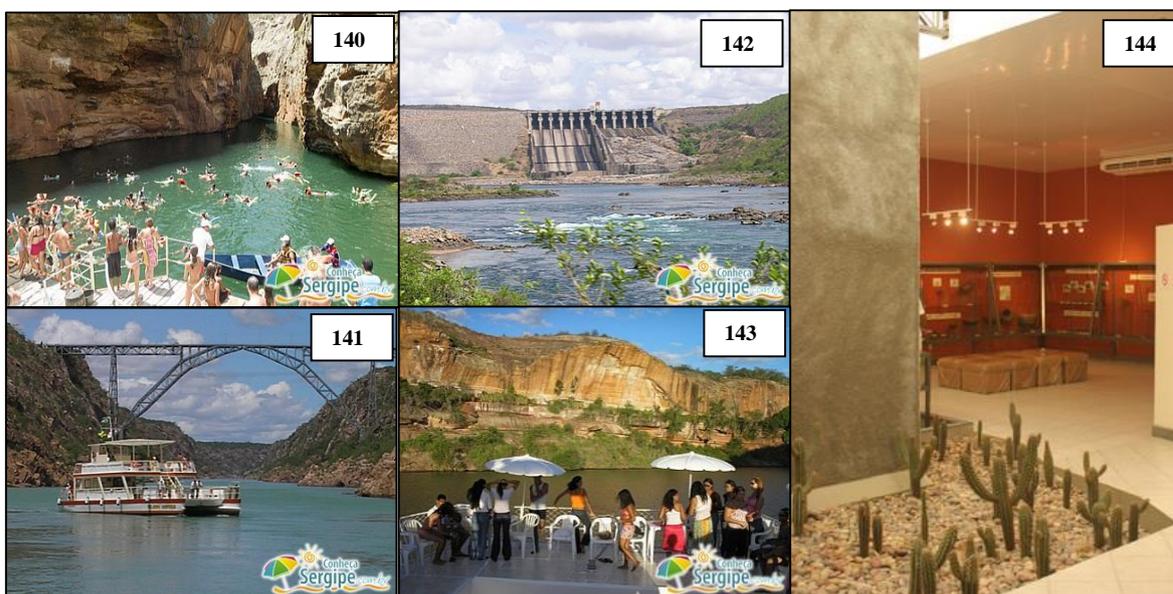
A figura 139 apresenta um mapa turístico que apresenta os principais atrativos turísticos de Delmiro Gouveia, Olho D'Água do Casado e Piranhas.



Fonte: Alfonso, 2012. Adaptada pela autora.

Figura 139: Mapa turístico dos municípios de Delmiro Gouveia, Olho D'Água do Casado e Piranhas

O turismo em Canindé de São Francisco é bastante promovido pelos meios de comunicação do Estado de Sergipe (figuras 140 a 144). Suas atrações principais são os *Canyons* do rio São Francisco (conexão com os municípios de Delmiro e Piranhas); passeio na Usina Hidroelétrica de Xingó (fazendo conexão com o município de Piranhas – AL); a Prainha Beira Rio, as pinturas rupestres: encontradas no Sítio Arqueológico Mundo Novo (que possui 7 trilhas) e no Museu Arqueológico de Xingó – MAX; a história do Cangaço de Lampião e Maria Bonita com a Grota do Angico (local onde Virgulino Ferreira da Silva mais conhecido como Lampião, foi morto juntamente com o seu bando. Esse local também faz relação com o município de Piranhas).



Fonte: Conheça Sergipe.com.br, 2016.

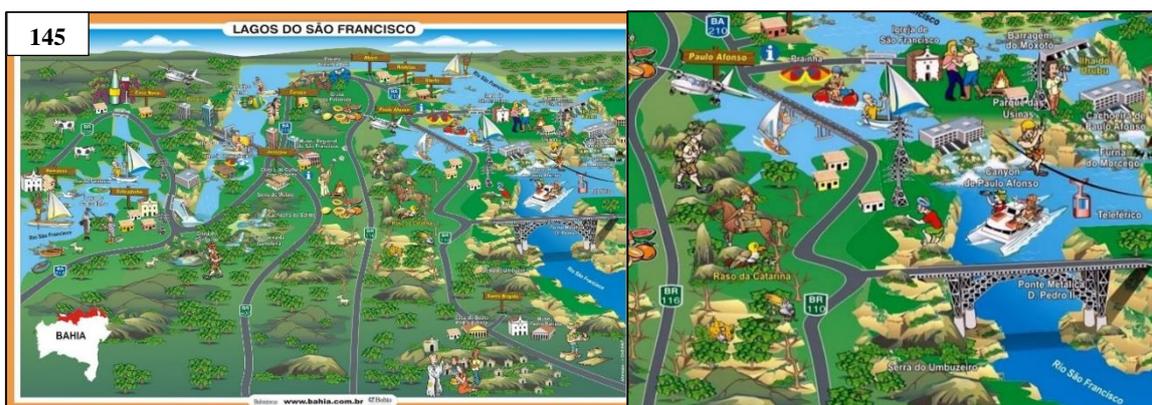
Figuras 140 a 144: Turismo em Canindé de São Francisco

O rio São Francisco relaciona o município de Canindé de São Francisco com Delmiro Gouveia por meio da trilha do Vale dos Mestres e a Gruta do Talhado. Além da conexão através dos passeios no rio São Francisco, o Estado de Sergipe por meio do Aeroporto Internacional de Aracaju – Santa Maria, torna-se uma porta de entrada para os turistas que vêm de outros lugares e querem visitar Delmiro. Aracaju fica a 246,0 km de distância de Delmiro através da BR-235.

O município de Paulo Afonso no Estado da Bahia (famosa por ser uma ilha) faz parte da região dos Lagos do Rio São Francisco⁶ (figura 145) e apresenta uma infraestrutura com os

⁶ A zona turística conhecida como região dos lagos do Rio São Francisco, no Estado da Bahia, é formada pelos municípios de Abaré, Casa Nova, Curaçá, Glória, Juazeiro, Paulo Afonso, Remanso, Rodelas, Santa Brígida e Sobradinho (CMexplorer's Blog: 2016).

serviços turísticos essenciais. Com serviços hoteleiros preparados para receber turistas de todo o mundo e com um aeroporto, o município tem investido no turismo. Dentre os atrativos turísticos encontram-se os *Canyons* do rio São Francisco, o Complexo Hidroelétrico, o Parque Belvedere e a Ponte Metálica (palco de gravação de final de novela global), o Museu Casa de Maria Bonita (relação com o cangaço). Ele é uma das portas de entrada para os turistas que pretendem visitar a região pelo facto de comportar o aeroporto mais próximo de Delmiro (46,1 km, através de BR-423), além de possuir uma estrutura apropriada para receber turistas vindo de todo o mundo, com hotéis e estabelecimentos comerciais preparados para essa finalidade.



Fonte: CMexplorer's Blog, 2016. Adaptada pela autora.

Figura 145: Mapa turístico da região dos Lagos do São Francisco, com destaque ao município de Paulo Afonso

Um evento recente que relacionou os municípios que influenciam Delmiro Gouveia foi o Revezamento da Tocha Olímpica 2016. Essa fez um percurso no município de Paulo Afonso e depois foi para os pontos turísticos: rota do cangaço, gruta do angico, museu de arqueologia do Xingó, Canindé de São Francisco, rio São Francisco, *Canyons* do São Francisco e Gruta do Talhado. Esse acontecimento contribuiu para a promoção do turismo nessa região.

Como apresentado, esses municípios que fazem parte da região de influência turística para o município de Delmiro estão conectados principalmente através do Rio São Francisco e pela infraestrutura que cada um possui para receber turistas. Cada município oferece a melhor estrutura específica, fazendo com que um complemente o outro.

Os municípios que influenciam as atividades turísticas em Delmiro se localizam em um local privilegiado. Palco de diversos acontecimentos históricos, esses territórios fazem do município de Delmiro Gouveia um lugar favorecido na região, sendo seu papel histórico importante na valorização do patrimônio cultural e paisagístico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O patrimônio constitui-se em bens culturais e naturais. Os culturais são designados de materiais e imateriais, resultantes do conjunto de ações e transformações no espaço. Os naturais são todos os elementos que compõem a natureza não modificada.

Resultado da construção histórico-cultural, o patrimônio é importante por representar à memória da sociedade. Por isso, em todo o mundo foram criadas entidades de gestão do patrimônio que realizam encontros para debater e elaborar documentos norteadores na salvaguarda dos bens, e visam o seu reconhecimento, proteção e valorização. Na escala internacional, a UNESCO destaca-se como entidade que representa os patrimônios culturais mundialmente.

As leis e decretos são essenciais no processo de proteção do patrimônio. Através delas são evitados que os bens sejam danificados e/ou destruídos, pois elas estabelecem ações de segurança, além de determinar que os órgãos públicos e privados atuem na conservação e valorização do patrimônio.

No Brasil, o reconhecimento dos bens estão presentes nas três esferas públicas (nacional, estadual e municipal) e são fundamentais devido à dimensão territorial que esse território apresenta. As primeiras iniciativas de identificação do patrimônio muitas vezes surgem de iniciativas dos gestores locais ou da própria população que contribui para permanência da sua cultura, sendo atores importantes na luta pela preservação do patrimônio. Suas ações na busca pelo reconhecimento muitas vezes são o ponto de partida para que os bens sejam reconhecidos nacionalmente e internacionalmente.

O patrimônio cultural representa a identidade de uma nação. Ele expõe através das manifestações culturais, as riquezas que ao longo do tempo permanecem nos lugares, e que na atualidade são heranças que exibem a historicidade da sociedade.

A permanência do patrimônio cultural nos lugares tem sido um grande desafio diante das inúmeras transformações que ocorrem nos territórios. Diante disso, a participação da comunidade no processo de salvaguarda do patrimônio é fundamental, pois à existência dos bens culturais só é possível, quando a comunidade e gestores se unem em busca de mecanismos que permitam a continuidade dos patrimônios no espaço.

É no espaço que se encontram às vivências que resultam em ricos acervos patrimoniais. Nele, estão presentes as relações da população que vão se configurar em imagens e símbolos significativos, que se tornam patrimônio pelo seu valor histórico e cultural, além da relação

com à natureza, que quando acontece da forma correta, contribui para a sua proteção e valorização.

A imagem do lugar na maioria das vezes está relacionada ao patrimônio. Ao citar determinado local, são apresentadas características que levam às pessoas a conhecerem e/ou reconhecerem o lugar, e esse processo muitas vezes ocorre por meio das marcas simbólicas que às localidades apresentam, essas que são conhecidas principalmente pela promoção turística.

Na atualidade, a valorização do patrimônio tem-se concretizado principalmente através do turismo. São realizados diversos investimentos nos bens patrimoniais com o objetivo de manter sua permanência e promover atividades turísticas. Como exemplo de investimentos, é possível citar a realização de restauração dos prédios históricos, a criação de um museu, promoção de eventos (com propósito de apresentar as manifestações culturais do lugar), dentre outros.

O patrimônio cultural está presente nos diversos segmentos turísticos. Ele faz parte do turismo religioso, histórico, arqueológico, gastronômico, criativo, etc.; que fazem parte das motivações que levam o turista a visitar determinado lugar.

A motivação é factor determinante na escolha final do destino turístico. Ela é estimulada através da oferta dos bens a serem visitados. Assim, diante das motivações existentes é possível mencionar a procura pelo turismo de aventura, pela religiosidade, pela gastronomia, pela paisagem natural, pelas galerias de arte, pela arquitetura, pelo artesanato, pela música, dança, teatro, entre outras.

A divulgação do destino turístico é fundamental no processo de escolha do local a ser visitado. Através dela, os turistas têm conhecimento das atrações existente em determinado lugar, o que facilita na hora da escolha do destino a percorrer. Por esse motivo, crescentemente os investidores no turismo têm recorrido a ferramentas de divulgação turística, a exemplo do uso das TIC.

O turismo se caracteriza como atividade de promoção dos lugares. Ele busca proporcionar o contato da população com os diversos locais, além de oferece passeios e visitas aos principais acervos culturais e naturais, sendo o patrimônio cultural um importante recurso turístico, que através dessa dissertação, demonstra que os territórios estudados valorizam o patrimônio por meio da atividade turística.

Na análise do patrimônio cultural em Alagoas, é possível observar a presença da herança histórica, étnico e cultural. São exemplos desses bens, os conjuntos arquitetônicos que representam o período colonial, com seus casarios, igrejas e conventos que simbolizam a cultura europeia; registo rupestre com marcas de representação dos modos de vida dos primeiros

habitantes desse território; os cultos afro-brasileiros com a forte história de luta dos quilombolas; as culturas imateriais: a religiosidade, festividades indígenas, música, teatro, dança, artesanato, entre outros.

O Estado de Alagoas oferece uma grande diversidade de atrativos turísticos. Dentre os existentes, é possível mencionar os centros históricos que atraem muitos turistas pela história e beleza arquitetônica; o artesanato que apresenta a especificidade de cada região do Estado; as belezas naturais com as belas praias, rios, serras, e as vegetações que abrangem esse território; etc. Esses bens em sua maioria são reconhecidos por lei como patrimônio.

A região do Baixo Rio São Francisco no Estado de Alagoas tem seu patrimônio cultural e turismo relacionado ao rio São Francisco. Ela possui diversas comunidades tradicionais, centros históricos, costumes e crenças, que demonstram o modo de vida em cidades ribeirinhas. O turismo é promovido através do *marketing* turístico, esse que referencia os segmentos turísticos existentes nessa região, e que ajudam a atrair e motivar a população a visitarem esses lugares. São oferecidos visitas aos caminhos da história, da natureza, da aventura, do artesanato e da gastronomia.

Na região do Alto Sertão Alagoano, é possível encontrar uma grande riqueza patrimonial. Ela apresenta várias comunidades tradicionais que oferecem recursos culturais, com lindas paisagens naturais e arquitetônica; porém são poucos os bens reconhecido por lei e pela própria comunidade. É preciso que sejam realizados mais investimentos para proteção, preservação e valorização do patrimônio cultural nessa região.

As atividades turísticas não estão presentes em todos os municípios que fazem parte da região do Alto Sertão Alagoano. Ela só é desenvolvida nos municípios de Água Branca, Delmiro Gouveia, Olho D'Água do Casado e Piranhas. Os demais municípios (Canapi, Inhapi, Mata Grande e Pariconha) não possuem investimentos que contribuam para a realização do turismo, apesar de apresentarem potenciais para a efetivação dessa atividade.

O município de Delmiro Gouveia possui patrimônios resultantes da sua formação história. Ele apresenta edifícios que simbolizam os acontecimentos que marcaram a construção da cidade, tradições e costumes das comunidades quilombolas, manifestações culturais que representam a vida do sertanejo, riquezas naturais, achados arqueológicos, outros.

O patrimônio cultural em Delmiro Gouveia representa a sociedade que vive nesse lugar. Os bens, a exemplo da hidroelétrica de Angiquinho, antiga Vila Operária, o Museu Regional Delmiro Gouveia e a Fábrica da Pedra, são referências na narrativa de vida da população, pois muitos já trabalharam ou teve algum integrante da família que já trabalhou na fábrica, e isso configura em uma ligação de afetividade com esses patrimônios.

O Museu Regional Delmiro Gouveia sempre foi local de encontro. No passado ele era utilizado como ponto de chegada e partida, por ser uma das principais estações ferroviárias da região. Posteriormente, a estação tornou-se um museu e recebe visitas da sociedade que busca conhecer a história e herança que o cidadão Delmiro Gouveia deixou, sendo um símbolo de referência na história de formação da cidade. O museu também é utilizado pela população para descanso, pois o seu pequeno jardim oferece um ambiente tranquilo, o que convida muitos a passarem uma tarde a prestigiar sua tranquilidade.

O patrimônio imaterial em Delmiro Gouveia está representado principalmente pelos grupos e festas tradicionais, e pelo artesanato. A festa da padroeira Nossa Senhora do Rosário, que ocorre todos os anos no mês de outubro, é um dos principais festejos que acontece no município. Ela se destaca pela grande dimensão que ela representa, pois atrai muitos visitantes todos os anos.

O artesanato em Delmiro Gouveia se destaca pela sua especificidade. Ele apresenta trabalhos manuais que ganham formas e se transforma em lindas peças artesanais, a exemplo da rede para descanso, enfeites confeccionados de madeira e argila que abrangem a temática da vida sertaneja, pinturas em tela e cerâmica que retratam as paisagens do sertão de Alagoas, dentre outros; que podem ser encontrados nas duas associações de artesãos presentes no município.

O patrimônio natural no município de Delmiro Gouveia é constituído principalmente pelas belezas que a vegetação Caatinga e o rio São Francisco possuem. Como exemplo desses bens, é possível referir a área do Talhado, que é composta por reserva natural preservada pela população, e exibe fauna e flora exclusiva da Caatinga.

A gestão do patrimônio é fundamental para sua preservação. Em Delmiro, ela está prevista em alguns documentos, a exemplo do Plano Diretor Participativo que apresenta diretrizes para sua conservação e valorização. A entidade pública responsável por promover ações que valorizem os bens nesse território é a SETUCE.

A SETUCE no período de 2007 a 2009 elaborou planos de ações com objetivo de desenvolver à cultura e turismo. Ela planeou investir em projetos que contribuem na valorização cultural, com apoios e realizações de eventos; coletar dados referentes ao patrimônio e turismo, com objetivo de mapear quais são os bens existentes e conhecer a oferta turística que o município oferece. Apesar dos planos contemplarem ações necessárias e de extrema importância, esses não foram colocados em prática, pois o período previsto para realização passou por perturbações de cunho político-administrativo, o que inviabilizou a realização das ações.

O município de Delmiro Gouveia apresenta grande potencial turístico. Ele possui patrimónios culturais únicos, com valores históricos e naturais que necessitam de investimentos para sua permanência. Alguns desses bens são valorizados através da atividade turística promovida pelo setor público e privado, a exemplo do Sítio Histórico de Angiquinho (reconhecido por decreto como património estadual), alguns locais na região do Talhado (principalmente na área próxima ao rio São Francisco), o Museu Regional Delmiro Gouveia, a Fábrica da Pedra e a Casa da Arte.

O turismo em Delmiro Gouveia precisa ser consolidado. Apesar de existirem algumas atividades oferecidas no município, faltam investimentos em infraestruturas para receber turistas. Essa carência é visível quando se é verificado a oferta de hospedagem, as vias de acesso aos locais com potencial turístico, a oferta de restaurantes, a sinalização, etc. A escassez desses serviços implicam na hora da escolha do turista em visitar um determinado lugar, e afecta os benefícios que o fluxo turístico pode oferecer.

O fluxo turístico em Delmiro Gouveia ainda é muito reduzido. Através dos dados coletados para esta pesquisa, é possível observar que o património delmirense precisa de investimentos em divulgação para atrair turistas. A falta de uma gestão consistente faz com que não exista um planeamento com estratégias de consolidação do turismo, o que tem dificultado o processo de valorização do património e investimentos do setor privado para recepção de turistas.

O turismo em Delmiro Gouveia é beneficiado com os serviços turísticos oferecidos pelos municípios circunvizinhos. Esse favorecimento é importante porque tem contribuído na valorização do património cultural delmirense. São exemplos desses serviços os alojamentos com estrutura adequada para receber turistas, aeroportos, restaurantes, agências de viagens, etc. Muitas pessoas que visitam o município de Paulo Afonso, por exemplo, acabam por visitar o património delmirense pela proximidade que esses territórios possuem.

Como apresentado, o património cultural e o turismo em Delmiro Gouveia requer investimentos para a sua permanência e realização. Assim, é possível apresentar algumas sugestões para melhoria e revalorização dos bens, através da atividade turística.

O primeiro passo para revalorizar o património é identificá-lo. Por isso, a realização de inventário dos patrimónios culturais é fundamental para reconhecer esses bens. Em Delmiro Gouveia, essa atividade precisa ser realizada, pois esse registo é importante para a tomada de conhecimento dos bens existentes, e assim, possibilitar planeamentos para salvaguardar o património.

O inventário precisa apresentar os detalhes do património. Saber os pormenores de cada bem é fundamental para que sejam realizadas medidas necessárias para sua preservação. Assim, é preciso elaborar fichas de levantamento do património que contemplem detalhes acerca do estado dos bens. Por exemplo, se o património se encontra em estado de degradação, essa informação precisa constar no inventário, para que seja informado aos órgãos responsáveis dessa prática e assim, seja realizado sua recuperação.

O segundo passo é conhecer a legislação do município que rege o património e turismo. O seu conhecimento vai permitir que sejam tomadas medidas de cobrança para que seja cumprido o que orienta a lei, além de ser possível criar propostas que não estão presentes na legislação existente e que são importantes na gestão do património. Um exemplo de não cumprimento é a lei que dispõe da criação do Conselho Municipal de Cultura e de Preservação do Património em Delmiro Gouveia. Essa entidade é fundamental, pois ela possui representantes da comunidade, e serve de entidade fiscalizadora. Portanto, é necessário que essa entidade seja formada e atue para que o património seja de facto reconhecido, preservado e valorizado.

O turismo é um dos mecanismos de promoção do desenvolvimento local. Ele além de valorizar os patrimónios contribui na melhoria económica e nas condições de vida da sociedade. Assim, em Delmiro Gouveia são necessárias as seguintes ações para viabilizar essa atividade:

- Implementação de um Posto de Informações Turísticas;
- Criação de um *site* oficial da SETUCE, com objetivo de divulgar as ações dessa secretaria, o património delmirense e os eventos a serem realizados;
- Criação de um aplicativo para dispositivos móveis que ofereça informações do património e turismo em Delmiro, e das atividades festivas a serem realizadas;
- Criação de um canal no *youtube* para divulgar o turismo delmirense;
- Elaboração de um mapa turístico do município;
- Criação de um banco de dados pela SETUCE para guardar informações das empresas que promovem o turismo, com o objetivo de manter contato com às empresas para à realização de ações de melhoria da atividade turística;
- Melhoria das vias de acesso aos pontos turísticos;
- Oferta de visitação com condições de acessibilidade;
- Calendário de eventos culturais;
- Realização de eventos culturais que valorizem os artistas locais;

- Melhoria no atendimento aos turistas, com oferta de cursos de capacitação de atendimento ao público e estudo dos idiomas inglês e espanhol;
- Melhoria no acesso as informações dos alojamentos. Esses precisam criar *site* que apresentem as informações para hospedagem e realização de reservas;
- Melhoria na oferta alimentar, com restaurantes adequados para receber turistas;
- Viabilidade no acesso aos pontos turísticos, com oferta de transporte público que ligue o centro da cidade a esses locais;
- Oferta de turismo criativo, para que os turistas interajam com o espaço visitado;
- Criação de uma estrutura para realização de coleta de dados nos principais pontos turísticos e nos alojamentos. Os dados a serem coletados são: número de visitantes, origem, motivação e tempo de permanência;
- Criação e concretização de um plano turístico que crie ligação entre os patrimônios a serem visitados no município, para que os turistas conheçam e percorram esses locais;
Criação de rotas turísticas específicas. Exemplos: Rota Estação Ferroviária do Talhado (caminho pelos trilhos da estação e banho no Riacho do Talhado); Rota Arqueológica;
- Criação e concretização de um circuito turístico que contemplem os municípios que influenciam o território de Delmiro Gouveia. Esse circuito vai possibilitar que os turistas explorem todos os patrimônios existentes nesses territórios.

A atividades sugeridas podem ser concretizadas através de projetos. Por meio deles é possível adquirir recursos financeiros junto aos órgãos competentes, a exemplo da prefeitura e do governo Federal, para execução dos planos com finalidade de melhorar a atividade turística e conseqüentemente à economia local.

Os projetos podem ser elaborados pelas entidades responsáveis pela gestão do patrimônio e turismo, com a contribuição da sociedade. A realização de conferências com participação de toda a comunidade é uma forma de debater ideias e criar planos que contribuam para o desenvolvimento local.

O desenvolvimento local se dá por meio de incentivos e participação de toda comunidade. A participação da população no planejamento de melhoria local contribui para que a manutenção das políticas desenvolvidas sejam mantidas, pois esses residentes são fundamentais para o sucesso e concretização das ações para o progresso.

Em suma, o património cultural de Delmiro Gouveia consegue ser mantido através da efetivação da atividade turística. Ele pode ser preservado pelos investimentos que o turismo requer, pois as atividades turísticas revalorizam os bens e melhora à economia local, com a geração de empregos e renda para à população.

REFERÊNCIAS

Aykan, B. (2015). 'Patenting' Karagöz: UNESCO, nationalism and multinational intangible heritage. *International Journal of Heritage Studies*, v. 21, n. 10, p. 949-961.

Alagoas-turismo (2016). *Mapa turístico de Alagoas*. Disponível em: <<http://www.alagoas-turismo.com/mapas/mapa-turistico.htm>>. Acesso: 07 de junho 2016.

Alfonso, L. P. (2012). Arqueologia e turismo: sustentabilidade e inclusão social. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Arqueologia. Universidade de São Paulo, São Paulo.

Apambiente (1972). *Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano – 1972*. Disponível em: <http://www.apambiente.pt/_zdata/Politicis/DesenvolvimentoSustentavel/1972_Declaracao_Estocolmo.pdf>. Acesso: 12 de janeiro 2016.

Araripe, F. M. A. (2004). Do patrimônio cultural e seus significados. *Transinformação*, Campinas, São Paulo.

Araújo, A. B. (2007). *Carta internacional do turismo cultural*. Adoptada pelo ICOMOS, 12ª Assembleia Geral no México, 1999.

Artesol (2016). *Delmiro Gouveia/AL*. Disponível em: <<http://artcsol.org.br/projetos/delmiro-gouveiaal/>>. Acesso: 17 de maio 2016.

Beckman, K. S. (2008). O Patrimônio Cultural como estratégia de reestruturação da oferta turística em Centros Históricos: o caso de São Luís. Dissertação de Mestrado em gestão e Desenvolvimento em Turismo, Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal.

Booking.com (2016). *Pesquisa booking.com: Delmiro Gouveia*. Disponível em: <<http://www.booking.com/index.pt-pt.html>>. Acesso: 22 de maio 2016.

Bonelli, R. (2009). *Patrimônio Material de Delmiro Gouveia*. Ministério da Cultura – IPHAN. Módulo 1- Conhecimento Contexto Imediato.

Botelho, I. M. (1989). *Discurso de inauguração do Museu Delmiro Gouveia*. Fundação Ormeo Junqueira Botelho.

Brusadin, L. B. (2015). A dinâmica do patrimônio cultural no turismo dentre o processo híbrido de memória e identidade da cultura social. *CULTUR – Revista de Cultura e Turismo*, ano 9, n. 03, Ilhéus, Bahia. ISSN: 1982.5838.

CADASTUR (2016). Pesquisa de prestadores. Disponível em: <<http://www.cadastur.turismo.gov.br/cadastur/PesquisarEmpresas.mtur>>. Acesso: 22 de maio 2016.

Caminhos do São Francisco (2016). *Quem somos*. Disponível em: <<http://caminhosdosaofrancisco.com.br/quem-somos/>>. Acesso: 12 de maio 2016.

Cânions do São Francisco (2014). *Cânions do São Francisco*: Alagoas como você nunca imaginou. Disponível em: <<http://www.canionsdosaofrancisco.com.br/>>. Acesso: 22 de maio 2016.

Carneiro, A. R. S.; Piccolo, R.; Zancheti, S. M.; Pontual, V. (2009). *Uma natureza e quatro lugares*: paisagens culturais do sertão de Alagoas. Vol. 42 Olinda, Pernambuco.

Carvalho, P. (2012). Património cultural, ordenamento e desenvolvimento: uma nova visão e valorização do território. In P. Carvalho; J. L. J. fernandes. *Património cultural e paisagístico*. 14-37. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Carvalho, S. C. B. (2016). *Encerramento final do relatório técnico de atividades desenvolvidas no Sítio Histórico de Angiquinho*. Delmiro Gouveia: CHESF, AUSTYNN.

Cavalcanti, M. L. V. C.; Fonseca, M. C. L. (2008). *Patrimônio imaterial no Brasil*. Brasília: UNESCO, Educarte.

César, P. A. B.; Stigliano, B. V. (2010). A viabilidade superestrutural do patrimônio: estudo do Museu da Língua Portuguesa. *CULTUR – Revista de Cultura e Turismo*, ano 4, n. 01, Ilhéus, Bahia. ISSN: 1982.5838.

Cerávolo, A. L. (2010). *Interpretações do Patrimônio*: arquitetura e urbanismo moderno na constituição de uma cultura de intervenção no Brasil, anos 1930-60. Tese (Doutorado) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Carlos.

CHESF (2015). *Programa de Educação Histórico Patrimonial dos municípios do entorno do Complexo Hidroelétrico de Paulo Afonso*. Paulo Afonso, Companhia Hidro Elétrica do São Francisco.

Choay, F. (2015). *Alegoria do Património* (Edições 70). Lisboa.

Claval, P. (2007). Changing Conceptions of Heritage and Landscape. In: Moore, N.; Whelan, Y. (Org.). *Heritage, memory and the politics of identity: new perspectives on the cultural landscape*. England: Ashgate.

CMexplorer's Blog (2016). *Lagos do São Francisco*. Disponível em: <<https://cmexplorer.wordpress.com/bahia/lagos-do-sao-francisco/>>. Acesso: 07 de junho 2016.

COE (2016). *Convenção Europeia da Paisagem*. Disponível em: <<https://rm.coe.int/CoERMPublicCommonSearchServices/DisplayDCTMContent?documentId=09000016802f3fb7>>. Acesso: 12 de janeiro 2016.

Conheça Sergipe.com.br (2016). *Cânios de Xingó*. Disponível em: <http://www.conhecasergipe.com.br/canios_de_xingo.asp>. Acesso: 02 de junho 2016.

Consciência, A. (2009). Postal de Paraty: reflexão sobre a ideia de património. Prova final para Licenciatura em Arquitetura, FCTUC, Coimbra, Portugal.

Constituição de 1934 (2015). Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-1934-16-julho-1934-365196-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso: 09 de dezembro 2015.

Constituição federal de 1988 (2015). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso: 09 de dezembro 2015.

Corrêa, R. L. (2003). A Geografia Cultural e o Urbano. In: Corrêa, R. L.; Rosendahl, Z. (Orgs.). *Introdução à geografia cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p.167-224.

Corrêa, R. L. (2000). Espaço, um conceito-chave da geografia. In: Castro, I. E.; Gomes, P. C. C.; Corrêa, R. L. (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Corrêa, S. R. M. (2012). *O Programa de Cidades Históricas (PCH): por uma política integrada de preservação do patrimônio cultural – 1973/1979*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Unb, Brasília.

Cosgrove, D. E. (2011). Em direção a uma geografia cultural radical: problemas da teoria. In: Corrêa, R. L.; Rosendahl, Z. (Orgs.). *Introdução à geografia cultural*. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Costa, F. R.; Rocha, M. M. (2010). Geografia: conceitos e paradigmas – apontamentos preliminares. *Revista GEOMAE*, Campo Mourão, PR, v. 1, n. 1, p. 25-56.

CPISP (2013). *Terras quilombolas*. Disponível em: <http://www.cpisp.org.br/terras/asp/ficha_territorio.aspx?terra=i&TerraID=3359>. Acesso: 17 de maio 2016.

Creative Tourism Network (2014). *O que é o Turismo Criativo?* Disponível em: <<http://www.creativetourismnetwork.org/about/?lang=pt-pt>>. Acesso: 01 de abril 2016.

Deacon, H. (2004). Intangible Heritage in Conservation Management Planning: the case of Robben Island. *International Journal of Heritage Studies*, v. 10, n. 3, p. 309-319

Deacon, H.; Smeets, R. (2013). Authenticity, Value and Community Involvement in Heritage Management under the World Heritage and Intangible Heritage Conventions. *Heritage & Society*, v. 6, n. 2, p. 129-143.

Decreto de 30 de novembro de 2006 (2015). *Tombamento*. Disponível em: <<http://www.Iphan.gov.br/Iphan/tomb.htm>>. Acesso: 18 de maio 2015.

Decreto-lei n. 25 de 30 de novembro de 1937 (2015). *Artigo 1º*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De10025.htm>. Acesso: 09 de dezembro 2015.

DGPJ (2008). *O que é o Conselho da Europa?* Gabinete de Documentação e Direito Comparado. Disponível em: <http://www.dgpj.mj.pt/sections/relacoes-internacionais/copy_of_anexos/o-que-e-o-conselho-da4586/>. Acesso: 26 de abril 2016.

Diário da República (2008). *Resolução da Assembleia da República n.º 47/2008*. Série 1, n. 177. Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/cc/ConvencaodeFaro.pdf>>. Acesso: 26 de abril 2016.

Dias, S. J. G. (2008). *Intervenções de Reabilitação em Património Construído – Projecto de Beneficiação do Castelo de Alter do Chão*. Dissertação de Mestrado em Recuperação e Conservação do Património Construído. Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, Portugal.

DRCN (2016). *Cartas e Convenções: Carta de Burra*. Carta del ICOMOS Australia para Sitios de Significación Cultural. Disponível em: <http://www.culturante.pt/fotos/editor2/1999-carta_de_burra_para_lugares_de_significado_cultural-icomos_australia.pdf>. Acesso: 29 de abril 2016.

Estado de Alagoas (2014). *Bens Tombados*. Secretaria de Estado da Cultura. Disponível em: <http://media.wix.com/ugd/d7d540_d30c8a34e05a490aa0d20fdaad4a42e1.pdf>. Acesso: 12 de maio 2016.

Fernandes, J. L. J.; Carvalho, P. (2003). Património, memória e identidade: repensar o desenvolvimento. In: Caetano, L. *Território, ambiente e trajetórias de desenvolvimento*. Coimbra: Imprensa de Coimbra, pp. 194-217.

Filipe, C. S. M. (2009). *Andanças do turismo criativo*. Dissertação de Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo, Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal.

Freeman, C. G. (2010). Photosharing on Flickr: intangible heritage and emergent publics. *International Journal of Heritage Studies*, v. 16, n. 4-5, p. 352-368.

Fundação Cultural Palmares (2011). *Homenagens a Zumbi marcam o 20 de novembro na Serra da Barriga*. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/?p=16090>>. Acesso: 07 de maio 2016.

Fundação Cultural Palmares (2013). *Convocatória: Comitê Gestor do Parque Memorial Quilombo dos Palmares*. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/?p=30803>>. Acesso: 07 de maio 2016.

GEPAC (2016). *Conselho da Europa*. Disponível em: <<http://www.gepac.gov.pt/cooperacao-cultural-multilateral/conselho-da-europa.aspx>>. Acesso: 26 de abril 2016.

Ghirardello, N.; Spisso, B. (2008). *Patrimônio histórico: como e por que preservar*. Org.: G. G. M. Faria [et al.]. 3 ed., Bauru, SP: Canal 6.

Gonçalvez, A. (2010). *Delmiro Gouveia: Era uma vez no sertão...* Ribeirão Preto: Fábrica de Sonhos.

Harvey, D. C. (2001). Heritage pasts and heritage presents: temporality, meaning and the scope of heritage studies. *International Journal of Heritage Studies*, v. 7, n. 4, p. 319-338.

Harvey, D. C. (2008). The history of heritage. In: Graham, B.; Howard, P. (Org.). *The Ashgate research companion to heritage and identity*. England: Ashgate, p. 19-36.

Henriques, E. B. (2001). Os temas culturais na investigação geográfica: breve retrospectiva e ponto da situação. *Inforgeo*, n. 16, edições Colibri, Lisboa, pp. 153-165.

Hung, W.; Lee, Y.; Huang, P. (2014). Creative experiences, memorability and revisit intention in creative tourism. *Current Issues in Tourism*, p. 1-8.

IBGE (2014). *Perfil dos Municípios Brasileiros – Suplemento cultura 2014*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/munic_cultura_2014/index.php?uf=27&nome=&x=59&y=19> . Acesso: 12 de maio 2016.

IBGE (2016a). *Cidades@*. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=270240&search=alagoas|delmiro-gouveia|infograficos:-historico>>. Acesso: 03 de janeiro 2016.

IBGE (2016b). *Estados@*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=al>>. Acesso: 13 de maio 2016.

ICOMOS (1999). *Carta Internacional sobre Turismo Cultural: la gestión del turismo en los sitios con patrimonio significativo* (1999). 12 Asamblea General en México. Disponível em: <http://www.icomos.org/charters/tourism_sp.pdf>. Acesso: 26 de abril 2016.

IFBA (2009). *Cangaço*. Eunapolis. Disponível em: <http://www.eunapolis.ifba.edu.br/informatica/Sites_Historia_EI_31/cangaco/Site/Cangaco.html>. Acesso: 18 de maio 2016.

IPHAN (1964). *Carta de Veneza*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>>. Acesso: 11 de dezembro 2015.

IPHAN (1986). *Carta de Washington*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Washington%201986.pdf>>. Acesso: 25 de abril 2016.

IPHAN (1995). *Carta Brasília*. 1995. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20Brasilia%201995.pdf>>. Acesso: 22 de dezembro 2015.

IPHAN (2003). *Recomendação Paris*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20Paris%202003.pdf>>. Acesso: 22 de dezembro 2015.

IPHAN (2014). *Iphan – Alagoas*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/322>>. Acesso: 08 de maio 2016.

IPHAN (2016a). *Bens Tombados*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>>. Acesso em: 23 de abril 2016.

IPHAN (2016b). *Referencial Estratégico*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/314>>. Acesso em: 23 de abril 2016.

Labadi, S. (2010). World Heritage, authenticity and post-authenticity: international and national perspectives. In: Labadi, S.; Long, C. (Org.). *Heritage and Globalisation*. New York: Routledge, pp. 66-84.

Lei nº 107 de 8 de Setembro (2001). *Diário da República nº 209/2001 – I Série A*. Assembleia da República. Lisboa.

Lei nº 4.741, de 17 de dezembro de 1985 (2016). *Lei de Proteção ao Patrimônio Histórico e Cultural do Estado*. Disponível em: <<http://www.cultura.al.gov.br/politicas-e-acoes/patrimonio-cultural/lei-de-protecao-ao-patrimonio-historico-e-cultural-do-estado>>. Acesso: 01 de janeiro 2016.

Lei nº 634/94 (1994). *Criação da Secretaria da Cultura, Esporte e Promoções*. Prefeitura Municipal de Delmiro Gouveia. Secretaria de Administração Municipal. Câmara Municipal de Delmiro Gouveia.

Lei nº 6.650, de 19 de dezembro de 2005 (2005). Disponível em: <<http://www.cultura.al.gov.br/politicas-e-acoes/patrimonio-cultural/patrimonio-historico/leis-e-decretos/LEI%20No%206.650%20-%20Tomb.%20Piranhas.pdf/view>>. Acesso: 02 de janeiro 2016.

Lei nº 738/97 (1997). *Restruturação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e do Desporto*. Prefeitura Municipal de Delmiro Gouveia, Câmara Municipal de Delmiro Gouveia.

Lei nº 7.172, de 30 de junho de 2010 (2010). Disponível em: <<http://www.cultura.al.gov.br/legislacao/leis/Lei%20no%207.172-%20de%2030.06.10.pdf>>. Acesso: 01 de janeiro 2016.

Lei nº 7.285, de 30 de novembro de 2011 (2016). Disponível em: <<http://www.gabinetecivil.al.gov.br/legislacao/leis/leis-ordinarias/2011/lei-ordinaria-7.285>>. Acesso: 01 de janeiro 2016.

Lei nº 7.711, de 29 de julho de 2015 (2015). *Considera de Utilidade Pública a Associação Descanso de Rei dos Artesões do Povoado Salgado em Delmiro Gouveia*. Palácio República dos Palmares, Maceió.

Lei nº 940/08 – GP (2008). *Criação do Conselho Municipal de Turismo*. Prefeitura Municipal de Delmiro Gouveia. Gabinete do Prefeito. Câmara Municipal de Delmiro Gouveia.

Loureiro, I. S. (2013). *Salvaguarda do patrimônio paisagístico*. Relatório de estágio, Mestrado em Arquitetura paisagística, Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.

Luchiani, M. T. D. P. (2001). A (re)significação da paisagem no período contemporâneo. In: Corrêa, R. L., Rosendahl, Z. (Org.). *Paisagem, imaginário e espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ.

Marchesan, A. M. M. (2013). *O entorno dos bens tombados na legislação brasileira*. MPMG Jurídico, Belo Horizonte, edição especial, pp. 43-55.

Matteo, K. C.; Matricardi, E.; Pires, J. S. R.; Matamala, J. C. (2013). *Zoneamento Turístico do Baixo Rio São Francisco no Estado de Alagoas*. Brasília: Editora IABS.

Meio Ambiente (2015). *Pinturas Rupestres - Pov. Lameirão - Delmiro Gouveia-AL*. Secretaria do Meio Ambiente. Disponível em: <https://www.facebook.com/meioambientedelmiro/media_set?set=a.1598030573804907.100007939381379&type=3>. Acesso: 17 de maio 2016.

Mirante do Talhado (2016). *Mirante do Talhado*. Disponível em: <<http://mirantedotalhado.com.br/site/>>. Acesso: 21 de maio 2016.

MMA (2006). *Caderno da Região Hidrográfica do São Francisco*. Brasília, Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Recursos Hídricos.

Monastirsky, L. B. (2006). *Ferrovias: patrimônio cultural*. Estudo sobre a ferrovia brasileira a partir da região dos Campos Gerais (PR). Tese de doutorado em Geografia, UFSC, Florianópolis.

Moreira, C. O. (2016). O turismo em Portugal: dinâmicas territoriais, coesão e competitividade. In: Jacinto, R.; Diéguez, V. C. (Org.). *Diálogos (Trans)fronteiriços*. v. 31, Guarda: Âncora, p. 141-165.

MT (2010). *Turismo Cultural: orientações básicas*. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. 3 ed., Brasília.

OEI Brasil (2016). *Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura*. Disponível em: <<http://www.oei.org.br/>>. Acesso: 25 de abril 2016.

O Pioneiro (2016). *O Pioneiro, sua agência de turismo*. Disponível em: <<http://www.opioneiro.tur.br/index.html>>. Acesso: 22 de maio 2016.

Oreste, M. G. S. (2012). *Pontão de Cultura Ocão da Leitura: mapeamento cultural dos Pontos de Cultura Sertão, Agreste e Litoral de Alagoas*. Movimento Pró-Desenvolvimento Comunitário, Palmeira dos Índios, Alagoas.

Palmares (2016). *O memorial*. Disponível em: <http://serradabarriga.palmares.gov.br/?page_id=101>. Acesso: 07 de maio 2016.

Pereira, K. R. S. (2005). *Turismo: modelagem de serviços através do desenho operacional-estratégico do cartão do turista*. Estudo de caso na cidade de Florianópolis. Dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis.

Pereiro, X. (2006). Patrimônio cultural: o casamento entre patrimônio e cultura. *ADRA – Revista dos sócios do Museu do Povo Galego*, Santiago de Compostela, n. 1, pp. 23-42.

Pietrobruno, S. (2014). Between narratives and lists: performing digital intangible heritage through global media. *International Journal of Heritage Studies*, v. 20, n. 7-8, p. 742-759.

Pizarro, M. E. M.; Costa, M. G. (2006). El Patrimonio Cultural y su valor educativo. In: Maronese, L. (Org.). *Patrimonio Cultural y Diversidad Creativa en el Sistema Educativo*. 1 ed., Buenos Aires: Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires, p. 269-277.

Plano Diretor (2006). *Plano Diretor Participativo do município de Delmiro Gouveia/AL*. Câmara Municipal de Delmiro Gouveia. Delmiro Gouveia.

Pró-Memória (1980). *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*. N. 1, Brasília, SPHAN - Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / Ministério da Educação e da Cultura.

Ramos, C.; Rodrigues, P. M. M.; Perna, F. (2008). Turismo electrónico. *Cibecem*, X Seminário Hispano-Luso de Economía Empresarial, Universidad de Huelva.

RBMA (2016). O programa MaB e as reservas da Biosfera. Disponível em: <http://www.rbma.org.br/mab/unesco_01_oprograma.asp>. Acesso: 12 de janeiro 2016.

Ribeiro, M.; Souto, C. B.; Gomes, E. M. L. (2009). Uma análise das políticas públicas em turismo e patrimônio cultural em dois municípios do estado de Alagoas/Brasil: Penedo e Piranhas. *CULTUR – Revista de Cultura e Turismo*, ano 3, n. 02.

Richards, G. (2014). Creativity and tourism in the city. *Current Issues in Tourism*, v. 17, n. 2, p. 119-144.

Riegl, A. (2014). *O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem*. Tradução Werner Rothschild Davidsonhn, Anar Falber. 1 ed. São Paulo: Perspectiva.

Rocha, C. V. (2015). *Estações ferroviárias do Brasil*. Disponível em: <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/alagoas/sinimbu.htm>>. Acesso: 17 de maio 2016.

Sant’Ana, M. M. (1996). *Bibliografia anotada de Delmiro Gouveia, 1917 – 1994*. Precedida do ensaio biográfico “Delmiro Gouveia, o precursor da CHESF”. Recife: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF.

Sant’Anna, M. (2009). A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: Chagas, R.; Chagas, M. (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2 ed., Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

Santos, N. P. (2003). Cidade: espaço social e espaço vivido. In: Caetano, L. *Território, ambiente e trajetórias de desenvolvimento*. Coimbra: Imprensa de Coimbra, pp. 220-258.

Sedetur (2016). *Conhecendo Alagoas*. Disponível em: <<http://www.sedetur.al.gov.br/conhecendo-alagoas>>. Acesso: 09 de maio 2016.

SETUCE (2008). *Plano de Ações*. Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esportes, Delmiro Gouveia: SETUCE.

SETUCE (2009a). *Relatório – Plano de Ação*: Departamento de Cultura. Prefeitura de Delmiro Gouveia, Delmiro Gouveia: SETUCE.

SETUCE (2009b). *Relatório – Plano de Ação e levantamento da situação atual*: Departamento de Turismo. Prefeitura de Delmiro Gouveia, Delmiro Gouveia: SETUCE.

SETUCE (2009c). *Estrutura organizacional*. Departamento de Turismo de Delmiro Gouveia. Prefeitura de Delmiro Gouveia, Delmiro Gouveia: SETUCE.

Silva, A. G.; Lima, J. S. (2013). *Angiquinho: 100 anos de história – Rio São Francisco, Delmiro Gouveia e a CHESF*. Salvador: EGBA.

Simões, L. (2011). *Alagoas Memorável – Patrimônio Arquitetônico*. Instituto Arnon de Mello, Maceió – AL.

SIT, Sistema de Informações Territoriais (2016). Relatórios Analíticos (células). Disponível em: < <http://sit.mda.gov.br/download.php>>. Acesso: 02 de janeiro 2016.

Stroh, P. Y.; Cavalcante, B. C. C.; Brandão, C. Q. B.; Ramalho, G. B.; Barros, R. R. A. (2008). *Mapeamento do patrimônio cultural imaterial de Alagoas*. IPHAN, UFAL, FUNDEPES, Maceió – AL.

Tan, S.; Tan, S.; Luh, D.; Kung, S. (2015). Understanding tourist perspectives in creative tourism. *Current Issues in Tourism*, p. 1-7.

Tecelagem Descanso de Rei dos Artesãos (2015). *Página do facebook*. Disponível em: <<https://www.facebook.com/Tecelagem-Descanso-de-Rei-dos-Artes%C3%A3os-1458834507741958/photos>>. Acesso: 17 de maio 2016.

Teixeira, L; Pozzi, H. A.; Silva, J. L. L (2012). *Patrimônio Arqueológico e Paleontológico de Alagoas*. Maceió, AL: IPHAN-AL.

Timothy, D. J.; Nyaupane, G. P. (2009). *Cultural Heritage and Tourism in the Developing World: a regional perspective*. New York: Routledge.

Tuan, Y. F. (1983). *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. Tradução: Oliveira, L., São Paulo: EDIFEL.

Turismo no Baixo São Francisco (2012). *Projeto de Dinamização e Sustentabilidade do Turismo no Baixo São Francisco*. Diagnóstico Estratégico, Produto II, v. I, Raízes Desenvolvimento Sustentável.

Turismo no Baixo São Francisco (2013). *Pesquisas e análise de mercado atural e potencial com foco na demanda turística nacional e internacional*. Projeto de Dinamização e Sustentabilidade do Turismo no Baixo São Francisco. Relatório final.

Turner, M.; Tomer, T. (2013). Community Participation and the Tangible and Intangible Values of Urban Heritage. *Heritage & Society*, v. 6, n. 2, p. 185-198.

Typepad (2006). *Povoado Cruz - Delmiro Gouveia – Alagoa -, Brasil*. Jerimum Diário. Disponível em: <http://jerimumdiario.typepad.com/jerimum_diario/2006/05/Povoado_cruz_de.html>. Acesso: 17 de maio 2016.

UNESCO (1972). *Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural*. Paris. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>>. Acesso: 23 de abril 2016.

UNESCO (1994) *Information Note: Nara Document on Authenticity*. Experts meeting, (1–6 November) World Heritage Committee – Eighteenth Session, (12–17 December 1994). Disponível em: <<http://whc.unesco.org/archive/nara94.htm>>. Acesso: 22 de abril 2016.

UNESCO (2003). *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*. Paris. Disponível em: <<http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf>>. Acesso: 27 de abril 2016.

UNESCO (2015). *Representação UNESCO no Brasil*. Disponível em: <<http://www.da.unesco.org/new/pt/brasilia/culture/world-heritage/heritage-legacy-from-past-to-the-future>>. Acesso: 05 de junho 2015.

UNESCO (2016). Patrimônio Mundial no Brasil. *Representação UNESCO no Brasil*. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/culture/world-heritage/list-of-world-heritage-in-brazil/>>. Acesso: 17 de abril 2016.

UNESCO Brasil (2016). *Gestão do Patrimônio Mundial Cultural: Manual de referência do patrimônio mundial*. Brasília: UNESCO Brasil, IPHAN, 2016.

UNRIC (2016). *Informações sobre a ONU*. Centro Regional de Informação das Nações Unidas. Disponível em: <<https://www.unric.org/pt/informacao-sobre-a-onu>>. Acesso: 26 de abril 2016.

Velho Chico (2016). *Novela Velho Chico*. Programa de TV. Disponível em: <<https://www.facebook.com/VelhoChicoTD/timeline>>. Acesso: 22 de maio 2016.

Ventura, M. S. G. (2010). Património e Turismo em áreas de baixas densidades: o caso das aldeias do Pessegueiro e do Esquio. Dissertação de Mestrado em História da Arte, Património e Turismo Cultural. Universidade de Coimbra. Coimbra.

Vieira, A. (2008) - A valorização do património cultural. In V Congresso Internacional de Investigação e Desenvolvimento Sócio-cultural. *AGIR – Associação para a Investigação e Desenvolvimento Sócio-cultural*, Porto, p. 460-494. ISBN 978-989-8170-06-4.

Vieira, R. S. (2014). O sertão rururbanizado de Delmiro Gouveia – AL: um olhar para a paisagem como fundamento ao ensino de geografia. Monografia (Geografia), Universidade Federal de Alagoas, Delmiro Gouveia.

Viver Brasil (2016). *Delmiro Gouveia*. Disponível em: <http://viverbrasil.altervista.org/delmiro_gouveia/delmiro_gouveia_pt.html>. Acesso: 20 de maio 2016.

Vong, F. (2013). Application of cultural tourist typology in a gaming destination – Macao. *Current Issues in Tourism*, p. 1-17.

ANEXOS

ANEXO I – Trecho da carta enviada pelo Conde das Galveias em 5 de abril de 1742

“Pelo que respeita aos Quartéis que se pretendem mudar para o Palácio das duas Torres, obra do Conde Maurício de Nassau, em que os Governadores fazem a sua assistência, me lastimo muito que se haja de entregar ao uso violento e pouco cuidadoso dos soldados, que em pouco tempo reduzirão aquela fábrica a uma total dissolução, mas ainda me lastima mais que, com ela, se arruinará também uma memória que mudamente estava recomendando à posteridade as ilustres e famosas ações que obraram os Portugueses na Restauração dessa Capitania, de que se seguiu livrar-se do jugo fábricas em que se incluem as estimáveis circunstâncias (referidas)... são livros que falam, sem que seja necessário o lê-los...; se necessitasse absolutamente, para defesa dessa Praça, que se demolisse o Palácio, e com ele uma memória tão ilustre, paciência, porque esta mesma desgraça têm experimentado outros edifícios igualmente famosos; mas por nos pouparmos a despesa de dez ou doze mil cruzados, é cousa indigna que se saiba que, por um preço tão vil, nos exponhamos a que se sepulte, na ruína dessas quatro paredes, a glória de toda uma Nação. Não digo que, por salvar os Quartéis, que hoje lá se embarace a execução da planta que se tem feito, para o obra que se intenta; o que digo é que me parece será mais conveniente fazerem-se de novo, em lugar que se julgar mais próprio; porque, se bem se calcular a despesa que se há de fazer para reduzir o Palácio a Quartéis, e para se porem as Casas da Junta em estado de poderem decentemente habitar nelas os Governadores, não custará menos cabedal, daquele que podia empregar-se na obra de um novo Quartel; e quando sucedesse que o custo dela fosse maior, não era tão pouco o que se ganhava, que se não desse de barato esse pequeno excesso, pela utilidade de uma fábrica nova, conservando-se as antigas no estado em que até agora estiveram: finalmente, meu Senhor, eu desejava muito que, depois de V. Sa. ter feito um tão plausível governo, não sucedesse no seu tempo novidade que, bem ponderada, somente será aplaudida dos Holandeses; e confesso a V. Sa. que, ainda pondo de parte esta relação política, e atendendo somente ao que será menos custoso à fazenda real, me persuado de que lhe será mais útil fabricar-se quartéis novos, do que bulir no Palácio dos duas Torres, porque tenho por certo que, por mais que se trabalhe em atalhar as despesas, em pulir a obra, sempre ficará uma coberta de remendos” (Pró-Memória, 1980: 31).

ANEXO II – Quadros com informações do patrimônio e turismo do estudo de caso

Quadro I: Bens imóveis tombados pelo Governo do Estado de Alagoas (1982-2014)

Bens imóveis tombados pelo Governo do Estado de Alagoas (1982-2014)				
Período/Governo	Nº.	Imóvel	Decreto	Data
1982-1983 Teobaldo Barbosa	1	Casa do Barão do Penedo (Penedo)	Nº 4.998	08 de fevereiro de 1982
	2	Sobrado dos Irmãos Breda (Maceió)	Nº 5.003	15 de fevereiro de 1982
	3	Paço Imperial (Penedo)	Nº 5.013	03 de março de 1982
	4	Igreja N. Sra. do Ó (Ipioca - Maceió)	Nº 5.280	08 de junho de 1982
	5	Ordem Terceira de S. Francisco (Marechal Deodoro)	Nº 5.268	22 de dezembro de 1982
	6	Igreja N. Sra. Mãe dos Homens (Coqueiro Seco)	Nº 5.281	30 de dezembro de 1982
	7	Teatro 7 de Setembro (Penedo)	Nº 5.617	09 de dezembro de 1983
	8	Cidade de Marechal Deodoro	Nº 4.458	15 de setembro de 1983
	9	Museu Theo Brandão (Maceió)	Nº 5.302	30 de fevereiro de 1983
	10	Casa Jorge de Lima (União dos Palmares)	Nº 5.303	09 de fevereiro de 1983
	11	Associação Comercial de Maceió (Maceió)	Nº 5.304	09 de fevereiro de 1983
1983-1986 Divaldo Suruagy	1	Cidade do Penedo	Nº 29.595	08 de março de 1986
1986-1987 José Tavares	1	Bairro de Jaraguá (Maceió)	Nº 6.601	19 de novembro de 1984
	2	Palacete Barão de Jaraguá (Maceió)	Nº 6.219	01 de abril de 1985
	3	Ilha de Santa Rita (Marechal Deodoro)	Nº 6.274	05 de junho de 1985
	4	Igreja Matriz de Santa Luzia do Norte	Nº 6.558	29 de agosto de 1985
	5	Casa Teotônio Vilela (Viçosa)	Nº 31.701	28 de novembro de 1986
1989-1991 Moacir Andrade	1	Igrejas de Maceió (Catedral Metropolitana, Igreja de N. S ^a do Livramento, Igreja de N. S ^a do Rosário dos Pretos, Igreja Bom Jesus dos Martírios, Capela de São Gonçalo de Amarante)	Nº 33.127	31 de agosto de 1988
	2	Bairro do Pontal da Barra (Maceió)	Nº 33.225	14 de novembro de 1988
1994-1996 Ênio Lins	1	Acervo Museológico Memorial Pontes de Miranda (Maceió)	Nº 36.571	30 de junho de 1995
1997-1999 Manoel Gomes de Barros	1	Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas (Maceió)	Nº 33.271	13 de dezembro de 1998
	2	Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (Maceió)	Nº 37.932	28 de dezembro de 1998
	3	Palácio do Trabalhador (Maceió)	Nº 37.934	28 de dezembro de 1998
	4	Sociedade N. Sra. do Bom Conselho (Maceió)	Nº 38.081	19 de julho de 1999
	5	Academia Alagoana de Letras (Maceió)	Nº 38.026	22 de abril de 1999
1999-2001 Alberto Leão Maia	1	Praça Marechal Floriano Peixoto (Maceió)	Nº 38.309	09 de março de 2000
2001-2002	1	Memorial Des. Hélio Cabral (Maceió)	Nº 570	13 de março de 2002

Diógenes Tenório de Albuquerque Júnior				
2005-2006 Eduardo Bonfim	1	Casa Jorge de Lima (Maceió)	Nº 2.393	24 de janeiro de 2005
	2	Sítio Tombado de Piranhas e Entremontes (Piranhas)	Lei 6.650	19 de dezembro de 2005
2006-2007 Luis Abílio	1	Antigo Forte/Cadeia de Porto de Pedras (Porto de Pedras)	Nº 3.365	21 de agosto de 2006
	2	Antiga Usina Hidroelétrica de Angiquinho (Delmiro Gouveia)	Sem número	30 de novembro de 2006
2007-2010 Teotônio Vilela Filho	1	Antiga Sede do Arcebispado (Maceió)	Nº 3.894	02 de dezembro de 2007
	2	Teatro Deodoro (Maceió)	Sem número	14 de novembro de 2008
	3	Palácio Marechal Floriano Peixoto (Maceió)	Sem número	28 de agosto de 2009
	4	Antiga Cadeia de Mata Grande (Mata Grande)	Nº 4.188	01 de outubro de 2009
	5	Paço Imperial (Pão de Açúcar)	Nº 4.199	18 de outubro de 2009
	6	Museu da Imagem e do Som de Alagoas – MISA (Maceió)	Nº 4.210	05 de novembro de 2009
	7	Sociedade Perseverança (Maceió)	Nº 4.219	10 de novembro de 2009
	8	Casa Centenária onde nasceu Aurélio Buarque de Holanda (Passo de Camaragibe)	Nº 5.976	03 de maio de 2010
	9	Casa da Baronesa de São Miguel dos Campos	Nº 8.531	20 de outubro de 2010
	10	Centro de Ciências Biológicas /ICBS	Nº 8.843	11 de novembro de 2010
2011-2014 Teotônio Vilela Filho	1	Prédio sede da Associação Aliança Comercial de Maceió	Nº 15.529	30 de agosto de 2011
	2	Antigo Cine Pilarense (Pilar)	Nº 15.967	29 de setembro de 2011
	3	Coleção Perseverança do Instituto Histórico de Alagoas (Maceió)	Nº 25.864	11 de abril de 2013
	4	Casa da Cultura de Viçosa (Viçosa)	Nº 28.547	12 de outubro de 2013
Total de bens tombados	45			

Fonte: Estado de Alagoas (2014). Adaptado pela autora.

Quadro II Patrimônio cultural no Estado de Alagoas

Patrimônio cultural e natural no Estado de Alagoas	
Cidades Históricas	Gastronomia
Marechal Deodoro Penedo Piranhas Delmiro Gouveia União dos Palmares	<p>Maceió: carne-de-sol com fava ou feijão-verde, feijoada, galinha ao molho pardo, picanha grelhada ou na chapa, pernil, bisteca, frango assado, carnes de avestruz e de búfalo, camarão, peixe, carapeba, siri, polvo.</p> <p>Costa dos Corais – moqueca de peixe, camarão no alho e óleo, lagosta temperada com azeite, siri na água e sal, maçunim ao leite de coco, lagosta cozida, lula e polvo acompanhado de vinagrete. Um elemento típico da região é o bolinho de goma em forma de concha, chamado de sequilho.</p> <p>Lagoas e Mares do Sul – sururu, caldeirada, moqueca de mariscos, fritada de siri, maçunim ao coco, carapeba frita, camarão, polvo, patinha de uçá, siri, ostras, agulhinha frita, caranguejo, guaiamum.</p> <p>Cidades do Rio São Francisco – pratos exóticos como a buchada de bode, sarapatel, charque na brasa com fava, galinha guisada ou ao molho pardo, macaxeira com carne sol.</p> <p>Quilombos – feijoada e Pitú.</p>
Cultura	
Alagoanos que fazem parte da História e Cultura	
<p>Zumbi dos Palmares – líder nato, Zumbi constituiu o maior núcleo de resistência escravista do Brasil, no chamado Quilombo dos Palmares, que tinha na época 30 mil integrantes.</p> <p>Marechal Deodoro da Fonseca – nasceu na cidade de Alagoas, que, em sua homenagem, a cidade passou a ter seu nome. Foi o Proclamador e Primeiro Presidente da República. Na casa onde nasceu funciona um museu com móveis, objetos e fotos, que retratam a sua história.</p> <p>Marechal Floriano Peixoto – segundo Presidente do Brasil, nascido no Povoado de Ipioca, Maceió, em 1839.</p> <p>Graciliano Ramos – escritor, político, nasceu em Quebrangulo em 1892, mas foi na cidade de Palmeira dos Índios, onde foi prefeito, que ganhou projeção. Na cidade existe um museu que leva seu nome, contendo um importante acervo de suas obras e de sua vida.</p> <p>Jorge de Lima – poeta, natural de União dos Palmares. Na casa em que ele nasceu funciona um Centro Cultural, onde há um acervo sobre sua vida e obra.</p> <p>Théo Brandão – nascido em Viçosa, foi médico, farmacêutico, pesquisador, professor, poeta e folclorista. É reconhecido internacionalmente por suas pesquisas e dedicação à cultura popular.</p> <p>Aurélio Buarque de Holanda – nasceu em Passo de Camaragibe. Depois de muitos anos de pesquisas, em 1975, publicou o dicionário que leva seu nome. Ficou conhecido internacionalmente como “Mestre”.</p> <p>Nelson da Rabeca – nasceu na cidade de Marechal Deodoro, e passou sua vida humilde trabalhando no corte da cana-de-açúcar. Já velho dedicou-se à música. Com um pedaço de madeira de jaqueira, fabricou uma autêntica rabeca, semelhante ao violino, sendo bem rústico. Hoje é reconhecido nacionalmente.</p>	
Folclore	
<p>Guerreiro – folguedo genuinamente alagoano. É uma mistura de vários autos: Reisado, Caboclinhos, Chegança e Pastoril. O Guerreiro surgiu entre os anos de 1927 e 1929. Os personagens são rei, rainha, índio, Peri e seus vassalos, lira.</p> <p>Baianas – cantam uma sequência constituída de marchas, peças variadas e, por fim, a despedida. As vestes são as convencionais de baianas e os instrumentos que acompanha são os de percussão.</p> <p>Toré de Índios – de origem indígena, a dança é praticada desde 1740. Os índios dançavam para agradecer as divindades, ou para fazer suas orações. Os índios dançam em círculos, fazem coreografias simples e ritmadas.</p> <p>Bumba Meu Boi – auto popular de temática pastoril que tem na figura do boi o personagem principal. Consta de desfile de bichos que dançam ao som de cantigas entoadas por cantadores e acompanhadas por conjunto musical de percussão e apito.</p> <p>Caboclinhos – originário dos maracatus pernambucanos, a dança não tem enredo ou drama, sendo acompanhada por banda de pífano.</p> <p>Cavahada – cortejo e torneio a cavalo, em que a parte mais importante consiste na retirada de uma argolinha, com a ponta da lança, em plena corrida. São doze cavaleiros ou pares que estão divididos em cordões azuis e encarnados.</p> <p>Chegança – é um auto marítimo de danças provenientes da Europa. Todo o bailado é cantado e o instrumento que acompanha é o pandeiro.</p> <p>Coco Alagoano – dança de origem africana, cantada e acompanhada pelas batidas dos pés.</p> <p>Fandango – auto dramático de temática náutica, como a Chegança. Entoam-se cantigas náuticas de diversas épocas e origens, algumas, portuguesas, que falam de suas grandes navegações.</p>	

Pastoril – é um fragmento dos presépios, constituído por jornadas soltas, executando-se a de boa-noite e da despedida. Personagens: mestra, contra mestra, Diana; as pastorinhas, o pastor e a borboleta.

Reisado – auto popular profano religioso formado por vários grupos de músicos, cantores e dançadores, que apresentam vários episódios.

Vaquejada – montados em cavalos, correm em dupla. Um dos vaqueiros faz o papel de "esteira", para que o boi não saia pelo lado oposto ao do "puxador", que, segurando a cauda do animal, faz força para derrubá-lo de patas para cima.

Artesanato

Filé – renda de origem portuguesa, confeccionada pelas artesãs de Alagoas. Dos teares saem lindas peças como colchas, toalhas, peças femininas etc.

Labirinto – é considerado um tipo de renda feita com capricho e *glamour*. Redendê, Ponto de Cruz, Boa-Noite, Bordado feitos com linhas coloridas para fabricação de colchas, pano de mesa, saias, blusas, fronhas, toalhas.

Bilro – um delicado tipo de bordado, feitos com pequenos bastões, que entrelaçados com linhas dão origem a um tipo de renda.

Madeira – troncos de jaqueiras e coqueiros, esculpidos pelas mãos ágeis dos artesãos que transformam o entalho em imagens religiosas, bichos, móveis, peças decorativas e carrancas, muito usadas nas embarcações que navegam pelo Rio São Francisco.

Barro – arte de transformar a argila em produtos de utilidade, decoração, peças decorativas e utensílios domésticos.

Casca de coco – Utilizando-se do produto, artesãos confeccionam belas esculturas e xaxim para plantas.

Palhas - palha de ouricuri, taboa, cipó e coqueiro são matérias-primas muito utilizadas no artesanato alagoano. No trançado de palha são fabricadas bolsas, chapéu, abano, vassoura e esteiras. No trançado de cipó são fabricados cestas, balaies, samburás, caçuás, urupembas, esteiras etc.

Fonte: Sedetur (2016). Adaptado pela autora.

Quadro III Classificação dos atrativos turísticos nos municípios do Baixo Rio São Francisco em Alagoas

Classificação dos atrativos turísticos nos municípios do Baixo Rio São Francisco em Alagoas			
Município	Atrativo	Segmento turístico	Programas e estratégias recomendadas
Água Branca	Conjunto do Centro Histórico e Área Urbana	Turismo cultural patrimonial, religioso, festas e manifestações culturais, artesanato, gastronomia.	Valorização e interpretação do patrimônio, correção dos déficits de alojamento, formação e capacitação, sinalização turística, desenvolvimento de marcas de qualidade turística, melhoria das condições ambientais, inserção produtiva da comunidade local.
	Pedra do Vento	Ecoturismo, turismo de aventura.	Valorização e interpretação do patrimônio, sinalização turística, melhoria das condições ambientais.
	Cachoeira do Vai-e-vem	Ecoturismo, turismo de aventura.	Valorização e interpretação do patrimônio, sinalização turística, melhoria das condições ambientais.
	Serra das Viúvas	Turismo rural, artesanal, turismo de base comunitária.	Valorização e interpretação do patrimônio, sinalização turística, melhoria das condições ambientais.
	Terras indígenas Kalankó	Turismo rural, artesanal, festas e manifestações culturais, turismo de base comunitária.	Valorização e interpretação do patrimônio, sinalização turística, melhoria das condições ambientais.
	Olaria	Artesanal.	Melhoria das condições ambientais.
	Cachoeira Quebra-Cabeça no Povoado Várzea do Pico	Ecoturismo/ <i>Treckking</i> .	Valorização e interpretação do patrimônio, sinalização turística.
Belo Monte	Conjunto Arquitetônico do Centro da Cidade, Orla Fluvial e Praia no Rio São Francisco.	Turismo cultural patrimonial, religioso, festas e manifestações culturais, turismo de pesca, turismo náutico.	Valorização e interpretação do patrimônio, correção dos déficits de alojamento, formação e capacitação, sinalização turística, desenvolvimento de marcas de qualidade turística, melhoria das condições ambientais.
	Serra das Porteiras	Turismo rural, ecoturismo, turismo arqueológico.	Valorização e interpretação do patrimônio, sinalização turística, melhoria das condições ambientais.
	Barra do Ipanema	Turismo cultural patrimonial.	Valorização e interpretação do patrimônio, sinalização turística, melhoria das condições ambientais.
Delmiro Gouveia	Conjunto do Centro Histórico e Área Urbana.	Turismo cultural patrimonial, religioso, festas e manifestações culturais, artesanato, gastronomia, turismo industrial.	Valorização e interpretação do patrimônio, correção dos déficits de alojamento, formação e capacitação, sinalização turística, desenvolvimento de marcas de qualidade turística, melhoria das condições ambientais.
	Usina de Angiquinho	Turismo cultural patrimonial, ecoturismo, turismo industrial.	Valorização e interpretação do patrimônio, correção dos déficits de alojamento, formação e capacitação, sinalização turística, melhoria das condições ambientais.
	Comunidade Olho D'Águinha (Mirante do Talhado)	Turismo náutico, ecoturismo, turismo de aventura, gastronomia,	Valorização e interpretação do patrimônio, correção dos déficits de

		artesanato, festas e manifestações culturais.	alojamento, sinalização turística, melhoria das condições ambientais.
	Povoado Porto da Barra ou Barra do Moxotó	Turismo rural, gastronomia, artesanato, festas e manifestações culturais.	Valorização e interpretação do patrimônio, correção dos déficits de alojamento, sinalização turística, melhoria das condições ambientais.
	Povoado Salgado	Turismo rural, artesanal, gastronomia, festas e manifestações culturais, turismo de base comunitária.	Valorização e interpretação do patrimônio, sinalização turística, melhoria das condições ambientais.
Igreja Nova	Conjunto do Centro Histórico, Mirantes 1 e 2 e Igreja de São João Batista	Turismo cultural patrimonial, gastronomia, festas e manifestações culturais, turismo rural.	Valorização e interpretação do patrimônio, correção dos déficits de alojamento, formação e capacitação, desenvolvimento de marcas de qualidade turística, sinalização turística, melhoria das condições ambientais.
	Povoado Cajueiro	Ecoturismo, turismo rural, artesanal, festas e manifestações culturais, turismo de base comunitária.	Valorização e interpretação do patrimônio, correção dos déficits de alojamento, formação e capacitação, desenvolvimento de marcas de qualidade turística, sinalização turística, melhoria das condições ambientais.
	Povoado Chinaré	Ecoturismo, turismo rural, turismo de pesca, gastronomia, turismo de base comunitária.	Valorização e interpretação do patrimônio, formação e capacitação, desenvolvimento de marcas de qualidade turística, sinalização turística, melhoria das condições ambientais.
	Comunidade Quilombola, Palmeira dos Negros	Gastronomia, festas e manifestações culturais, turismo de base comunitária.	Valorização e interpretação do patrimônio, correção dos déficits de alojamento, formação e capacitação, desenvolvimento de marcas de qualidade turística, sinalização turística, melhoria das condições ambientais.
	Povoado Ipiranga	Festas e manifestações culturais, turismo de base comunitária.	Valorização e interpretação do patrimônio, correção dos déficits de alojamento, formação e capacitação, desenvolvimento de marcas de qualidade turística, sinalização turística, melhoria das condições ambientais.
Olho D'Água do Casado	Conjunto do Centro Histórico e Área Urbana	Turismo cultural patrimonial, religioso, festas e manifestações culturais, artesanal, turismo industrial.	Valorização e interpretação do patrimônio, correção dos déficits de alojamento, formação e capacitação, desenvolvimento de marcas de qualidade turística, sinalização turística, melhoria das condições ambientais.
	Fonte da Matinha, Fontinha Minadouro e Pedra Balão	Turismo cultural patrimonial, ecoturismo.	Valorização e interpretação do patrimônio, sinalização turística, melhoria das condições ambientais.
	Trilhas Sítios Rupestre	Ecoturismo.	Valorização e interpretação do patrimônio, sinalização turística, melhoria das condições ambientais.
	Assentamento Chico Mendes – Prainha	Ecoturismo, turismo rural, turismo arqueológico.	Valorização e interpretação do patrimônio, sinalização turística, melhoria das condições ambientais.

Pão de Açúcar	Centro Urbano e Histórico de Pão de Açúcar	Turismo cultural patrimonial, religioso, festas e manifestações culturais, sol e praia, turismo náutico.	Valorização e interpretação do patrimônio, correção dos déficits de alojamento, formação e capacitação, desenvolvimento de marcas de qualidade turística, sinalização turística, melhoria das condições ambientais.
	Ilha do Ferro	Artesanal, festas e manifestações culturais.	Valorização e interpretação do patrimônio, sinalização turística, melhoria das condições ambientais.
	Mato da Onça	Festas e manifestações culturais, turismo rural, ecoturismo, turismo de aventura.	Valorização e interpretação do patrimônio, sinalização turística, melhoria das condições ambientais.
	Comunidade Quilombola Poço do Sal	Artesanal, gastronomia, festas e manifestações culturais, turismo de base comunitária.	Valorização e interpretação do patrimônio, sinalização turística, melhoria das condições ambientais.
	Comunidade Quilombola Chifre do Bode	Artesanal, gastronomia, festas e manifestações culturais, turismo de base comunitária.	Valorização e interpretação do patrimônio, sinalização turística, melhoria das condições ambientais.
	Serra de Meirus e Comunidade de Meirus	Turismo rural, ecoturismo, festas e manifestações culturais, turismo de base comunitária.	Valorização e interpretação do patrimônio, sinalização turística, melhoria das condições ambientais.
	Vila Limoneiro	Turismo rural, turismo náutico.	Valorização e interpretação do patrimônio, sinalização turística, melhoria das condições ambientais.
Penedo	Conjunto do Centro Histórico	Turismo cultural patrimonial, religioso, gastronomia, artesanato, festas e manifestações culturais.	Correção dos déficits de alojamento, formação e capacitação, desenvolvimento de marcas de qualidade turística, sinalização turística, melhoria das condições ambientais.
	Orla Fluvial (Rocheira)	Turismo cultural patrimonial, gastronomia, artesanato, festas e manifestações culturais, turismo náutico.	Valorização e interpretação do patrimônio, correção dos déficits de alojamento, formação e capacitação, desenvolvimento de marcas de qualidade turística, sinalização turística, melhoria das condições ambientais.
	APA de Marituba do Peixe	Ecoturismo, turismo de aventura, artesanal.	Valorização e interpretação do patrimônio, formação e capacitação, desenvolvimento de marcas de qualidade turística, sinalização turística, melhoria das condições ambientais.
	Povoado de Marituba do Peixe, Povoado de Capela, Riacho do Pedro, Marcação e Murici	Sol e praia, turismo rural, ecoturismo, gastronomia, artesanato, festas e manifestações culturais, turismo de base comunitária.	Valorização e interpretação do patrimônio, correção dos déficits de alojamento, desenvolvimento de marcas de qualidade turística, melhoria das condições ambientais.
	Cooperativa de Turismo Rural – Cooptur	Turismo rural, ecoturismo, gastronomia, artesanato, festas e manifestações culturais, turismo de base comunitária.	Valorização e interpretação do patrimônio, formação e capacitação, sinalização turística, desenvolvimento de marcas de qualidade turística, melhoria das condições ambientais.
	Ilha das Canas, Katrapó, Povoado	Turismo rural, ecoturismo, gastronomia,	Valorização e interpretação do patrimônio, correção dos déficits de

	Ponta Mufina, Bairro dos Oiteros, Tabuleiro dos Negros, Aldeia Konrad-Santa Margarida	artesanato, festas e manifestações culturais, turismo de base comunitária.	alojamento, formação e capacitação, sinalização turística, melhoria das condições ambientais.
Piaçabuçu	Orla Fluvial	Gastronômico, artesanal, turismo de base comunitária, ecoturismo e turismo de aventura (saída de barcos da foz do rio São Francisco), festas e manifestações culturais.	Valorização e interpretação do patrimônio, correção dos déficits de alojamento, formação e capacitação, desenvolvimento de marcas de qualidade turística, sinalização turística, desenvolvimento de marcas de qualidade, melhora das condições ambientais.
	Conjunto do Centro Histórico	Turismo patrimonial, gastronomia, artesanal.	Valorização e interpretação do patrimônio, correção dos déficits de alojamento, formação e capacitação, desenvolvimento de marcas de qualidade turística, sinalização turística, desenvolvimento de marcas de qualidade, melhora das condições ambientais.
	Foz do Rio São Francisco	Ecoturismo, turismo de aventura, artesanato.	Valorização e interpretação do patrimônio, desenvolvimento de marcas de qualidade, melhora das condições ambientais.
	Pontal do Peba	Sol e praia, ecoturismo, gastronomia, artesanato, festas e manifestações culturais, turismo de base comunitária.	Valorização e interpretação do patrimônio, desenvolvimento de marcas de qualidade, melhora das condições ambientais.
Piranhas	Conjunto do Centro Histórico e Área Urbana	Turismo cultural patrimonial, religioso, festas e manifestações culturais, gastronomia, artesanal, turismo cinematográfico.	Valorização e interpretação do patrimônio, correção dos déficits de alojamento, formação e capacitação, sinalização turística, desenvolvimento de marcas de qualidade, melhora das condições ambientais.
	Pedra do Sino	Ecoturismo, <i>trekking</i> .	Valorização e interpretação do patrimônio.
	Usina Hidroelétrica de Xingó	Turismo industrial, turismo náutico, ecoturismo.	Valorização e interpretação do patrimônio, sinalização turística, melhoria das condições ambientais.
	Povoado do Piau	Turismo rural, festas e manifestações culturais, turismo de base comunitária.	Valorização e interpretação do patrimônio, sinalização turística, melhoria das condições ambientais.
	Fazenda Patos	Turismo cultural patrimonial, ecoturismo.	Valorização e interpretação do patrimônio, sinalização turística, melhoria das condições ambientais.
	Ribeira do Capiá	Turismo cultural patrimonial, ecoturismo.	Valorização e interpretação do patrimônio, sinalização turística, melhoria das condições ambientais.
	Trilhas e Sítios Arqueológicos	Ecoturismo, turismo rural, arqueoturismo.	Valorização e interpretação do patrimônio, sinalização turística, melhoria das condições ambientais.
	Povoado de Entremontes	Artesanato, religioso, festas e manifestações culturais, turismo rural.	Valorização e interpretação do patrimônio, sinalização turística, melhoria das condições ambientais.

Porto Real do Colégio	Conjunto Arquitetônico da Praça Rosita de Goés	Turismo patrimonial, religioso, turismo cultural.	Valorização e interpretação do patrimônio, correção dos déficits de alojamento, formação e capacitação, sinalização turística, desenvolvimento de marcas de qualidade, melhora das condições ambientais.
	Conjunto Arquitetônico da Antiga Rede Ferroviária	Turismo industrial.	Valorização e interpretação do patrimônio.
	Serra da Marabá	Ecoturismo, turismo de aventura, turismo rural.	Valorização e interpretação do patrimônio, sinalização turística, melhora das condições ambientais.
	Aldeia indígena Kariti-Xocó	Artesanato, festas e manifestações culturais, turismo de base comunitária.	Valorização e interpretação do patrimônio, correção dos déficits de alojamento, formação e capacitação, sinalização turística, desenvolvimento de marcas de qualidade, melhora das condições ambientais.
São Brás	Igreja Matriz de São Brás e área urbana	Turismo patrimonial, religioso, turismo cultural, artesanato.	Valorização e interpretação do patrimônio, correção dos déficits de alojamento, formação e capacitação, sinalização turística, desenvolvimento de marcas de qualidade, melhora das condições ambientais.
	Lagoa Comprida (Ilha de São Borja e praias fluviais)	Ecoturismo, turismo náutico, sol e praia, artesanato, gastronomia.	Melhora das condições ambientais, sinalização turística, valorização e interpretação do patrimônio.
	Povoado Mão-de-Engenho	Turismo rural, artesanato, gastronomia, turismo de base comunitária.	Melhora das condições ambientais, sinalização turística, valorização e interpretação do patrimônio.
Traipu	Centro Cidade	Turismo patrimonial, religioso, gastronomia, artesanal, festas e manifestações culturais.	Valorização e interpretação do patrimônio, correção dos déficits de alojamento, formação e capacitação, sinalização turística, desenvolvimento de marcas de qualidade, melhora das condições ambientais.
	Sítio Patos	Turismo rural, ecoturismo, festas e manifestações culturais.	Valorização e interpretação do patrimônio, sinalização turística, melhora das condições ambientais.
	Minas D'água do Povoado de Mumbaça	Turismo rural, ecoturismo, artesanato, festas e manifestações culturais.	Valorização e interpretação do patrimônio, sinalização turística, melhora das condições ambientais.
	Uruçu	Artesanato, festas e manifestações culturais.	Valorização e interpretação do patrimônio, sinalização turística, melhora das condições ambientais.
	Povoado de Santa Cruz	Turismo rural, ecoturismo, turismo arqueológico.	Valorização e interpretação do patrimônio, sinalização turística, melhora das condições ambientais.

Fonte: Matteo *et al.* (2013). Adaptado pela autora.

Quadro IV Plano de ação, Departamento de Turismo

Plano de ação: 2007			
Mês	Atividade	Projeto	Localização
Janeiro	Criação do Sistema de Banco de Dados	Sistema de Banco de Dados	Departamento de Turismo
	Efetuação de Pesquisa de Opinião A & B e MH	Noite em Delmiro	A & B e MH
	Aquisição de material para efetuação de pesquisa / mapa do fluxo/ informantes turísticos	Levantamento do Fluxo Turístico	Meio de Hospedagem
	Digitalizar o Livro de Cordel – Virgílio Gonçalves	Conscientização Turística	Conscientização Turística/ MKT Turístico
	Análise do potencial turístico das praias fluviais – Porto da Barra/ São Sebastião	Inventário Turístico	Zona Rural
	Publicação do Livro de Cordel – Virgílio Gonçalves	Conscientização Turística	Conscientização Turística/ MKT Turístico
	Confeção de camisetas e bonés	Curso de Informantes Turísticos	Informantes Turísticos
	Início da divulgação do Carnaval/2007	Evento Turístico (Carnaval)	Cidade/Região
	Promover reunião com os ambulantes para o Carnaval /2007	Evento Turístico (Carnaval)	SETUCE
	Efetuação de pesquisa de opinião A & B	Noite em Delmiro	A & B
Fevereiro	Relatório Mensal JAN/07	Sistema de Banco de Dados	Departamento de Turismo
	Emissão de Boletim de Turismo JAN/07	Sistema de Banco de Dados	Departamento de Turismo
	Início da divulgação do Curso de Informantes Turístico	Curso de Informante Turístico	Escolas Municipais
	Efetuação do Levantamento do Fluxo Turístico JAN/07	Levantamento do Fluxo Turístico	Meios de Hospedagem
	Realização do Carnaval Cidade e Folia	MKT Turístico	Corredor da Folia
	Reedição do Livro Delmiro e a Turma que não sabia de nada – Dennis Queiroz	Conscientização Turística	Escola Municipais/Posto de Informação Turística
	Efetuação de pesquisa opinião com Trade Turísticos e cliente sobre Posto Cidadão	Noite em Delmiro (Posto Cidadão)	A & B (quiosques)
Março	Firmação da parceria com a CTI-NE	MKT Turístico	Gabinete/SETUCE
	Publicação da Cartilha Brincando com a História	Conscientização Turística	Escola Municipais/Posto de Informação Turística
	Confeção do Passaporte Delmiro	Passaporte Delmiro	A & B e MH
	Revitalizando Nossa História (Tombamento do Patrimônio – Igreja da Vila)	Revitalizando Nossa História	SECULT-AL
	Análise do potencial turístico do Povoado Salgado/Lagoinha	Inventário Turístico	Zona Rural
	Curso de Informantes Turísticos	Curso de Informantes Turístico	Departamento de Turismo
	Intercâmbio Cultural entre o Clube da Melhor Idade: Alegria de Viver II e Renascer (Paulo Afonso-BA)	Segmento Turístico: Melhor Idade	Sede do Clube da Melhor Idade: Alegria de Viver II

Abril	Emissão do Boletim de Turismo MAR/07	Sistema de Banco de Dados/MKT Tur	Departamento de Turismo
	Inauguração do Posto de Informação Turística	Posto de Informação Turística	Espaço Cultural Afonsina Sandes
	Projeto Delmiro para os Delmirenses – público: Jovens – Dia da Juventude	Delmiro para os Delmirenses	Perímetro Urbano
	Publicação do Passaporte Delmiro	Passaporte Delmiro	FS Copiadora
	Projeto Fórum Intermunicipal da Região dos Cânions do São Francisco	FORETUR	Corredor da Folia/Clube Vicente
	Teatro de Bonecos – Delmiro e a Turma que não sabia de nada	Conhecimento e Arte	Escolas Infantis
	Reunião com representantes da segurança pública do município	Noite em Delmiro (Posto Cidadão)	Secretaria Municipal de Turismo
	Implantação da Sinalização Turística	Sinalização Turística	Zona Urbana/Rural
Mai	Emissão do Boletim de Turismo ABR/07	Sistema de Banco de Dados/MKT Tur	Departamento de Turismo
	Efetuação do Levantamento do Fluxo Turístico ABR/07	Fluxo Turístico	Meios de Hospedagem
	Confeção do Passaporte Delmiro	Passaporte Delmiro	Gráfica FS Copiadora
	Inauguração do Posto Cidadão	Noite em Delmiro	Av. Castelo Branco
	Publicação do Guia Turístico	Mkt Turístico	FS Copiadora
	Projeto Delmiro para os Delmirenses-público: zona rural (Dia do Campo)	Delmiro para os Delmirenses	Perímetro Urbano
	Cursos de Capacitação para A&B e MH	Qualificação Profissional	SETUCE
	Projeto Conhecimento e Arte (teatro de Bonecos – Delmiro e a Turma que não sabia de nada)	Conscientização Turística	Escolas Infantis
Junho	Emissão do Boletim de Turismo MAI/07	Sistema de Banco de Dados	Departamento de Turismo
	Efetuação do Fluxo Turístico MAI/07	Fluxo Turístico	Meios de Hospedagem
	Posto de Informação Turística nas festividades juninas	Posto de Informação Turística	Pátio da Igreja da Vila
Julho	Emissão do Boletim de Turismo JUN/07	Sistema de Banco de Dados/MKT Tur	Departamento de Turismo
	Levantamento de Fluxo Turístico de JUN/07	Fluxo Turístico	Meios de Hospedagem
	Confeção de Fichas de Inscrição para a I Gincana Turística da Região dos Cânions do São Francisco	I Gincana Turística da Região dos Cânions do São Francisco	Departamento de Turismo
Agosto	Emissão do Boletim de Turismo JUL/07	Sistema de Banco de Dados/MKT Tur	Departamento de Turismo
	Levantamento de Fluxo Turístico de JUL/07	Fluxo Turístico	Meios de Hospedagem
	Início da divulgação do concurso de Fotografia de Delmiro Gouveia (inscrição) (carro de som/faixas/ cartazes/ rádios)	I Concurso de Fotografia de DG	Zona Urbana/Zona Rural/ cidades circunvizinhas
	Início da mobilização das escolas municipais da Região dos Cânions do São Francisco (cartazes + ficha de inscrições)	I Gincana Turística da Região dos Cânions do São Francisco	Escolas Municipais e órgãos municipais da Região do Cânions

	Semana do Patrimônio Histórico (Educação Patrimonial)	Revitalizando Nossa História	Escolas Municipais
	Projeto Conhecimento e Arte (Teatro de Bonecos – Delmiro e a Turma que não sabia de nada)	Conscientização Turística	Escolas Infantis
	Delmiro para os Delmirenses – Público: Estudantes (Dia dos Estudantes)	Delmiro para os Delmirenses	Escolas Municipais
Setembro	Emissão do Boletim de Turismo AGO/07	Sistema de Banco de Dados/MKT Tur	Departamento de Turismo
	Levantamento de Fluxo Turístico de AGO/07	Fluxo Turístico	Meios de Hospedagem
	Encerramento das inscrições das escolas municipais	I Gincana Turística da Região dos Cânions do São Francisco	Departamento de Turismo
	Montagem dos Stands da I Gincana dos Cânions	I Gincana Turística da Região dos Cânions do São Francisco	Corredor da Folia
	Realização da I Gincana Turística da Região dos Cânions do São Francisco	I Gincana Turística da Região dos Cânions do São Francisco	Corredor da Folia/ Clube Vicente
	Projeto Conhecimento e Arte (Teatro de Bonecos – Delmiro e a Turma que não sabia de nada)	Conhecimento e Arte	Escolas Infantis
	Encerramento das Inscrições do I Concursos de Fotografias	I Concurso de Fotografia de DG	Departamento de Turismo
	Realização do Concurso de Projetos Turísticos (Dia do Turismo)	Projetos Turísticos	Clube Vicente
Outubro	Emissão do Boletim de Turismo SET/07	Sistema de Banco de Dados/MKT Tur	Departamento de Turismo
	Levantamento de Fluxo Turístico de SET/07	Fluxo Turístico	Meios de Hospedagem
	Exposição de fotografias do I Concurso de Fotografias de Delmiro Gouveia	I Concurso de Fotografia de DG	Clube Vicente
	Realização do I Concurso de Fotografias de Delmiro Gouveia	I Concurso de Fotografia de DG	Clube Vicente
	Confeção do material informativo (calendário/cartão postal)	I Concurso de Fotografia de DG	FS Copiadora
	Projeto Conhecimento e Artes (Teatro de Bonecos – Delmiro e a Turma que não sabia de nada)	Conhecimento e Arte	Escolas Infantis
	Registo da Festa da Padroeira	Acervo	Pátio da Vila
Novembro	Emissão do Boletim de Turismo OUT/07	Sistema de Banco de Dados/MKT Tur	Departamento de Turismo
	Levantamento de Fluxo Turístico de OUT/07	Fluxo Turístico	Meios de Hospedagem
	Distribuição dos calendários / 2008	I Concurso de Fotografia de DG	Órgãos públicos / privados
	Teatro de Bonecos – Delmiro e a Turma que não sabia de nada	Conscientização Turística	Escolas Infantis
	I ETRAT (Dia do Hoteleiro)	I ETRAT	Trade Turístico
Dezembro	Emissão do Boletim de Turismo NOV/07	Sistema de Banco de Dados/MKT Tur	Departamento de Turismo

	Levantamento de Fluxo Turístico de NOV/07	Fluxo Turístico	Meios de Hospedagem
	Posto de Informação Turística nas festividades natalinas	Posto de Informação Turística	Centro da Cidade
	Levantamento Anual das Atividades do Departamento de Turismo	Sistema de Banco de Dados	Departamento de Turismo
	Revitalização da Praça Ulisses Luna como área de lazer	Infraestrutura	Praça Ulisses Luna
	Criação do Parque Municipal de Delmiro Gouveia	Projeto Turístico	Açude

Fonte: Departamento de Turismo (2006). Adaptado pela autora.

ANEXO III – Hino municipal de Delmiro Gouveia

Hino Municipal

DELMIRO GOUVEIA-AL

*Letra e Melodia por:
Wodson F. Santos e
Roberta Maria S. Feitosa*

Este canto veraz se entoa,
para a história de uma vila contar.
Tão pequena no início e já vistosa
que futuro iria aguardar.

*Oh! Amada Delmiro Gouveia,
aí se um dia eu tiver que partir,
dos encantos e amores que tenho,
sempre irei sentir saudades de ti.*

Foi em 1903 que Delmiro
em nossa terra chegou,
visitando o Povoado da Pedra,
logo ele se apaixonou.

Como é bom ver as lindas cascatas,
do Angiquinho que Delmiro encontrou,
e sonhando com um futuro ditoso
a energia para nós desbravou.

Com esse canto encanto as pessoas,
que nossa terra vier visitar,
conhecendo a nossa história,
que Delmiro ajudou a formar.

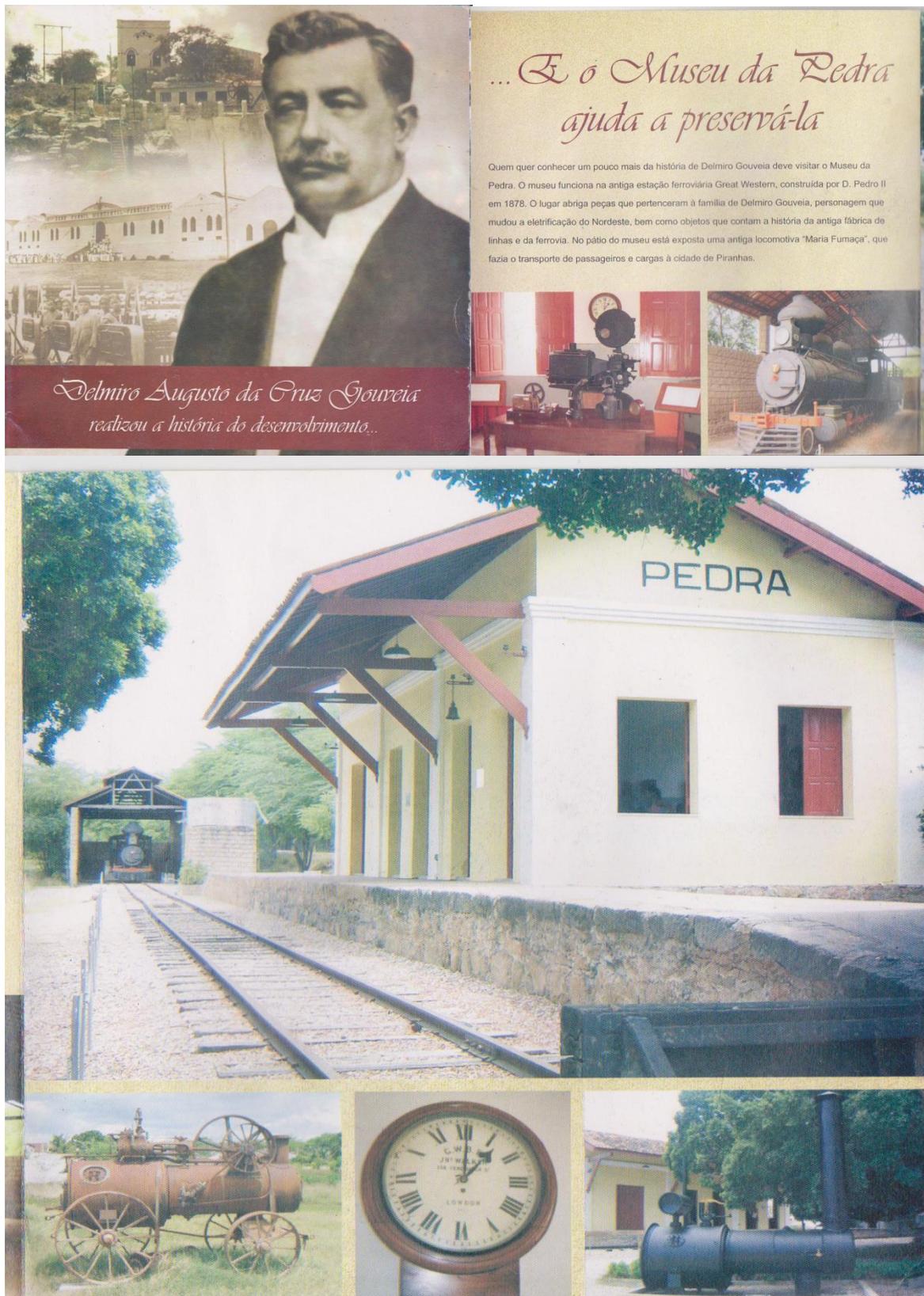
Somos uma cidade bem jovem,
mas o futuro já nos premiou
destacou-nos em nosso Estado
e o Brasil todo já nos visitou.

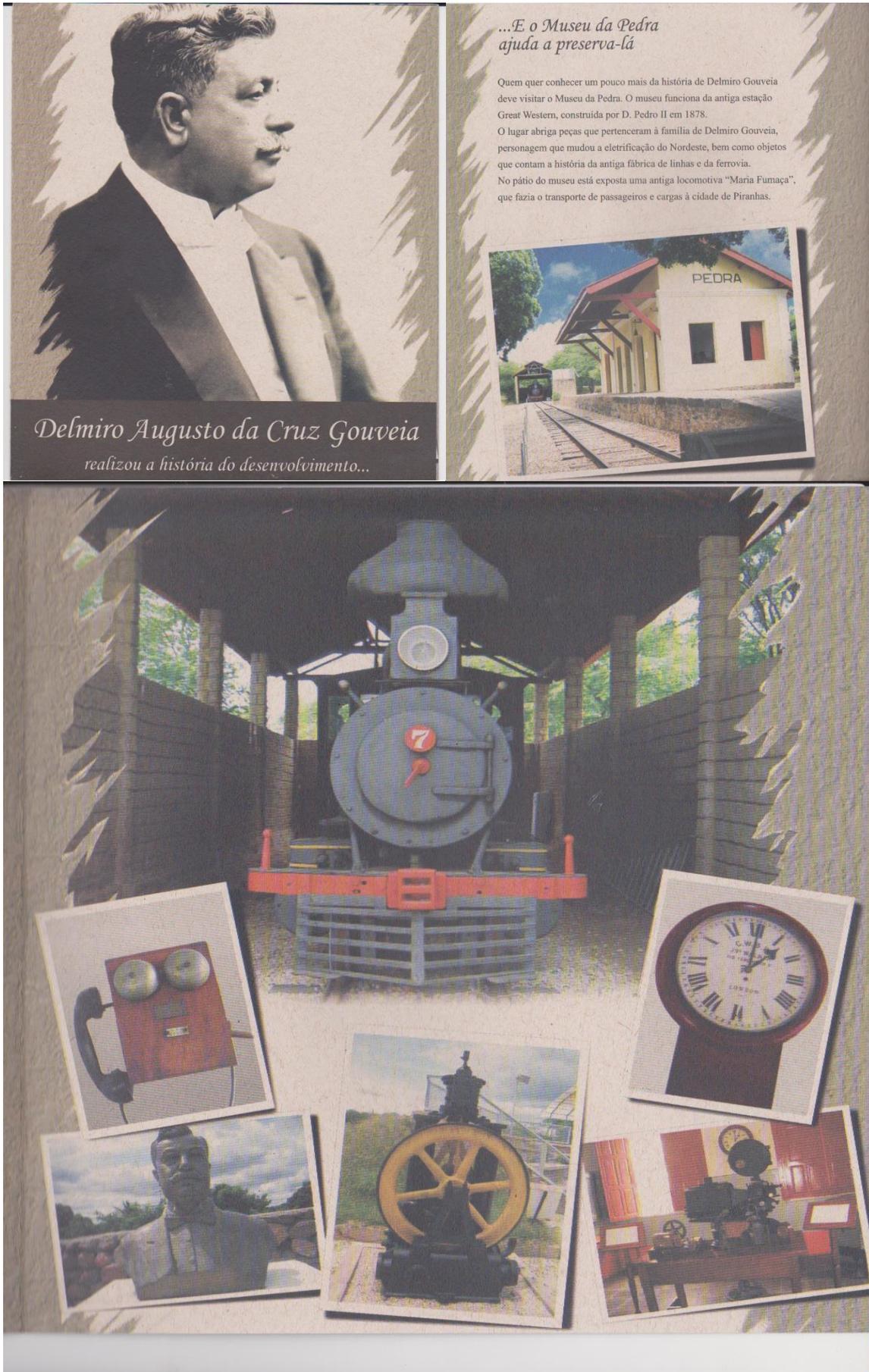
Deus que é bom teve dó dessa gente,
que era sofrida e machucada demais,
fez de nós cidadãos delmirenses
homens fortes que não desistem jamais.

ISTOÉ
RANKING
**AS MELHORES
CIDADES
DO BRASIL
2015**

**DELMIRO
GOUVEIA**
RECONHECIDA EM 2014 PELA ISTOÉ E
AUTOSIN RATING COMO A
16ª Melhor
cidade de pequeno porte em
QUALIDADE DE VIDA
*Orgulho de ser
Delmirense!*

ANEXO IV – Divulgação do patrimônio e turismo em Delmiro Gouveia





ACESSO

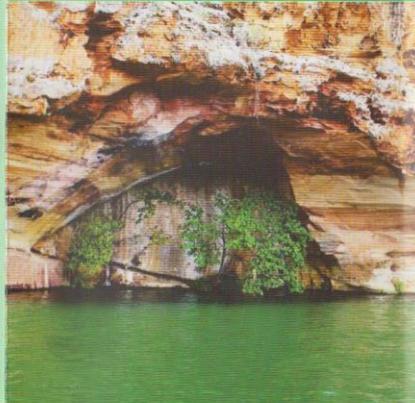
Para chegar ao restaurante Ecológico Castanho, você tem três opções: por terra a partir do ponto C Delmiro Gouveia, entrando no ponto B. Por terra, indo de Olhos D'Água do Casado, ponto A em direção a Delmiro, entrando no ponto B ou, embarcando no Catamarã Menestrel das Alagoas na Prainha em Olhos D'Água do Casado no ponto D.



LEGENDA:

- Ponto A: Olho d'Água do Casado. Chegando à cidade, basta solicitar informações ou seguir pelas placas até a "Prainha de Olho d'Água", ponto de embarque do Catamarã Menestrel da Alagoas;
- Ponto B: Acesso por terra ao Restaurante Ecológico Castanho. Vale ressaltar que você passará pelas ruínas da Estação Ferroviária do Talhado;
- Ponto C: Delmiro Gouveia - AL.
- Ponto D: Prainha de Olho d'Água do Casado - AL;
- Ponto E: Restaurante Ecológico Castanho;

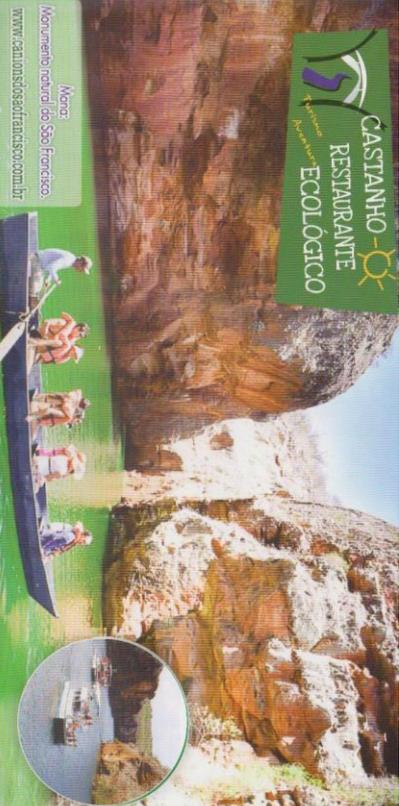
★ Heliponto: W 37°54'21.40"O
S 9°32'24.49"S

**Gruta da Vida
Cânions do Talhado**

**Restaurante Ecológico Castanho
Delmiro Gouveia-AL**

Consulte seu agente de viagem:
TIM (82) 99959-1405 / 99960-0080 / 9936-5490
OI (82) 98855-1290 / 98722-4870 / 98855-1590



Monumento Natural do São Francisco
www.canionsdosaofrancisco.com.br

Mons.
Monumento Natural do São Francisco

CASTANHO -
RESTAURANTE
ECOLÓGICO

RESTAURANTE

O Restaurante Ecológico Castanho fica nos Cânions do rio São Francisco. A sua reserva de 1.500 ha é hoje a maior área de caatinga de Alagoas. É conceituada como o coração do Mons (Monumento Natural do São Francisco), o que o eleva a condição de uma escola a céu aberto onde o turismo pedagógico se defronta com 400 milhões de história (Geologia, Paleontologia, Arqueologia, até os dias atuais). Visitar o Complexo Turístico do Castanho é mergulhar em cenários extraordinários... trilhas, grutas com pinturas rupestres, piscinas naturais, e uma cozinha que realiza os melhores sabores do sertão.

Turismo



Praias



Piscinas Naturais



EMBARCAÇÕES E PASSEIOS

O catamarã Menestrel das Alagoas possui capacidade para 80 passageiros confortavelmente acomodados. Está equipado com bar, banheiros, som e toda segurança exigida pela Capitania dos Portos. No passeio fazemos uma parada no Cânion do Talhado, onde o turista tem a oportunidade de mergulhar nas águas cristalinas e ainda visitar a Gruta do Talhado e conhecer a "Gruta da Vida" que tem o valor simbólico para todo universo. Canoieiros ficarão a disposição para levar à Gruta do Talhado (passeio alternativo). Outra Opção é o "Vale dos Mestres" com suas piscinas naturais.

Passeios



Gruta do Talhado



ESPORTES RADICAIS E TRILHAS

Rappel, trilhas, escalada Ferrata feita por profissionais qualificados. Disponível com prévio agendamento.

Turismo Pedagógico



Trilha do Portal



Aventura

Rappel



Ecoturismo no Castanho



ALAGOAS como você nunca imaginou!

 Cânions do São Francisco

 Restaurante Ecológico Castanho

 @restaurante_castanho

